

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O ARQUIVO PESSOAL COMO CONSTRUÇÃO
AUTO/BIOGRÁFICA: A (RE)CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA
DE VIDA DO ARQUIVO PESSOAL GODOFREDO FERREIRA**

Sofia Alexandre Costa de Carvalho

Tese orientada pela Prof.^a Doutora Maria Teresa Ferreira da Costa, co-orientada pelo Prof. António Gil Matos, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e Documentação

2018

Remember that what you are told is really threefold: shaped by the teller, reshaped by the listener, concealed from both by the dead man of the tale.

— Vladimir Nabokov, *The Real Life of Sebastian Knight*

Por vontade expressa do autor, este texto não segue a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta pesquisa contribuíram um conjunto de pessoas sem as quais não teria sido possível concretizar as páginas que se seguem; páginas estas que, irónica e concordantemente, ao se debruçarem sobre o estudo da forma como nos auto-representamos e nos mostramos ao 'outro', também espelham tanto sobre mim, assumindo a presente dissertação, ela própria, uma dimensão auto/biográfica.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos orientadores; à professora Doutora Teresa Costa e ao professor António Gil Matos, pelo ânimo com que sempre receberam as minhas propostas para o caminho que pretendia construir o presente estudo, bem como pela disponibilidade com que sempre esclareceram qualquer dúvida. Agradeço ainda ao professor Doutor Carlos Guardado da Silva por ter lançado o mote no Seminário de Investigação para o tema que está na base desta dissertação, tema que desde logo me entusiasmou, tornando o processo de leitura, reflexão, escrita e reescrita desta dissertação, num processo proporcionalmente laborioso e aliciante.

Não posso deixar de agradecer a toda a equipa do Arquivo Histórico e Biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações, em particular à Doutora Dina Grácio, pelo visível entusiasmo sobre a vida e obra de Godofredo Ferreira e sobre a possibilidade de esta ser estudada, bem como pela completa disponibilidade e simpatia com que toda a equipa esclareceu todas as minhas dúvidas.

Agradeço ainda aos meus pais, pois sem o seu apoio não me teria sido possível dedicar exclusivamente à redacção destas páginas, factor que me possibilitou mergulhar no tema e tornar o período de escrita desta investigação, num período de profundo auto-conhecimento.

Por último, obrigada à Catarina Santos, companheira de todos os momentos e de todas as aventuras, com quem partilhei todas as epifanias, inquietações, sucessos e histerias.

RESUMO

A presente dissertação analisa os arquivos pessoais como construções auto/biográficas, assente em dois objectivos gerais: (1) analisar o modo como os arquivos pessoais são marcados por uma dimensão autobiográfica que se caracteriza por um carácter de construção (auto/biográfica); (2) interpretar a informação contida no Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira (sob a tutela da Fundação Portuguesa das Comunicações) segundo a óptica de que esta reflecte a construção auto/biográfica do seu produtor. Para o alcance destes objectivos foi desenvolvido, respectivamente, um dispositivo conceptual assente na articulação entre a ciência da informação e a teoria autobiográfica, e um dispositivo metodológico com base no método auto/biográfico narrativo, com vista ao alcance da (re)construção da narrativa de vida contida no Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira.

O processo de (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira foi iniciado através da recolha de dados biográficos sobre o produtor e na apresentação da informação que compõe o conjunto informacional, seguido de uma análise do modo como Godofredo Ferreira se auto-representou no seu arquivo pessoal. Através do processo de (re)construção concluiu-se que, embora Godofredo Ferreira tenha desempenhado múltiplos papéis sociais, o produtor circunscreveu a sua auto-representação no conjunto informacional ao papel de investigador dos CTT e das comunicações em Portugal. Neste gesto, Godofredo Ferreira, ao produzir o seu arquivo pessoal, procurou adquirir agência para o alcance do seu reconhecimento como figura de autoridade enquanto investigador, bem como para a memorização de si, quer para a cultura empresarial dos CTT, quer para investigadores interessados na história desta empresa e das comunicações em Portugal.

Palavras-chave: arquivo pessoal; narrativa de vida; auto/biografia

ABSTRACT

This dissertation is responsible for analyzing personal archives as auto/biographical constructions through two research objectives: (1) analyze the way in which personal archives reflect an autobiographical dimension that is (auto/biographically) constructed; (2) understand Godofredo Ferreira's Personal Archive (custody of Fundação Portuguesa das Comunicações) information through analytical lenses capable of expose the auto/biographical construction made by its creator. To achieve the research objectives it was created, correspondingly, a conceptual construct combining information sciences and autobiographical studies, and a methodological construct based on the auto/biographical narrative research, both intended to (re)construct Godofredo Ferreira's Personal Archive life narrative.

Godofredo Ferreira's Personal Archive life narrative (re)construction began by collecting biographical data about his creator and by exposing the information characteristics that belong to the personal archive, followed by the analysis of the way in which Godofredo Ferreira represented himself in his personal archive. It was concluded through the (re)construction process that even though Godofredo Ferreira lived a life defined by multiple social roles he knowingly chose to limit his self-representation to his researcher's role, by which he studied CTT's company history as well as Portugal's communications. Through this choice, Godofredo Ferreira achieved agency aiming to be recognized between his peers as an authority figure as a researcher, but also, aiming to be remembered for future generations of CTT's employers and fellow researchers.

Keywords: personal archive; life narrative; auto/biography

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE ABREVIATURAS	8
INTRODUÇÃO	9–11
PARTE I: O ARQUIVO PESSOAL COMO CONSTRUÇÃO AUTO/BIOGRÁFICA	12–100
CAPÍTULO 1: ARQUIVOS PESSOAIS: RUMO À VALORIZAÇÃO DA SUBJECTIVIDADE DO SEU POTENCIAL INFORMACIONAL	12–41
1.1. Em busca de uma definição de ‘arquivo pessoal’	12–22
1.1.1. O labirinto terminológico	17–19
1.1.2. Arquivos pessoais e/ou de família?	20–22
1.2. Arquivos pessoais: um tópico de investigação emergente	22–28
1.3. O valor informacional dos arquivos pessoais	29–41
1.3.1. O (não)lugar do ‘arquivo pessoal’ na teoria arquivística clássica	29–34
1.3.2. O pessoal, o subjectivo e o construído nos arquivos pessoais	34–40
1.3.3. Perspectivas para o futuro	40–41
CAPÍTULO 2: DA AUTOBIOGRAFIA ÀS NARRATIVAS DE VIDA AUTO/BIOGRÁFICAS	42–66
2.1. Autobiografia e a teoria autobiográfica	42–52
2.1.1. O percurso histórico da escrita autobiográfica	44–48
2.1.2. As três gerações da teoria autobiográfica	48–52
2.2. Narrativas de vida: espaços de auto-representação e auto-construção	53–66
2.2.1. Histórias de vida no contexto da auto/biografia	54–57
2.2.2. A subjectividade da construção da narrativa, do narrador e do ‘outro’	57–66
CAPÍTULO 3: AS NARRATIVAS DE VIDA DOS ARQUIVOS PESSOAIS	67–100
3.1. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais	67–77
3.2. Narrativas de vida e arquivos pessoais: uma dimensão auto/biográfica	77–88
3.3. A construção e (re)construção de narrativas de vida de arquivos pessoais	88–100
PARTE II: A (RE)CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE VIDA DO ARQUIVO PESSOAL GODOFREDO FERREIRA	101–145
CAPÍTULO 4: MÉTODOS	101–123
4.1. O método biográfico narrativo: intercepções entre o método biográfico e a investigação narrativa	105–112

4.2. O método auto/biográfico narrativo: análise narrativa através da abordagem auto/biográfica	113–121
4.3. Justificação do método, vantagens e limitações do estudo.....	122–123
CAPÍTULO 5: (RE)CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE VIDA DO ARQUIVO PESSOAL GODOFREDO FERREIRA	124–145
5.1. Resultados	124–131
5.2. Discussão	132–145
CONCLUSÃO	146–151
BIBLIOGRAFIA E FONTES	152–163
ANEXOS	164–167
Anexo A: 24 Estratégias para a leitura de narrativas de vida	164–167
APÊNDICES	168–186
Apêndice A: Lista de conceitos operatórios	168–169
Apêndice B: Esquema escrita de vida	170
Apêndice C: Tipos de narrativas de vida	171
Apêndice D: Cronologia da vida de Godofredo Ferreira	172–182
Apêndice E: Número de publicações de Godofredo Ferreira por ano (1919-1981)	183
Apêndice F: (Re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira	184–186

LISTA DE ABREVIATURAS

APGF – Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira

APAHP – Associação Portuguesa de Arquivos Históricos Privados

BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivísticas e Documentalistas

ICA – International Council on Archives

FPC – Fundação Portuguesa das Comunicações

SAA – Society of American Archivists

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da
Fundação Getulio Vargas

GT-AFPE - Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família, Pessoais e Espólios

INTRODUÇÃO

O facto de que qualquer arquivo pessoal acarreta uma dimensão autobiográfica (e por isso, uma dimensão subjectiva) do seu produtor corresponde a um aspecto que é facilmente reconhecido pelos profissionais da informação que trabalham com estes conjuntos informacionais. Contudo, a teoria arquivística clássica adoptou como argumentos para a recusa do estatuto arquivístico dos arquivos pessoais, não só a defesa da ausência de organicidade nestes conjuntos informacionais, como a própria natureza subjectiva do seu potencial informacional. Este fenómeno deu origem a uma complexidade terminológica que se verificou sintomática do fraco desenvolvimento epistemológico existente sobre o tema; fenómeno que se encontra em franco progresso, no qual se assiste a um crescente estudo destes conjuntos informacionais, num movimento no qual a nossa investigação se enquadra.

A presente dissertação procura analisar o fenómeno da dimensão autobiográfica que o produtor do arquivo pessoal fixa no conjunto informacional, o que nos conduziu a articular esta investigação em duas partes, uma primeira de carácter eminentemente teórico (Parte I), e a segunda de natureza prática (Parte II), ambas desenhadas em diálogo mútuo em busca da resposta à pergunta: de que modo Godofredo Ferreira se auto-representou no seu arquivo pessoal?

Para o alcance da resposta desta que foi a pergunta de partida que orientou toda a investigação, foi desenvolvido um dispositivo conceptual e metodológico capaz de alcançar os dois objectivos gerais da presente dissertação, fixos, respectivamente, na Parte I “O arquivo pessoal como construção auto/biográfica” (Capítulos 1, 2 e 3), na qual desenvolvemos um quadro teórico capaz de justificar o modo como os arquivos pessoais correspondem a construções auto/biográficas, dado o facto de estes serem detentores de uma narrativa de vida do seu produtor, sendo esta passível de ser (re)construída; e na Parte II “A (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira” (Capítulos 4 e 5), responsável pela (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira, gesto que pretende testar as hipóteses lançadas no quadro teórico desenvolvido na Parte I, analisando o modo como o produtor deste arquivo pessoal nele se auto-representou.

Relativamente à estrutura da presente dissertação, encontra-se no Capítulo 1, “Arquivos pessoais: rumo à valorização da subjectividade do seu potencial informacional”, a problematização do quadro terminológico e conceptual que enquadra os arquivos pessoais, no qual apresentamos o nosso conceito operativo de ‘arquivo pessoal’.

No Capítulo 2, “Da autobiografia às narrativas de vida auto/biográficas”, trabalhamos as problemáticas inerentes às manifestações auto-referenciais através do estudo da teoria autobiográfica, capaz de posicionar a presente dissertação sobre o estudo, não do sujeito autobiografado ou sobre a vida autobiografada, mas sobre a *graphia* da narrativa autobiográfica, sendo que a presente dissertação assenta nesta precisa problemática, reflexo do modo como se articula a pergunta de partida que orienta esta investigação, centrada no estudo sobre *como* foi escrita a narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira, isto é, para a análise da forma *como* o produtor se auto-representou no conjunto informacional.

Cabe ao Capítulo 3, “As narrativas de vida dos arquivos pessoais”, a concretização do primeiro objectivo geral da presente dissertação, isto é, analisar o modo como os arquivos pessoais são marcados por uma dimensão autobiográfica que se caracteriza por um carácter de construção (auto/biográfica). Para tal, coube a este capítulo o desenvolvimento de um quadro teórico capaz de justificar o nosso argumento quanto aos arquivos pessoais corresponderem a construções auto/biográficas, factor assente no facto de estes serem detentores de narrativas de vida, e de estas serem passíveis de serem (re)construídas.

Associado ao primeiro objectivo geral desta investigação, encontra-se o segundo objectivo geral, centrado na interpretação da informação contida no Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira (actualmente sob a tutela da Fundação Portuguesa das Comunicações) segundo a óptica de que esta reflecte a construção auto/biográfica do seu produtor. Para o alcance deste objectivo geral elaborámos a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira. Para tal, foi desenhada a Parte II, articulada no Capítulo 4 “Métodos”, no qual é desenhado um dispositivo metodológico assente no método auto/biográfico narrativo, para que no Capítulo 5, “(Re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira”, fosse analisada a forma como Godofredo Ferreira se auto-representou no seu arquivo pessoal, através da (re)construção da narrativa de vida do conjunto informacional.

Consideramos que a presente dissertação se verifica original dado o facto de que, ao assentar na articulação de dois fenómenos – por um lado, os arquivos pessoais, e por outro, as narrativas de vida – não só abre um novo campo de investigação fruto desta articulação, como contribui para o avanço epistemológico de ambos os fenómenos.

Embora a defesa da presença de uma dimensão autobiográfica nos arquivos pessoais não seja original nesta dissertação (FRAIZ, 1998, p. 60-61; DOUGLAS, 2013, p. 59; MACHADO, SOARES, 2015, p. 1), verifica-se original a elaboração de um quadro teórico capaz de justificar o modo como a dimensão autobiográfica (e auto/biográfica) se articula nos arquivos pessoais, e como se torna possível apreender essa mesma dimensão, ao torna-la compreensível através da sua (re)construção. Complementar à elaboração do quadro teórico mencionado, encontra-se o

exercício prático de testar as suas hipóteses através da (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira, que corresponde, também este, a um gesto original, podendo servir de mote para futuras investigações que possam desenvolver o quadro teórico por nós proposto.

Por seu turno, consideramos que a nossa dissertação se verifica pertinente na medida em que pretende valorizar os arquivos pessoais pela subjectividade que os caracteriza, em pro do entendimento destes conjuntos informacionais por aquilo que eles são – subjectivos, parciais, não neutros, ficcionados, construídos – em vez de negar tais características, ou, devido a estas, lhes ser renunciado estatuto arquivístico. Alternativamente, a nossa dissertação pretende enquadrar os arquivos pessoais enquanto fundos arquivísticos cujo valor informacional reside no seu efectivo cunho subjectivo e auto/biográfico, considerando o seu valor-informacional-subjectivo como complementar ao valor-informacional-testemunhal dos arquivos administrativos. Consideramos que através do potencial informacional de ambos, entendidos como complementares e não como opostos irreconciliáveis, tal como o modelo dos *Total Archives* propõe, torna-se possível entender a sociedade no seu todo, quer os sujeitos, quer as instituições (enquanto estruturas de ordem social) que lhe dão forma.

A um nível mais concreto e pragmático, a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira permite uma primeira investida em direcção ao estudo da vida e obra de Godofredo Ferreira, seu produtor, abrindo espaço para a valorização e divulgação dos contributos desta figura para os CTT, empresa da qual foi funcionário, bem como para a Fundação Portuguesa das Comunicações, sob a qual o Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira se encontra actualmente à guarda. Embora a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira não seja conduzida com o objectivo de realizar uma biografia compreensiva do indivíduo, circunscrevendo-se apenas à análise do modo como este se auto-representou no seu arquivo pessoal, estamos conscientes de que um subproduto da presente dissertação assenta no estudo e memorização da vida e obra de Godofredo Ferreira.

PARTE I: O ARQUIVO PESSOAL COMO CONSTRUÇÃO AUTO/BIOGRÁFICA

CAPÍTULO 1

ARQUIVOS PESSOAIS: RUMO À VALORIZAÇÃO DA SUBJECTIVIDADE DO SEU POTENCIAL INFORMACIONAL

1.1. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE ‘ARQUIVO PESSOAL’

Como em qualquer tópico de investigação, o domínio terminológico verifica-se imprescindível na fase inicial do processo investigativo. Para o estudo do fenómeno dos arquivos pessoais, esta preocupação verifica-se de especial importância.

Para além do quadro conceptual, de modo a estabelecer os conceitos operatórios que nos virão a auxiliar a conduzir a presente pesquisa, importa, antes de mais, demarcar claramente as fronteiras terminológicas presentes na bibliografia do tema. Esta preocupação prende-se com uma procura por facilitar, quer o leitor, quer o investigador, no processo de percorrer o labirinto terminológico presente na bibliografia sobre o tema, marcada por múltiplos termos para a identificação do fenómeno de que nos ocuparemos nesta pesquisa: os arquivos pessoais.

À necessidade de definir os conceitos operatórios desta pesquisa e à necessidade de reduzir a complexidade terminológica que envolve os arquivos pessoais, acresce o facto de termos detectado na literatura que a própria definição de arquivo pessoal não se verifica devidamente consolidada, aspecto que reforça a pluralidade de termos e significados. A inexistência de uma definição sólida e consensual de arquivo pessoal reside no facto de este ser um tópico de investigação emergente. Pretendemos com esta pesquisa contribuir com uma definição de arquivo pessoal, que procure identificar a natureza do fenómeno e as suas características.

Antes de mergulharmos na complexidade do quadro terminológico que envolve o estudo dos arquivos pessoais, importa recorrer, desde já, a uma breve definição. Apesar de a definição que citamos não corresponder ao conceito operatório no qual iremos alicerçar a presente pesquisa, permitir-nos-á uma primeira investida em direcção à *nossa* definição de arquivo pessoal.

No *Glossary of archival and records terminology*, da Society of American Archivists (SAA)¹, o conceito de *personal papers* corresponde a «documents created, acquired, or received

¹ Optámos por recorrer à definição proposta pela SAA e não por uma referência nacional, como é o caso do *Dicionário de terminologia arquivística*, pelo facto de esta obra não compreender uma definição de

by an individual in the course of his or her affairs and preserved in their original order (if such order exists)» (PEARCE-MOSES, 2005, p. 292). Destaca-se, desde logo, o facto de a definição que a SAA propõe dizer respeito ao conceito de *personal papers*, que corresponde a um dos termos utilizados pelo contexto anglo-saxónico para a referência a arquivos pessoais. Mas esquecemos por momentos a multiplicidade da terminologia e tomemos atenção à definição proposta.

Ao analisar a definição da SAA, verificamos, em primeiro lugar, que um arquivo pessoal surge no contexto de uma pessoa física (em oposição à pessoa colectiva, associada aos arquivos administrativos, isto é, aos arquivos desenvolvidos a partir de pessoas colectivas de natureza pública ou privada). Em segundo lugar, verificamos que a pessoa física – o indivíduo produtor do arquivo pessoal – é responsável pela criação, aquisição e recepção de documentos ao longo da sua vida, sendo estes os documentos que compõem o seu arquivo pessoal.

Em busca de abranger a análise do campo terminológico de outras línguas, através do auxílio da ferramenta "Multilingual Archival Terminology" do International Council on Archives (ICA), base de dados interactiva e *online*, verificamos que nos contextos da arquivística francesa e espanhola, ambos empregam termos que estabelecem paralelo ao termo *personal papers* que marca o contexto terminológico anglo-saxónico, ao utilizar, respectivamente, os termos *papiers personnels*, aos quais corresponde «documents privés accumulés par un individu, lui appartenant et dont il dispose à son gré» (MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY, 2015c), e o termo *papeles*, entendidos enquanto «una acumulación natural de documentos personales y familiares» (MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY, 2015b).

Ao analisar os conceitos propostos pela terminologia arquivística francesa e espanhola, são desde logo levantadas questões relativamente ao enfoque dado ao suporte no qual se fixa a informação, aspecto que iremos procurar responder mais à frente nesta pesquisa, mas que, no entanto, nos parece pertinente desde já alertar. Segundo a terminologia espanhola é sugerido que *papeles* corresponde a um termo que se aplica quer a arquivos pessoais quer familiares. Existirão diferenças conceptuais entre arquivo pessoal e arquivo familiar? Por seu turno, a afirmação de que os *papiers personnels* «dont il dispose à son gré» (MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY, 2015c) evidencia a intencionalidade e manipulação associada ao modo como o indivíduo produz e organiza o conjunto informacional. Quais as implicações desta premissa?

arquivo pessoal. Compreende sim, como veremos mais à frente, uma definição de arquivo familiar que entende os arquivos pessoais como seus potenciais constituintes. Ao fazê-lo, este Dicionário não assume os arquivos pessoais como uma realidade isolada, mas sempre dependente de um arquivo familiar. De igual modo, a escolha pela apresentação da definição proposta pela SAA prende-se também com o facto de esta oferecer uma definição mais ampla do que uma mera referência ao facto de um arquivo pessoal ser produzido por uma pessoa física.

Ainda na análise do léxico desenvolvido pelo ICA, verifica-se que o recurso ao termo por nós adoptado na presente pesquisa de ‘arquivo pessoal’ surge apenas no contexto da língua portuguesa, apresentando, contudo, a limitada definição de «arquivo de pessoa física» (MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY, 2015a). A terminologia apresentada nas demais línguas verifica-se debruçada sobre os termos ‘papéis’, ‘papéis pessoais’, ‘manuscritos’ e ‘arquivos privados’, termos estes que como iremos ver mais à frente, se verificam problemáticos para descrever o fenómeno dos arquivos pessoais. Embora o recurso ao termo arquivo pessoal (e seus equivalentes na tradução do conceito para outras línguas) não seja exclusivo do contexto da terminologia arquivística lusófona, factor que se verificará claro ao longo desta pesquisa, é, não obstante, interessante de evidenciar que na ferramenta "Multilingual Archival Terminology" seja a única língua a apresentar a utilização deste termo.

Continuando no contexto da arquivística lusófona, vejamos agora a definição de arquivo pessoal proposta por Lucia Oliveira: «conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas actividades e função social» (OLIVEIRA, 2012, p. 33, grifo nosso). Na sua proposta, a autora amplia a actuação do produtor do arquivo pessoal para além de este ser o responsável pela entrada de «documentos produzidos, ou recebidos», isto é, pela entrada de *inputs* de informação no arquivo pessoal. Lucia Oliveira propõe que, além de ser o responsável pela entrada de *inputs*, o produtor do arquivo pessoal é também responsável por os ‘manter’. Embora a autora não clarifique o que entende por ‘manter’, parece-nos que se refere ao acto do produtor salvar e preservar os *inputs*. Por outras palavras, com a expressão ‘manter’, Lucia Oliveira entende o acto de ‘guardar’ os *inputs* do arquivo pessoal, garantido a sua não deterioração.

Embora a proposta de Lucia Oliveira seja pertinente quanto à defesa de que o produtor do arquivo pessoal actua a outros níveis que não se limitam à entrada de *inputs*, propondo que ele seja também responsável por ‘manter’ esses mesmos *inputs*, consideramos que o produtor do arquivo pessoal actua a um nível mais amplo.

Uma vez que percebemos o arquivo pessoal na qualidade de sistema de informação, consideramos que o seu produtor se encontra envolvido, não apenas no processo de entrada de *inputs*, mas na total gestão de informação do arquivo pessoal. Vejamos a seguinte definição de gestão de informação:

«lidar, administrar, encontrar soluções práticas desde a génese até ao efeito multiplicador do fluxo da informação e compreende um conjunto diversificado de actividades, a saber: produção, tratamento, registo e guarda, comunicação e uso da

informação» (DICIONÁRIO ELETRÓNICO DE TERMINOLOGIA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, s.d.).

Ao recorrer ao conceito de gestão de informação verificam-se incluídas as acções propostas por Lucia Oliveira (quer a entrada de *inputs* quer a acção de ‘manter’ esses mesmos *inputs*), mas não só. Através do recurso ao conceito de gestão de informação, a actuação do produtor do arquivo pessoal é ampliada para uma aceção holística, em que o produtor se encontra activamente envolvido em todas as actividades inerentes à contínua manutenção da informação do arquivo pessoal, sendo o responsável pela entrada de *inputs*, pelo tratamento e uso da informação (*outputs*).

Por outras palavras, ao aplicarmos o conceito de gestão de informação ao arquivo pessoal, e o papel de gestor de informação ao seu produtor, encontramos-nos a afirmar que cabe ao produtor as acções de criar, adquirir e receber informação (*inputs*), mas também a todas as acções que impliquem uma alteração do estado da informação contida no arquivo pessoal, nomeadamente, alterar, acrescentar ou eliminar informação, alterar a organização ou o acondicionamento da informação (tratamento). O produtor tem ainda responsabilidade sobre o modo como a informação contida no arquivo pessoal é reproduzida, difundida ou acessível (*outputs*).

Ressaltamos o facto de a gestão da informação do arquivo pessoal não se limitar à acção do indivíduo seu produtor, uma vez que, após o momento em que este deixe de ser o proprietário do arquivo pessoal (por motivo de morte, venda, doação, ou outro), a gestão da informação do arquivo pessoal passa a ser da responsabilidade do seu novo proprietário (familiares, amigos, arquivo, biblioteca, etc.).

Embora a disciplina da arquivística urja o respeito pelos princípios da proveniência e da ordem original, princípios responsáveis por cristalizar a informação dos fundos arquivísticos tal como foram produzidos pelo seu produtor, evitando assim a sua fragmentação e descontextualização, o respeito por estes princípios nem sempre é cumprido nos arquivos pessoais. Este fenómeno deve-se – tal como iremos mais à frente verificar – ao facto de os arquivos pessoais encontrarem entraves ao reconhecimento do seu estatuto arquivístico. Significa isto, que os arquivos pessoais são por vezes percebidos como um objecto fora do campo de estudo e trabalho da disciplina da arquivística, e, conseqüentemente, fora da área de actuação da ciência da informação.

De modo a demonstrarmos o modo como a validade e aplicabilidade do respeito pelos princípios da proveniência e pela ordem original são frequentemente colocados em causa, quando referentes aos arquivos pessoais, voltamos a repetir a definição proposta pela SAA para

arquivos pessoais: «documents created, acquired, or received by an individual in the course of his or her affairs and *preserved in their original order (if such order exists)*» (PEARCE-MOSES, 2005, p. 292, grifo nosso). Na definição proposta pela SAA é equacionada a possibilidade de um arquivo pessoal poder respeitar o princípio da ordem original (associado ao princípio da proveniência, e como tal, princípio tradicionalmente considerado fundamental da teoria arquivística), contudo, a adição da expressão «if such order exists» revela sérias dúvidas quanto a essa possibilidade.

Embora regressemos ao debate desta questão mais tarde nesta pesquisa, destacamos, deste já, o apelo de Armando Malheiro da Silva para que no caso dos arquivos pessoais se verifique necessário que «valorizemos interpretativamente tanto a ‘desorganização’ como a ‘organização’ originais» (SILVA, 1997, p. 91).

Analisemos agora a natureza da informação contida nos arquivos pessoais. Voltando à definição proposta por Lucia Oliveira, assistimos à defesa de que os arquivos pessoais compreendem informação que decorre das actividades e funções sociais do seu produtor (OLIVEIRA, 2012, p. 33). Deste modo, podemos afirmar que a informação contida nos arquivos pessoais, não só decorre, como espelha também os papéis sociais desempenhados em vida pelo produtor do arquivo pessoal, quer ao nível da esfera pessoal, quer profissional. Mais ainda, dada a complexidade dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, os arquivos pessoais assumem informação fixa em suportes diversos: papel, filme, objectos tridimensionais, digital, etc.

Verificámos até aqui que um arquivo pessoal pressupõe: (1) ser produzido por uma pessoa física; (2) a informação contida decorrer e espelhar os papéis sociais desempenhados em vida pelo seu produtor; (3) dada a complexidade dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, a natureza informacional dos arquivos pessoais pode ser fixa em qualquer tipo de suporte; (4) o produtor é responsável pela gestão da informação do arquivo pessoal, actuado de modo holístico sobre a entrada de *inputs*, tratamento e uso da informação (*outputs*).

Com base no conjunto de formulações que viemos a debater, propomos uma definição de arquivo pessoal que nos servirá de conceito operativo nas próximas páginas. Retomaremos mais tarde a discussão desta definição, após analisadas as linhas de pensamento delineadas pelos especialistas, com o objectivo de redefinir, e definitivamente propor, a *nossa* definição de arquivo pessoal.

Para já, entendemos arquivo pessoal como: *sistema de informação produzido por pessoa física, cuja informação, fixa em qualquer suporte, espelha os papéis sociais desempenhados em vida pelo seu produtor. Cabe ao produtor do arquivo pessoal gerir a*

informação do arquivo pessoal, actuando na entrada de inputs, bem como no tratamento e uso da informação contida no conjunto informacional (outputs).

1.1.1. O LABIRINTO TERMINOLÓGICO

Após uma primeira investida sobre algumas características que enquadram o estudo dos arquivos pessoais, importa agora analisar o problema da pluralidade de termos utilizados para designar o que vimos entender por arquivo pessoal, são eles: o termo ‘arquivo privado’; o termo ‘papéis’, ‘papéis pessoais’ ou ‘papéis privados’; o termo ‘manuscritos’, ‘manuscritos históricos’, ‘manuscritos privados’ ou ‘coleção de manuscritos’; e por fim, o termo que adoptamos, o de ‘arquivo pessoal’.

Note-se que apesar de apresentarmos em língua portuguesa os termos acima indicados, estes correspondem a uma tradução nossa. Embora estes termos tenham sido adoptados nos contextos anglo-saxónico, francófono e hispanofónico², no caso lusófono a situação articulou-se de modo diferente, tendo sido adoptado o termo ‘arquivo pessoal’, mas também os termos ‘coleção’ e ‘espólio’.

Começemos por comentar a utilização do termo ‘arquivo privado’ para a referência ao fenómeno dos arquivos pessoais. O recurso a ‘arquivo privado’ verifica-se particularmente problemático, na medida em que um arquivo privado corresponde a um arquivo criado por uma pessoa colectiva privada, o que nem sempre enquadra o contexto em que se desenvolvem os arquivos pessoais.

Embora um arquivo pessoal surja habitualmente no contexto da esfera privada, existem também casos em que são desenvolvidos na esfera pública, como servem de exemplo os arquivos pessoais de titulares de cargos políticos. Note-se que «podem existir casos em que um mesmo arquivo é simultaneamente público, segundo um determinado ordenamento jurídico, e privado, segundo um outro ordenamento jurídico», verifica-se, pois, que «o carácter exclusivamente privado de um arquivo foi e é uma questão problemática» (GARCIA, 1998, p. 177).

Voltemos agora a nossa atenção para o recurso aos termos ‘papéis’ e ‘manuscritos’, cuja utilização reporta às características físicas em que se fixa a informação contida no arquivo pessoal. Enquanto ‘papéis’ reporta para o suporte da informação (limitando o suporte ao

² Cf. INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – Personal papers. **Multilingual archival terminology** [Em linha]. Paris: ICA, actual. 30 Set. 2005. [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.ciscra.org/mat/mat/term/263>>

formato em papel), ‘manuscrito’ remete à técnica através da qual a informação é fixa (tinta transferida manualmente em papel ou pergaminho).

Por outras palavras, a utilização dos termos ‘papéis’ e/ou ‘manuscritos’ para identificar aquilo que aqui designamos por arquivos pessoais expressa, implicitamente, que a informação nestes contida é exclusivamente fixa no suporte papel e/ou composta por manuscritos. Deste modo, verifica-se excluído qualquer outro suporte ou veículo de fixação de informação, contrariando aquilo que anteriormente defendemos, quanto ao facto de, dada a complexidade de papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, os arquivos pessoais poderem conter informação fixa em qualquer suporte.

No que diz respeito à utilização do termo ‘coleção’, esta reforça a problemática de que o arquivo pessoal não possui estatuto arquivístico. Entendidos como conjuntos informacionais que resultam de uma reunião artificial – isto é, uma coleção – em oposição ao modo orgânico e natural como são produzidos os fundos arquivísticos, os arquivos pessoais vêm rejeitado o seu estatuto arquivístico.

Embora seja mais evidente na utilização do termo ‘coleção’, verifica-se que a escolha em utilizar qualquer um dos termos – ‘papéis’, ‘manuscritos’ ou ‘coleção’ – reflecte uma intenção, consciente ou não, de negar estatuto arquivístico aos arquivos pessoais (OLIVEIRA, 2012, p. 31). O problema da recusa do estatuto arquivístico destes arquivos, argumentos em sua defesa e respectivas consequências, serão aspectos mais à frente abordados.

Consideramos que a adopção dos termos que temos vindo a analisar se verificam redutores face ao potencial informacional dos arquivos pessoais, uma vez que contrariam dois pressupostos que defendemos: (1) o arquivo pessoal contém informação fixa em qualquer suporte; e (2) o arquivo pessoal é detentor de estatuto arquivístico, pelo que corresponde a um conjunto informacional com características de fundo arquivístico, motivo pelo qual se justifica a necessidade de serem respeitados os princípios da proveniência e da ordem original nestes conjuntos informacionais. Ora, se por um lado, o recurso aos termos ‘papéis’ e ‘manuscritos’ contrariam o primeiro pressuposto (1), ‘coleção’ contraria o segundo (2).

Note-se que o termo ‘coleção’ é deliberadamente utilizado em oposição ao conceito de ‘fundo’ (INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO, 1993, p. 22, 52). Ao utilizar o termo ‘coleção’ para a referência aos arquivos pessoais, os princípios da proveniência e da ordem original são automaticamente colocados em causa, uma vez que estes princípios são cumpridos no que diz respeito a fundos arquivísticos, mas não em coleções.

Outro termo problemático é o de ‘espólio’, termo adoptado no contexto português, e que, na nossa perspectiva, se encontra desajustado à realidade dos arquivos pessoais.

Veja-se, a título de exemplo, o nome do Grupo de Trabalho criado pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD): “Arquivos de Família, Pessoais e Espólios”. Ou outro exemplo, o caso da Biblioteca Nacional de Portugal que, entre 1982 e 1997, reuniu os seus arquivos pessoais na denominada “Área de Espólios”. Embora o conjunto de arquivos pessoais da BNP assumia, desde 1997, a bem mais pertinente designação de “Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea”, continua a nomear os arquivos pessoais que compõem este Arquivo segundo a designação de ‘espólios’ (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 2017).

Logo em 1997, Armando Malheiro da Silva apontou para a ineficiência da aplicação deste termo dada a «sua promíscua abrangência», remetendo o leitor para a consulta de uma definição geral do termo (SILVA, 1997, p. 80). Efectivamente, qualquer dicionário nos informa que a palavra “espólio” surge do «latim *spoliū*, ‘despojo’» correspondendo a «bens que ficaram por morte de alguém (...)[,] produto de uma espoliação ou de um roubo[,], despojos de guerra» (INFOPÉDIA DICIONÁRIOS PORTO EDITORA, 2003-2017).

Embora o recurso ao termo ‘espólio’ procure sugerir – tal como acontece com a utilização do termo ‘coleção’ – uma ausência de organicidade no conjunto informacional (SILVA, 1997, p. 80), o recurso a ‘espólio’ verifica-se particularmente desadequado, uma vez que um arquivo pessoal em nada se define por ser um «produto de uma espoliação ou de um roubo» (INFOPÉDIA DICIONÁRIOS PORTO EDITORA, 2003-2017). Sugerimos pois, que, caso o objectivo seja a identificação de um conjunto informacional reunido por um indivíduo que não responda às características já aqui indicadas que caracterizam arquivo pessoal, esta unidade informacional possa efectivamente ser identificada por coleção, mas nunca poderá assumir a designação de espólio.

Acautelamos que não é por um conjunto informacional ter sido produzido, e sua informação gerida por uma pessoa física, que este corresponde automaticamente a um arquivo pessoal, nem tão pouco que esse mesmo conjunto informacional corresponde a uma coleção. Só uma análise cuidada da informação contida nos poderá indicar a que tipo de conjunto informacional estamos perante.

Esta análise deve ter em atenção a existência das ‘falsas’ coleções para que Armando Malheiro da Silva nos alerta (SILVA, 1997, p. 81). Alerta este que gostaríamos de ver também alargado aos potenciais ‘falsos’ arquivos pessoais. Significa isto, que a identificação de um conjunto informacional enquanto ‘arquivo pessoal’ ou enquanto ‘coleção’ é válido. Contudo, independentemente da designação adoptada, esta terá de ser conscientemente atribuída, tendo em atenção à definição de ambos os conceitos e às especificidades de cada um destes conjuntos informacionais.

1.1.2. ARQUIVOS PESSOAIS E/OU DE FAMÍLIA?

Verificámos até agora que o estudo dos arquivos pessoais é dificultado por dois factores: por um lado, pela ausência de uma definição sólida e consensual entre os especialistas quanto ao conceito de arquivo pessoal; e por outro, pelo facto de os termos utilizados para a referência aos arquivos pessoais assumirem um número excessivo de formas, e, dada natureza das formas que estas assumem, limitarem o potencial informacional dos arquivos pessoais.

Iremos de seguida abordar um último obstáculo relacionado com a complexidade terminológica e conceptual que enquadra o estudo dos arquivos pessoais: o facto da fronteira que separa as definições de arquivo pessoal e de arquivo familiar ser ténue, o que não só é sintomático da não clarificação sobre o que compõe um e outro conceito, como também perpetua esse mesmo problema.

Verifica-se que não é no conceito de arquivo familiar que se encontram dificuldades conceptuais, uma vez que a sua aceção parece-nos ser apreendida de forma consensual por parte dos especialistas. Vejamos a definição de arquivo familiar proposta pelo já aqui referido *Glossary da SAA*:

«Records created or collected by a group of individuals who are closely related by ancestry and relating to their personal and private affairs. (...) Family papers may span generations or may pertain only to an immediate family group. Papers that are predominantly associated with a single individual are often described as personal papers, even if they contain materials from other family members»
(PEARCE-MOSES, 2005, p. 161)

Nesta definição verifica-se que um arquivo familiar pode ser constituído por vários arquivos pessoais quando estes reúnem informação predominantemente referente a um indivíduo constituinte da família.

Nesta situação podem ser percebidos dois tipos de arquivos pessoais no contexto dos arquivos familiares, como nos ilustra Armando Malheiro da Silva na sua aplicação da abordagem sistémica à realidade dos arquivos familiares e pessoais (SILVA, 2004): (1) o 'arquivo pessoal' na qualidade de sub-sistema do sistema 'arquivo familiar', isto é, o arquivo pessoal como unidade hierarquicamente inferior à unidade arquivo familiar; e (2) o arquivo pessoal que outrora foi sub-sistema mas que se tornou autónomo, transformando-se, por esse motivo, é próprio 'sistema'. Referimo-nos neste último, aos casos em que, por um qualquer motivo, é isolado do conjunto informacional que compõe um arquivo familiar a informação que diz

respeito a um único membro da família, informação essa que vem a constituir um arquivo pessoal, por via de um artificialismo técnico criado, regra geral, por um profissional da informação³.

Entendemos que o problema da “fronteira ténue” que identificámos anteriormente como um obstáculo terminológico e conceptual com consequências directas no estudo dos arquivos pessoais, corresponde à falta de uma concreta delimitação entre (a) o que é que constitui um arquivo pessoal cuja produção surgiu no contexto de um arquivo familiar, e (b) o que constitui um ‘verdadeiro’ arquivo pessoal.

Embora as características de um arquivo pessoal, cuja produção remonte a um arquivo familiar, sejam idênticas a um ‘verdadeiro’ arquivo pessoal, em tese, o primeiro será sempre um arquivo familiar. No caso do ‘verdadeiro’ arquivo pessoal, esse, mesmo que contenha informação referente à relação entre o produtor do arquivo e seus familiares, será, na sua essência, sempre um arquivo pessoal, desde, e enquanto, o seu conteúdo espelhar os papéis sociais desempenhados pelo seu produtor. No momento em que o conteúdo deste arquivo pessoal vier a espelhar os papéis sociais de diferentes membros da família do seu produtor, aí estaremos a assistir a um arquivo pessoal a transformar-se num arquivo familiar.

Não pretendemos defender que arquivos pessoais que resultem da fragmentação de um arquivo familiar não correspondem a ‘verdadeiros’ arquivos pessoais. Qualquer arquivo pessoal – quer tenha sido concebido de raiz por uma pessoa física, ou resultado da fragmentação de um arquivo familiar – será sempre um ‘verdadeiro’ arquivo pessoal, desde que garantidas as características que defendemos anteriormente nesta pesquisa como definidoras deste conceito⁴. Contudo, consideramos que estas são duas realidades que, embora em termos práticos correspondam ao mesmo tipo de informação, na sua essência (leia-se: proveniência) divergem. A recusa em identificar e trabalhar estas diferenças traz e continuará a trazer consequências nefastas ao entendimento das especificidades dos arquivos pessoais e dos arquivos familiares, quer a nível técnico, quer a nível epistemológico.

Procurámos nestas páginas iniciar uma primeira etapa na discussão sobre o conceito de arquivo pessoal. Não damos como encerrada esta discussão, pretendendo retomá-la no final

³ Da fragmentação de um arquivo família surgem questões particularmente interessantes sobre o que acontece ao respeito pela ordem original – no arquivo familiar que se mantém, caso se mantenha, e no arquivo pessoal que se isola – e ao modo como a gestão da informação contida no arquivo pessoal se espelha neste acto. Apesar de não caber à presente pesquisa este estudo, gostaríamos de levantar este problema para futuras investigações.

⁴ Relembramos a definição provisória por nós desenvolvida anteriormente para arquivo pessoal: *sistema de informação produzido por pessoa física, cuja informação, fixa em qualquer suporte, espelha os papéis sociais desempenhados em vida pelo seu produtor. Cabe ao produtor do arquivo pessoal gerir a informação do arquivo pessoal, actuando na entrada de inputs, bem como no tratamento e uso da informação contida no conjunto informacional (outputs).*

deste capítulo, após uma análise atenta às questões e provocações que os teóricos que se debruçaram sobre o tema têm vindo a lançar.

Analisámos até aqui aquilo que caracterizámos por “labirinto terminológico”, o que nos levou a verificar que a multiplicidade e o tipo de termos que têm vindo a ser empregues para definir e caracterizar a natureza dos arquivos pessoais é nitidamente limitadora do seu potencial informacional, e, conseqüentemente, também limitadora do seu estudo. De modo a contornar o “labirinto terminológico”, adoptamos nesta pesquisa o termo ‘arquivo pessoal’, o que pretende, não só anexar-lhe o constructo conceptual que desenvolvemos ao propor a *nossa* definição de arquivo pessoal, deste que será um dos conceitos operatórios basilares da presente dissertação, mas pretendemos também, ao adoptar o termo ‘arquivo pessoal’, reivindicar o efectivo reconhecimento do estatuto arquivístico destes conjuntos informacionais.

Por outras palavras, ao adoptar o termo ‘arquivo pessoal’, pretendemos posicionarmo-nos junto daqueles que consideram que os arquivos pessoais pertencem ao campo de actuação e estudo da disciplina da arquivística, *apesar* – e este *apesar* será amplamente trabalhado mais à frente – de ser inerente aos arquivos pessoais especificidades que não se encontram presentes nos arquivos administrativos (arquivos estes que correspondem à base de toda a teoria que alicerça a *praxis* arquivística).

Antes de mergulharmos na problematização dos arquivos pessoais – identificando os problemas que levantam à teoria arquivística clássica, e quais as potencialidades que possibilitam em direcção a uma disciplina arquivística capaz de integrar na sua prática e teoria os arquivos pessoais – iremos de seguida verificar o modo como os arquivos pessoais têm vindo a ser alvo de um crescente interesse por parte da comunidade científica, correspondendo hoje a um tópico de investigação emergente.

1.2. ARQUIVOS PESSOAIS: UM TÓPICO DE INVESTIGAÇÃO EMERGENTE

Cabe a este capítulo mapear o modo como os arquivos pessoais têm vindo a ser alvo de um crescente interesse, não só por parte da comunidade científica, mas do público em geral. Iremos verificar que apesar da (tímida) valorização dos arquivos pessoais remeter a meados do século XIX, podemos afirmar que o seu estudo corresponde, actualmente, a um tópico de investigação emergente, cujo despertar ocorreu nos últimos anos do século XX.

Salientamos um aspecto: ao afirmarmos que o estudo dos arquivos pessoais corresponde a um tópico emergente, referimo-nos ao crescente número de publicações, e à intensificação da problematização e discussão do tema, quer por parte dos profissionais e

académicos que posicionam a arquivística enquanto ciência autónoma, quer – e de acordo com a aceção em que nos posicionamos – por aqueles que a estudam enquanto disciplina enquadrada junto de uma ciência transdisciplinar, a ciência da informação.

Lucia Oliveira, na sua tese de doutoramento, faz uma importante análise do percurso traçado para a valorização dos arquivos pessoais em França, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. Na sua análise, a autora revela o modo como, nestes países, o percurso para a valorização dos arquivos pessoais decorreu de modo similar, tendo, transversalmente, a valorização dos arquivos pessoais iniciado a partir do século XIX por via da História (OLIVEIRA, 2012, p. 24-31).

Através do estudo conduzido pela autora, podemos concluir que, embora as especificidades de cada contexto varie e a ordem de acontecimentos seja intermutável, quer na França, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, ocorreram os seguintes momentos:

- Historiadores demonstram interesse pelos arquivos pessoais considerados de interesse público, assumindo para si o papel de reivindicar a necessidade de salvaguardar estes conjuntos informacionais, considerados como fonte de informação para a história nacional;
- Após a consolidação do valor histórico dos arquivos pessoais, instituições de alcance nacional – como é o caso do Arquivo e/ou Biblioteca Nacional – reservam para si a responsabilidade de salvaguardar e incentivar o estudo dos arquivos pessoais;
- São tomadas acções que procuram inventariar os arquivos pessoais existentes em território nacional;
- Com o advento da Primeira Guerra Mundial, e sobretudo após a Segunda, as acções de salvaguarda e estudo dos arquivos pessoais tornam-se exponencialmente maiores, dado o perigo da destruição destes, e, com a sua eventual ocorrência, a possível perda da memória nacional (OLIVEIRA, 2012, p. 24-31).

A análise de Lucia Oliveira revela o modo como o percurso em direcção à valorização dos arquivos pessoais, da necessidade da sua salvaguarda e estudo, foi percorrido de modo tímido e gradual. Verifica-se, também, que este foi um percurso conduzido sobretudo por via da História, capaz de identificar o potencial informacional dos arquivos pessoais para a constituição da história nacional, aspecto que foi catapultado pelo advento da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Desde que foi iniciado o processo de valorização dos arquivos pessoais, entre meados do século XIX até aos últimos anos do século XX (período em que surge o despertar da comunidade científica para o estudo dos arquivos pessoais), a teoria arquivística clássica vê serem publicados os seus manuais fundadores, entre eles, as publicações de: Muller, Feith e Fruin, em 1898, com o que ficou conhecido por *Manual dos arquivistas holandeses*; Jenkinson, em 1922, com *A manual of archive administration*; e Shellenberg, em 1956, com o seu *Modern archives: principles & techniques*⁵.

Transversal às três obras acima citadas verifica-se o facto de nenhuma se debruçar sobre o estudo dos arquivos pessoais, e, ao fazê-lo, assumirem a negação do estatuto arquivístico destes conjuntos informacionais. Rob Fisher, num artigo em que pretende revisitar as obras dos fundadores da arquivística anglo-saxónica, afirma que Jenkinson e Schellenberg, ao alicerçarem os seus princípios na premissa de que os arquivos pessoais não eram detentores de estatuto arquivístico, acabaram por definir, mesmo que pela negativa, quais as características destes arquivos, e ao fazê-lo, «they identified and elaborated upon the defining characteristics of private archives, laying the basic foundations for the future development of a theory of private archives» (FISHER, 2009, p. 24).

Salientamos o facto de que, ao definir os princípios fundadores da arquivística excluindo os arquivos pessoais da sua área de actuação, a teoria arquivística clássica abriu caminho para o adiar do estudo dos arquivos pessoais. Efectivamente, este ‘adiar’ materializou-se em 40 anos, desde a publicação de *Modern archives* de Schellenberg, até ao despertar da comunidade científica para as especificidades dos arquivos pessoais a partir da publicação de *Evidence of me*, em 1996, da autoria da arquivista australiana Sue McKemmish, artigo que iremos trabalhar em detalhe mais à frente nesta pesquisa.

Embora *Evidence of me* tenha sido um artigo seminal para o estudo dos arquivos pessoais – em particular para a valorização da componente humana que lhes é inerente – é relevante referir que a publicação deste artigo foi enquadrada no número especial *Personal Recordkeeping Issues and Perspectives*⁶, em 1996, pelo periódico *Archives and Manuscripts*, da responsabilidade da Australian Society of Archivists. Este foi um número exclusivamente

⁵ Cf. MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. – **Manual for the arrangement and description of archives** [Em linha]. Chicago: The Society of American Archivists, 2003. [Consult 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015057022447;view=1up;seq=5>; SCHELLENBERG, T. R. – **Modern archives: principles & techniques** [Em linha]. Chicago: The Society of American Archivists, 2003. [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://files.archivists.org/pubs/free/ModernArchives-Schellenberg.pdf>; JENKINSON, Hilary – **A manual of archive administration** [Em linha]. London: Percy Lund, Humphries, 1937. [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://archive.org/details/manualofarchivea00iljen>

⁶ CUNNINGHAM, Adrian (Ed.) – **Archives and Manuscripts: Personal Recordkeeping Issues and Perspectives** [Número especial]. ISSN 0157-6895 24:1 (1996).

dedicado aos arquivos pessoais, onde foram publicados os primeiros artigos sobre o tema sob uma perspectiva epistemológica (contrariando a tendência tecnicista das publicações sobre o tema), lançando assim as bases para subsequentes investigações⁷.

Foi efectivamente a partir deste número que se verificou um interesse exponencial e internacional pela temática dos arquivos pessoais, interesse esse que se espelhou no número crescente de produção científica dedicada ao estudo dos arquivos pessoais, sobretudo em espaços de publicação científica dedicados à arquivística.

Após a publicação do número especial de 1996, da *Archives and Manuscripts*, a *Estudos Históricos*, periódico brasileiro de natureza interdisciplinar associado à Fundação Getúlio Vargas, dedicou, em 1998, um número especial aos arquivos pessoais⁸.

Em 2001, a *Archivaria*, da *Association of Canadian Archivists*, dedicou uma secção especial à temática dos arquivos pessoais⁹, e, em 2013, dedicou um número especial ao mesmo tema, resultado dos esforços da *Special Interest Section on Personal Archives* da *Association of Canadian Archivists*¹⁰.

No que diz respeito a encontros científicos, verifica-se que foi também desde a segunda metade da década de 1990 que os arquivos pessoais vieram a ocupar crescente espaço de debate. Iremos de seguida identificar alguns destes encontros científicos realizados em Portugal e no Brasil. A escolha pela análise destes dois contextos prende-se com o facto de considerarmos pertinente a comparação das iniciativas de dois países, cujos esforços pioneiros em direcção ao estudo dos arquivos pessoais, iniciaram simultaneamente no ano de 1997.

Efectivamente, Brasil e Portugal vêem acontecer em simultâneos os primeiros encontros científicos nacionais dedicados exclusivamente a arquivos pessoais. Entre 17 e 21 de Novembro de 1997, as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo recebem o “Seminário Internacional sobre

⁷ Dos quais destacamos: HURLEY, Chris – Beating the French. **Archives and Manuscripts**. ISSN 0157-6895 24:1 (1996) 13-18; CUNNINGHAM, Adrian – Beyond the pale? The ‘flinty’ relationship between archivists who collect the private records of individuals and the rest of the archival profession. **Archives and Manuscripts**. ISSN 0157-6895 24:1 (1996), 20-26; CUNNINGHAM, Adrian – The mysterious outside reader. **Archives and Manuscripts**. ISSN 0157-6895 24:1 (1996) 130-144.

⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi [et.al.] (Eds.) – **Estudos Históricos: Arquivos Pessoais** [Número especial] [Em linha]. ISSN 2178-1494 11:21 (1998). [Consult. 6 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287>>. Note-se que esta publicação corresponde às actas do “Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais” realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 17 e 21 de Novembro de 1997, organizado pelo CPDOC-FGV e IEB-USP, de que iremos mais à frente abordar.

⁹ LOEWEN, Candace (Ed.) – **Archivaria: Personal Archives** [Secção especial] [Em Linha]. ISSN 1923-6409 52:2 (2001) 126-183. [Consult. 6 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/issue/view/429>>

¹⁰ CARTER, Rodney G. S., FISHER, Rob, HARRIS, Carolyn, HOBBS, Catherine (Eds.) – **Archivaria: Perspectives on Personal Archives** [Número especial] [Em linha]. ISSN 1923-6409 76:2 (2013). [Consult. 6 Nov. 2017]. Disponível em: <URL: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/issue/view/459>>

Arquivos Pessoais”, organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), em conjunto com o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Este seminário teve como objetivo «lançar alguma luz sobre a especificidade desse tipo de conjunto documental dentro da área de arquivos e assim permitir o avanço das discussões teóricas e metodológicas que envolvem seu tratamento e usos» (OLIVEIRA, 1998, p. 4).

Paralelamente ao Seminário promovido pelo CPDOC-FGV, entre 19 e 20 de Novembro de 1997, a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD) realizou o “Seminário de Arquivos de Família e Pessoais” em Vila Real¹¹. Importa referir que este Seminário decorreu dos esforços do Grupo de Trabalho para os “Arquivos de Família, Pessoais e Espólios” (GT-AFPE), criado pela BAD, coordenado por Pedro Abreu Peixoto, e activo entre 1994 e 2002 (RODRIGUES, 2018, p. 40). Importa mencionar que Pedro Abreu Peixoto desempenhou um papel fundamental para a valorização dos arquivos pessoais e de família em Portugal, através da publicação de obras que, embora de índole tecnicista¹², foram pioneiras para a sensibilização da necessidade de preservar estes conjuntos informacionais.

A criação do GT-AFPE reflecte a importância dada ao estudo dos arquivos pessoais pela arquivística nacional da época. Embora assumisse na sua designação o termo ‘espólios’, termo que, como vimos anteriormente, consideramos desadequado para a identificação do fenómeno dos arquivos pessoais, foi um termo que se encontrava em voga na época; motivo que se prendia com o facto de a Biblioteca Nacional, instituição pioneira em Portugal na valorização e estudo dos arquivos pessoais, ter institucionalizado, desde 1982, a sua Área de Espólios (actualmente designada Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea) (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 2017).

Embora o primeiro encontro dedicado exclusivamente a arquivos pessoais tenha ocorrido, no caso de Portugal, em 1997, a primeira instância em que o tema dos arquivos pessoais (e familiares) foi trabalhado em contexto nacional surge em 1987, a propósito de uma

¹¹ Para a consulta das actas deste encontro, Cf. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS – **Seminário sobre arquivos de família e pessoais**. Vila Real: Associação Portuguesa De Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1997.

¹² Cf. PEIXOTO, Pedro de Abreu – **Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família**. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro de Abreu – **Arquivos de família: organização e descrição**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996. De carácter mais teórico, o autor debruça-se sobretudo sobre as problemáticas inerentes aos arquivos de família: Pedro de Abreu – O valor dos arquivos de família. **Cadernos BAD**. ISSN 0007-9421 1:1 (1995), 41-51; PEIXOTO, Pedro de Abreu – Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. **Cadernos BAD** [Em linha]. ISSN 0007-9421 1:1 (2002) 76-90. [Consult. 17 Abr. 2018]. Disponível em WWW:<<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/878>>

comunicação de Olga Gallego Dominguez, apresentada no 2.º Congresso Nacional da BAD (RODRIGUES, 2018, p. 32).

Ainda no contexto português, salientamos o desenvolvimento de dois projectos. Em primeiro lugar, o projecto “ARQFAM – Arquivos de Família”, activo desde 2009, e organizado pelo Instituto de Estudos Medievais, pertencente à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Apesar de este projecto se debruçar sobre arquivos de família, o seu desenvolvimento contribui também para um aprofundar do estudo dos arquivos pessoais, pois, como vimos, estes estabelecem relações significativas com os familiares.

Em segundo lugar, a fundação da Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (APAHP), em 2010, corresponde a mais um passo em direcção à valorização e salvaguarda dos arquivos pessoais. Note-se que embora a área de actuação da APAHP não se limite aos arquivos pessoais, inclui-os na sua linha de trabalho.

Ressalvamos o facto de, ao analisarmos os objectivos desta Associação, verificamos que esta procura uma actuação mais prática do que epistemológica, na medida em que a APAHP procura «facilitar e encorajar a conservação dos arquivos privados, sensibilizar os proprietários da importância dos seus arquivos e aconselhá-los nas suas abordagens» (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS PRIVADOS, s.d.).

Apesar disto, a APAHP revela esforços em complementar a sua linha de actuação prática através da organização de encontros anuais dedicados ao tema dos “Arquivos de Família. Património, Memória, e Conhecimento”, tendo a sua primeira edição ocorrido em 2015 dedicado ao tema do “Os arquivos de família: estado da questão”, e a segunda edição em 2016, sob o tema “O arranjo dos arquivos: preservação e tratamento de arquivos pessoais e de família” (RODRIGUES, 2018, p. 40).

Embora o tema central dos encontros promovidos pela APAHP seja o estudo dos arquivos de família, as comunicações que têm vindo a constituir o programa destes encontros enquadram o estudo dos arquivos pessoais como unidade individualizada dos arquivos familiares. Uma vez mais, vemos que o estudo dos arquivos pessoais encontra-se implícito no estudo dos arquivos de família, o que, por si só, reforça o aspecto que tínhamos assinalado anteriormente quanto à fronteira ténue existente entre ambos os conceitos.

Abel Rodrigues destaca o papel desempenhado pelo apoio financeiro prestado pela Fundação Calouste Gulbenkian que, não se limitando à área de actuação dos arquivos pessoais, mas na «recuperação, tratamento e organização de acervos documentais», foi responsável por subsidiar, entre 2008 e 2016, um total de 131 projectos, dos quais, 47 foram destinados a arquivos pessoais e de família (RODRIGUES, 2018, p. 41).

Saindo do contexto português, e entrando no brasileiro, destacamos o trabalho desenvolvido pelo já aqui referido CPDOC-FGV, mas também o trabalho da Associação dos Arquivistas Brasileiros, responsável por, em 2008, promover o “I Encontro sobre Arquivos Pessoais na Era Digital”. De assinalar também, é a Fundação Casa de Rui Barbosa, que promoveu em 2010 o seminário “Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa”, em 2014 o ciclo de conferências "I Encontro de Arquivos Pessoais e Cultura", e que contou, em 2016, com o II Encontro. Também a Associação de Arquivistas de São Paulo tem vindo a desempenhar um papel importante na área, ao ter realizado, em 2015, o "Encontro Arquivos Pessoais: Experiências, reflexões, perspectivas", que contou com o II Encontro em Dezembro de 2017.

Embora, no contexto português, as primeiras iniciativas face à valorização e estudo dos arquivos pessoais remonte à década de 1980 por via da Biblioteca Nacional, podemos concluir que a produção científica, em paralelo com realização de encontros científicos, a criação de organizações, grupos de trabalho e o desenvolvimento de projectos, cujas actividades resultaram na valorização, salvaguarda e estudo dos arquivos pessoais, foram progressivamente mais frequentes desde meados da década de 1990, correspondendo a um importante contributo, a publicação do artigo de Sue McKemmish, *Evidence of me*, em 1996 (trabalhado em detalhe mas à frente).

Ao aumento da produção científica acresce o interesse pelos arquivos pessoais como fonte de informação e inspiração para obras de ficção, quer literárias, quer cinematográficas, bem como para a realização de exposições (BELLOTTO, 1998, p. 202).

Verifica-se que o tema dos arquivos pessoais tem vindo a ser alvo de crescente debate por parte da comunidade académica e profissional. Este é um debate que actualmente se encontra em aberto, correspondendo o estudo dos arquivos pessoais a um tópico emergente, e que, por o ser, compreende um leque rico de provocações convocadas por diferentes investigadores. As páginas seguintes debruçam-se sobre a identificação dessas mesmas provocações, e sobre o nosso posicionamento face a elas.

1.3. O VALOR INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS PESSOAIS

1.3.1. O (NÃO)LUGAR DO 'ARQUIVO PESSOAL' NA TEORIA ARQUIVÍSTICA CLÁSSICA

Iniciamos esta secção com uma citação de Schellenberg, um dos fundadores da teoria arquivística clássica: «the intermingling of historical manuscripts and archives is the unpardonable sin of the archival profession» (SCHELLENBERG, 2003, p. 25). Nesta frase, Schellenberg procura identificar qual o lugar dos arquivos pessoais na *praxis* arquivística, posicionando-os fora desta. Ao fazê-lo, Schellenberg rejeita conscientemente o estatuto arquivístico aos arquivos pessoais (FISHER, 2009, p. 2). Vejamos as seguintes palavras de Schellenberg, em 1956, no seu *Modern Archives*:

«While archives grow out of some regular functional activity, historical manuscripts, in contrast, are usually the product of a spontaneous expression of thought and feeling. They are thus ordinarily created in a haphazard, and not in a systematic manner» (SCHELLENBERG, 2003, p. 18).

Encontramos na afirmação de Schellenberg os argumentos em que assentam grande parte das críticas aos arquivos pessoais, na medida em que assistimos à defesa de que a informação que compõe estes arquivos não surge de forma natural, mas sim, de forma artificial, e por esse motivo, «not in a systematic manner» (SCHELLENBERG, 2003, p. 18). Ao assumir que a informação contida no arquivo pessoal surge de uma vontade artificial, encontra-se implícito que esta não é composta por dados inter-relacionados e interdependentes, isto é, o arquivo pessoal não é detentor de organicidade. Estamos, pois, perante uma aceção de arquivo pessoal na qualidade de colecção em oposição à de fundo arquivístico. Naturalmente, ao assumir o arquivo pessoal como um conjunto informacional artificial, desprovido de organicidade, o arquivo pessoal não pode pertencer à esfera arquivística, e por esse motivo, é-lhe retirado o estatuto arquivístico.

Na recusa do estatuto arquivístico aos arquivos pessoais, a teoria arquivística clássica levantou um obstáculo ao desenvolvimento teórico e prático das problemáticas inerentes a estes conjuntos informacionais. Este foi um obstáculo que se materializou numa fraca produção teórica sobre arquivos pessoais, limitada a aspectos tecnicistas ligados ao tratamento documental¹³ e à criação de instrumentos de acesso à informação (guias, inventários, catálogos,

¹³ Cf. SCHELLENBERG, Theodore – Arrangement of private papers. *Archives and Manuscripts*. ISSN 0157-6895 1 (1957) 1-20; POWELL, Graeme T. – Archival principles and the treatment of personal papers.

etc.). Estas publicações procuraram responder às necessidades práticas dos profissionais que lidavam com arquivos pessoais, incapazes de encontrar nos manuais de arquivística clássica respostas sobre como trabalhar com estes conjuntos informacionais.

Uma segunda consequência da negação do estatuto arquivístico aos arquivos pessoais prendeu-se com uma crescente polarização entre os arquivistas que trabalham com fundos de arquivos administrativos, e aqueles que trabalham com arquivos pessoais.

Note-se que, embora um dos pilares da teoria arquivística clássica assente no facto de um fundo arquivístico resultar da *produção* de informação decorrente da instituição sua produtora – o que significa que, em tese, o fundo arquivístico não é composto por via da *aquisição* de informação – várias instituições memorizadoras, das quais Bibliotecas, Museus, e também Arquivos, vieram a adquirir arquivos pessoais¹⁴. O interesse na aquisição de arquivos pessoais por parte destas instituições decorre do valor informacional que estes assumem, cujas especificidades iremos analisar mais à frente.

Associado à recusa do estatuto arquivístico dos arquivos pessoais assente na rejeição da organicidade da informação neles contida, também a especificidade do valor informacional dos arquivos pessoais verificou-se problemática para a teoria arquivística clássica, responsável por percepcionar a informação contida nestes conjuntos informacionais como marcada por uma forte natureza subjectiva (e por isso não neutra) e, como tal, desprovida de valor probatório.

Num artigo já anteriormente mencionado da autoria de Rob Fisher, no qual são revisitados os manuais dos fundadores da arquivística anglo-saxónicas – Jenkinson e Schellenberg – o autor conclui que, para estes autores, a informação dos fundos de arquivos administrativos contém valor probatório e histórico, enquanto que os arquivos pessoais contêm exclusivamente valor histórico (FISHER, 2009, p. 21-22). Deste modo, os arquivos pessoais são percepcionados pela teoria arquivística clássica como detentores de uma única função: a satisfação das necessidades informacionais dos utilizadores da instituição que os custodie, e nunca o seu valor de prova.

Apesar das formulações teóricas da arquivística clássica recusarem o estatuto arquivístico aos arquivos pessoais, vimos que, na prática, instituições memorizadoras

Archives and Manuscripts. ISSN 0157-6895 6 (1976) 259-268; HURLEY, Chris – Personal papers and treatment of archival principles. **Archives and Manuscripts.** ISSN 0157-6895 6:8 (1977) 351-365. No contexto nacional destacamos: GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro de Abreu – **Arquivos de família: organização e descrição**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996.

¹⁴ Relembramos que Lucia Oliveira refere o modo como Arquivos Nacionais (em França e Reino Unido), Bibliotecas Nacionais (EUA), e também associações e sociedades (Reino Unido), desempenharam os primeiros esforços nacionais em prol da reunião e salvaguarda de arquivos pessoais (OLIVEIRA, 2012, p. 24-31).

conduziram acções de aquisição de arquivos pessoais. É desta dicotomia que se viu constituída uma crescente tensão entre os profissionais que se debruçavam sobre o trabalho com fundos de arquivos administrativos, e aqueles de lidavam com arquivos pessoais.

Esta tensão é marcada exactamente pelo *tipo* de valor informacional que ambos os pólos – de um lado os profissionais que lidavam com arquivos administrativos, e do outro, com arquivos pessoais – identificavam nos conjuntos informacionais com que trabalhavam. Como nos informa Rob Fisher: «government archivists speak in terms of evidence, functions, structure, and accountability, while private archivists speak in terms of memory, heritage, research, and cultural value» (FISHER, 2009, p. 24)¹⁵.

Em busca de esbater esta tensão entre profissionais, Chris Hurley realiza uma comunicação em 1995 intitulada “Beating the French”, a propósito de uma conferência promovida no âmbito do *Collecting Archives Special Interest Group* da *Australian Society of Archivists*¹⁶. Nesta comunicação, Hurley urge que sejam unidas forças entre os *corporate archivists* e os *collecting archivists* para o alcance de um objectivo comum: gestão da informação (HURLEY, 1995, p. 3).

Quer isto dizer que, todos os arquivistas, independentemente de serem responsáveis por arquivos administrativos ou pessoais, deveriam reunir esforços, não só para uma gestão da informação mais eficaz e eficiente, mas também para o esbater do binómio arquivos administrativos/arquivos pessoais, com vista ao alcance de um campo de trabalho prático e teórico mais unificado.

Importa assinalar dois modelos arquivísticos alinhados com o esforço em quebrar com o binómio arquivos administrativos/arquivos pessoais: por um lado, pela arquivística canadiana, com a teoria dos *Total Archives*¹⁷, e por outro, pela arquivística australiana, através do *Records Continuum*¹⁸. Transversal a ambos os modelos verifica-se a reivindicação daquilo que

¹⁵ O autor denomina por *government archivists* os arquivistas que referimos debruçarem-se sobre arquivos administrativos, enquanto que entende por *private archivists* os arquivistas que lidam com arquivos pessoais. Esta mesma dicotomia é identificada por Chris Hurley, autor de que iremos abordar em seguida, na qualidade de *corporate archivists* e *collecting archivists*, respectivamente.

¹⁶ Esta comunicação viria a ser publicada no importante número especial do periódico *Archives and Manuscripts* de 1996.

¹⁷ Para o desenvolvimento do modelo dos *Total Archives*, Cf. COOK, Terry – The Tyranny of the medium: a comment on 'Total Archives'. *Archivaria* [Em linha]. ISSN 1923-6409 9 (1979-80) 141-149. [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12566/13724>; MILLAR, Laura – Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada. *Archivaria* [Em linha]. ISSN 1923-6409 46:2 (1998) 103-146. [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12677>

¹⁸ Para explorar o modelo do *Records Continuum*, Cf. UPWARD, Frank – Structuring the Records Continuum - Part one: postcustodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*. ISSN 0157-6895 24:2 (1996) 268-285; UPWARD, Frank – Structuring the Records Continuum - two: structuration theory

Schellenberg afirmou ser «the unpardonable sin of the archival profession» (2003, p. 25), isto é, a comunhão entre fundos arquivísticos de natureza administrativa e de arquivos pessoais. Quer para o modelo dos *Total Archives*, quer para o *Records Continuum*, a aquisição de conjuntos informacionais de diferentes naturezas e proveniências surge da intenção de apreender de modo holístico a informação que a sociedade produz, uma vez que esta informação, sendo decorrente da sociedade, será também capaz de a espelhar.

Chris Hurley assinala na sua comunicação a necessidade de perceber a informação arquivística como detentora de valor probatório, mas não só, uma vez que ela serve também de «evidence for social/historical purposes» (HURLEY, 1995, p. 4). Independentemente da proveniência da informação arquivística ser pública, privada, de origem de pessoa colectiva ou física, passado o período em que o seu valor de prova é válido, Hurley defende que esta adquire mero valor socio-histórico (HURLEY, 1995, p. 4).

Como veremos mais à frente, a valorização dos arquivos pessoais assentou, em concreto, no valor socio-histórico para que Chris Hurley chama a atenção. Embora este valor esteja presente na informação quer de arquivos administrativos, quer de arquivos pessoais, iremos debruçarmo-nos sobre as especificidades que o valor socio-histórico assumiu nestes últimos.

Vimos até aqui o modo como a teoria arquivística clássica enquadró os arquivos pessoais enquanto não detentores de estatuto arquivístico, afirmando que os arquivos pessoais: (1) não são produzidos de modo orgânico, uma vez que não decorrem das actividades de uma instituição, contendo, por esse motivo, informação reunida de forma artificial; (2) dada a artificialidade atribuída à informação dos arquivos pessoais, a teoria arquivística clássica considera que os arquivos pessoais não possuem organicidade; e por fim, (3) a informação dos arquivos pessoais é considerada como desprovida de valor probatório, sendo detentora apenas de valor histórico.

Verifica-se, deste modo, que a teoria arquivística clássica entendeu os arquivos pessoais na qualidade de conjuntos informacionais artificiais, não orgânicos e não detentores de valor probatório, tendo, por esse motivo, atribuído aos arquivos pessoais características associadas ao conceito de colecção, em oposição ao de fundo, motivo pelo qual a teoria arquivística clássica destituiu os arquivos pessoais de estatuto arquivístico.

and recordkeeping. **Archives and Manuscripts**. ISSN 0157-6895 25:1 (1997) 10-35; MCKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael – Toward the Archival Multiverse: Challenging the Binary Opposition of the Personal and Corporate Archive in Modern Archival Theory and Practice. **Archivaria** [Em linha]. ISSN 1923-6409 76 (2013) 111-144. [Consult. 7 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://archivaria.ca/index.php/archivaria/issue/view/459>

Após termos analisado os vários argumentos da teoria arquivística clássica em defesa da exclusão dos arquivos pessoais do campo de actuação da disciplina da arquivística, importa salientar que nos posicionamos contra tal concepção. Pelo contrário, consideramos que os arquivos pessoais, embora compreendam especificidades próprias que os diferem de fundos de arquivos administrativos, correspondem, efectivamente, a conjuntos informacionais com características de fundo arquivístico. Embora os arquivos pessoais sejam produzidos por uma pessoa física – e não por uma pessoa colectiva, como acontece nos arquivos administrativos – a informação neles contida decorre organicamente do seu produtor, isto é, do indivíduo responsável pela criação e pela gestão da informação do arquivo pessoal. Como afirmámos anteriormente nesta pesquisa, o produtor é o responsável pelo contínuo processo de entrada de *inputs*, tratamento da informação e saída de *outputs* do arquivo pessoal.

Uma crítica passível de ser feita ao nosso argumento é o facto de o produtor do arquivo pessoal seleccionar de modo artificial qual a informação a constar, e aquela a não constar, no arquivo pessoal. A crítica à “artificialidade” do modo como é produzida a informação dos arquivos pessoais é utilizada com o intuito de salientar a natureza não “orgânica” destes conjuntos informacionais, característica espectável de um fundo arquivístico. A crítica à artificialidade da informação dos arquivos pessoais sugere a ausência de organicidade nestes, isto é, a ausência de relações de interdependência entre os vários dados informacionais compreendidos no arquivo pessoal, capazes de reflectir as actividades do seu produtor.

Consideramos, contudo, que, embora o produtor do arquivo pessoal seleccione de modo artificial a informação do arquivo pessoal, esta selecção não é, de todo, arbitrária. É na intencionalidade, baseada em critérios subjectivos, que conduzem o produtor a considerar uns dados informacionais relevantes de constar no seu arquivo pessoal, e outros não, que consideramos residir a organicidade dos arquivos pessoais¹⁹. Deste modo, é a intencionalidade do produtor face à selecção e gestão da informação que compõe o seu arquivo pessoal que corresponde ao fio condutor que inter-relaciona toda a informação contida no arquivo pessoal, informação esta que contribui para espelhar – não as actividades da instituição, mas sim – os papéis sociais desempenhados em vida pelo produtor.

É certo que nos encontramos a propor uma organicidade para os arquivos pessoais que se alicerça em características diferentes da organicidade dos arquivos administrativos. Contudo, consideramos perigoso estabelecer paralelismos absolutos entre o modo como a informação é

¹⁹ Mais à frente nesta pesquisa, no Capítulo 3 em “As narrativas de vida dos arquivos pessoais”, propomos que a organicidade dos arquivos pessoais encontra-se subjacente à narratividade presente no arquivo pessoal, narratividade esta que se articula através da intencionalidade do produtor do arquivo pessoal, que aqui enunciamos.

produzida e gerida em fundos de arquivos administrativos e em arquivos pessoais, uma vez que a natureza de ambos é profundamente díspar.

Consideramos que os arquivos pessoais são detentores de uma profunda subjectividade e parcialidade, características estas que se encontram subjacentes ao facto de os arquivos pessoais serem produzidos por uma pessoa física, motivo pelo qual, a informação nestes contida é, também ela, profundamente subjectiva e parcial. Se se pretende que um arquivo seja um reflexo do seu produtor, no caso dos arquivos pessoais, tratando-se o seu produtor de um indivíduo embebido em subjectividade, também o arquivo pessoal que este produz o será inevitavelmente.

Verificamos, deste modo, que a informação dos arquivos pessoais encerra uma natureza que, embora seja, em tese, contraditória à dos arquivos administrativos – em que a subjectividade e a parcialidade dos arquivos pessoais contrasta com o valor de evidência e neutralidade dos arquivos administrativos – não obstante, ambos podem ser complementares. Consideramos que o potencial informacional dos arquivos pessoais reside no facto de permitir um entendimento da sociedade que os produzira a um nível, não melhor ou pior, mas a um nível outro, daquele possível através da análise da informação de arquivos administrativos. É sobre as especificidades do potencial informacional dos arquivos pessoais que as próximas páginas se debruçam.

1.3.2. O PESSOAL, O SUBJECTIVO E O CONSTRUÍDO NOS ARQUIVOS PESSOAIS

Como referido anteriormente nesta pesquisa, a publicação de *Evidence of me* correspondeu à pedra de toque para o arranque do estudo dos arquivos pessoais a nível epistemológico, extravasando assim as publicações de natureza técnica que até então marcavam o panorama da literatura que se debruçava sobre o tema. No artigo *Evidence of me*, Sue McKemmish lança um conjunto de provocações aos arquivistas para que estes analisem os arquivos pessoais, percepcionando-os na qualidade de conjuntos informacionais capazes de servir de veículo ao entendimento do indivíduo, seu produtor (MCKEMMISH, 1996).

Para tal, a autora defende que é através do valor testemunhal contido na informação dos arquivos pessoais, valor este, capaz de revelar aspectos sobre as actividades e papéis sociais que o produtor do arquivo pessoal desempenhou em vida, que se verifica possível captar a *evidence of me* do indivíduo produtor (MCKEMMISH, 1996, p. 175-176). De modo ao arquivista apreender a *evidence of me* contida no arquivo pessoal, McKemmich propõe que estes profissionais procurem no arquivo pessoal:

«significant business functions and activities and specify what records are captured as evidence of those activities, so they can analyze socially assigned roles and related activities and draw conclusions about what records individuals in their personal capacity capture as evidence of these roles and activities – ‘evidence of me’» (MCKEMMISH, 1996, p. 176).

Verificamos que McKemmish propõe ser possível capturar a *evidence of me* do produtor de um dado arquivo pessoal com base na identificação e análise da informação capaz de testemunhar (e por isso, comprovar) as actividades e papéis sociais que o indivíduo desempenhou em vida. Através desta análise, a autora crê que o arquivista seja capaz de apreender aquilo a que aqui designaremos pelo ‘*eu social*’ do produtor do arquivo pessoal. Corresponde ao *eu social* a informação contida no arquivo pessoal capaz de identificar e comprovar os papéis sociais desempenhados em vida pelo produtor, sejam associados à esfera pública ou privada.

Note-se que o valor testemunhal que McKemmish atribui à informação dos arquivos pessoais – e presente no conceito de *eu social* – corresponde ao valor probatório que vimos ser caracterizador dos documentos de arquivos administrativos. Assim, podemos concluir que embora McKemmish valorize o potencial informacional socio-histórico dos arquivos pessoais, a autora afirma que o valor socio-histórico advém do valor probatório que os documentos encerram, servindo de prova das actividades e papéis sociais desempenhadas indivíduo produtor, isto é, servindo de prova daquilo que compõem o seu *eu social*.

É devido ao facto de McKemmish colocar um enfoque no valor probatório na informação dos arquivos pessoais que reside o motivo pelo qual o artigo *Evidence of me* tem vindo a ser alvo de críticas por parte de teóricos que advocam uma valorização dos arquivos pessoais alternativa ao seu valor probatório (HARRIS, 2001, p. n.p.; HOBBS, 2001, p. 131).

As críticas à valorização dos arquivos pessoais por via do valor probatório da informação neles contida (tal como proposto por McKemmish), alicerçam-se no facto de autores como Verne Harris e Catherine Hobbs considerarem que esta abordagem procura valorizar os arquivos pessoais segundo os mesmos parâmetros dos arquivos administrativos, factor que consideram conduzir a uma limitação do seu potencial informacional. Alternativamente, estes autores sugerem uma valorização da subjectividade e do cunho de ‘construção’ inerente à informação contida nestes arquivos (HARRIS, 2001, p. n.p.; HOBBS, 2001, p. 131). Voltaremos brevemente a este tópico.

Retomando a análise da proposta de Sue McKemmish, importa entender o modo como a autora amplia o conceito de *evidence of me* para o de *evidence of us*. Entendendo o acto de criar um arquivo pessoal como «a kind of witnessing (...) a way of evidencing and memorialising our lives» (MCKEMMISH, 1996, p. 175), a autora considera que este ‘testemunhar’ e ‘memorialização’ da vida do indivíduo pode conduzir ao estudo da constituição da memória e identidade cultural da sociedade que enquadra/ou o seu produtor (MCKEMMISH, 1996, p. 175).

Deste modo, a *evidence of me* extravasa os limites do indivíduo no momento em que o *eu social* do produtor, patente no seu arquivo pessoal, é apreendido e estudado com vista ao entendimento da sociedade no seu todo; e com este gesto, o conceito de *evidence of us* é alcançado. Verifica-se que o *eu social* do arquivo pessoal, embora seja expresso na primeira pessoa, e embora remeta às actividades e papéis sociais do indivíduo seu produtor, verifica-se capaz de contribuir para o estudo, quer do indivíduo (*evidence of me*), quer do contexto de que este faz parte (*evidence of us*).

Verificámos até aqui que McKemmish assume a possibilidade do arquivo pessoal servir de veículo para conhecer o *eu social* do indivíduo seu produtor. Contudo, conhecer o *eu social* não é suficiente para conhecer o Homem na sua plenitude. Catherine Hobbs sugere que o arquivo pessoal possa permitir conhecer uma outra dimensão do seu produtor, o seu lado íntimo e pessoal, a sua personalidade, o seu «inner character» (HOBBS, 2001, p. 127); aquilo a que aqui designaremos de ‘*eu íntimo*’.

«While these fonds [personal archives] certainly often reflect the recorded evidence of the functions of the creator, in the same way as do fonds of organizations, personal archives also contain traces of the individual character of the record’s creator» (HOBBS, 2001, p. 126).

Verifica-se que, embora Catherine Hobbs não exclua a possibilidade que McKemmish propõe, relativamente à possibilidade de conhecer o *eu social* do indivíduo através do seu arquivo pessoal, Hobbs amplia o potencial informacional do arquivo pessoal, afirmando que, através do seu estudo, é possível apreender não só o *eu social* do seu produtor, mas também o seu *eu íntimo*.

Apreender o *eu íntimo* do produtor do arquivo pessoal pressupõe um entendimento do arquivo pessoal diferente daquele que McKemmish assume para o alcance do seu *eu social*. Enquanto Hobbs defende que o arquivo pessoal «should not be treated as if it contained only straightforward evidence, but as the site of multiple constructs» (HOBBS, 2001, p. 132),

McKemmish, como vimos, percepciona o arquivo pessoal como detentor de informação com valor probatório.

Hobbs alerta para o perigo de uma análise acrítica do arquivo pessoal através da abordagem de McKemmish, uma vez que, para Hobbs, os arquivos pessoais encontram-se profundamente embebidos de «issues of choice, forgery, fiction, self-projection, and personal memorializing» (HOBBS, 2001, p. 129).

Importa salientar que a manipulação da informação patente nos arquivos pessoais não é sugerida por Catherine Hobbs com o objectivo de desvalorizar o potencial informacional destes arquivos. Pelo contrário. Para a autora, é através da complexidade e subjectividade inerente à informação dos arquivos pessoais – patente em gestos como os de selecção, ficção e auto-memorização – que nos possibilita conhecer a igualmente complexa psicologia do indivíduo, «the essential moving target of human life being enacted» (HOBBS, 2001, p. 132).

Catherine Hobbs afirma que os documentos que compõem os arquivos pessoais correspondem a «personal writing», alertando para o facto de que este tipo de documento «provides not only evidence of ‘me’, but simultaneously the ground for playing at self-representation, self-aggrandizement, self-memorialization» (HOBBS, 2001, p. 131). Podemos concluir que, enquanto *evidence of me*, para McKemmish, corresponde a um ‘testemunho de mim’, para Hobbs, corresponde a uma ‘construção de mim’.

Quer Sue McKemmish, quer Catherine Hobbs, sugerem ser possível conhecer o indivíduo através do estudo do seu arquivo pessoal, contudo, apresentam duas abordagens que gostaríamos de sugerir como simultaneamente contrastantes e complementares. Por um lado, McKemmish propõe uma análise do arquivo pessoal de dentro-para-fora, em que o arquivo pessoal revela quem foi o indivíduo nos seus vários papéis sociais (o *eu* social), através de um estudo assente em informação com valor probatório, isto é, informação que, à partida, é autêntica e serve de comprovativo de que algo aconteceu efectivamente. Por outro lado, Hobbs propõe uma análise do arquivo pessoal de dentro-para-dentro, em que, a partir do estudo dos vestígios da ‘construção de mim’ conduzida pelo produtor do arquivo pessoal, torna-se possível apreender o *eu* íntimo do indivíduo, isto é, a sua personalidade, numa acepção da informação contida no arquivo pessoal como iminentemente fabricada, e por isso, não neutra ou portadora de evidência da vida tal como fora experienciada.

A defesa de que a informação contida nos arquivos pessoais acarreta uma dimensão de construção, como proposto por Hobbs, é particularmente pertinente no âmbito da pesquisa que

pretendemos desenvolver na presente dissertação: a análise do arquivo pessoal enquanto construção auto/biográfica²⁰.

Embora nos posicionemos de acordo com Catherine Hobbs na defesa de que a informação contida nos arquivos pessoais corresponde a uma informação profundamente construída, e por esse motivo, subjectiva – aspecto que iremos trabalhar amplamente ao longo de toda a dissertação – discordamos com a autora quanto ao facto de a análise da ‘construção de mim’ dar acesso à personalidade do produtor do arquivo pessoal.

Embora não caiba a este momento da pesquisa nos debruçarmos sobre o porquê de considerarmos não exequível a apreensão da personalidade do indivíduo através do estudo do seu arquivo pessoal – cabendo esta discussão ao capítulo seguinte – deixamos aqui uma breve nota sobre o complexo, e dificilmente delimitado, conceito de personalidade:

«The unique psychological qualities of an individual that influence a variety of characteristic behavior patterns (both overt and covert) across different situations and over time» (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2017, n.p.)

Parece-nos mais exequível e pertinente analisar a ‘construção de mim’ conduzida pelo produtor do arquivo pessoal como veículo, não ao alcance da sua personalidade, mas antes, ao modo como este se vê a si próprio e, sobretudo, ao modo como se mostra ao ‘outro’, correspondendo o arquivo pessoal a uma auto-representação de si, para si, e de si, para o ‘outro’. Consideramos que esta auto-representação encerra uma natureza profundamente autobiográfica, em que o produtor constrói o seu arquivo pessoal, e com ele, se constrói a si próprio.

Este é um debate que iremos trabalhar em detalhe no próximo capítulo (Capítulo 2), momento em que iremos analisar o modo como os especialistas dedicados à teoria autobiográfica se posicionam face à possibilidade de alcançar a personalidade (entre outros aspectos) do indivíduo narrador através das práticas auto-referenciais por ele desenvolvidas. O estudo dos contributos da teoria autobiográfica visa procurar estabelecer uma analogia entre os arquivos pessoais e as práticas auto-referenciais, com o objectivo último de analisar os arquivos pessoais enquanto construções autobiográficas, tema que iremos trabalhar em detalhe no Capítulo 3.

²⁰ Mais à frente, nos capítulos 2 e 3 desta investigação, iremos introduzir o conceito de auto/biografia, conceito este que enquadrámos na nossa proposta quanto ao modo como os arquivos pessoais correspondem, não só a uma construção autobiográfica, mas mais concretamente, a uma construção auto/biográfica.

Mas antes, importa reflectir sobre o modo como os conceitos de *eu* íntimo e de *eu* social se relacionam no estudo da construção autobiográfica dos arquivos pessoais. Por um lado, o *eu* social informa-nos que os arquivos pessoais encerram informação capaz de testemunhar os papéis sociais que o produtor desempenhou em vida, por outro, o *eu* íntimo destaca a natureza construída (leia-se: subjectiva e fabricada) da informação dos arquivos pessoais.

Deste modo, consideramos que a análise da construção autobiográfica do arquivo pessoal não assenta na mera análise do *eu* social ou do *eu* íntimo, mas antes, no estudo complementar de ambos, tendo sempre em conta a natureza complexa, etérea e volátil da psique humana, complexidade esta plasmada nos arquivos pessoais, dado o facto de estes decorrerem e espelharem a psique do indivíduo que os construiu.

A complexidade e instabilidade que caracteriza os arquivos pessoais foi evidenciada na célebre metáfora de Verne Harris que, ao comparar os arquivos pessoais a um tigre, afirma ser instintivo ao arquivista procurar através das suas definições, leis e normas, ‘domesticar’ a natureza selvagem destes arquivos (HARRIS, 2001, n. p.). Cabe à nossa pesquisa explorar este lado selvático que caracteriza o arquivo pessoal, sem nunca o procurar domar, mas sim, investigar e examinar, para que possamos cumprir o que Harris nos propõe: «to look – with passion – for ways of conserving wilderness» (HARRIS, 2001, n.p.).

Traçámos até aqui uma análise sobre as problemáticas inerentes aos arquivos pessoais, explorando o modo como os especialistas têm vindo a analisar estes conjuntos informacionais, posicionando-os de acordo com uma perspectiva que os percebe como detentores de estatuto arquivístico, cujo potencial informacional, marcado pela sua natureza subjectiva, deve ser visto como complementar – e não contraditório – ao potencial informacional dos arquivos administrativos. Posicionamo-nos segundo esta perspectiva, pelo que valorizamos a subjectividade da informação contida nos arquivos pessoais, sendo nosso objectivo explorar o modo como esta reflecte uma construção autobiográfica do produtor do arquivo pessoal.

Como tal, antes de prosseguirmos para a última fase deste capítulo, gostaríamos de redefinir a proposta que tínhamos fizemos anteriormente para a definição de arquivo pessoal, pretendendo anexar-lhe o carácter subjectivo que nos interessa explorar nesta dissertação. Consideramos como conceito operativo de arquivo pessoal a seguinte definição (encontra-se a grifo as alterações efectuadas à definição provisória): sistema de informação produzido por pessoa física, cuja informação, fixa em qualquer suporte, espelha os papéis sociais desempenhados em vida pelo seu produtor. Cabe ao produtor do arquivo pessoal gerir a informação do arquivo pessoal, actuando na entrada de *inputs*, bem como no tratamento e uso da informação contida no conjunto informacional (*outputs*). *Através da análise da gestão de*

informação conduzida pelo produtor do arquivo pessoal é possível analisar a construção autobiográfica nele expressa.

1.3.3. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Cabe a este momento da pesquisa verificar quais os espaços em branco e quais as tendências que hoje marcam as linhas de investigação sobre arquivos pessoais.

Identificamos que uma linha de investigação visivelmente actual no contexto dos arquivos pessoais corresponde ao tema emergente da dimensão digital deste tipo de arquivos. Destacamos a publicação *I, Digital: Personal collections in the Digital Era*, obra que lança mote para o estudo dos arquivos pessoais digitais, identificando desde logo cinco aspectos que conduziram ao estado emergente deste tema: (1) crescente especialização e profissionalização das instituições que adquirem arquivos pessoais; (2) reconhecimento consensual da importância e das dificuldades na preservação digital a longo prazo; (3) exponencial criação de informação pessoal, aspecto aliado ao facto de ser mais conveniente adquirir novos suportes de armazenamento do que seleccionar e eliminar informação dispensável; (4) fragmentação da informação que compõe os arquivos pessoais digitais em diferentes discos de armazenamentos de dados, na *cloud*, etc.; e por fim, (5) o facto de diferentes áreas estudarem a importância do estudo das histórias e perspectivas individuais, da qual os arquivos pessoais (digitais ou analógicos) fazem parte (LEE, 2011, p. 4-6).

Este último factor, o enfoque no estudo das histórias e perspectivas dos indivíduos, apontado por Christopher Lee, na sua obra, *I Digital*, remete-nos para o tipo de abordagens nas quais iremos alicerçar o estudo dos arquivos pessoais enquanto construções autobiográficas. Áreas do saber como a Sociologia, Psicologia, Antropologia e a História, têm vindo a debruçar-se sobre o potencial do estudo das perspectivas dos indivíduos (histórias de vida, biografias, o *self* como uma construção narrativa da identidade, etc.), assumindo a natureza subjectiva da construção do indivíduo sobre si próprio e sobre o 'outro', como veículo a conhecer o indivíduo, e através dele, o contexto que o envolve.

Profundamente alinhada com esta valorização do estudo das perspectivas dos indivíduos, encontra-se o quadro desenhado por Carlos Guardado da Silva quanto às problemáticas que considera associadas ao lugar dos arquivos pessoais na arquivística

internacional²¹. Destacamos que o fio condutor entre todas as problemáticas enunciadas pelo autor remetem para o problema do acesso e da construção da identidade do indivíduo, sendo elas: «a organização da informação como construção autobiográfica»; «do lugar da fabricação da memória do eu à ‘inventio’ da identidade»; «o arquivo do eu como lugar de constituição e afirmação da subjetividade»; «a afirmação do lugar do privado na esfera do público»; «a exigência do arquivo como lugar de reconhecimento do ‘social’ e da própria existência...»; «o lugar de defesa ou imitando Alice do outro lado do espelho», em que o autor salienta a prática do “arquivamento do eu” como prática assumidamente não neutra, e por fim, «um lugar entre o direito de acesso à informação e o direito à privacidade» (SILVA, s.d., p. 9-10).

Salientamos o facto de que foi na primeira problemática lançada por Carlos Guardado da Silva, «a organização da informação como construção autobiográfica» (SILVA, s.d., p. 9), em que encontramos mote para desenvolvermos a presente dissertação. Como tal, pretendemos claramente posicionar a nossa pesquisa de acordo com uma linha de investigação que procura explorar a natureza profundamente subjectiva, parcial, ficcional e construída que caracteriza a informação dos arquivos pessoais.

Embora tenham sido estes mesmos aspectos em que se alicerçaram os argumentos que conduziram à recusa do estatuto arquivístico dos arquivos pessoais, consideramos que a subjectividade inerente aos arquivos pessoais encerra em si, não um ponto fraco, mas antes, uma mais-valia para o potencial informacional destes conjuntos informacionais. Deste modo, analisar o fenómeno dos arquivos pessoais enquanto construções autobiográficas corresponde a um gesto que se encontra alinhado com a valorização dos arquivos pessoais por via da subjectividade que lhes é inerente, procurando, deste modo, responder ao apelo de Catherine Hobbs quanto à: «need to put a consideration of the ‘personal’ back in the personal archive» (HOBBS, 2001, p. 127).

²¹ A proposta do autor surgiu no contexto da comunicação "O lugar dos Arquivos Pessoais na Arquivística Internacional" proferida a 29 de Outubro de 2016, a propósito da 2ª sessão do ciclo de conferências intitulado "Arquivos de Família. Património, Memória, e Conhecimento", promovida pela Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados. A publicação desta comunicação encontra-se no prelo, sendo que a fonte na qual recolhemos estes dados ainda não se verifica publicada.

CAPÍTULO 2

DA AUTOBIOGRAFIA ÀS NARRATIVAS DE VIDA AUTO/BIOGRÁFICAS

2.1. AUTOBIOGRAFIA E A TEORIA AUTOBIOGRÁFICA

Ao mergulhar no estudo de actos e práticas autobiográficos, somos desde logo confrontados com um quadro conceptual complexo, marcado pela intensa e recente reconfiguração terminológica, aspecto que, se por um lado enriquece o campo de estudo, por outro, complexifica-o. Iremos de seguida identificar alguns destes conceitos e problematiza-los gradualmente, assistindo ao modo como se relacionam entre si.

Começemos por trabalhar o conceito de ‘autobiografia’ através da observação da etimologia da palavra: do grego *autos* (eu) + *bios* (vida) + *graphe* (escrita). Segundo Ken Plummer, estas componentes reúnem em si as seguintes questões: o que queremos dizer sobre nós próprios? (*autos*); o que queremos dizer sobre a nossa vida? (*bios*); o que pressupomos no acto da escrita? (*graphia*) (2001, p. 86).

No que poderíamos traduzir literalmente para uma ‘escrita da própria vida’, os actos autobiográficos são caracterizados pela sua profunda instabilidade e volatilidade, dada a dificuldade em circunscrever as suas componentes (*autos/bios/graphe*) e em entender o modo como estas se inter-relacionam.

Como iremos procurar demonstrar, ao longo desta pesquisa, as perguntas que Ken Plummer identificam como inerentes aos actos autobiográficos foram respondidas de diferente modo ao longo do tempo, quer pelos sujeitos autobiográficos, quer (e talvez mais significativo) por aqueles que teorizaram os actos autobiográficos.

Por outras palavras, *autos/bios/graphe*, em diferentes momentos, assumiu diferentes formulações. De modo a entender a complexidade dos actos e práticas autobiográficos iremos debruçarmo-nos de seguida sobre o seu percurso histórico e sobre o modo como foram teorizados, desde quando foram percebidos na qualidade de transposições neutras e autênticas da vida experienciada pelo seu autor, até à concepção actual, assumidos como manifestações subjectivas, mediadas, isto é, construídas.

O termo ‘autobiografia’ remete-nos de imediato para um género literário no qual narrador e personagem coincidem e em que assistimos à narração retrospectiva da própria vida. Contudo, além de autobiografia enquanto género literário, existem outros tipos de actos (sejam eles escritos, performativos, filmados, declamados, digitais, etc.) autobiográficos, isto é, auto-referenciais.

Embora assinalemos a existência, por um lado, de uma autobiografia enquanto género literário, e por outro, um conjunto de actos autobiográficos, note-se que o primeiro encontra-se enquadrado no segundo, correspondendo ao termo ‘actos autobiográficos’ a qualquer manifestação auto-referencial, independentemente do suporte ou da forma na qual se encontra expressa.

Salientamos o facto de que o quadro terminológico que iremos utilizar encontra-se alinhado com a literatura científica actual dedicada ao estudo das narrativas de vida, tendo-nos inspirado em particular no modelo proposto por Sidonie Smith e Julia Watson no seu *A guide for interpreting life narratives* (2010).

Com o objectivo de clarificar este quadro terminológico, encontra-se no Apêndice A uma esquematização dos vários conceitos que iremos trabalhar, ordenados alfabeticamente. O desenvolvimento deste esquema surge, não só da necessidade de definir os conceitos, mas também de evidenciar o modo como estes se relacionam entre si, uma vez que muitos deles encontram-se interligados e estruturados hierarquicamente. Este esquema pretende ser uma ferramenta de auxílio à leitura a ser utilizada pelo leitor, não só durante este capítulo, mas ao longo de toda a dissertação.

Começamos por indicar alguns conceitos que compõem o quadro terminológico que adoptámos: ‘Autobiografia’, com letra inicial capitalizada²², para a referência exclusiva ao género literário; ‘narrador’ para a identificação do autor do acto autobiográfico; ‘escrita de vida’ para a identificação dos actos auto e hetero-referenciais fixos especificamente sob a forma da escrita (biografia, diário, correspondência); e ‘escrita autobiográfica’ como termo que circunscreve a ‘escrita de vida’ aos actos exclusivamente auto-referenciais escritos, em que se inclui a própria Autobiografia (relembramos: como género literário).

Voltaremos à problematização destes (e outros) conceitos mais à frente, de forma a não só serem devidamente definidos – uma vez que apenas proporcionámos uma ligeira aproximação aos seus conceitos – mas também analisadas as suas implicações, semelhanças e diferenças. Para já, recomendamos a análise do esquema em Apêndice B que procura clarificar o modo como os conceitos acima expressos se relacionam entre si.

Importa fazer um breve apontamento sobre um conceito-chave para a nossa pesquisa, o de ‘narrativas de vida’, que diz respeito às práticas auto-referenciais (estando por isso excluídas as hetero-referenciais) fixas em qualquer suporte e expressas sob qualquer forma (ver Apêndice C). Esta acepção procura, por um lado, ampliar o conceito que vimos de ‘escrita de

²² O recurso à letra inicial capitalizada em ‘Autobiografia’ pretende servir de auxílio gráfico na leitura.

vida' para outras práticas e manifestações que não se limitem à forma escrita, e por outro, circunscrever estas à dimensão auto-referencial.

Por motivos de clareza de leitura, e de modo a não iniciar esta pesquisa com um número excessivo de conceitos sem que estes estejam devidamente trabalhados, assumimos o termo 'actos autobiográficos' como pseudo-sinónimo de 'narrativas de vida'. Embora o termo 'actos autobiográficos' não seja capaz de enquadrar a complexidade das problemáticas inerentes às narrativas de vida, verifica-se capaz de traduzir o que as caracteriza ao nível mais elementar: manifestações auto-referenciais expressas sob qualquer forma e fixas em qualquer suporte. Será no segundo momento deste capítulo, "Narrativas de vida: espaços de auto-representação e auto-construção", aquando da problematização do conceito de narrativa de vida, que deixaremos de utilizar o termo 'actos autobiográficos' passando a utilizar 'narrativas de vida'.

A realização desta breve distinção terminológica pareceu-nos crucial nesta fase inicial para que o leitor possa ser conduzido pelas próximas páginas com a noção clara de que (1) Autobiografia e narrativa de vida correspondem a conceitos diferentes, e (2) embora nos iremos debruçar de seguida sobre o problema da Autobiografia, interessa-nos entendê-la com o objectivo de melhor apreender o real objecto de estudo deste capítulo: a relação entre narrativas de vida e arquivos pessoais.

2.1.1. O PERCURSO HISTÓRICO DA ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA

Começamos por fazer uma breve análise do percurso histórico da Autobiografia, focando-nos no contexto Ocidental. Importa referir que a escrita autobiográfica não é uma criação exclusiva do Ocidente, sendo conhecidos vários exemplos, nomeadamente na China, Japão, Índia e Norte de África (SMITH, WATSON, 2010, p. 104). Contudo, por motivos de economia de espaço, iremo-nos debruçar apenas pelo estudo da Autobiografia no contexto Ocidental.

Segundo Robert Folkenflik, o termo 'Autobiografia' foi empregue pela primeira vez em 1786, por Ann Yearsley, embora a literatura científica referir, regra geral, o nome de Robert Southey enquanto fundador do termo, em 1809, ou de William Taylor, em 1797 (FOLKENFLIK, 1993, p. 1-2). Apesar do termo 'Autobiografia' surgir apenas no século XVIII, é sabido que a escrita autobiográfica remonta à Antiguidade Clássica, aspecto que Georg Misch trabalhou de modo exaustivo na sua obra *A history of autobiography in Antiquity*, originalmente publicada em 1907 em alemão e traduzida para o inglês, pela primeira vez, em 1950 (MISCH, 2002).

Poderemos então denominar a escrita autobiográfica que veio a ser desenvolvida em vários pontos do globo desde a Antiguidade Clássica de Autobiografia? James Olney ataca esta questão de modo provocador:

«The first autobiography was written by a gentleman named W. P. Scargill; it was published in 1834 and was called *The Autobiography of a Dissenting Minister*. Or perhaps the first autobiography was written by Jean-Jacques Rousseau in the 1760s (but he called it his *Confessions*); or by Michel de Montaigne in the latter half of the sixteenth century (but he called it *Essays*); or by St. Augustine at the turn of the fourth-fifth century A.D. (but he called it his *Confessions*); or by Plato in the fourth century B.C. (but he wrote it as a letter, which we know as the seventh epistle; or... and so on» (OLNEY, 1980, p. 5-6).

Embora o critério para que um exemplo de escrita autobiográfica corresponda a uma Autobiografia não resida no facto do termo 'autobiografia' estar inserido no seu título, e embora a génese da Autobiografia remeter para a escrita autobiográfica desenvolvida pelos autores citados por James Olney (entre outros cânones), tratando-se de um género literário, a Autobiografia segue um conjunto de princípios que vieram a ser constituídos somente a partir do século XVIII.

Afirmámos no início deste capítulo que pensar em Autobiografia significa pensar em livro, prosa, narrador e personagem corresponderem ao mesmo indivíduo, e numa narração da própria vida de modo retrospectivo. A maioria destas características encontram-se plasmadas na definição de Autobiografia proposta por Philippe Lejeune: «récit rétrospectif en prose que quelqu'un fait de sa propre existence, quand il met l'accent principal sur sa vie individuelle, en particulier sur l'histoire de sa personnalité» (LEJEUNE, 2010, n.p.). Destacamos o facto de o autor identificar como definidor de Autobiografia o facto de esta remeter para um relato retrospectivo da vida de um indivíduo, cujo enfoque reside na história da sua personalidade.

Apesar de referirmos a definição de Autobiografia proposta por Lejeune, esta serve a função de guiar o leitor nesta fase inicial da pesquisa, uma vez que, embora esta seja uma definição amplamente citada, iremos procurar demonstrar que a definição de Autobiografia (ou de qualquer outro acto autobiográfico) não pode ser percebida segundo um conjunto de características lineares, tal como as propostas por Lejeune, no contexto actual da teoria autobiográfica.

A realidade dos actos e práticas auto-referenciais é demasiado complexa e imersa em subjectividade para ser reduzida a um conjunto de características redutoras (prosa

retrospectiva, relato da vida individual, foco na história da personalidade) excluindo, deste modo, manifestações que saiam do perímetro delineado por Lejeune. Nas palavras de James Olney, o género literário da autobiografia «is both the simplest of literary enterprises and the commonest», mas simultaneamente, «the most elusive of literary documents» (1980, p. 3).

Analisemos agora algumas das características estilísticas e formais da Autobiografia identificadas por Robert Folkenflik, que, estando organizadas segundo um conjunto de normas, e não de regras absolutas, tendem a assumir uma forma, não só flexível, como híbrida, numa acepção de Autobiografia na qualidade de realidade complexa, não linear e instável: (1) corresponde a uma escrita na primeira pessoa, apesar de existirem excepções escritas em segunda ou terceira pessoa; (2) assume uma escrita em forma de prosa, mas por vezes surge em verso; (3) encontra-se alicerçada na verdade vivida pelo narrador, embora por vezes seja ficcionada; (4) é, regra geral, escrita durante a meia-idade do narrador, mas também por jovens adultos; (5) é publicada na forma de livro, ou em vários volumes; (6) corresponde, geralmente, a uma retrospectiva da vida do narrador (FOLKENFLIK, 1993, p. 13-15).

Passemos agora a sintetizar sucintamente o percurso histórico da escrita autobiográfica²³ desde a Antiguidade Clássica, época em que se encontram os primeiros vestígios de uma escrita auto-referencial, até aos séculos XX e XXI, responsáveis por inaugurar as condições necessárias a uma auto-referencialidade conscientemente subjectiva e não limitada à forma escrita, abrindo espaço para actos autobiográficos que extravasam o suporte em papel. Após o mapear do percurso histórico da escrita autobiográfica, iremos debruçar-nos sobre o modo como esta foi teorizada, para que nos seja possível traçar a forma como actualmente as criações auto-referenciais são percebidas, e quais as suas problemáticas.

Embora existam vestígios de escrita autobiográfica datados do período da Antiguidade Clássica fixos em inscrições funerárias, narrativas de viagens e poemas, entre os quais, os da poetisa Safo da Ilha de Lesbos (c. 600 a. C.), a escrita autobiográfica da Antiguidade Clássica é especialmente marcada por aquela que é considerada a primeira narrativa autobiográfica, referimo-nos às *Confissões* de Santo Agostinho (c. 400) (SMITH, WATSON, 2010, p. 104-105).

Já na Idade Média, período profundamente marcado pelo misticismo e espiritualidade como metrónomos do funcionamento da sociedade, mas também pela afirmação da razão – como revela o desenvolvimento da filosofia escolástica, fortemente influenciada pelas figuras de Platão e Aristóteles – surge uma escrita autobiográfica decorrente de uma pesquisa espiritual materializada em relatos de visões, como é o caso da *Memoriale* de Angela da Foligno (c. 1292).

²³ Relembramos que com ‘escrita autobiográfica’ referimo-nos a uma escrita que, embora auto-referencial, não se circunscreve exclusivamente à ‘Autobiografia’ (enquanto género literário), uma vez que esta cumpre princípios e objectivos particulares que iremos analisar mais à frente nesta pesquisa.

Esta indagação espiritual plasmada na escrita autobiográfica verificou-se presente também no Renascimento através de figuras como Santa Teresa de Ávila. Contudo, sob a influência do Humanismo, o Renascimento é marcado por uma indagação interior que sai da esfera espiritual e entra na secular através do estudo da subjectividade interior. Esta indagação interior encontra-se presente nos *Essais* de Michel de Montaigne (1580), em que o autor se questiona sobre o problema de ser simultaneamente sujeito e objecto da sua escrita, bem como na obra de Girolamo Cardano, *De propria vita liber* (1576), considerada a primeira narrativa de vida psicológica (SMITH, WATSON, 2010, p. 109).

Num salto para o século XVIII, verifica-se que este século correspondeu a um período particularmente importante para o desenvolvimento da escrita autobiográfica, assistindo ao nascimento do género literário da 'Autobiografia'. O desenvolvimento da Autobiografia surge na sequência dos valores iluministas da acção movida pela razão em direcção a uma acção autónoma, liberta de qualquer força opressora. Deste modo, a Autobiografia surge como veículo directo ao auto-conhecimento que, como veremos mais à frente, será uma postura criticada pelos teóricos sitos no contexto pós-moderno.

O século XIX, por seu turno, foi marcado por duas vertentes autobiográficas. Por um lado, no pós-Revolução Industrial surge o movimento artístico e literário do Romantismo, centrado num individualismo profundo, numa fuga à actualidade e à cidade industrial, que conduz o Homem em busca de uma fusão com a natureza, num acto embebido pelo conceito de sublime, em que o Homem aceita a sua fragilidade face ao poder avassalador da natureza, e nela se dilui. Encontramos enquadrado com o Romantismo inicial a obra de Johann Goethe *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), e já no Romantismo pleno do século XIX, a pseudo-Autobiografia de Lord Byron em *Don Juan* (1824) (SMITH, WATSON, 2010, p. 118).

A segunda vertente da escrita autobiográfica desenvolvida durante o século XIX diz respeito ao género literário *Bildungsroman* que corresponde a uma pseudo-Autobiografia, na medida em que procura revelar a jornada de uma personagem desde jovem à sua idade adulta, demonstrando o desenvolvimento das suas características psicológicas, ideológicas, morais e todas aquelas que a caracterizam. São exemplo deste género de pseudo-Autobiografia as obras *Jane Eyre: An Autobiography* (1847) da autoria de Charlotte Brontë, e *David Copperfield* (1850) de Charles Dickens, assumindo no seu título original, a seguinte designação: *The Personal History, Adventures, Experience and Observation of David Copperfield the Younger of Blunderstone Rookery (which he never meant to be published on any account)* (SMITH, WATSON, 2010, p. 119-120).

Ao entrarmos no século XX assistimos a um crescimento exponencial no número de Autobiografias publicadas e a uma explosão de novos géneros de escrita autobiográfica (como

é o caso das narrativas de prisão, de imigrantes, de minorias étnicas e sexuais) em que as vozes marginalizadas passam a ter a capacidade de serem ouvidas. Esta proliferação de Autobiografias e de novos géneros de escrita autobiográfica encontra-se justificada por vários factores, dos quais, destacamos o desenvolvimento da Teoria Psicanalítica de Sigmund Freud, o aumento da literacia junto das populações (SMITH, WATSON, 2010, p. 194) e as críticas à teoria da história dos grandes homens, fenómeno que iremos explorar mais à frente.

Importa referir que até ao século XX o termo *memoir* foi empregue enquanto sinónimo daquilo que aqui designamos por escrita autobiográfica (SMITH, WATSON, 2010, p. 2), isto é, enquanto narrativa auto-referencial expressa sob a forma escrita. Contudo, o termo *memoir* (ou memória) é actualmente considerado como um género de narrativa de vida, tal como o é a Autobiografia. Embora os termos 'memória' e 'Autobiografia' sejam frequentemente utilizados de modo indiscriminado, importa salientar que existem diferenças entre ambos os géneros. Em primeiro lugar, Autobiografia assenta num tom confessional por parte do narrador, focada, por isso, no seu *eu*. A memória, por seu turno, situa o narrador num contexto social, posicionando-o enquanto participante ou observador, sendo o enfoque colocado, não no *eu* do narrador, mas nas acções dos indivíduos que com ele interagiram no contexto social delimitado. Em segundo lugar, enquanto a Autobiografia, por norma, abarca a totalidade da vida do narrador, a memória centra-se num segmento da sua vida (SMITH, WATSON, 2010, p. 274-275)

Chegamos finalmente ao século XXI em que as manifestações auto-referenciais extravasam os limites do suporte em papel e da forma da escrita, surgindo uma multiplicidade de géneros de actos autobiográficos capazes de abranger as tecnologias digitais, artes visuais e performativas, vídeo, entre outras. Sidonie Smith e Julia Watson ilustram a complexidade e o elevado número de géneros de actos autobiográficos que surgem no século XXI num levantamento, realizado pelas autoras, durante o qual foram capazes de reunir um total de 60 géneros diferentes de actos autobiográficos (2010, p. 253-286).

2.1.2. AS TRÊS GERAÇÕES DA TEORIA AUTOBIOGRÁFICA

Debrucemo-nos agora sobre o modo como se desenvolveu a teorização dos actos autobiográficos, tendo esta sido articulada em três gerações, cada uma delas centrada em diferentes componentes da etimologia da palavra 'autobiografia':

1. A primeira geração arrancou com um enfoque na *bios*, isto é, na *vida* do narrador e sobre quais as vidas que mereciam, ou não, ser autobiografadas;

2. A segunda geração voltou-se para o estudo do *autos*, durante a qual foram trabalhadas questões sobre a complexidade do *eu* autobiográfico, e sobre o modo como a narrativa que o narrador cria é construída através de um gesto criativo.
3. Por último, a terceira geração – na qual a teoria autobiográfica actual assenta – coloca um enfoque na *graphia*, encontrando-se debruçada, já não sobre os problemas inerentes ao sujeito autobiografado ou à vida autobiografada, mas ao modo como o narrador *constrói* a narrativa. Será no contexto desta terceira geração, debruçada sobre o modo como a narrativa é construída, que enquadrámos a presente dissertação, com o objectivo de analisar o arquivo pessoal como construção autobiográfica.

É no início do século XX que é inaugurada a teorização da escrita autobiográfica num esforço iniciado pelo discípulo de Wilhelm Dilthey, Georg Misch, na sua já aqui referida obra *A history of autobiography in Antiquity*, originalmente publicada em 1907. Misch inaugura a primeira geração da teoria autobiográfica concentrando-se no estudo da Autobiografia, e, por esse motivo, excluindo da sua análise outros géneros de escrita autobiográfica, como é o caso da carta, do diário ou das memórias (SMITH, WATSON, 2010, p. 196).

Enquadrando as formulações de Georg Misch de acordo com o conceito de *Geistesgeschichte* (história intelectual)²⁴ proposto pelo seu mentor, Wilhelm Dilthey, o autor defende que a Autobiografia deveria ser escrita por (e sobre) indivíduos *representativos* da sociedade, isto é, indivíduos que, pelas funções sociais que desempenhavam, ocupavam uma posição de destaque, e, como tal, seriam representativos do espírito do seu tempo, e suas vidas, também elas, representativas. Ao fazê-lo, Misch posiciona-se de acordo com o paradigma da história dos grandes homens, sendo estes “grandes homens” os supostos autores das Autobiografias, invalidando, deste modo, as criações autobiográficas dos “homens menores”, estando neles incluídas mulheres, minorias étnicas, religiosas, sexuais, etc.

«Though essentially representations of individual personalities, autobiographies are bound always to be representative of their period, within a range that will vary with the intensity of the authors' participation in contemporary life and with the sphere in which they moved» (MISCH, 2002, p. 12).

Note-se que o autor considera que a Autobiografia corresponde a uma representação da personalidade do indivíduo, aspecto que pressupõe a defesa de que a criação da Autobiografia assenta num acto de auto-descoberta, em que o narrador é capaz de transpor,

²⁴ Conceito que se relaciona, mas que não deve ser confundido, com o de *Zeitgeist* (espírito do tempo).

não só a vida tal como fora experienciada, mas também a sua personalidade. Significa isto que para Misch o conteúdo da Autobiografia corresponde a uma fonte de evidência histórica, motivo pelo qual considera que a Autobiografia corresponde a um ramo da biografia (MISCH, 2002, p. 8), aceção que actualmente é amplamente contestada²⁵.

Segundo Misch o conteúdo da Autobiografia corresponde efectivamente à *verdade* da vida como fora experienciada pelo narrador (verdade autobiográfica). Deste modo, a Autobiografia é percebida enquanto processo profundamente individual de auto-descoberta e auto-conhecimento, através do qual o narrador é capaz de transpor na sua Autobiografia uma narrativa transparente, neutra e autêntica da sua vida, aspecto no qual se irão alicerçar as críticas da segunda geração da teoria autobiográfica.

Em suma, a primeira geração assume que existe apenas uma narrativa passível de ser contada no acto de escrever uma Autobiografia, pois a narrativa contada pelo narrador corresponde à verdade da vida por ele experienciada. Como tal, ao narrar a própria vida numa narrativa imbuída de verdade autobiográfica, a narrativa presente na Autobiografia corresponde a uma narrativa universal, cuja leitura possibilita ao leitor aceder ao verdadeiro *eu* do narrador.

Assumindo uma postura diferente, surge a segunda geração da teoria autobiográfica marcada pelas obras de Francis R. Hart *Notes for a anatomy of modern autobiography* (1970) e de Georges Gusdorf *Conditions and limits of autobiography* (1980), que se centra na análise do modo como o narrador projecta e vê projectado o seu *eu* no processo de auto-narração.

Quer Hart, quer Gusdorf, sugerem que ao narrar a própria vida, o narrador assume uma posição subjectiva que o impossibilita de criar uma Autobiografia capaz de reflectir a sua vida como fora efectivamente experienciada, questionando, deste modo, a verdade autobiográfica defendida por Georg Misch:

«Autobiography is not simple repetition of the past as it was, for recollection brings us not the past itself (...). Recapitulation of a life lived claims to be valuable for the one who lived it, and yet it reveals no more than a ghostly image of that life, already far distant, and doubtless incomplete, distorted (...). (GUSDORF, 1980, p. 38)

²⁵ Gostaríamos de destacar o facto de que na base da rejeição actual da Autobiografia como subgénero da biografia encontra-se a premissa que pretendemos deixar clara no final deste capítulo: de que qualquer acto autobiográfico, entre eles a Autobiografia, emerge de uma profunda subjectividade que lhe retira valor de prova factual, neutra e objectiva. Contrariamente, os actos autobiográficos encontram-se embebidos na subjectividade do indivíduo seu criador e da relação que este estabelece/eu com o seu contexto. É desta instabilidade que surge a riqueza dos actos autobiográficos como fonte de informação única, e particularmente complexa, para o estudo do Homem, da sua auto-representação e da sua auto-construção.

Além de afirmar que a Autobiografia não possui valor de evidência, na medida em que não transpõe a vida tal como fora experienciada, Gusdorf atribui à Autobiografia o estatuto de «work of art», e, nesse sentido, «we may call it fiction or fraud, but its artistic value is real» (1980, p. 43). A inautenticidade autobiográfica que Gusdorf propõe como definidora da Autobiografia torna-se, não só uma característica da Autobiografia, mas uma manifestação do seu valor artístico. Note-se que o autor propõe um entendimento da Autobiografia, não como evidência histórica, mas como manifestação artística. Deste modo, Gusdorf procura valorizar a subjectividade e a criatividade da Autobiografia em detrimento de uma falsa autenticidade.

Alinhado com a defesa de que a Autobiografia é caracterizada pela sua subjectividade, em oposição à sua factualidade, Francis Hart desenvolve uma importante análise à complexidade do *eu* autobiográfico, propondo que este seja caracterizado por uma multiplicidade de diferentes tipos de *eu*, responsáveis por formar aquilo a que designa por *eu* selectivo, correspondendo este *eu* a uma amálgama entre «the “I” that has been hidden or misconstrued; the “I” that has been lost, or gained, regained or sought after in vain; the “I” that has been cultivated, imposed, preserved, developed» (HART, 1970, p. 492-493).

Francis Hart encontra-se a afirmar que o *eu* autobiográfico não corresponde ao real *eu* do narrador, mas sim a uma construção. Deste modo, podemos verificar que se o *eu* autobiográfico resulta de uma construção subjectiva, conseqüentemente, também a narrativa contada pode variar consoante a construção efectuada pelo narrador. Significa isto, que na impossibilidade de contar a vida tal como fora experienciada, e dada a natureza contruída do *eu* autobiográfico, ao contrário do que a primeira geração da teoria autobiográfica defendia, não existe apenas uma narrativa passível de ser contada no momento da criação de uma Autobiografia, mas múltiplas.

Neste sentido, para a segunda geração, não só a Autobiografia não possui verdade factual, mas uma verdade ficcionada e criativa, como o processo de auto-representação plasmado na Autobiografia deixa de ser percebido como um acto individual e universal, tal como percebida pela primeira geração²⁶. Contrariamente, a segunda geração da crítica autobiográfica assume o processo de auto-representação como um acto em que o *eu* autobiográfico é construído e cuja narrativa é particular, pois cada indivíduo possui várias narrativas passíveis de serem narradas.

²⁶ Note-se que individual/universal não correspondem a antónimos, na medida em que o ‘individual’ reporta à Autobiografia nascida de um processo de auto-descoberta conduzida a partir, e sobre, o próprio indivíduo, e ‘universal’, no sentido de existir apenas uma narrativa, a verdadeira e única narrativa.

Tais formulações conduziram ao desenvolvimento de Autobiografias escritas, não só pelos “grandes homens”, mas pelas vozes marginalizadas, e marcadas pelo desenvolvimento de obras de teóricos que procuraram testar, problematizar e provocar a subjectividade como característica definidora da Autobiografia. São exemplos destas criações: (1) a análise dos problemas discursivos do narrador, na qualidade de actor que ocupa simultaneamente os papéis de sujeito e objecto, como serve de exemplo a obra homónima de Roland Barthes (1975); e (2) o desenvolvimento de narrativas que, embora seja um indivíduo a narrar a sua própria vida, a narrativa traçada apresenta uma dimensão ‘comunitária’ no sentido de reportar para ‘todas’ as vidas de uma dada comunidade, assumindo a designação de autoetnografias, das quais destacamos, a título de exemplo, *The Autobiography of Malcolm X* (1965).

Analisámos até aqui o modo como os actos autobiográficos foram teorizados em duas gerações, tendo ocorrido uma alteração de paradigma que, de um foco inicial na *bios* (primeira geração) passou para o estudo da *autos* (segunda geração). Verificámos que inicialmente a Autobiografia foi assumida como escrita por homens representativos do seu tempo, homens estes, que no processo de auto-descoberta, narram a sua vida tal como fora experienciada, narrando uma *bios* embebida no valor de autenticidade (primeira geração). Deste enquadramento, passamos para uma concepção de Autobiografia em que o *eu* narrador é profundamente fragmentado e construído, responsável por narrar uma de muitas narrativas passíveis de serem contadas sobre a sua vida, uma vez que a narrativa é assumida como construção fictícia e criativa (segunda geração).

Sidonie Smith e Julia Watson atribuem esta alteração de paradigma a um conjunto de factores que surgiram ao longo do século XX, dos quais destacamos: (1) o desenvolvimento do Marxismo que, ao demonstrar o modo como o indivíduo é profundamente determinado pelas estruturas económicas que o enquadram, desconstruiu a noção do indivíduo como Ser autónomo e possuidor de livre arbítrio; (2) o desenvolvimento da Psicanálise, capaz de revelar o modo como as acções do indivíduo decorrem de impulsos interiores que, estando fora do seu controlo, o Homem actua de modo irracional e inconsciente; (3) o contributo da Semiótica de Saussure capaz de demonstrar a limitação da capacidade mimética do sistema linguístico na tentativa de reproduzir a realidade (SMITH, WATSON, 2010, p. 200-201).

Resta-nos analisar a terceira geração da teoria autobiográfica, momento em que a literatura científica actual se insere, e que representou uma nova alteração de paradigma. Esta geração toma a *graphia* como foco da sua análise, isto é, estuda o modo como o narrador constrói a sua narrativa de vida, e como, ao fazê-lo, se constrói e reconfigura a si próprio. É sobre estas problemáticas que se debruçam as próximas páginas.

2.2. NARRATIVAS DE VIDA: ESPAÇOS DE AUTO-REPRESENTAÇÃO E AUTO-CONSTRUÇÃO

Como vimos anteriormente, a teoria autobiográfica focou-se inicialmente no estudo do género literário da Autobiografia, percepcionando-a como uma transliteração fidedigna da vida experienciada pelo narrador. Com o desenvolvimento da teoria autobiográfica, a autenticidade da Autobiografia foi questionada, passando a ser considerada uma criação subjectiva, fixa através de um gesto criativo.

A partir deste contexto, é aberto espaço para a constituição de uma teoria autobiográfica que procura aprofundar a subjectividade autobiográfica e que amplia o seu objecto de estudo da Autobiografia (enquanto género literário) para a totalidade dos actos autobiográficos, independentemente do suporte em que se fixe ou da forma em que a narrativa se encontra expressa. Referimo-nos às formulações da terceira geração da teoria autobiográfica, responsável por analisar as questões associadas à natureza parcial, fabricada, politizada, isto é, à natureza eminentemente *construída* dos actos autobiográficos.

Situada no contexto dos múltiplos “pós” – pós-moderno, pós-humanista, pós-positivista, pós-estruturalista, pós-colonial – a terceira geração procura desconstruir a história dos vencedores, enquadrando-se segundo a “história vista de baixo”²⁷ e na negação de uma “grande narrativa”²⁸, em prol de uma história feita de idiosincrasias. Enquadrada neste contexto encontra-se a importante alteração de paradigma científico conhecida como *narrative turn* ou *biographical turn*, responsável por tomar a *narrativa* como o elemento estrutural, e estruturante, de toda a vida social (CHAMBERLAYNE, BORNAT, WENGRAF, 2000, p. 1-10); CZARNIAWSKA, 2004, p. 1-12).

Posicionando-se sob a alçada da *narrative turn*, a terceira geração da teoria autobiográfica centra a sua análise no papel da narrativa e no modo como esta é construída, focando-se, deste modo, no estudo da *graphia*. Note-se que a própria narrativa passa a ser considerada como a *graphia* (escrita) autobiográfica, na medida em que é ela que contém o conteúdo autobiográfico, independentemente da forma ou suporte em que se materialize. Tal como temos vindo a afirmar, esta concepção amplia o objecto de estudo da teoria autobiográfica, da análise exclusiva da Autobiografia escrita em suporte de papel, para a análise da totalidade dos actos autobiográficos, fixos em qualquer suporte e narrados sob qualquer forma.

²⁷ Cf. THOMPSON, E.P. – **The making of the English working class**. New York: Vintage Books, 1966

²⁸ Cf. LOYTARD, Jean-François – **The postmodern condition: a report on knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984

É no contexto da “narrative turn” e da ampliação dos objectos de estudo da teoria autobiográfica que surge a necessidade de esta ver o seu quadro terminológico reformulado, motivo pelo qual se justifica a multiplicação de novos termos – como ‘história de vida’, ‘narrativa de vida’, ‘escrita de vida’ – quando anteriormente todos se encontravam enquadrados no termo ‘autobiografia’, empregue na qualidade de termo genérico para a referência a qualquer acto ou prática auto-referencial.

Relembramos que iniciámos a presente pesquisa com a adopção do termo ‘actos autobiográficos’ na qualidade de pseudo-sinónimo de ‘narrativas de vida’. Dada a pertinência do conceito de narrativa de vida para o desenvolvimento da nossa pesquisa, pareceu-nos adequado recorreremos à sua utilização apenas quando o conceito pudesse ser devidamente enquadrado e problematizado; objectivo que as próximas páginas pretendem alcançar. Para tal, e porque o conceito de narrativas de vida encontra-se enquadrado no conceito de histórias de vida, e por enquadrarmos ambos no contexto do conceito de auto/biografia, as próximas páginas pretendem clarificar estes conceitos.

2.2.1. HISTÓRIAS DE VIDA NO CONTEXTO DA AUTO/BIOGRAFIA

Para uma análise do conceito de ‘histórias de vidas’ importa, desde logo, assinalar que o seu entendimento encontra-se dificultado pelo desadequado processo de tradução do inglês para português dos termos *life story* e *life history*, assumindo ambos a mesma grafia, numa tradução para ‘histórias de vida’. Embora ambos se encontrem enquadrados nos estudos autobiográficos, correspondem a conceitos diferentes cuja diferenciação verifica-se essencial para o verdadeiro entendimento do conceito que nos interessa, para o entendimento de *life story*.

O conceito de *life story* é particularmente trabalhado por Ken Plummer que o considera na qualidade relato da vida de um indivíduo, contado por si próprio ou por terceiros, podendo por isso assumir várias formas:

«biographies, autobiographies, letters, journals, interviews, obituaries. They can be written by a person as their own life story (autobiography) or as fiction by themselves; they can be the story coaxed out of them by another, or indeed their ‘own story’ told by someone else (as in biography)» (PLUMMER, 2001, p. 19).

Note-se que apesar dos exemplos dados por Plummer assumirem todos uma natureza escrita, torna-se necessário enquadrar a sua obra, *Documents of life*, para o facto da primeira edição datar de 1983. Embora actualmente a teoria autobiográfica recorra ao conceito de *life story*, esta foi responsável por ampliar o seu escopo a outras formas (dança, música, performance, etc.) e suportes (pintura, o próprio corpo, espaço digital, etc.).

Verifica-se, deste modo, que actualmente *life stories* correspondem a relatos de vida, auto ou hetero-referenciais, independentemente da forma ou suporte que assumam. Como veremos mais à frente, o conceito de narrativas de vida assume os mesmos princípios de histórias de vida, correspondendo a uma subdivisão responsável por circunscrever as histórias de vida do tipo auto-referenciais, excluindo, por esse motivo, as hetero-referenciais.

Independentemente da forma ou suporte que assumam, as *life stories* encontram-se intimamente ligadas ao conceito de 'documentos de vida' proposto por Ken Plummer. Embora o autor não trabalhe em detalhe a definição do mesmo, adopta a proposta abrangente de Robert Redfield, considerando documento de vida como:

«a human or personal document (...) which the human and personal characteristics of somebody who is in some sense the author of the document find expression, so that through its means the reader of the document comes to know the author and his or her views of events with which the document is concerned» (Robert Redfield, 1942, vii, apud PLUMMER, 2001, p. 18).

Plummer recorre ao conceito de documentos de vida de modo a nele enquadrar as *life stories*. Através deste enquadramento, Plummer visa reivindicar para as *life stories* o estatuto de mais do que um recurso de investigação, em que o investigador as percebe na qualidade de 'dado', mas antes, como tópico de investigação, isto é, como verdadeiro objecto de estudo (2001, p. 41).

Ainda sobre a relação entre documentos de vida e *life story*, se, por um lado, a *life story* pode em si se materializar num documento de vida (ex.: gravação de uma entrevista ou a publicação de uma Autobiografia), por outro, a própria constituição da *life story* pode ser conduzida a partir da análise de diferentes documentos de vida. Veja-se o seguinte exemplo: o biógrafo X, interessado em realizar a biografia do coleccionador Y, terá necessariamente de construir a sua biografia assente na consulta de diferentes documentos de vida do coleccionador Y, nomeadamente, a sua correspondência pessoal, as fotografias guardadas pelo sujeito biografado e as fotografias que, mesmo que tiradas por outros, o retratem, o seu diário, as colecções que o coleccionador Y reuniu ao longo da sua vida, etc.

Analisámos até aqui o conceito de *life story*. Mas, como referimos anteriormente, este conceito estabelece uma relação problemática com o conceito de *life history* na sua tradução para a língua portuguesa. Como vimos, *life story* corresponde a um relato de vida hetero ou auto-referencial. *Life history*, por seu turno, corresponde a um método de investigação em que o investigador relata o percurso de vida de um indivíduo, sendo que a recolha de dados se centra em entrevistas ao sujeito biografado nas quais este relata a sua *life story*, sendo esta posteriormente editada, interpretada e apresentada pelo investigador. Este é um método que estabelece relações com as tradições da história oral e da análise narrativa, em que o investigador é responsável por mediar a *life story* do sujeito biografado para a construção da sua *life history* (FIELDING, 2006, p. 159-160; SAMUEL, 2009, p. 4-5).

Devidamente identificados os conceitos, iremos continuar a nossa pesquisa, atribuindo ao conceito de *life story* a designação de ‘história de vida’, e, a *life history*, a designação de ‘método de histórias de vida’.

Voltando à análise do conceito de história de vida (*life story*), verificámos que este remete para qualquer relato auto ou hetero-referencial de uma vida, adquirindo, deste modo, o estatuto de termo abrangente capaz de abarcar uma multiplicidade de géneros enquadrados no espectro que vai da biografia à autobiografia. Chamamos à atenção para este ‘espectro’ ser mais complexo do que a noção de que uma biografia corresponde ao relato de um indivíduo face à vida de outro, e de Autobiografia na qualidade de uma biografia construída pelo próprio sujeito biografado. Esta concepção cria fronteiras estanques que autores no contexto da terceira geração da teoria autobiográfica têm vindo a diluir, sendo de destacar o papel de Liz Stanley, autora que, à luz da abordagem feminista, procurou esbater as fronteiras entre biografia e autobiografia, propondo por isso o termo que iremos adoptar de ‘auto/biografia’.

A adopção do termo auto/biografia procura evidenciar uma série de complexidades inerentes às práticas auto e hetero referenciais, procurando diluir as fronteiras aparentemente estanques que separam as noções de biografia e de autobiografia, ao problematizar a noção dual factual/fictício destas práticas:

«both biography and autobiography lay claim to facticity, yet both are by nature artful enterprises which select, shape, and produce a very unnatural product, for no life is lived quite so much under a single spotlight as the conventional form of written auto/biographies suggests» (STANLEY, 1995, p. 3-4).

A auto/biografia debruça-se sobre os problemas da subjectividade das práticas auto e hetero-referenciais, identificando nestas uma natureza profundamente instável e volátil,

justificada por vários factores, dos quais: (1) a dificuldade em diferenciar a vida experienciada e o relato dessa mesma vida, seja contada pelo próprio ou por terceiros; (2) a impossibilidade de alcançar o verdadeiro *eu* autobiográfico através da leitura da sua narrativa; e, decorrente deste último, (3) a dificuldade da prática ‘escrita’ e da ‘leitura’ da narrativa autobiográfica, na medida em que o leitor apenas pode aceder a uma narrativa construída, não podendo pois, reconstruir a vida tal como experienciada pelo narrador (PLUMMER, 2001, p. 86-88).

A adopção do termo auto/biografia sugere uma aproximação às histórias de vida, segundo o prisma de que estas correspondem não ao relato *naïve*, neutro ou autêntico de uma vida, mas a uma construção do narrador²⁹. Contudo, falamos agora de uma construção da qual o narrador não é um sujeito passivo, mas sim activo. A construção contida na narrativa auto/biográfica é uma construção da qual o narrador se encontra consciente, motivo pelo qual ele próprio contamina e se deixa contaminar pelo acto da construção, dando então origem às histórias de vida que Ken Plummer identifica como reflexivas e recursivas (2001, p. 34). Isto é, histórias de vida em que o narrador se encontra consciente de que ele próprio é um sujeito activo na construção subjectiva do relato da própria vida.

Enquadrar as histórias de vida no conceito de auto/biografia significa considerar que estas correspondem a relatos marcados por uma profunda subjectividade, não só por parte do narrador, mas da relação deste com o seu contexto, do modo como ele constrói a sua narrativa e para quem a constrói. Segundo esta perspectiva, as histórias de vida correspondem a relatos de vida instáveis e voláteis estruturados através de uma narrativa marcada por questões associadas ao modo como esta é construída e organizada.

2.2.2. A SUBJECTIVIDADE DA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA, DO NARRADOR E DO ‘OUTRO’

Pretendemos nesta fase da pesquisa problematizar as histórias de vida auto-referenciais, isto é, as narrativas de vida. Uma vez que correspondem a uma subdivisão das histórias de vida, as narrativas de vida partilham dos mesmos princípios que vimos atribuídos às histórias de vida. Quer isto dizer, que as narrativas de vida encontram-se enquadradas no conceito de auto/biografia, motivo pelo qual podemos afirmar que as narrativas de vida são, na

²⁹ Voltaremos a trabalhar o conceito de auto/biografia no Capítulo 3 “As narrativas de vida dos arquivos pessoais”.

sua essência, narrativas de vida auto/biográficas, e como tal, vêem valorizada a sua subjectividade.

É nossa intenção analisar o modo como esta subjectividade se encontra plasmada nas narrativas de vida, quer no modo como o narrador se auto-apresenta e auto-representa, quer no modo como se relaciona com o “outro”, isto é, com o leitor da sua narrativa.

Destacamos o facto de que nos posicionamos numa análise de narrativas de vida que se encontra totalmente oposta às considerações que vimos defendidas pela primeira geração da teoria autobiográfica, responsável por analisar a Autobiografia como se tratando de uma transliteração da vida tal como fora experienciada pelo narrador. Contrariamente, percebemos as narrativas de vida como construções: não só a narrativa nelas contida é construída, onde facto e ficção se misturam, como o próprio acto de auto-narração é percebido como veículo à auto-construção do narrador.

Como já tínhamos referido, as narrativas de vida podem assumir várias formas e serem fixas em diferentes suportes, podendo assumir a forma de escrita (Autobiografia, diário), manifestações digitais (*blogs*, *website* pessoal, a presença em diferentes redes sociais), representações dramáticas (monólogo, adaptação de uma autobiografia a uma performance), ou serem fixas em objectos (pintura, escultura). Transversal a todas elas é a presença da narrativa, independentemente de esta assumir a forma verbal (seja ela escrita ou oral), visual, representada, digital, ou outra (ver Apêndice C).

Para compreender o modo como a narrativa assenta numa construção subjectiva, importa analisar o papel do narrador, sendo ele próprio um sujeito que constrói a narrativa e que por ela é construído. Por um lado, importa entender o modo como o narrador apresenta uma sobreposição de diferentes tipos de *eu*, na medida em que ele se auto-representa, se vê ser auto-representado e tem a expectativas de se ver auto-representado de uma determinada forma por parte do leitor. Por outro lado, importa analisar o modo como a narrativa surge naturalmente contaminada pelas relações que o narrador estabelece com o seu contexto, entre os quais, o seu leitor.

Começemos por analisar o modo como o narrador se desdobra em múltiplos tipos de *eu*, o designado *eu* autobiográfico. Este *eu* autobiográfico é o termo amplamente utilizado pela literatura para a referência ao *eu* que o narrador assume no acto de narrar a própria vida. É um termo que, se por um lado, sugere que corresponde a um *eu* diferente do *eu* ‘real’ do narrador, por outro, sugere também – e sobretudo na forma inglesa *autobiographical self* – uma dimensão que pressupõe um acesso ao *self* do indivíduo, isto é, às suas características psicológicas, à sua

auto-imagem e sua identidade, naquilo a que podemos incluir no termo mais lato de auto-conceito³⁰.

É na recusa da possibilidade de acesso ao auto-conceito do narrador através da leitura da sua narrativa que, alguns autores, procuraram desconstruir o conceito de *autobiographical self* em detrimento da identificação e análise de um narrador fragmentado em diferentes tipos de *eu*, abrindo assim espaço para a adopção do termo *autobiographical "I"*.

Embora ambos os termos (*autobiographical self/autobiographical "I"*) sejam traduzidos para a língua portuguesa para '*eu autobiográfico*', a transição de um sujeito autobiográfico identificado por *self* para um sujeito identificado por "*I*" é significativo na língua inglesa. Enquanto *self* remete para uma dimensão psicológica que, em última instância, encapsula o auto-conceito do narrador, a adopção de "*I*" procura remover essa dimensão 'psicologizante' em prol de um *eu* que se desdobra em múltiplos tipos de *eu*, sendo que nenhum deles dá acesso ao *self* do narrador. É ao *autobiographical "I"* a que nos referimos aquando da utilização do termo *eu autobiográfico*.

Assinalamos em primeiro lugar o contributo de Barry Olshen ao propor a necessária distinção entre *sujeito* e *self*, distinção que o termo *autobiographical self* dilui. Olshen afirma que é o sujeito – não só como indivíduo físico e concreto, mas também como agente da acção criadora da narrativa – quem expressa o *self*, isto é, o auto-conceito do indivíduo. O autor propõe ainda uma terceira dimensão, a *persona*, afirmando que esta diz respeito ao *eu* discursivo que narra a história (1995, p. 5-6).

Verifica-se que Olshen desdobra o narrador em três pólos – sujeito, *self* e *persona* – procurando que estes anulem a utilização do termo *autobiographical self*. Contudo, ao equacionar a existência do *self* na narrativa, o autor acaba por não excluir totalmente a possibilidade de este ser acessível ao leitor. Embora a recusa total do *self* tenha vindo a ser desenvolvida por teóricos subsequentes, importa salientar que Olshen sugere o termo *autobiographical "I"* em alternativa ao *autobiographical self* (1995, p. 14).

Destacamos agora o contributo das já aqui citadas autoras Sidonie Smith e Julia Watson, que percepcionam o *eu autobiográfico* – na acepção de "*I*" e não de *self* – como estilizado em quatro fragmentos que se inter-relacionam: *eu histórico* (ou *eu real*), *eu narrador*, *eu narrado* e *eu ideológico*.

O primeiro pólo, o *eu histórico* (ou *eu real*) reporta à fisicalidade do indivíduo que escreveu a narrativa, situado num tempo e espaço concreto. Embora o *eu histórico* seja o

³⁰ Cf. SERRA, Adriano Vaz – O auto-conceito. *Análise psicológica* [Em linha]. ISSN 0870-8231 2:6 (1988) 101-110. [Consult. 21 Dez. 2017]. Disponível em:<URL:http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2204/1/1988_2_101.pdf>

responsável criativo da narrativa de vida, o leitor não é capaz de aceder a este *eu* (SMITH, WATSON, 2010, p. 72). Note-se que o *eu* histórico estabelece um paralelo com o *sujeito* proposto por Olshen.

O segundo pólo, o *eu* narrador, estabelece fortes relações com o *eu* histórico, não sendo sempre fácil a sua distinção. O *eu* narrador é o *eu* discursivo que revela a narrativa ao leitor, sendo por esse motivo o *eu* ao qual o leitor acede (SMITH, WATSON, 2010, p. 72). Ao comparar esta com a proposta de Barry Olshen, verificamos que o *eu* narrador corresponde à *persona*, na medida em que ambos servem a função de sujeito discursivo, e por esse motivo, servem de mediadores entre o *eu* real e o leitor.

Chegamos ao terceiro pólo do *eu* autobiográfico, o *eu* narrado, e com a sua análise somos capazes de perceber a complexidade do modo como os vários tipos de *eu* se inter-relacionam. Embora o *eu* narrador e o *eu* narrado se verifiquem de difícil diferenciação, importa assinalar que ambos correspondem a diferentes conceitos. Enquanto o *eu* narrador corresponde, como vimos, ao sujeito discursivo, o *eu* narrado é o objecto da narrativa, o sujeito cuja vida é narrada (SMITH, WATSON, 2010, p. 73).

Chegamos ao quarto pólo que constitui o *eu* autobiográfico, o *eu* ideológico. Este é o *eu* que enquadra as forças e estruturas que marcam o contexto cultural do *eu* histórico, situado num tempo e local concreto (SMITH, WATSON, 2010, p. 76-78). Referimo-nos às forças políticas e ideológicas que determinam a acção do *eu* histórico no seu contexto socio-económico, referimo-nos às suas opiniões pessoais, ao modo como percebe as suas experiências, etc.

Verifica-se que o *eu* ideológico é o *eu* do qual imana, em grande medida, a subjectividade inerente às narrativas de vida, pois todos os tipos de *eu* (o histórico, o narrador e o narrado) se manifestam em função deste. Apesar disto, este é um *eu* que «is at once everywhere and nowhere» (SMITH, WATSON, 2010, p. 77), na medida em que, embora seja acessível ao leitor, não o é de forma directa, encontrando-se subliminarmente presente em toda a narrativa: na forma como esta é contada; nas premissas que o *eu* narrador assume; ou no modo como este procura persuadir o leitor face aos seus argumentos.

Em suma, podemos verificar que o *eu* autobiográfico cria uma narrativa profundamente subjectiva, marcada pelo complexo modo como se caracterizam os fragmentos do *eu*: é o *eu* ideológico que dita o modo como o *eu* narrador irá construir o *eu* narrado, sendo este um resultado de um constructo criado pelo *eu* histórico, que, por sua vez, foi determinado pela conjuntura 'ideológica' do contexto cultural, que, é então, expressa na narrativa pelo *eu* ideológico.

Prestemos agora atenção ao modo como o narrador – na qualidade de *eu* autobiográfico que se vê estilhaçado em diferentes fragmentos do *eu* – se relaciona com o remetente da narrativa que constrói, o seu leitor.

Designamos por ‘leitor’ o sujeito a quem narrativa é direccionada (ao remetente), mesmo quando esse sujeito é o próprio narrador, como acontece em narrativas construídas para serem lidas apenas pelo próprio, como (teoricamente) acontece com a construção de um diário. Saliemos ainda o facto de, apesar de recorrermos ao termo ‘leitor’, este pode ‘ler’ a narrativa de um vídeo, ‘ler’ a narrativa de uma pintura, ‘ler’ a narrativa de uma peça musical. Queremos com isto dizer que, embora recorramos aos termos ‘leitor’ e ‘ler’, não queremos com isto dizer que a narrativa possa apenas ser lida sob a forma da escrita. Pois, tal como temos vindo a afirmar, as narrativas de vida podem ser expressas de inúmeros modos.

Para entender o conceito de ‘leitor’ para a teoria autobiográfica, importa notar que este decorre da disciplina da narratologia, responsável pelo estudo dos princípios e práticas da representação narrativa. A narratologia desdobra o leitor da narrativa em diversos tipos de leitor, dos quais destacamos o ‘leitor implícito’ pela sua pertinência para as narrativas de vida. Leitor implícito é aquele existente mesmo sem que a narrativa tenha sido lida, na medida em que corresponde ao leitor para quem o narrador narra, corresponde, pois, ao presumível e ideal leitor (HÜHN, et al., 2016, n.p.).

O nosso interesse pelo conceito de leitor implícito decorre do facto de qualquer narrativa de vida necessitar da existência de um leitor implícito. Mesmo os géneros como o diário, cuja constituição pressupõe que, em tese, a narrativa não seja lida por outro sujeito que não seja o seu próprio narrador (fazendo com que ele próprio assuma simultaneamente o papel de narrador e leitor implícito), verifica-se necessário que exista um sujeito fictício a quem o narrador direcciona a sua narrativa, isto é, qualquer narrativa necessita de um leitor implícito.

Note-se que sem o leitor implícito não é possível a constituição de uma narrativa. O narrador necessita de contar a narrativa, e para o acto de ‘contar’ importa que exista um remetente, que, no caso do leitor implícito, corresponde apenas a uma construção mental. Contrariamente, o leitor real, tal como o *eu* histórico, corresponde a um indivíduo situado num tempo e espaço concreto que pode ou não estar implicado no processo da narrativa. Alguém (leitor real) pode ou não ler a narrativa, independentemente desse facto, a narrativa pode ser construída e pode existir.

Debrucemo-nos agora sobre a importante tese de Philippe Lejeune quanto à defesa de que a narrativa assenta num pacto autobiográfico entre o leitor e o autor. Destacamos o facto de termos recorrido propositadamente ao termo ‘autor’ em vez de narrador. Vejamos porquê.

Para Lejeune uma narrativa só pode ser verdadeiramente autobiográfica – numa aceção de factual/ficção, e por isso, *não* enquadrada no conceito de auto/biografia – através de um pacto estabelecido entre o leitor e o autor. Neste pacto, o autor coloca a sua ‘assinatura’ na narrativa ao estabelecer como coincidentes o autor, o narrador e o protagonista (LEJEUNE, 2010, n.p.). Note-se que este ‘leitor’ a que Philippe Lejeune se refere corresponde ao leitor real, e o ‘autor’, ao *eu* histórico, ao indivíduo localizado num espaço e tempo concreto.

Por outras palavras, e de modo a clarificar o argumento de Lejeune, uma narrativa só vê o seu valor autobiográfico validado quando o *eu* histórico, o *eu* narrador e o *eu* narrado coincidem. Caso estes requisitos não se verifiquem, a assinatura do autor não se encontra presente na narrativa, e como tal, esta assume uma natureza hetero-referencial, e por isso embebida pelo valor de ficção, em oposição ao valor de facto que o autor defende como caracterizadora da Autobiografia.

Verifica-se que a teoria do pacto autobiográfico de Lejeune encontra-se profundamente enraizada numa teoria autobiográfica que diverge daquela em que nos posicionamos. Não só Lejeune reforça as fronteiras entre facto/ficção que a auto/biografia procura dissolver (e na qual nos posicionamos), como, por esse mesmo motivo, considera que uma narrativa de vida não possa conter em si características de ficção.

Embora discordemos com a teoria do pacto autobiográfico, uma vez que contraria a nossa premissa de que toda a narrativa de vida é uma construção subjectiva, a teoria do pacto autobiográfico alerta para o modo como a narrativa de vida é accionada através da relação estabelecida entre o narrador e o leitor.

Tal como verificámos anteriormente, qualquer narrativa, para a sua constituição, necessita da existência de um leitor implícito. Verifica-se que, desde o momento da construção da narrativa, a relação narrador-leitor está presente. Iremos de seguida analisar o modo como esta relação intersubjectiva se articula assente num gesto performativo, no qual o narrador constrói a sua narrativa, e ao fazê-lo, se constrói a si próprio.

Importa salientar dois fenómenos antes de analisar o modo como a narrativa de vida assenta num gesto performativo. Em primeiro lugar, importa ter em conta que a palavra performance sugere um duplo significado: por um lado o *acto* de ‘performar’ algo, por outro, o de algo *ser* performativo. Como veremos, a narrativa de vida articula-se num gesto performativo que (embora a inclua) extravasa a mera acção de performance para assumir a dimensão de *ser* uma performance.

Em segundo lugar, importa assinalar que a intersubjectividade envolvida no processo de construção da narrativa de vida engloba, não só o *eu* histórico e o leitor implícito, mas também os leitores reais que efectivamente lêem a narrativa e, em última instância, a totalidade dos

sujeitos que compõem o contexto social do narrador, na medida em que, ao construir a narrativa, o narrador posiciona-a (e posiciona-se a si próprio) em função das relações que estabelece com os sujeitos do seu contexto.

Analisemos agora a abordagem das narrativas de vida como actos performativos. Sidonie Smith publicou, em 1995, o importante artigo *Performativity, autobiographical practice, resistance* em que analisa a auto/biografia à luz da abordagem feminista, estabelecendo uma analogia entre a desconstrução do sistema de género binário (feminino/masculino) trabalhada por Judith Butler³¹ e a performatividade inerente às narrativas de vida (SMITH, 1995, n.p.).

Para Smith, a performatividade das narrativas de vida assenta no modo como o narrador auto-apresenta a sua identidade ao leitor. Não só a autora considera que o narrador é incapaz de tornar a sua ‘verdadeira’ identidade tangível no acto da auto-narração (verificando-se por isso inacessível ao leitor) como a identidade que o autor é capaz de fixar na narrativa é uma identidade ‘performada’.

«But the “self” so often invoked in self-expressive theories of autobiography is not a noun, a thing-in-itself, waiting to be materialized through the text. There is no essential, original, coherent autobiographical self before the moment of self narrating. Nor is the autobiographical self expressive in the sense that it is the manifestation of an interiority that is somehow ontologically whole, seamless, and “true.”» (SMITH, 1995, n.p.).

Segundo esta abordagem, a identidade do narrador não é algo estável, tangível ou estanque, mas sim instável, volátil e em constante mutação. Esta abordagem opõe-se à concepção (como vimos defendida pela primeira geração da teoria autobiográfica) de que as narrativas de vida, das quais a Autobiografia, correspondem a transposições neutras e autênticas da vida experienciada pelo narrador, autênticos veículos ao acesso à sua personalidade e identidade.

É na análise do modo como identidade do narrador se configura antes e durante a auto-narração que Paul Eakin afirma que auto/biografia corresponde a uma estrutura duplamente mediada, baseada num duplo constructo (EAKIN, 1992, p. 102). Não só o indivíduo possui *a priori* um constructo mental daquilo que compõe a sua identidade, como, ao construir a sua narrativa de vida, o narrador auto-apresenta, não a sua ‘autêntica’ identidade, mas uma identidade-outra, aquilo que Paul Eakin denomina da ‘identidade narrativa’ (EAKIN, 1999, p. 100).

³¹ Cf. BUTLER, Judith – **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. New York/London: Routledge, 2006

Não só a identidade presente no acto performativo das narrativas de vida se constitui sob o duplo constructo identificado por Paul Eakin – a ‘verdadeira’ identidade e a identidade narrativa – como, no exercício do narrador auto-apresentar a sua ‘verdadeira’ identidade, ele não só fixa a sua identidade narrativa, como, através desse gesto vê reformulada a identidade que possuía *a priori*. Este fenómeno é defendido por Jerome Bruner, que considera que o narrador, ao construir a narrativa de vida, efectua processos de interpretação e organização da sua experiência, conduzindo à construção da sua própria identidade (BRUNER, 2001, p. 28).

Deste modo, ao narrar a própria vida, o narrador não só *constrói* a sua narrativa como, ao confrontar a sua identidade com a identidade narrativa, o narrador acciona um processo que resulta na (re)construção da sua própria identidade, *construindo-se* a si próprio. É através deste processo contínuo de construção-reconstrução que a identidade do indivíduo se verifica constantemente mutável, instável, e, por esse motivo, impossível de delimitar ou de materializar por via da auto-narração.

Gostaríamos de finalizar a estudo da *construção* inerente às narrativas de vida através da análise de uma segunda proposta de Jerome Bruner. O autor defende que, decorrente do processo de construção-reconstrução da identidade, o narrador não só constrói a narrativa, se constrói a si próprio, mas também, ao fazê-lo, constrói a sua própria cultura, isto é, o contexto que o envolve (BRUNER, 2001, p. 35-36).

Segundo o autor, as narrativas de vida servem a dupla função do narrador ver-se a si próprio e de se mostrar ao ‘outro’ em conformidade com a cultura em que está inserido (BRUNER, 2001, p. 29). Como tal, no processo de auto-narração o narrador não só é contaminado como, ele próprio, contamina o contexto que o envolve através de uma acção dupla em que, por um lado, o contexto do narrador determina a forma e o conteúdo da sua narrativa, e por outro, a própria narrativa é capaz de ter um impacto no contexto do narrador, provocando nele mudança.

Podemos, deste modo, afirmar que, ao construir a sua narrativa de vida, o narrador se constrói a si próprio, num acto de auto-construção capaz de construir o próprio contexto que o envolve. Note-se que ao recorrer ao verbo *construir* procuramos enfatizar a natureza subjectiva e activamente fabricada das narrativas de vida, num processo que pode ser mais ou menos consciente, mas nunca neutro ou passivo.

Verificámos até aqui que ao criar uma narrativa de vida o narrador procura se auto-apresentar ao leitor, indicando “eu sou isto”, “esta é a minha vida”. Dado o facto de esta auto-apresentação ser contaminada pela subjectividade inerente ao modo como o narrador se vê a si próprio e percepção a sua experiência de vida, ao modo como procura mostrar-se ao leitor, e ao modo como deseja por ele ser visto, a auto-apresentação que o narrador procura fixar na

narrativa não corresponde a uma transposição autêntica e neutra da vida tal como fora experienciada ou da 'autêntica' identidade do narrador. Consequentemente, o leitor não encontra na narrativa de vida um ponto de acesso à psique e vida do narrador, mas sim a um constructo capaz de reflectir o modo como o narrador se vê a si próprio e como deseja ser visto pelo "outro" (pelo leitor).

Deste modo, incapaz de se auto-apresentar de modo autêntico, o narrador alcança na narrativa de vida não uma auto-apresentação, mas sim, uma auto-representação. Por outras palavras, ao narrar a própria vida o narrador constrói uma representação de si e da sua vida. Embora esta representação não corresponda à 'verdade', ela dá origem a um processo contínuo de auto-construção, em que o narrador procura responder às questões: o que quero dizer sobre mim próprio? (*autos*); o que quero dizer sobre a minha vida? (*bios*); o que prossuponho no acto da escrita da minha vida? (*graphia*) (PLUMMER, 2001, p. 86).

Procurámos ao longo desta pesquisa demonstrar o modo como as narrativas de vida têm vindo a ser alvo de uma progressiva valorização da subjectividade que lhes é inerente, não só ao nível do conteúdo fixo na narrativa, mas no processo da sua escrita, e na relação que o narrador estabelece com o leitor ao narrar a própria vida.

É o facto de as narrativas de vida serem embebidas pela subjectividade do narrador que estas vêm negada a premissa de que o processo de auto-narração corresponde a um relato neutro e autêntico, capaz, não só de expor a vida do narrador tal como fora por ele experienciada, mas também de servir de ponto de acesso ao íntimo do narrador, veículo à sua personalidade e identidade. Pelo contrário, a concepção das narrativas de vida como oriundas da subjectividade do narrador faz com que estas sejam percebidas como construções por ele fabricadas, ora consciente ora inconscientemente.

No processo de construção da sua narrativa de vida, o narrador procura mediar aquilo que ele é com aquilo que ele pretende mostrar *ser* ao "outro", isto é, ao leitor. Decorrente deste processo, o narrador simultaneamente cria uma auto-representação (fixa na sua narrativa) e é por ela confrontado. Ao ser confrontado com uma representação de si próprio, o narrador dá início a um processo de auto-construção daquilo que ele é, reconfigurando a sua identidade e a percepção da sua experiência de vida.

Verifica-se, deste modo, que o processo de auto-narração inerente às narrativas de vida acarreta um processo contínuo de construção-reconstrução do próprio narrador e da narrativa por ele construída.

Efectivamente o verbo *construir* corresponde à pedra de toque para o entendimento das narrativas de vida, verbo por nós empregue com o intuito de demarcar a sua natureza subjectiva, politizada, inautêntica, e não neutra. Aspectos que, não obstante, não são por nós

percepcionados como obstáculos ao seu recurso como tópicos de investigação. Pelo contrário, é a subjectividade das narrativas de vida que lhes confere o estatuto de fonte de informação particularmente rica para o estudo do Homem, da sua auto-representação e da sua auto-construção.

CAPÍTULO 3

AS NARRATIVAS DE VIDA DOS ARQUIVOS PESSOAIS

Analisámos até aqui o enquadramento epistemológico dos arquivos pessoais (Capítulo 1), em que procurámos reivindicar a valorização da subjectividade inerente a estes conjuntos informacionais e das narrativas de vida (Capítulo 2), verificando que correspondem a construções narrativas auto-referenciais, fixas em qualquer suporte e expressas sob qualquer forma. Cabe ao presente capítulo analisar o modo como, através da articulação entre as problemáticas inerentes aos arquivos pessoais e às narrativas de vida, se verifica que os arquivos pessoais assentam numa construção autobiográfica, ou, melhor dizendo, numa construção auto/biográfica (conceito que iremos trabalhar em detalhe mais à frente).

Para tal, iremos de seguida analisar as propostas de especialistas que se debruçaram sobre a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais, responsáveis por, de diferentes modos, e com diferentes finalidades, articular a teoria autobiográfica e os arquivos pessoais. Iremos analisar os contributos destes autores, de que modo a nossa dissertação bebe da sua influência, e de que forma propomos acrescentar algo de novo aos seus contributos em direcção à defesa de que arquivos pessoais correspondem a uma construção auto/biográfica.

3.1. A DIMENSÃO AUTOBIOGRÁFICA DOS ARQUIVOS PESSOAIS

Começemos pelo importante contributo de Priscila Fraiz, autora que, em 1998, publicou um artigo em que analisa a dimensão autobiográfica do arquivo pessoal do político brasileiro Gustavo Capanema, ao afirmar que este corresponde ao «seu projeto autobiográfico», na medida em que, «construindo seu arquivo, ele [Gustavo Capanema] constrói sua expressão individual, sua imagem, seu eu, efetuando o pacto com o leitor (no caso, o usuário do arquivo)» (FRAIZ, 1998, p. 75).

A proposta de Priscila Fraiz encontra-se plenamente alinhada com o que pretendemos analisar na presente dissertação. Tal como pretendemos fazer, a autora estabelece uma relação entre arquivos pessoais e a teoria autobiográfica, destacando-se, desde logo, o recurso a contributos dos especialistas da área da teoria autobiográfica, como se verifica na citação acima feita, em que Fraiz aplica a teoria do pacto autobiográfico de Philippe Lejeune (por nós analisado anteriormente) ao arquivo pessoal de Gustavo Capanema.

Contudo, salientamos que o argumento de Priscila Fraiz – na defesa de que o arquivo pessoal de Gustavo Capanema corresponde ao «seu projeto autobiográfico» – assenta no facto de a informação que compõe o arquivo pessoal ser predominantemente marcada pela presença de escrita autobiográfica, nomeadamente: correspondência, diários e memórias (FRAIZ, 1998, p. 64-65).

Verifica-se que a autora estabelece uma clara distinção dentro do conjunto informacional que compõe o arquivo pessoal de Capanema, entre: por um lado, a informação capaz de reflectir a actividade profissional do produtor, enquanto figura pública; e por outro, a informação que reporta para a esfera privada e íntima do produtor. De destacar é o facto de ser visivelmente privilegiada a informação de natureza privada e íntima, que corresponde a «um conjunto de aproximadamente sete mil fragmentos de escritos autobiográficos» (FRAIZ, 1998, p. 60).

De modo a sustentar o argumento de que o arquivo pessoal de Gustavo Capanema corresponde ao «seu projeto autobiográfico», a autora baseia-se, não só nestes «fragmentos autobiográficos», mas também naquilo que denominou por meta-arquivo, isto é, «documentos de autoria do titular, referentes ao planeamento e à organização do próprio arquivo e, secundariamente, à classificação adotada para a sua biblioteca particular» (FRAIZ, 1998, p. 60).

Verifica-se, pois, que Priscila Fraiz defende que a dimensão autobiográfica do arquivo pessoal de Gustavo Capanema encontra-se plasmada exclusivamente nos dados informacionais que reportam para a esfera privada e íntima do indivíduo (nos diários, nas memórias, etc.). Como tal, para Fraiz, o arquivo pessoal, no seu todo, não corresponde ao «projeto autobiográfico» de Capanema, uma vez que este se encontra circunscrito à informação de natureza auto-referencial. Verifica-se que, segundo a autora, a informação contida no arquivo pessoal de natureza hetero-referencial, ou, simplesmente, fora do âmbito da esfera privada e íntima do produtor, se encontra excluída do «projeto autobiográfico» do arquivo pessoal de Gustavo Capanema.

Concluimos que, embora estejamos de acordo com Fraiz quanto ao facto de os arquivos pessoais poderem conter uma dimensão autobiográfica, consideramos que esta não se verifica *apenas* em arquivos pessoais marcados pela presença de informação auto-referencial, ou de informação capaz de revelar explicitamente uma intenção autobiográfica por detrás da criação do arquivo pessoal, tal como proporcionou o meta-arquivo de Capanema.

Alternativamente, pretendemos propor que a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais vá mais além do que dizer respeito *apenas* à informação de natureza auto-referencial. Pretendemos que o arquivo pessoal possa ser entendido como embebido, na sua totalidade, de uma dimensão autobiográfica referente ao seu produtor. Significa isto que a informação do

arquivo pessoal, independentemente de ser auto ou hetero-referencial, comporta sempre uma dimensão autobiográfica do produtor do arquivo pessoal. Iremos explorar esta proposta em detalhe mais à frente.

Analisemos agora a proposta de Leah Sander, lançada em 2004, responsável pela defesa de que os arquivos pessoais são detentores de narratividade (SANDER, 2004, p. 1-2). A autora considera que o elemento 'narrativa' é central à criação e preservação de arquivos pessoais (SANDER, 2004, p. 41-42), afirmando que «there is not one kind of record or assemblage of records, which, in its own way, does *not* tell a story» (SANDER, 2004, p. 42).

O argumento de Leah Sander ocorre no contexto da sua dissertação de mestrado, desenvolvida sob a orientação de Terry Cook, em que, baseada no modelo dos *Total Archives*³², a autora procura alertar para a necessidade dos profissionais que adquirem e avaliam arquivos pessoais necessitarem de considerar a dimensão autobiográfica que lhes é inerente, uma vez que «these records [personal archives] are demonstrative of the fundamental human needs to create identity, memory and narrative» (SANDER, 2004, p. 3).

A autora explora a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais através do estudo do “acto de coleccionar” que está na génese da constituição de colecções de objectos, procurando estabelecer os mesmos princípios do coleccionismo à constituição de arquivos pessoais. Importa destacar que, ao estabelecer um paralelismo entre coleccionismo e arquivos pessoais, a autora não pretende posicionar os arquivos pessoais enquanto conjuntos informacionais que assumem a natureza de colecção, por oposição a fundo. O coleccionismo inerente aos arquivos pessoais, proposto pela autora, remete para a defesa de que «everyone is a collector», força motriz que conduz os indivíduos a criarem colecções de objectos e/ou arquivos pessoais (SANDER, 2004, p. 50).

Leah Sander considera que o coleccionismo por detrás do desenvolvimento de colecções de objectos e de arquivos pessoais encontra-se embebido de narratividade. Este fenómeno prende-se com o facto de a constituição destes conjuntos informacionais decorre de um processo de auto-expressão do indivíduo 'coleccionador', motivo pelo qual estes conjuntos informacionais se verificam representativos da vida, e como tal, assumem uma narrativa referente à vida do indivíduo (SANDER, 2004, p. 25).

Verifica-se, deste modo, que tratando-se de formas de auto-expressão, os arquivos pessoais têm a capacidade de contar histórias do *eu*, estando, por esse motivo, profundamente

³² Pareceu-nos pertinente destacar a orientação de Terry Cook, figura de destaque na conceptualização do modelo arquivístico dos *Total Archives*. Como referimos anteriormente, de modo sucinto, o modelo dos *Total Archives* destaca-se pela prática da aquisição de arquivos pessoais por parte de instituições arquivísticas com o objectivo de ampliar e completar o tipo de informação gerida por estas instituições.

marcadas pelo conceito de narrativa (SANDER, 2004, p. 25), mas também associadas à construção da identidade e memória do indivíduo, com o objectivo de resistir à morte e ao esquecimento (SANDER, 2004, p. 33-35).

É interessante analisar os momentos nos quais Leah Sander identifica a presença do elemento ‘narrativa’ nos arquivos pessoais, ao afirmar que esta ocorre quando o arquivo pessoal conta com: (1) escrita autobiográfica sob a forma narrativa, sendo o exemplo por excelência o género literário da Autobiografia; (2) informação que resulte da comunicação entre indivíduos, como serve de exemplo, correspondência ou o registo de troca de *e-mails*; e por fim, (3) fotografias e álbuns fotográficos, capazes de capturar em imagem a vida experienciada (SANDER, 2004, p. 42-44).

Verifica-se que a autora identifica a presença de ‘narrativa’ nos arquivos pessoais quando estes contêm informação capaz, ela própria, de manifestar narratividade. Mais ainda, podemos verificar que, dados os exemplos acima indicados e propostos pela autora como detentores de narratividade (escrita autobiográfica, correspondência, fotografia), a informação contida nos arquivos pessoais que possui – e atribui ao arquivo pessoal – narratividade, corresponde àquilo que vimos Ken Plummer designar por ‘documentos de vida’.

Neste sentido, podemos verificar que a presença de ‘narrativa’ nos arquivos pessoais é atribuída pelo facto de os arquivos pessoais serem compostos por informação que assume a forma de documentos de vida. Uma vez que os documentos de vida se caracterizam pelo facto de serem detentores de narratividade (PLUMMER, 2001, p. 185), verifica-se que, em última instância, os arquivos pessoais são detentores de narratividade dada a natureza narrativa da informação que encerram.

Além de identificar a presença de narrativa na informação contida nos arquivos pessoais, Leah Sander identifica um segundo momento em que a narrativa se encontra presente no arquivo pessoal: o próprio ‘coleccionismo’ inerente à constituição dos arquivos pessoais³³ corresponde a um gesto imbuído de narratividade (SANDER, 2004, p. 44-45). Em suma, Leah Sander defende que a narrativa corresponde a um elemento fundamental para os arquivos pessoais, estando presente, quer na informação que o arquivo pessoal encerra (documentos de vida), quer no próprio gesto do produtor do arquivo pessoal em adquirir tal informação.

A noção de que a narrativa ocupa um papel central nos arquivos pessoais é particularmente pertinente no contexto da nossa dissertação. Contudo, gostaríamos de explorar o modo como esta se encontra presente nos arquivos pessoais. Embora cada documento de vida

³³ A autora considera o termo ‘coleccionismo’ corresponder ao gesto sistemático de adquirir nova informação a constar na colecção de objectos ou no arquivo pessoal.

que faça parte do arquivo pessoal reúna uma narrativa em si próprio, interessa-nos sobretudo o modo como cada documento de vida se relaciona com o conjunto de documentos de vida que compõem a totalidade do arquivo pessoal.

Debrucemo-nos brevemente sobre o que entendemos por ‘documento de vida’. Referimos anteriormente nesta pesquisa que Ken Plummer adota a definição de Robert Redfield para o seu conceito de documento de vida, definindo-o do seguinte modo:

«a human or personal document (...) which the human and personal characteristics of somebody who is in some sense the author of the document find expression, so that through its means the reader of the document comes to know the author and his or her views of events with which the document is concerned» (Robert Redfield, 1942, vii, apud PLUMMER, 2001, p. 18).

Neste sentido, consideramos que qualquer *dado informacional* que faça parte de um arquivo pessoal corresponde a um documento de vida, uma vez que, enquadrado num arquivo pessoal, qualquer dado informacional reporta para a experiência do indivíduo produtor do arquivo pessoal.

Importa abrir um parêntesis na pesquisa, parêntesis este que, dada a sua importância, optámos por não o limitar a uma nota de rodapé. O recurso ao termo *dado informacional*, acima empregue, pretende ser uma alternativa à utilização do termo *documento*. Este gesto surge de uma procura por ampliar o escopo informacional limitado através da utilização do termo *documento*, responsável por reduzir o potencial informacional deste ao suporte em papel. Significa isto que, por *dado informacional*, entendemos qualquer informação fixa num qualquer suporte (objecto tridimensional, papel, digital, etc.). Consideramos que os arquivos pessoais são compostos por dados informacionais que, estabelecendo relações de interdependência entre si, formam o conjunto informacional do arquivo pessoal.

Importa clarificar que distinguimos ‘dado informacional’ de ‘informação’, sendo que corresponde ao primeiro o *total* e o segundo ao *todo*. Através da aplicação da abordagem sistémica ao arquivo pessoal podemos aferir que é através da soma dos dados informacionais (*total*) que compõem o arquivo pessoal, e, sobretudo, do modo como estes estabelecem relações de interdependência entre si, que se articula a informação (*todo*) do arquivo pessoal.

Por outras palavras, com a expressão “informação do arquivo pessoal”, por nós utilizada ao longo desta pesquisa, pretendemos remeter, não para o *total* – dados informacionais – mas para o *todo*, isto é, para o modo como os dados informacionais do arquivo pessoal se encontram

profundamente inter-relacionadas e interdependentes, capazes de formar um *todo* indivisível, isto é, capazes de formar a *informação do arquivo pessoal*.

Conclui-se, deste modo, que, aquando da distinção entre os termos ‘dado informacional’ de ‘informação’, nos encontramos a realizar uma distinção fruto de um artificialismo por nós empregue por motivos de clarificação textual, pois o *todo* e o *total*, formam, em conjunto, aquilo que constitui o conjunto informacional do sistema de informação ‘arquivo pessoal’.

Voltando à análise do argumento por nós proposto, de que qualquer dado informacional que componha um arquivo pessoal corresponde a um documento de vida, para o clarificar, analisemos agora o exemplo fictício do *arquivo pessoal do Sr. X*. Este é um arquivo pessoal cujo conjunto informacional é composto pelos seguintes dados informacionais: fotografias de personalidades cinematográficas; biblioteca pessoal; colecção de borboletas; colecção de obras de arte; diários; correspondência; cadernos de apontamentos; conjunto de papéis avulsos com notas autobiográficas; diversos tipos de dispositivos de armazenamento (disco rígido, CD, *pen drive*) que correspondem ao arquivo pessoal digital do *Sr. X*.

Verifica-se que o *arquivo pessoal do Sr. X* corresponde a um arquivo pessoal cujos dados informacionais que o compõem assumem diversos suportes (papel, objecto tridimensional, organismo biológico, digital), sendo estes responsáveis por fixar informação de natureza auto ou hetero-referencial ao produtor do arquivo pessoal. Mais ainda, independentemente do suporte ou da referencialidade (auto ou hetero) que os dados informacionais assumam, verifica-se que todos reportam para a vida do *Sr. X*, e, nesse sentido, todos os dados informacionais do arquivo do *Sr. X* correspondem a documentos de vida. Note-se que, qualquer dado informacional que compõe o arquivo pessoal do *Sr. X* não corresponde, *per se*, a um documento de vida, apenas adquire tal estatuto quando enquadrados no contexto do seu arquivo pessoal.

Destacamos para o facto de que não nos encontramos *apenas* a afirmar que qualquer dado informacional, quando enquadrado num arquivo pessoal, adquire o estatuto de documento de vida. Pretendemos ir mais além, ao defender que todo o documento de vida constituinte de um arquivo pessoal adquire uma referencialidade ao indivíduo produtor do arquivo pessoal, e, nesse sentido, assume uma dimensão autobiográfica.

Segundo esta concepção, embora cada documento de vida encerre um significado próprio, quando enquadrado num conjunto informacional de um arquivo pessoal, o documento de vida adquire uma dimensão auto-referencial ao produtor do arquivo. Note-se que, mesmo que o documento de vida seja hetero-referencial (isto é, referente a outra entidade, indivíduo ou objecto, que não seja o próprio produtor do arquivo pessoal) este adquire agora uma dimensão auto-referencial, pois ao seleccionar e adquirir este documento de vida, gerindo a

informação nele contida, o produtor embebe-o de um cunho pessoal, reflexo de uma interioridade pessoal, de uma subjectividade, de uma dimensão autobiográfica.

Verifica-se, deste modo, que os documentos de vida, quando enquadrados num arquivo pessoal, assistem a um abandono do seu significado individual, adquirindo um significado que é accionado e complementado pelos restantes documentos de vida que compõem o arquivo pessoal, reflectido uma dimensão autobiográfica do produtor do arquivo.

É por este motivo que, no exemplo fictício do *arquivo pessoal do Sr. X*, consideramos que quer os seus diários, as fotografias que reuniu que retratam personalidades cinematográficas, a sua colecção de borboletas, as obras de arte, e os demais documentos que afirmámos constituírem este arquivo pessoal, todos eles, embora contenham um significado próprio alheio ao Sr. X, e mesmo que grande parte deles sejam hetero-referenciais, quando juntos e enquadrados no *arquivo pessoal do Sr. X*, adquirem um novo significado: cada documento de vida, em relação com os demais que constituem o arquivo pessoal, adquire uma dimensão auto-referencial ao Sr. X, ilustrando, pois, uma dimensão autobiográfica do Sr. X.

Por conseguinte, estabelecemos aqui um paralelismo entre o que vimos anteriormente entender por dado informacional com o conceito de documento de vida. Neste sentido, se anteriormente referimos que os dados informacionais correspondiam ao *total*, responsáveis por formar um *todo* indivisível expresso sob a forma da informação do arquivo pessoal, podemos agora fazer uma analogia para este fenómeno aplicado à dimensão autobiográfica contida nos arquivos pessoais: é através da soma dos documentos de vida e das relações de interdependência que estes estabelecem entre si (*total*), que se se verifica possível apreender a dimensão autobiográfica do produtor do arquivo pessoal (*todo*).

Analise agora o modo como a dimensão autobiográfica do produtor do arquivo pessoal assenta na narratividade contida e expressa pelos documentos de vida do conjunto informacional.

Vimos proposto por Leah Sander que os arquivos pessoais são marcados pela presença de narratividade. Alicerçando-nos na premissa da autora, gostaríamos de propor que os arquivos pessoais, além de conterem o elemento 'narrativa', contêm também uma meta-narrativa. Mais ainda, propomos que a meta-narrativa contida nos arquivos pessoais corresponde a uma narrativa de vida construída pelo – e sobre – o próprio indivíduo produtor do arquivo pessoal. Por outras palavras, propomos que os arquivos pessoais encerrem uma história de vida auto-referencial, que, por esse motivo, corresponde a uma narrativa autobiográfica do seu produtor.

Começemos por analisar de que modo se articula a meta-narrativa nos arquivos pessoais, sendo esta possível de apreender e analisar quando, e só quando, (1) cada documento

de vida do arquivo pessoal é percebido como detentor de uma narrativa, e (2) quando a narrativa de cada documento de vida é colocada em relação com as narrativas dos demais documentos de vida que compõem o arquivo pessoal.

Destacamos o facto de a nossa proposta assentar, uma vez mais, na aplicação da abordagem sistémica, neste caso, aplicada à narratividade contida nos arquivos pessoais. Assim, num primeiro momento, fazemos corresponder a cada documento de vida do arquivo pessoal uma narrativa, e a cada arquivo pessoal uma meta-narrativa. O que nos permite, num segundo momento, analisar cada narrativa (fixa em cada documento de vida) na qualidade de sub-sistema, e cada meta-narrativa, como supra-sistema. Como tal, só se verifica possível apreender a meta-narrativa (supra-sistema) de um arquivo pessoal quando esta é entendida como um *todo* indivisível, sendo esta composta pelo *total* de narrativas (sub-sistemas) fixas nos documentos de vida do arquivo pessoal.

Como afirmámos anteriormente, os documentos de vida estabelecem relações de interdependência entre si quando enquadrados num arquivo pessoal, dando forma à dimensão autobiográfica presente no conjunto informacional. Como tal, também a narrativa contida em cada documento de vida se encontra em diálogo com as restantes narrativas contidas nos demais documentos de vida que fazem parte do arquivo pessoal. Deste modo, quando analisadas de modo isolado, as narrativas contidas nos arquivos pessoais verificam-se desprovidas de significado para o entendimento do produtor do arquivo pessoal. Apenas quando os documentos de vida são percebidos como *total* de um *todo*, como detentores de uma *narrativa* que é parte de uma *meta-narrativa*, é que os documentos de vida dos arquivos pessoais reúnem as condições necessárias para que possam espelhar a meta-narrativa do arquivo pessoal.

Mas o que é afinal a meta-narrativa do arquivo pessoal? Consideramos que a meta-narrativa do arquivo pessoal corresponde ao constructo passível de ser apreendido a partir da análise holística do conjunto de narrativas presentes nos documentos de vida do arquivo pessoal, constructo este no qual se fixa dimensão autobiográfica do produtor do arquivo pessoal, e a partir da qual é possível apreender uma história de vida auto-referencial, isto é, uma narrativa de vida³⁴. Por outras palavras, é através da apreensão da meta-narrativa do arquivo pessoal que

³⁴ Salientamos o facto de que nos encontramos a articular os conceitos de 'narrativa' (*narrative*) e de 'história' (*story*) ao propor que as 'narrativas' dos documentos de vida dos arquivos pessoais são capazes de dar forma à narrativa de vida do produtor do arquivo pessoal, relembrando que, narrativa de vida corresponde a uma 'história' de vida auto-referencial. Embora as diferenças, especificidades, e o modo como os conceitos de 'narrativa' e de 'história' se interrelacionam se verifique interessante de trabalhar no contexto da nossa pesquisa, não nos parece pertinente que essa análise ocupe este momento da pesquisa. Como tal, a discussão dos conceitos de 'narrativa' e 'história' terá lugar no Capítulo 4, aquando da apresentação da investigação narrativa (*narrative inquiry*).

se torna possível apreender a auto-representação que o produtor do arquivo pessoal fixa no conjunto informacional, e com a apreensão desta, se verifica possível entender o produtor do arquivo pessoal.

Consideramos que a auto-representação que o produtor do arquivo pessoal fixa no conjunto informacional é profundamente marcada por um cunho subjectivo, responsável por este *construir* (de modo não neutro ou autêntico) o modo como deseja ver-se a si próprio e ser visto pelo 'outro'. Deste modo, a dimensão autobiográfica contida no arquivo pessoal assume o valor de *construção*, dada a natureza subjectiva e parcial da forma que assume, pelo que consideramos que a auto-representação contida no arquivo pessoal corresponde a uma construção autobiográfica que se fixa na forma de uma narrativa de vida.

Iremos mais à frente trabalhar em detalhe o modo como, ao produzir o arquivo pessoal, o produtor constrói uma narrativa de vida, e, ao fazê-lo, se constrói a si próprio e ao contexto que o envolve. Mas antes, vejamos agora o modo como a organicidade dos arquivos pessoais reside na forma como é garantida a meta-narrativa do arquivo pessoal, o que, para tal, significa que seja assegurada a permanência das narrativas (fixas nos documentos de vida) e ao modo como estas estabelecem relações de interdependência entre si.

Vimos no Capítulo 1 que os arquivos pessoais vêm questionado o seu estatuto arquivístico pela teoria arquivística clássica com base na crítica de que estes não possuem organicidade. Esta crítica resulta da aceção de que os arquivos pessoais correspondem a conjuntos informacionais reunidos artificialmente, motivo pelo qual os dados informacionais que os compõem são percebidos como desprovidos de relações de interdependência entre si. Apesar das críticas face à ausência de organicidade nos arquivos pessoais, consideramos que estes possuem, efectivamente, organicidade, apenas não segundo os mesmos parâmetros da organicidade presente nos arquivos administrativos.

Afirmámos anteriormente nesta pesquisa que a organicidade dos arquivos pessoais assenta na intencionalidade do produtor do arquivo pessoal (baseada em critérios subjectivos) em seleccionar e gerir a informação contida no conjunto informacional. Gostaríamos agora de explorar este argumento ao afirmar que a 'intencionalidade' a que nos reportamos determina a narratividade do arquivo pessoal, sendo esta o garante da organicidade do arquivo pessoal.

Temos vindo a afirmar que, por um lado, os documentos de vida que constituem os arquivos pessoais possuem narrativas, e por outro, que as narrativas contidas nos documentos de vida – quando, e só quando, estabelecem relações de interdependência entre si – possibilitam apreender a meta-narrativa do arquivo pessoal, residindo na meta-narrativa o veículo ao entendimento do indivíduo produtor do arquivo pessoal.

Podemos verificar que através da intencionalidade do produtor do arquivo pessoal em determinar quais os dados informacionais a constar no arquivo pessoal, e de que modo estes se apresentam, o produtor determina qual a meta-narrativa a constar no arquivo pessoal; factor que reforça a premissa de que o produtor do arquivo pessoal *constrói* (uma vez mais: de modo não neutro ou autêntico) a auto-representação que fixa no seu arquivo pessoal.

Consideramos, deste modo, que a organicidade dos arquivos pessoais assenta: (1) no modo como os documentos de vida que compõem o arquivo pessoal estabelecem relações de interdependência entre si, uma vez que só se torna possível apreender a meta-narrativa do arquivo pessoal através de um entendimento holístico dos documentos de vida (e das narrativas neles contidas); (2) no facto de se verificar possível entender o produtor do arquivo pessoal através da apreensão da meta-narrativa do arquivo pessoal, correspondendo a meta-narrativa ao fio-condutor que une e coloca em diálogo os documentos de vida contidos no arquivo pessoal.

Verifica-se, deste modo, que os arquivos pessoais são marcados pela presença de organicidade, embora esta seja atribuída por parâmetros diferentes daqueles que marcam a organicidade dos arquivos administrativos, uma vez que se encontra assente na narratividade (naturalmente subjectiva) inerente aos documentos de vida que compõem estes conjuntos informacionais. Neste sentido, verifica-se que, decorrente da presença de organicidade nos arquivos pessoais, torna-se imperativo que sejam respeitados os princípios da proveniência e da ordem original destes conjuntos informacionais, com especial atenção para que seja analisada «interpretativamente tanto a [sua] ‘desorganização’ como a ‘organização’ originais» (SILVA, 1997, p. 91). Caso estes princípios não sejam respeitados, é colocada em causa a possibilidade de apreender a meta-narrativa do arquivo pessoal em questão, e, conseqüentemente, a narrativa de vida nele fixa.

Verificámos até aqui que os arquivos pessoais são profundamente marcados pela dimensão autobiográfica que os caracteriza, sendo esta, simultaneamente, atribuída pelo produtor do arquivo pessoal e reflexo deste. Assistimos ao modo como a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais prende-se com a natureza informacional que compõe estes arquivos, compostos por dados informacionais sob a forma de documentos de vida, que, por o serem, remetem para a experiência de vida do produtor do arquivo pessoal.

Aliada à dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais encontra-se a presença de narratividade nestes conjuntos informacionais, de tal modo que, tal como vimos, a própria organicidade dos arquivos pessoais assenta na sua presença.

É interessante de notar que é a presença de narratividade (que assume uma natureza auto-referencial) o elemento responsável por atribuir ao arquivo pessoal a dimensão

autobiográfica que o caracteriza. Note-se que, tal como temos vindo a afirmar, são as narrativas contidas nos documentos de vida que se verificam capazes de apreender a meta-narrativa do arquivo pessoal. Uma vez que consideramos que a meta-narrativa do arquivo pessoal corresponde à narrativa de vida do seu produtor (aspecto que iremos trabalhar em detalhe de seguida). Tendo em conta que as narrativas de vida são marcadas pela sua natureza narrativa e auto-referencial, verifica-se que a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais encontra-se intimamente associada à presença de narratividade nestes conjuntos informacionais.

Uma vez que a informação do arquivo pessoal remete para uma pessoa física, cuja experiência é profundamente subjectiva, também a informação dos arquivos pessoais o é, assumindo a forma de um conjunto informacional que, além de conter uma dimensão autobiográfica, assume um cunho subjectivo, dando por isso origem a um conjunto informacional que é, na sua essência, *construído*. Significa isto que, embora a meta-narrativa possibilite entender o produtor do arquivo pessoal, não permite entendê-lo tal como ele verdadeiramente é/foi. Alternativamente, a apreensão da meta-narrativa do arquivo pessoal serve de veículo ao entendimento do produtor tal como ele, ao *construir* uma auto-representação fixa no seu arquivo pessoal, pretendeu se mostrar a si próprio e ao 'outro'.

As próximas páginas debruçam-se sobre a auto-representação que o indivíduo produtor do arquivo pessoal constrói, na defesa de que, por um lado, (1) é esta auto-representação que apropria o arquivo pessoal de uma dimensão autobiográfica, e por outro, a defesa de que (2) a dimensão autobiográfica do arquivo pessoal dá forma a uma narrativa de vida que fora construída pelo produtor do conjunto informacional.

3.2. NARRATIVAS DE VIDA E ARQUIVOS PESSOAIS: UMA DIMENSÃO AUTO/BIOGRÁFICA

Analisámos até aqui o modo como os arquivos pessoais são profundamente marcados por uma dimensão autobiográfica, sendo que esta se deve ao facto de que a informação que compõe os arquivos pessoais adquire referencialidade ao produtor do conjunto informacional, uma vez por ele reunida e gerida. Cabe ao presente momento da pesquisa analisar a nossa proposta de que a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais dá forma a uma narrativa de vida, correspondendo esta, ao que temos vindo a identificar enquanto meta-narrativa.

Relembramos que o conceito de narrativa de vida, como analisado anteriormente, diz respeito a uma narrativa auto-referencial, podendo esta ser fixa em qualquer suporte e expressa

sob qualquer forma. A narrativa de vida corresponde a uma história de vida auto-referencial, cujo conteúdo e forma é assumido como resultado de uma construção, em oposição a uma transposição autêntica da vida tal como fora experienciada pelo narrador. Como tal, as narrativas de vida são marcadas pela sua natureza auto-referencial, subjectiva e construída.

Mais ainda, salientamos que o termo 'narrativa de vida' surgiu com o intuito de extravasar os limites implícitos na utilização do termo 'autobiografia', termo empregue até então para a referência de práticas e manifestações autobiográficas. Note-se que o termo 'autobiografia' remete para um género literário, pelo que a sua utilização pressupõe a presença das características do género literário da Autobiografia³⁵, o que se manifesta em limitações ao nível do suporte (papel), da forma (prosa) do modo como a informação é fixa (escrita), do conteúdo (relato da vida tal como fora experienciada, veículo à interioridade do narrador) e até da extensão (por norma, de um livro).

Deste modo, a utilização do termo 'narrativa de vida' pretende desvincular-se das limitações impostas pelo termo 'autobiografia', em direcção a uma concepção mais ampla e complexificada daquilo que pode ser uma narrativa auto-referencial.

Destacamos o facto de que ao propor, tal como nos encontramos a fazer, que os arquivos pessoais são detentores de narrativas de vida, encontramos a articular dois fenómenos, à partida, distintos. Por um lado, o fenómeno dos arquivos pessoais, e por outro, das narrativas de vida. Procurámos proporcionar ao leitor, nas páginas correspondentes aos capítulos 1 e 2, o entendimento de que ambos os fenómenos que nos encontramos a articular se verificam contextualizados pelos seus respectivos enquadramentos epistemológicos, sendo que ambos remontam a campos de estudo díspares. Por um lado, os arquivos pessoais correspondem a conjuntos informacionais trabalhados pela ciência da informação, e dentro desta, em particular pela disciplina da arquivística, por outro, as narrativas de vida, decorrem da teoria autobiográfica, com fortes raízes na crítica literária e, mais recentemente, na narratologia.

Deste modo, afirmar que os arquivos pessoais possuem narrativas de vida pressupõe que a estes conjuntos informacionais sejam aplicadas as problemáticas inerentes às narrativas de vida. As próximas páginas debruçam-se sobre este processo.

Começamos, desde já, por analisar o papel do produtor do arquivo pessoal enquanto indivíduo responsável por, ao criar o seu arquivo pessoal, criar também a sua narrativa de vida.

³⁵ Relembramos que recorremos ao termo 'Autobiografia' com letra inicial capitalizada para a referência ao género literário. Esta opção pretende ser um auxílio gráfico para clarificar a leitura das nossas propostas. Relembramos, ainda, que a Autobiografia corresponde um género de narrativa de vida, tal como as memórias ou o testemunho (ver Apêndice C).

Embora ao longo desta pesquisa tenhamos vindo a identificar este indivíduo pela designação de ‘produtor’, importa questionar esta denominação.

O termo ‘produtor’ remete para a terminologia empregue pelos teóricos e profissionais da informação que se debruçam sobre fundos arquivísticos para a identificação da entidade – física ou colectiva – responsável pela produção do conjunto informacional. Contudo, ao afirmar que os arquivos pessoais são detentores de narrativas de vida, o termo ‘produtor’ não se verifica capaz de apreender a total complexidade do papel desempenhado por este indivíduo no gesto criador, quer do arquivo pessoal, quer da narrativa de vida nele contido. Este fenómeno deve-se ao facto de que, no estudo das narrativas de vida (como vimos no Capítulo 2), o papel desempenhado pelo indivíduo que ‘produz’ a narrativa perde relevância, interessando sim, quem a narrou.

Embora possa parecer paradoxal a distinção entre o ‘produtor’ e o ‘narrador’ de uma narrativa de vida – em que sujeito e objecto coincidem, dada a sua natureza auto-referencial – relembramos que o ‘produtor’ da narrativa corresponde ao seu ‘autor’, isto é, corresponde ao que vimos ser o *eu* histórico. Embora o *eu* histórico seja importante para entender a narrativa, este é entendido enquanto um de múltiplos fragmentos do *eu* que compõe o ‘narrador’ (o *eu* autobiográfico), correspondendo o *eu* histórico ao fragmento que diz respeito ao indivíduo que se encontra num tempo e espaço concretos. Como tal, no contexto das narrativas de vida, o termo ‘narrador’ é o termo mais adequado a ser empregue, uma vez que este é tido como capaz de abarcar os múltiplos tipos de *eu* que compõe o *eu* autobiográfico (tendo em conta que este é composto pelo *eu* histórico, *eu* narrador, *eu* narrado, e pelo *eu* ideológico).

Uma vez que nos encontramos a estabelecer uma relação entre os fenómenos ‘arquivos pessoais’ e ‘narrativas de vida’, parece-nos igualmente pertinente utilizar quer o termo ‘produtor’, quer ‘narrador’. Pois se por um lado nos interessa o acto do indivíduo ‘produzir’ o arquivo pessoal (dimensão de ‘produtor’), por outro, interessa-nos também o modo como, ao fazê-lo, o indivíduo ‘narra’ a sua narrativa de vida (dimensão de ‘narrador’).

Deste modo, e porque não pretendemos negligenciar a dimensão do produtor em prol da dimensão do narrador, ou *vice-versa*, mas sim, colocar ambas as dimensões em diálogo, optámos, para a referência do indivíduo que produz o arquivo pessoal, e que, no processo, constrói uma narrativa de vida, a designação de ‘produtor-narrador’.

Iniciámos o processo de articular as problemáticas das narrativas de vida aos arquivos pessoais ao clarificar o modo como o indivíduo responsável por produzir o arquivo pessoal, e ao modo como, ao fazê-lo, constrói uma narrativa de vida, assumindo, por isso, a dimensão de produtor-narrador. Posto isto, importa agora aplicar às narrativas de vida dos arquivos pessoais uma problemática que vimos ser definidora destas práticas auto-referenciais, referimo-nos ao

conceito de auto/biografia, conceito este que nos leva a extravasar a concepção de que existe uma dimensão autobiográfica nos arquivos pessoais (como vimos anteriormente), para afirmar que neles existe uma dimensão auto/biográfica.

Relembramos que o recurso ao termo 'auto/biografia' é empregue com o objectivo de diluir as fronteiras duais, e aparentemente estanques, entre autobiografia/biografia, mas também entre eu/outro, facto/ficção, passado/presente, público/privado, imediato/memória (STANLEY, 1993, p. 47-49; STANLEY, 1995, p. 85-86). Deste modo, o termo auto/biografia pretende demonstrar o modo como, no acto de narrar uma vida – independentemente de ser a própria vida ou a vida de outro – a narração assume sempre uma dimensão complexa e híbrida, responsável por integrar os diversos pólos das dualidades acima apontadas.

Analisemos agora o modo como algumas destas dicotomias se verificam diluídas no acto de narrar uma vida segundo o conceito de auto/biografia:

- *Autobiografia/biografia*: A narrativa, seja ela auto-biográfica ou hetero-biográfica, assumirá sempre uma dimensão simultaneamente auto e hetero-referencial. Significa isto que, por um lado, no caso de uma auto-narração, para narrar a própria vida, o narrador necessita de narrar a vida do 'outro', uma vez que, enquanto Ser social, a vida do indivíduo é articulada através da relação deste com os demais indivíduos que marcam o seu contexto. Por outro, na hetero-narração, o biógrafo irá, quer voluntária, quer involuntariamente, contaminar a sua narrativa com elementos auto-referenciais (STANLEY, 1995, p. 127-128).
- *Eu/outro*: Colocada em causa a dualidade autobiografia/biografia, a fronteira que separa o eu-que-narra do outro-que-é-narrado passa a assumir uma dimensão transgressiva, uma vez que, como vimos, no acto de narrar uma vida, o narrador embebe a narrativa com elementos auto e hetero-referenciais, o que significa que o narrador é simultaneamente sujeito e objecto da narrativa (STANLEY, 1993, p. 47).
- *Facto/ficção*: Como vimos em detalhe no Capítulo 2, a teoria autobiográfica percepcionou inicialmente as manifestações auto-referenciais como veículos, quer à vida tal como fora experienciada pelo narrador, quer à sua personalidade. Contudo, contributos mais recentes têm vindo a evidenciar o modo como as manifestações auto e hetero-biográficas assentam na subjectividade e no valor de *construção* da narrativa (em oposição ao valor de transposição autêntica da vida e da personalidade do narrador). Neste sentido, a narrativa é embebida por elementos ficcionados cuja génese, não obstante, remetendo para a experiência de uma vida, remetem também

para elementos factuais, dando assim origem a uma narrativa marcada por elementos quer factuais quer ficcionais (STANLEY, 1995, p. 242-243).

- *Passado/presente*: Esta dicotomia assenta na premissa de que o indivíduo é capaz de narrar um passado livre da contaminação do seu presente, e *vice-versa*. Tendo em conta que a narração do passado corresponde a uma narração assente na memória e na interpretação de eventos passados, verifica-se que o acto da narração do passado não é possível de se desvincular do presente. Note-se que, a memória e a interpretação do passado correspondem a mecanismos accionados no presente do narrador, pelo que, para narrar o passado, o narrador alicerça a sua narração no presente. Verifica-se, deste modo, que presente e passado não correspondem a dois pólos de uma dicotomia, mas a dois elementos que se contaminam mutuamente no acto da narração (STANLEY, 1993, p. 48-49; STANLEY, 1995, p. 86).

Deste modo, afirmar que os arquivos pessoais são detentores de uma dimensão auto/biográfica significa propor que a informação presente nestes conjuntos informacionais, não só é marcada por uma dimensão autobiográfica, como a dimensão autobiográfica que os caracteriza espelha a volatilidade do modo como o Homem se auto-representa, e como a sua auto-representação contamina e é contaminada pela intersubjectividade da vida social. Deste modo, a dimensão auto/biográfica presente no arquivo pessoal enquadra as (aparentes) dicotomias acima enunciadas, sendo estas percebidas, não enquanto dicotomias, mas enquanto espectros que, em maior ou menor grau, se encontram presentes no arquivo pessoal, responsáveis por dar forma ao modo como o produtor-narrador construiu no arquivo pessoal a sua auto-representação, isto é, a sua narrativa de vida.

A necessidade de trabalhar o conceito da dimensão auto/biográfica dos arquivos pessoais prende-se com o nosso argumento de que os arquivos pessoais são detentores de narrativas de vida. Uma vez que narrativas de vida são, na sua essência, narrativas de vida auto/biográficas – dado o facto de o conceito de auto/biografia se encontrar enquadrado no conceito de narrativa de vida – para entender as narrativas de vida dos arquivos pessoais importa entender também a dimensão auto/biográfica que estas assumem.

Dada a dimensão auto/biográfica que defendemos caracterizar os arquivos pessoais, as narrativas de vida que neles se fixam não apresentam as características lineares que vimos anteriormente atribuídas ao género literário da Autobiografia, segundo uma acepção que não adopta o conceito de auto/biografia, tal como a célebre definição de Autobiografia proposta por Philippe Lejeune: «récit rétrospectif en prose que quelqu'un fait de sa propre existence, quand il met l'accent principal sur sa vie individuelle, en particulier sur l'histoire de sa personnalité»

(LEJEUNE, 2010, n.p.). Baseando-nos na proposta do autor, analisemos agora o que consideramos que as narrativas de vida dos arquivos pessoais *não são*.

As narrativas de vida dos arquivos pessoais (1) *não são um relato retrospectivo*. Assumir as narrativas de vida enquanto relatos retrospectivos pressupõe assumir que estas são narrativas situadas cronologicamente no *passado* do produtor-narrador. Contudo, vimos anteriormente o modo como a dicotomia presente/passado se encontra esbatida no conceito de auto/biografia. Motivo que nos leva a verificar o modo como esta dicotomia se dilui nas narrativas de vida dos arquivos pessoais, constatando que estas assentam em documentos de vida que são reunidos e geridos pelo produtor-narrador no seu *presente*, documentos de vida estes que dizem respeito à experiência de vida do *passado* (mas também do *presente*) do produtor-narrador, num gesto que se encontra imbuído de um cunho prospectivo associado ao modo como o produtor-narrador pretende ser lembrado, e por isso, também associado ao *futuro*.

As narrativas de vida dos arquivos pessoais (2) *não são relatos em prosa*. Temos vindo a afirmar que, para apreender a narrativa de vida (a meta-narrativa), torna-se necessário analisar de modo holístico as narrativas contidas nos documentos de vida que compõem o conjunto informacional do arquivo pessoal. Vimos também que os documentos de vida que compõem o conjunto informacional do arquivo pessoal podem assumir qualquer suporte (objecto tridimensional, papel, digital, etc.) ou forma (escrita, oral, visual, representada, etc.).

Deste modo, embora a narrativa de vida se encontre contida no arquivo pessoal, esta necessita de ser apreendida, pelo que, a narrativa de vida necessita de ser accionada por via da interpretação da meta-narrativa do conjunto informacional. Significa isto que, mesmo que os documentos de vida contidos no arquivo pessoal assumam a forma de prosa, a narrativa de vida do arquivo pessoal nunca o será, uma vez que esta assenta na reunião intelectual de um conjunto informacional fragmentado, responsável por desembocar numa meta-narrativa que consideramos corresponder à narrativa de vida do produtor-narrador do arquivo pessoal. Mais à frente, iremos trabalhar em detalhe esta proposta.

As narrativas de vida dos arquivos pessoais (3) *não são relatos da vida individual do produtor-narrador*. Embora qualquer narrativa de vida parta de um impulso auto-referencial, como vimos, a tensão entre autobiografia/biografia e entre eu/outro verifica-se ténue nas narrativas de vida auto/biográficas. Dada a natureza profundamente intersubjectiva do acto de narrar uma vida, as narrativas de vida dos arquivos pessoais reportam, não para a vida do indivíduo, mas para a vida do indivíduo em relação com os 'outros' indivíduos. Esta premissa pode ser particularmente desafiante no caso particular das narrativas de vida de arquivos pessoais, uma vez que, é teoricamente possível existirem arquivos pessoais cujos documentos

de vida remetam exclusivamente ao produtor-narrador, contudo, consideramos esta possibilidade, em grande medida, inexequível, uma vez que o Homem é um Ser social, e como tal, a sua vida decorre da intersubjectividade que marca a sociedade; ou, nas palavras do poeta inglês John Donne, «No man is an *Iland*, intire of it selfe; every man is a peece of the *Continent*, a part of the *maine*» (1624, p. 31, grifo no original).

As narrativas de vida dos arquivos pessoais (4) *não são relatos da história ou da personalidade do produtor-narrador*. Esta afirmação pressupõe a existência da verdade autobiográfica defendida pela primeira geração da teoria autobiográfica. Segundo esta abordagem, as práticas autobiográficas são capazes de transpor a vida tal como fora experienciada pelo narrador, servindo, inclusive, de acesso à sua identidade (na qual se inclui a personalidade). Contudo, como vimos no Capítulo 2, a terceira geração da teoria autobiográfica defende – numa postura à qual subscrevemos – que as narrativas de vida são entendidas como práticas auto-referenciais em que, por um lado, facto e ficção se entrelaçam, dando origem a uma narrativa que, embora assente em factos concretos que marcaram a experiência de vida do narrador, estes são narrados, consciente e/ou inconscientemente, de modo ficcionado. Por outro lado, verificámos o modo como as narrativas de vida são incapazes de captar a identidade do narrador, aspecto que se deve, quer à natureza subjectiva e profundamente construída da narrativa de vida, quer à natureza volátil da própria identidade, cuja tangibilidade se verifica então impossibilitada.

Podemos concluir que as narrativas de vida dos arquivos pessoais, embebidas pelo conceito de auto/biografia, assumem uma natureza volátil, híbrida e complexa, motivo pelo qual contrariam as características propostas por Philippe Lejeune quanto à Autobiografia. Tendo analisado o que as narrativas de vida dos arquivos pessoais *não são*, vejamos agora aquilo que consideramos que elas *são*, efectivamente:

- São *narrativas auto/biográficas*, e, por o serem, encontram-se embebidas pelos espectros (não pelas dicotomias) autobiografia/biografia, eu/outro, facto/ficção, passado/presente (STANLEY, 1993, p. 47-49; STANLEY, 1995, p. 85-86).
- São *construídas pelo produtor-narrador do arquivo pessoal*, responsável por, no processo de reunir e gerir o conjunto informacional que compõe o arquivo pessoal, construir, e nele fixar, uma auto-representação, correspondendo esta auto-representação à narrativa de vida do produtor-narrador do arquivo pessoal.
- *Necessitam de ser apreendidas*, uma vez que, embora se articulem no conjunto informacional do arquivo pessoal, sendo este de natureza heterogénea e fragmentada, embora detentor de organicidade, para que as narrativas de vida possam ser

compreensíveis, necessitam de ser accionadas através de um processo de interpretação do conjunto informacional que lhes dá forma.

Analisemos agora este último elemento, que diz respeito ao facto de as narrativas de vida dos arquivos pessoais necessitarem de ser apreendidas. Embora o produtor-narrador, ao produzir o seu arquivo pessoal, construa e nele fixe a sua narrativa de vida, e embora a narrativa de vida exista no arquivo pessoal *per se*, para que ela possa ser compreensível, a narrativa de vida necessita de ser accionada, isto é, interpretada. Para tal, torna-se necessário que ocorra a interpretação das narrativas contidas nos documentos de vida do arquivo pessoal, e na relação que estas estabelecem entre si, de modo a identificar, interpretar e apresentar a meta-narrativa do arquivo pessoal, isto é, a narrativa de vida do produtor-narrador.

Deste modo, consideramos que as narrativas de vida contidas nos arquivos pessoais se articulam do mesmo modo que Leah Sander afirma se articularem as narrativas de vida contidas nos diários. Segundo a autora, o diário, simultaneamente género de narrativa de vida e contentor de uma narrativa de vida³⁶, é composto por fragmentos, que embora sejam desconexos, possuem um fio condutor que possibilita que, juntos, estes fragmentos possam dar origem à narrativa de vida do seu narrador:

«while records that consist of brief and regular entries may not resemble a single structured narrative, they are narratives of daily stories told through thousand of entries; and these entries, collectively understood, give breath to an overall life story. Thus, although distinct from the more structured autobiography, diaries and journals do represent life narratives in a similar fashion, and cannot be dismissed as disconnected jottings» (SANDER, 2004, p. 43)

Ao afirmarmos que os arquivos pessoais contêm narrativas de vida, pretendemos traçar uma analogia semelhante à que Leah Sander estabelece entre os fragmentos de vida fixos no diário e ao modo como estes, embora fragmentários, são capazes de formar uma narrativa de vida, quando – e só quando – colocados em diálogo uns com os outros. Do mesmo modo, os documentos de vida que compõem o arquivo pessoal só se verificam capazes de dar corpo à narrativa de vida do produtor-narrador quando, e só quando, são entendidos de modo holístico, isto é, entendidos como o *total* capaz de formar o *todo* a que corresponde a narrativa de vida do produtor-narrador contida no arquivo pessoal.

³⁶ Ver “Anexo A: lista de conceitos operatórios” para clarificar o significado duplo de ‘narrativa de vida’.

Recapitemos agora o que temos vindo a analisar no decorrer deste capítulo. Vimos que os arquivos pessoais correspondem a conjuntos informacionais profundamente marcados por uma dimensão auto/biográfica do produtor-narrador, dado o facto de serem compostos por documentos de vida, isto é, compostos por informação que, uma vez enquadrada num conjunto informacional reunido e gerido pelo produtor-narrador de um arquivo pessoal, adquire referencialidade à experiência de vida do produtor-narrador. Vimos ainda que corresponde a cada documento de vida uma narrativa, factor que nos levou a propor que, quando analisada a totalidade das narrativas contidas nos documentos de vida, colocando-as em diálogo entre si, verifica-se possível alcançar a meta-narrativa do arquivo pessoal. Por último, defendemos que a meta-narrativa do arquivo pessoal corresponde à narrativa de vida do produtor-narrador.

É assente nestas premissas que propomos que os arquivos pessoais sejam detentores de narrativas de vida. Contudo, gostaríamos agora de ir mais além, ao sugerir que, além de conterem narrativas de vida, os arquivos pessoais sejam, eles próprios, manifestações auto/biográficas, e como tal, devam corresponder a um género de narrativa de vida, tal como o é a Autobiografia, o testemunho, a correspondência, ou o diário.

Embora temos vindo a trabalhar até aqui os arquivos pessoais enquanto contentores de narrativas de vida, ainda não trabalhámos o modo como, a montante, o produtor-narrador desenvolve uma prática auto/biográfica que dá forma à narrativa de vida do seu arquivo pessoal, referimo-nos ao gesto do produtor-narrador criar e gerir a informação do seu arquivo pessoal.

Tal como vimos anteriormente, a informação dos arquivos pessoais adquire uma dimensão auto/biográfica pelo facto de esta se verificar enquadrada num conjunto informacional reunido e gerido pelo produtor-narrador. Deste modo, verifica-se que ao gerir a informação do seu arquivo pessoal – na qual estão incluídas as acções de selecção e aquisição da informação a integrar, e aquela a não integrar o arquivo pessoal – o produtor-narrador se encontra a construir no seu arquivo pessoal uma auto-representação de si para si, e de si para o 'outro'. É neste gesto profundamente marcado por uma dimensão auto/biográfica, em que o produtor-narrador se auto-representa, auto-constrói e auto-memoriza, que decorre o processo pelo qual o produtor-narrador constrói e fixa no arquivo pessoal a sua narrativa de vida.

Verifica-se, deste modo, que a dimensão auto/biográfica dos arquivos pessoais articula-se de forma dual: se por um lado, (1) as narrativas de vida contidas nos arquivos pessoais são auto/biográficas, por outro, a sua presença deve-se, a montante, ao (2) gesto auto/biográfico por parte do produtor-narrador em construir e gerir a informação do arquivo pessoal. Deste modo, podemos afirmar, respectivamente, que os arquivos pessoais são, não só contentores, mas também manifestações de narrativas de vida.

Para clarificar a nossa proposta, destacamos o facto de que o próprio conceito de narrativa de vida é duplo (ver Apêndice A), identificando, por um lado, (1) histórias de vida auto-referenciais, e por outro, (2) qualquer acto ou prática autobiográfica, podendo esta ser fixa em qualquer suporte e expressa sob qualquer forma (SMITH, WATSON, 2010, p. 4). Neste sentido, ao afirmarmos que os arquivos pessoais contêm narrativas de vida, encontramos-nos a afirmar que neles existe e é possível apreender uma (1) narrativa auto-referencial, isto é, uma narrativa de vida. Por seu turno, ao afirmarmos que o arquivo pessoal pode ser considerado uma manifestação auto/biográfica, encontramos-nos a defender que o acto do produtor-narrador construir um arquivo pessoal é, ele próprio, (2) um acto auto/biográfico. Encontramo-nos, pois, a propor que os arquivos pessoais não só contêm narrativas de vida, como, na sua essência, os arquivos pessoais *são* narrativas de vida.

Ao afirmarmos que os arquivos pessoais *são* narrativas de vida, encontramos-nos a defender que a constituição de arquivos pessoais é uma prática autobiográfica, motivo pelo qual pretendemos atribuir aos arquivos pessoais o estatuto de género de narrativa de vida. Como tal, gostaríamos de enquadrar os arquivos pessoais enquanto género candidato a integrar a lista de géneros de narrativas de vida identificados por Sidonie Smith e por Julia Watson, lista esta que conta actualmente com sessenta tipos diferentes de géneros de narrativas de vida (2010, p. 253-286).

Importa afirmar que a nossa proposta, quanto aos arquivos pessoais corresponderem a um género de narrativa de vida, bebe inspiração da importante e pioneira proposta de Jennifer Douglas, responsável pela defesa de que os arquivos pessoais correspondem a um género de escrita autobiográfica³⁷ (2013, p. 59).

A proposta da autora surge no contexto da sua tese de doutoramento. Embora a proposta de que os arquivos pessoais correspondam a um género de escrita autobiográfica não seja central para a sua tese – e como tal, não se verifica profundamente argumentada – Jennifer Douglas desenvolve um importante trabalho em que, pela primeira vez, a teoria autobiográfica é profusamente relacionada e aplicada aos arquivos pessoais, num gesto empregue pela autora com o objectivo de entender as especificidades destes conjuntos informacionais, analisando de

³⁷ Gostaríamos de destacar que a autora propõe, na realidade, que o arquivo pessoal corresponda a um «genre of life writing in itself» (DOUGLAS, 2013, p. 59). De acordo com o enquadramento terminológico que viemos a traçar anteriormente, verifica-se que *life writing* corresponde na verdade ao que designamos por *escrita de vida* (Apêndice A). Relembramos que *escrita de vida* corresponde a uma narrativa sob a forma escrita, podendo assumir uma natureza hetero ou auto-referencial. Parece-nos, contudo, que a autora procura enfatizar a natureza auto-referencial sob a forma escrita dos arquivos pessoais. Como tal, de modo a enquadrar a proposta de Jennifer Douglas no enquadramento terminológico por nós adoptado, verificamos que, embora a autora tenha recorrido ao termo *escrita de vida*, a autora procura sim atribuir aos arquivos pessoais a qualidade de um género de *escrita autobiográfica*; isto é, narrativa textual centrada na auto-referencialidade.

que modo os princípios arquivísticos tradicionais a eles se aplicam e adequam, uma vez embebidos pela subjectividade do indivíduo seu produtor.

Embora nos inspiremos na proposta de Jennifer Douglas, consideramos que defender os arquivos pessoais enquanto género de escrita autobiográfica se verifica redutor face ao potencial virtualmente infinito de suportes e formas nos quais a informação dos arquivos pessoais se pode fixar. Note-se que, afirmar que o arquivo pessoal corresponde a um género de escrita autobiográfica, tal como a autora propõe, pressupõe a presença de uma narrativa de vida no arquivo pessoal, contudo, pressupõe também que a narrativa de vida se encontre fixa exclusivamente sob a forma textual, sugerindo o suporte em papel.

O argumento de Jennifer Douglas assenta no facto de a autora centrar a sua análise em arquivos pessoais de escritores, cuja informação reporta, em grande medida, para o suporte em papel e para a forma escrita, motivo pelo qual a autora circunscreve a sua análise ao elemento textual destes: «what might be needed is a greater focus on the various processes and agents that shape an archive over time, and on the archive as more of a social and collaborative *text*, a *genre of life writing* in itself» (DOUGLAS, 2013, p. 59, grifo nosso).

Como vimos, os arquivos pessoais podem reunir suportes outros que não sejam o papel e assumir outras formas que não sejam a escrita, servindo de exemplo: os documentos de vida que se materializam em objectos tridimensionais, em organismos vivos ou em materiais digitais. Por outro lado, a narrativa contida nos documentos de vida pode ser expressa sob a forma verbal (seja ela textual ou oral, como numa música ou numa entrevista), mas também visual (um quadro, uma fotografia), etc.

Deste modo, uma vez que os arquivos pessoais são compostos por informação fixa em suportes e formas diversos, consideramos que as narrativas de vida dos arquivos pessoais extravasam as limitações de suporte e forma que o termo ‘escrita autobiográfica’ implica. Como tal, consideramos mais adequado considerar o arquivo pessoal enquanto género de narrativa de vida. Relembramos que o termo ‘escrita autobiográfica’ encontra-se hierarquicamente inferior ao de ‘narrativa de vida’, na medida em que, enquanto ‘narrativa de vida’ reporta para qualquer narrativa auto-referencial, fixa em qualquer suporte e expressa sob qualquer forma, ‘escrita autobiográfica’ circunscreve as narrativas de vida àquelas cujo suporte seja em papel e forma assente na escrita.

Analisámos até aqui a dimensão auto/biográfica dos arquivos pessoais. Verificámos o modo como o acto de criar um arquivo pessoal surge de um impulso auto-referencial por parte do produtor-narrador, indivíduo que, em busca de nele se auto-representar, atribui ao arquivo pessoal um cunho auto/biográfico; motivo que nos leva a propor que os arquivos pessoais possam ser entendidos enquanto género de narrativa de vida.

Vimos também que, dado o impulso auto/biográfico inerente à criação do arquivo pessoal, ao gerir a informação do arquivo pessoal, o produtor-narrador, consciente e/ou inconscientemente, dá forma a uma narrativa de vida no conjunto informacional. Verificámos que a narrativa de vida contida no arquivo pessoal possibilita entender o produtor-narrador, contudo, tal como acontece no género do diário, a narrativa de vida do arquivo pessoal assenta num conjunto informacional fragmentado que, não obstante, padece de uma organicidade inerente ao impulso auto/biográfico do produtor-narrador. Como tal, para que a narrativa de vida do arquivo pessoal possa ser apreendida, esta necessita de ser accionada, o que implica uma interpretação holística do conjunto informacional do arquivo pessoal.

Em suma, encontramos-nos a defender que os arquivos pessoais encontram-se profundamente marcados por uma dimensão auto/biográfica, quer ao nível da informação que reúnem, quer no gesto inerente à sua reunião. É o facto de os arquivos pessoais serem marcados por um potencial informacional de natureza auto-referencial, subjectiva, intersubjectiva, e auto/biográfica que nos leva a afirmar que, em tese, os arquivos pessoais são arquivos auto/biográficos. Cabe às próximas páginas problematizar o modo como, associado a esta afirmação, se verifica implícito um carácter de *construção* à auto/biografia neles contida.

3.3. A CONSTRUÇÃO E (RE)CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DE VIDA DE ARQUIVOS PESSOAIS

Após analisada a dimensão auto/biográfica dos arquivos pessoais, iremos de seguida observar o modo como as narrativas de vida neles contidas assumem um carácter de *construção*, motivo pelo qual consideramos que os arquivos pessoais correspondem a construções auto/biográficas. Para tal, iremos, num primeiro momento, analisar o processo pelo qual o produtor-narrador *constrói* a narrativa de vida do arquivo pessoal, para, de seguida trabalharmos as implicações inerentes à necessidade de as narrativas de vida dos arquivos pessoais serem interpretadas, e, como tal, *(re)construídas*.

Vimos no Capítulo 2 que o recurso ao verbo *construir* por nós empregue na análise de narrativas de vida decorre da intenção de demarcar a natureza subjectiva, politizada, inautêntica, e não neutra das narrativas de vida. Deste modo, ao propor que os arquivos pessoais contêm narrativas de vida e, simultaneamente, correspondem a um género de narrativa de vida, encontramos-nos a defender que não só as narrativas de vida contidas nos

arquivos pessoais correspondem a construções auto/biográficas, como, o próprio arquivo pessoal corresponde a uma construção auto/biográfica.

Relembramos que o recurso ao termo ‘auto/biografia’ pretende enfatizar o carácter de construção inerente às narrativas de vida, uma vez que, ao diluir as fronteiras entre autobiografia/biografia, eu/outro, facto/ficção, passado/presente, público/privado, imediato/memória (STANLEY, 1993, p. 47-49; STANLEY, 1995, p. 85-86). Este conceito pretende demonstrar o modo como o acto de narrar uma vida não corresponde a uma transposição da vida tal como fora experienciada, ou um veículo à personalidade do narrador, mas sim, a um relato que, embora baseado na vida e na identidade do narrador, assume uma dimensão ficcionada e fabricada, responsável por atribuir às narrativas de vida um carácter de construção.

Verificámos o modo como no caso particular das narrativas de vida contidas em arquivos pessoais, embora estas existam *per se* no conjunto informacional, para que possam ser compreensíveis necessitam de ser interpretadas. Este motivo prende-se com o facto de as narrativas de vida dos arquivos pessoais serem construídas pelo produtor-narrador através do acto da construção do próprio arquivo pessoal, isto é, através da gestão da informação contida no conjunto informacional. Deste modo, as narrativas de vida dos arquivos pessoais verifica-se alicerçadas – não numa narrativa em prosa, tal como acontece na Autobiografia, mas sim – em narrativas fragmentadas (fixas em documentos de vida), que, não obstante, se encontram intelectualmente reunidas segundo uma lógica contruída pelo produtor-narrador, lógica esta que dá forma à narrativa de vida do arquivo pessoal.

De modo a analisar o modo como, ao gerir a informação do arquivo pessoal o produtor-narrador narra a sua narrativa de vida, relembramos que no Capítulo 1 mostrámos entender gestão da informação do arquivo pessoal por: conjunto de actividades desenvolvidas pelo produtor-narrador do arquivo pessoal inerentes à contínua manutenção da informação do conjunto informacional, sendo, por esse motivo, o produtor-narrador o responsável pela entrada de *inputs*, pelo tratamento e pelo uso da informação (*outputs*) nele contida.

Relembramos que isto significa que o produtor-narrador gere a informação contida no arquivo pessoal através das acções de criar, adquirir e receber informação (*inputs*), mas também através de todas as acções que impliquem uma alteração do estado da informação contida no arquivo pessoal, nomeadamente, alterar, acrescentar ou eliminar informação, alterar a organização ou o acondicionamento da informação (tratamento). Mais ainda, o produtor tem também responsabilidade sobre o modo como a informação contida no arquivo pessoal é reproduzida, difundida ou acessível (*outputs*).

Parece-nos particularmente pertinente introduzir neste momento o conceito de *archivalization*, originalmente desenvolvido por Eric Ketelaar, uma vez o que consideramos

enquadrado na gestão da informação do arquivo pessoal, correspondendo este conceito à «conscious or unconscious choice (determined by social and cultural factors) to consider something worth archiving» (KETELAAR, 2001, p. 133).

Verifica-se que *archivalization* corresponde ao processo pelo qual o produtor-narrador selecciona quais os documentos de vida a constarem, e aqueles a não constarem, no seu arquivo pessoal, sendo através deste gesto que o produtor-narrador constrói e fixa no arquivo pessoal a sua auto-representação, e, com ela, a sua narrativa de vida. Deste modo, verifica-se tão pertinente a informação contida no arquivo pessoal, quanto aquela que dele é excluída pelo produtor-narrador no decorrer do processo de *archivalization*, uma vez que «[personal] archives can also say what [they] cannot include» (HENDERSON, 2013, p. 98).

Este fenómeno prende-se com a intencionalidade e o significado que acompanha o acto de o produtor-narrador mostrar/ocultar informação, informação esta que, como vimos, quando inclusa no arquivo pessoal assume uma dimensão auto/biográfica, num gesto em que o produtor-narrador apresenta uma narrativa de vida na qual enuncia “eu sou isto”, “esta é a minha vida”.

O processo de *archivalization* encontra-se profundamente enraizado no carácter de *construção* que vimos atribuídas às narrativas de vida, responsável por enfatizar a natureza não neutra e inautêntica destas práticas auto-referenciais, motivo pelo qual as narrativas de vida não podem ser consideradas representações autênticas da vida tal como fora experienciada, ou veículos à identidade do narrador. Deste modo, independentemente de ocorrer a um nível consciente ou inconsciente, o processo de *archivalization* revela o modo como o produtor-narrador *constrói*, ou por outras palavras, fabrica a informação que considera que deva, ou não, constar no seu arquivo pessoal, e, como tal, que deve ou não fazer parte da sua narrativa de vida.

De modo a melhor analisar o papel desempenhado pelo processo da *archivalization* na construção da narrativa de vida do arquivo pessoal, analisemos agora dois conceitos desenvolvidos pela já aqui referida autora, Jennifer Douglas. Partindo dos contributos de Sidonie Smith e Julia Watson, quanto aos vários tipos de *eu* que compõem o *eu* autobiográfico (*eu* histórico, *eu* narrador, *eu* narrado e *eu* ideológico), Douglas propõe dois novos tipos de *eu* associados às narrativas de vida presentes em arquivos pessoais: o *eu* arquivador (*archiving “I”*) e o *eu* arquivado (*archived “I”*).

Corresponde ao *eu* arquivador, ao tipo de *eu* que – através da totalidade das actividades inerentes à gestão da informação do arquivo pessoal, e em particular através do processo de *archivalization* – selecciona qual a informação a constar no arquivo pessoal, e como tal, selecciona a informação que irá representar o *eu* histórico, isto é, o produtor-narrador enquanto

indivíduo situado num tempo e espaço concreto. Deste modo, o *eu* arquivador estabelece uma relação análoga ao que vimos corresponder ao *eu* narrador. Quer isto dizer que, do mesmo modo que o *eu* narrador define aquilo que irá compreender o *eu* narrado, no caso particular das narrativas de vida dos arquivos pessoais, é o *eu* arquivador aquele que define qual a informação a representar o *eu* arquivado; correspondendo este último à (auto-)representação do *eu* histórico fixa no arquivo pessoal (DOUGLAS, 2013, p. 81-82).

Deste modo, é o *eu* arquivador que, decorrente das várias actividades de gestão da informação do arquivo pessoal, irá definir qual a informação que irá (auto-)representar o *eu* arquivado, e, conseqüentemente, qual a informação que irá constituir a narrativa de vida do produtor-narrador. Verifica-se, deste modo, que é no *eu* arquivado que reside a narrativa de vida do produtor-narrador do arquivo pessoal, sendo esta fixada pelo *eu* arquivador.

A opção de recorrer aos termos propostos por Jennifer Douglas procura ampliar o escopo do *eu* autobiográfico do produtor-narrador, para nele incluir: *eu* histórico, *eu* narrador, *eu* narrado, *eu* ideológico, e agora, também o *eu* arquivador e o *eu* arquivado. Importa salientar que o *eu* arquivador e o *eu* arquivado estabelecem relações análogas, respectivamente, ao *eu* narrador e ao *eu* narrado.

Mais ainda, ao recorrer aos termos *eu* arquivador e *eu* arquivado pretendemos enfatizar o modo como as narrativas de vida dos arquivos pessoais apresentam uma narratividade não discursiva, dada o facto de esta ser composta por um conjunto informacional fragmentado (mas orgânico). Consideramos, alternativamente, que a narratividade dos arquivos pessoais, embora não seja discursiva, assume uma dimensão performativa, sendo esta 'performada' pelo produtor-narrador através das suas acções de gestão da informação do arquivo pessoal.

Deste modo, com o recurso aos termos *eu* arquivador e *eu* arquivado, embora remetam para o mesmo significado dos seus termos análogos (*eu* narrador e *eu* narrado), pretendemos que através da sua utilização seja salientado o facto de que o *eu*-que-narra e o *eu*-que-é-narrado nas narrativas de vida dos arquivos pessoais se debruçam sobre uma narratividade não discursiva, mas sim, performativa; performatividade esta inerente à gestão da informação do conjunto informacional 'arquivo pessoal'.

Acrescentamos que a necessidade de analisar o processo de *archivalization* associado aos conceitos de *eu* arquivador e *eu* arquivado decorre do facto de, juntos, tornarem evidente o carácter de *construção* (performativa) inerente às narrativas de vida dos arquivos pessoais, bem como revela o modo como a construção das narrativas de vida assenta na forma como o produtor-narrador (com os seus múltiplos tipos de *eu*) fabrica, consciente ou inconscientemente, o modo como pretende se auto-representar no seu arquivo pessoal.

Uma vez que a auto-representação que o produtor-narrador fixa no arquivo pessoal é profundamente *construída* e *performativa* – ambos termos que remetem para uma manifestação contaminada por um cunho subjectivo e não neutro – verifica-se que esta não é capaz de representar quer o *autos* (eu), quer a *bios* (vida) do produtor-narrador. Como tal, podemos afirmar que não só a narrativa de vida contida no arquivo pessoal corresponde a uma construção auto/biográfica, como, o próprio arquivo pessoal, enquanto género de narrativa de vida, é, ele próprio, uma construção auto/biográfica.

Podemos verificar o modo como a construção auto/biográfica inerente aos arquivos pessoais assenta em diferentes níveis. Relembramos que ao recorrer ao verbo *construir* pretendemos enfatizar a natureza inautêntica, não neutra, parcial e fabricada da informação auto/biográfica dos arquivos pessoais.

Em primeiro lugar, (1) o produtor-narrador constrói ‘performativamente’ o arquivo pessoal ao gerir a informação do conjunto informacional, num processo que inclui as actividades de entrada de *inputs*, tratamento, uso e saída de *outputs*. Das actividades inerentes à gestão da informação do arquivo pessoal destacamos o processo de *archivalization* como particularmente revelador do modo como, consciente ou inconscientemente, o produtor-narrador *constrói* a informação que considera pertinente de constar no seu arquivo pessoal.

Por seu turno, dada a dimensão auto/biográfica que atribuímos à informação que o arquivo pessoal encerra, verifica-se que é através das várias actividades de gestão da informação do conjunto informacional que (2) o produtor-narrador *constrói* uma narrativa de vida no arquivo pessoal. Dado o carácter de *construção* que vimos caracterizar as actividades de gestão da informação do arquivo pessoal, particularmente visível no processo de *archivalization*, verifica-se que, análogo ao valor de *construção* do arquivo pessoal, encontra-se também o valor de *construção* inerente à narrativa de vida contida no conjunto informacional. Motivo pelo qual se verifica que a narrativa de vida do arquivo pessoal não retrata o ‘verdadeiro’ *autos* ou *bios* do produtor-narrador.

Como vimos no Capítulo 2, o narrador (em sentido amplo, não nos referimos agora especificamente ao produtor-narrador), ao construir uma narrativa de vida, constrói-se a si próprio e ao contexto que o envolve. Em primeiro lugar, o narrador constrói-se a si próprio pelo facto de, ao narrar a própria vida, ser confrontado com a incapacidade de fixar na narrativa de vida a sua ‘verdadeira’ identidade, construindo e fixando, nesta, uma identidade outra, a identidade narrativa (EAKIN, 1999, p. 100). Através deste gesto, o narrador acaba por reconstruir a identidade que possuía *a priori*, accionando, deste modo, um processo contínuo de construção-reconstrução da sua identidade.

Por seu turno, vimos também que, ao construir a narrativa de vida, o narrador acaba por construir o contexto que o envolve, uma vez que, ao construir a sua narrativa de vida, o narrador pretende mostrar-se a si próprio, e ao 'outro', como estando em conformidade com a cultura em que está inserido (BRUNER, 2001, p. 29). Consequentemente, ao se *construir* a si próprio, o produtor-narrador acaba por *construir* também o 'outro' a quem se mostra, sendo este 'outro' a sociedade *lato senso*, isto é, o contexto que o envolve (BRUNER, 2001, p. 35-36).

Ao aplicar estes fenómenos às narrativas de vida contidas em arquivos pessoais podemos verificar o modo como a construção auto/biográfica presente nos arquivos pessoais se encontra assente também no modo como, ao construir a sua narrativa de vida no conjunto informacional, (3) o produtor-narrador se constrói a si próprio, e, decorrente deste processo, (4) *constrói* também o contexto que o envolve.

Vimos até aqui que não só a informação contida nos arquivos pessoais assume uma dimensão auto/biográfica, como o acto de criar um arquivo pessoal encontra-se, ele próprio, embebido por um gesto auto/biográfico, motivo pelo qual afirmámos que os arquivos pessoais são, simultaneamente, contentores e manifestações de narrativas de vida. Vimos também o modo como a dimensão auto/biográfica dos arquivos pessoais assenta num profundo carácter de *construção*, quer ao nível das narrativas de vida contidas nos arquivos pessoais, quer no modo como estas decorrem de uma gestão de informação, também ela, *construída*.

É dado o profundo carácter de *construção* inerente, por um lado, à informação que compõe os arquivos pessoais, e por outro, ao modo como esta é gerida pelo produtor-narrador, que entendemos que os arquivos pessoais correspondem a construções auto/biográficas.

Vimos também o modo como as narrativas de vida dos arquivos pessoais correspondem a construções auto/biográficas assentes num gesto performativo por parte do produtor-narrador do arquivo pessoal, que, ao gerir a informação do conjunto informacional, nele constrói e fixa uma auto-representação, isto é, uma narrativa de vida. Verificámos ainda o modo como as narrativas de vida dos arquivos pessoais assentam numa narração não discursiva, mas performativa, na medida em que o produtor-narrador 'narra' a sua narrativa de vida através das várias acções por ele 'performadas' inerentes à gestão da informação do arquivo pessoal.

É pelo facto de a construção das narrativas de vida dos arquivos pessoais assumir uma natureza performativa, em vez de discursiva, que, em primeiro lugar, (1) as narrativas de vida dos arquivos pessoais assentam num conjunto informacional fragmentado, que, não obstante, se encontra intelectualmente reunido, dadas as relações orgânicas que os documentos de vida que compõem os arquivos pessoais estabelecem entre si. Por seu turno, e decorrente deste factor, verifica-se que é (2) dada a natureza performativa das narrativas de vida dos arquivos

peçoais que se verifica que, embora estas existam *per se* no conjunto informacional, para que sejam compreensíveis necessitam de ser apreendidas, isto é, interpretadas.

Consideramos que é através do processo de interpretação das narrativas de vida dos arquivos peçoais que se torna possível analisar o modo como esta foi narrada pelo produtor-narrador. Por outras palavras, é através da interpretação das narrativas de vida contidas nos arquivos peçoais que se torna possível analisar a sua *graphia*. Queremos com isto dizer que, embora o carácter de construção das narrativas de vida não possibilite o alcance quer da *autos*, quer da *bios* do produtor-narrador, podemos, contudo, apreender a *graphia* da narrativa de vida. Significa isto que, embora as narrativas de vida dos arquivos peçoais não permitam conhecer de modo autêntico e transparente a identidade ou a vida do produtor-narrador, permitem, contudo, apreender o modo como o produtor-narrador escreveu, narrou, performou, enfim, construiu a sua narrativa de vida no arquivo peçoal. As próximas páginas debruçam-se sobre esta problemática.

Vimos no Capítulo 2 que a teoria autobiográfica se articula em três gerações: a primeira geração trabalhou questões associada à *bios*, preocupada com as vidas que deveriam, ou não, ser narradas, devendo estas ser representativas da sociedade, uma vez que a narrativa relatada era entendida enquanto transposição da vida tal como fora experienciada, bem como um veículo à personalidade do narrador; por sua vez, a segunda geração problematizou a *autos*, responsável por questionar o valor de autenticidade das narrativas auto-referenciais, em defesa de que a auto-narração corresponda a um gesto criativo no qual o narrador constrói uma vida e um *eu* autobiográfico diferentes dos autênticos; e por fim, a terceira geração, na qual a teoria autobiográfica actualmente se posiciona, é responsável por colocar um enfoque na análise da *graphia*, isto é, no modo como as narrativas auto-referenciais são construídas.

Verifica-se, deste modo, que a presente dissertação se posiciona alinhada com a terceira geração da teoria autobiográfica, na medida em que, ao propormos que os arquivos peçoais correspondem a construções auto/biográficas, encontramos a enfatizar o valor de construção das narrativas de vida contidas nestes conjuntos informacionais, interessando-nos em particular o modo como estas são narradas, isto é, construídas. O nosso interesse pela *graphia* das narrativas de vida dos arquivos peçoais será particularmente trabalhada no Capítulo 5, aquando da (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Peçoal Godofredo Ferreira, momento em que, para a (re)construirmos, necessitamos, pois, de (re)construir a *graphia* da narrativa de vida do arquivo peçoal.

Antes de analisarmos o processo de (re)construção de narrativas de vida de arquivos peçoais, é interessante de notar que, embora nos posicionemos de acordo com a terceira geração da teoria autobiográfica no que diz respeito à análise das narrativas de vida contidas

nestes conjuntos informacionais, atrevemo-nos a afirmar que, ao nível da prática da aquisição de arquivos pessoais por parte de instituições memorizadoras, esta ainda se situa alinhada com o pensamento da primeira geração da teoria autobiográfica.

Queremos com isto dizer que a aquisição de arquivos pessoais surge ainda de um impulso focado na *bios* do produtor do arquivo pessoal. Neste sentido, são adquiridos os arquivos pessoais de indivíduos cuja vida é entendida como representativa da sociedade, numa atitude que se verifica embebida pelo paradigma dos “grandes homens”, isto é “grandes escritores”, “grandes políticos”, “grandes empresários”, de um modo geral, figuras de destaque em qualquer área de actuação social. Segundo esta perspectiva, apenas os arquivos pessoais de “grandes homens”, cujos papéis sociais desempenhados são entendidos como de tal modo relevantes (leia-se: representativos), que se verifica pertinente a aquisição e preservação dos arquivos pessoais por eles produzidos.

Vimos anteriormente que as narrativas de vida dos arquivos pessoais assentam em conjuntos informacionais que, embora orgânicos, se articulam de modo fragmentado. Argumentámos que, dada a sua natureza fragmentada, as narrativas de vida dos arquivos pessoais necessitam de ser interpretadas de modo a se tornarem compreensíveis. Demonstrámos o modo como esta interpretação se alicerça numa análise holística das narrativas contidas nos documentos de vida que compõem o conjunto informacional do arquivo pessoal, através da qual se torna possível apreender uma meta-narrativa, à qual consideramos corresponder a narrativa de vida do produtor-narrador do arquivo pessoal.

É ao processo de identificação, interpretação e apresentação da meta-narrativa do conjunto informacional que consideramos corresponder o processo de (re)construção da narrativa de vida do arquivo pessoal. Destacamos o facto de que esta (re)construção pretende tornar a narrativa de vida do arquivo pessoal compreensível, o que pressupõe que a (re)construção seja capaz de tornar a narrativa de vida tangível, ou, por outras palavras, capaz de tornar a narratividade performativa da narrativa de vida do arquivo pessoal numa narrativa discursiva. Significa isto que a (re)construção visa a materialização da narrativa de vida do produtor-narrador sob a forma verbal, seja ela escrita ou oral.

Interessa salientar que o recurso ao prefixo ‘(re)’ no termo ‘(re)construção’ procura enfatizar o modo como, no decorrer deste processo, é elaborada a *construção-de-uma-construção*.

Note-se que o processo de (re)construção pressupõe que exista um indivíduo – ao qual iremos denominar de investigador – responsável por interpretar a narrativa de vida contida no arquivo pessoal. Significa isto que cabe ao investigador interpretar a narrativa de vida do produtor-narrador do arquivo pessoal. Uma vez que as narrativas de vida não permitem o acesso

transparente e autêntico da *autos* ou da *bios* do produtor-narrador, e tendo em conta que o próprio investigador elabora uma interpretação, ela própria, enraizada nos seus preconceitos subjectivos, o investigador irá inevitavelmente contaminar a interpretação que elabora, conduzindo a uma interpretação, isto é, a uma (re)construção subjectiva, e por isso, também ela construída³⁸.

Deste modo, o investigador, para (re)reconstruir a narrativa de vida do arquivo pessoal, interpreta a *construção-arquivo-pessoal* (isto é, o arquivo pessoal entendido enquanto *construção*), sendo a partir desta interpretação que o investigador *constrói* uma narrativa verbal – o produto³⁹ que resulta da (re)construção – à qual corresponde uma *construção-sobre-a-construção-arquivo-pessoal*. Por outras palavras, o recurso ao prefixo '(re)' de '(re)construção' pretende salientar o modo como o investigador, no processo de interpretar a narrativa de vida do arquivo pessoal, *constrói* uma narrativa hetero-referencial⁴⁰ sobre a *construção* auto-referencial contida no arquivo pessoal.

Verifica-se, deste modo, que o investigador desempenha o papel de mediador entre (a) a narrativa de vida fragmentada contida no arquivo pessoal, e (b) a materialização desta sob a forma verbal, e, como tal, tornada compreensível e inteligível. Como vimos, uma vez que o investigador corresponde a um indivíduo situado num tempo e local específicos, é por isso, contaminado pelo seu contexto, e como tal, contamina voluntaria, ou involuntariamente, a (re)construção que efectua da narrativa de vida do arquivo pessoal. Neste sentido, consideramos que embora o arquivo pessoal seja detentor de *uma* narrativa de vida 'original', isto é, a narrativa de vida construída pelo produtor-narrador, o arquivo pessoal é, concomitantemente, palco de um número virtualmente infinito de narrativas de vida (re)construídas.

Este fenómeno deve-se ao facto de diferentes investigadores poderem construir diferentes (re)construções da mesma narrativa de vida 'original', uma vez que cada investigador

³⁸ Este será um tópico que iremos trabalhar em detalhe no Capítulo 4, aquando da análise da abordagem auto/biográfica proposta por Liz Stanley (1995), na qual nos iremos alicerçar para a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira, apresentada no Capítulo 5.

³⁹ Iremos problematizar no próximo capítulo o modo como a narrativa verbal que resulta do processo de (re)construção da narrativa de vida do arquivo pessoal corresponde, simultaneamente, a um produto, mas também a um processo, na medida em que a (re)construção é accionada e (re)interpretada pelo leitor.

⁴⁰ A noção de que o investigador elabora uma narrativa hetero-referencial (e por isso, biográfica) parte do princípio de que o investigador responsável pela (re)construção da narrativa do arquivo pessoal não corresponde ao próprio produtor-narrador do conjunto informacional. Significa isto que, no caso de ser o próprio produtor-narrador a auto-(re)construir a sua narrativa de vida, esta, não obstante, continuará a corresponder a uma construção de uma construção, na medida em que, desembocando a (re)construção numa interpretação e apresentação sob a forma verbal da narrativa de vida do arquivo pessoal, esta corresponderá sempre a uma construção elaborada sobre a própria construção auto/biográfica presente no arquivo pessoal.

irá interpretar a meta-narrativa do arquivo pessoal de diferente modo, consoante os seus preconceitos, fruto de os investigadores serem sujeitos que são tão contaminados pelo contexto que os envolve, como dele contaminadores.

Verifica-se, deste modo, que as narrativas de vida dos arquivos pessoais correspondem àquilo que Sergio da Silva Barcellos denomina por narrativas de vida mediadas, isto é, narrativas de vida que requerem a «transfor[ation of] individual's archival material into a second – or third – hand auto/biographical account» (BARCELLOS, 2017, p. 352). Ou, por outras palavras, narrativas de vida que, para que sejam compreensíveis, necessitam de ser interpretadas, e por isso, (re)construídas por um investigador, que, para o efeito, *constrói* uma narrativa auto/biográfica sob a forma de uma história de vida assente numa narrativa de vida. Significa isto que o investigador, durante o processo de (re)construção, embora trabalhe sobre uma narrativa de vida cuja génese é auto-referencial, a (re)construção que elabora, fixa sob a forma verbal, é hetero-referencial⁴¹.

A propósito da proposta de Sergio da Silva Barcellos quanto à noção de narrativas de vida mediadas, debrucemo-nos agora sobre a apresentação de dois projectos que integram, na sua linha de actuação, a (re)construção de narrativas de vida a partir de informação arquivística, o primeiro assente em informação contida em arquivos administrativos, e o segundo, num arquivo pessoal.

Sergio da Silva Barcellos apresenta o seu conceito de narrativas de vida mediadas no contexto da apresentação do projecto “Mediated self-writings and the construction of imagined autobiographies: affections, patrimonies, and families in testaments of enslaved or formerly enslaved women in the city of Rio de Janeiro during the first half of the 19th century”, conduzido por Fernanda Felisberto, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Este é um projecto que pretende dar voz às mulheres escravizadas na sociedade brasileira durante a primeira metade do século XIX. Para tal, o projecto visa (re)construir as narrativas de vida destas mulheres, contidas em informação arquivística, com particular enfoque para os seus testamentos. É interessante de notar que os testamentos surgem, não de uma escrita auto-referencial, mas sim, hetero-referencial, tendo sido escritos por notários, factor que os apropria de uma dupla mediação: a mediação do notário ao redigir interpretativamente as palavras da titular do testamento, num gesto que neste fixa uma narrativa de vida; e, por seu turno, a

⁴¹ Com a excepção de casos em que o investigador responsável pela (re)construção da narrativa de vida seja o próprio produtor-narrador da narrativa de vida contida no arquivo pessoal. Nestes casos, o produtor-narrador é responsável por elaborar uma (re)construção auto-referencial sobre uma construção (a narrativa de vida do arquivo pessoal), também ela, auto-referencial. E, deste modo, a (re)construção do arquivo pessoal passa a corresponder, ela própria, a uma narrativa de vida.

mediação do investigador ao (re)construir a narrativa de vida contida no testamento (BARCELLOS, 2017, p. 352-353).

Outro projecto particularmente interessante é o “Archiving Australian feminism: the personal papers of Merle Thornton”, desenvolvido por Margeret Henderson e Maryanne Dever, em colaboração com a National Library of Australia, entre 2010 e 2011, no qual procuraram analisar, entre outros aspectos, a informação contida no arquivo pessoal de Merle Thornton, activista feminista australiana, para, através deste e da elaboração de entrevistas conduzidas à própria Thornton, as autoras pudessem (re)construir a sua história de vida (HENDERSON, 2013, p. 91-92, 94).

Destacamos ainda o trabalho desenvolvido a nível nacional por Helder Machado e por Paulo Soares, responsáveis por se debruçarem sobre «39 agendas minuciosamente anotadas por Joaquim Paço d’Arcos» pertencentes ao seu arquivo pessoal⁴² (MACHADO, SOARES, 2015, p. 1), reflectindo sobre a possibilidade do produtor, ao criar e integrar no seu arquivo pessoal tais agendas, pretender construir uma memória de si para um leitor futuro, num gesto imbuído de uma intencionalidade autobiográfica (MACHADO, SOARES, 2015, p. 6). Destacamos o facto de os autores focarem a sua análise sobre as agendas de Joaquim Paço d’Arcos pelo facto de estas corresponderem a uma escrita de vida, e por isso, contentoras de uma evidente dimensão autobiográfica, não assumindo o arquivo pessoal, no seu todo, enquanto embebido por essa mesma auto-referencialidade⁴³. Note-se que este é um argumento que estabelece características análogas aos argumentos Priscila Fraiz quanto à dimensão autobiográfica do arquivo pessoal de Gustavo Capanema, circunscrita aos dados informacionais auto-referenciais (1998, p. 75).

Embora posicionemos a nossa pesquisa segundo a premissa de que os arquivos pessoais no seu todo – o todo informacional que compõe o arquivo pessoal, sejam os dados informacionais auto e hetero-referenciais – são detentores de uma dimensão autobiográfica (uma construção auto/biográfica), consideramos que os contributos de Helder Machado e Paulo Soares se verificam significativos para a valorização e desenvolvimento epistemológico da problemática da auto-referencialidade inerente à intenção de criar, seleccionar e preservar um arquivo pessoal por parte do seu produtor. Os contributos destes autores verificam-se

⁴² Embora nos reportemos a este conjunto informacional enquanto ‘arquivo pessoal’, este assume a designação oficial de ‘*espólio* Joaquim Paço d’Arcos’.

⁴³ Sendo o conjunto informacional composto por «textos autógrafos do escritor, manuscritos, correspondência recebida, documentos biográficos e familiares, recortes de imprensa nacionais e estrangeiros sobre a sua produção literária, fotocópias e recortes sobre assuntos profissionais e documentos relativos às instituições a que pertenceu (...) Encontra-se, também, parte da sua biblioteca pessoal» (MACHADO, SOARES, 2015, p. 2).

especialmente importantes ao nível nacional, uma vez que é uma problemática escassamente trabalhada na literatura científica portuguesa, aspecto que a presente dissertação pretende colmatar.

Os contributos acima explorados verificam-se particularmente pertinentes no contexto da nossa pesquisa, sendo capazes de evidenciar o modo como os arquivos, de modo geral, e os arquivos pessoais, em particular, têm vindo a ocupar espaço de debate no contexto da literatura científica dedicada à teoria autobiográfica, sobretudo no que diz respeito aos estudos auto/biográficos, área de estudos dedicada ao estudo das práticas auto-referenciais sob a óptica do no conceito de auto/biografia⁴⁴.

Este fenómeno encontra-se plasmado no número especial do periódico *a/b: Auto/Biography Studies*, recentemente publicado, em 2017, e intitulado “What's next? The future of Auto/Biography Studies”. Neste número especial do periódico *a/b*, as suas editoras procuram debruçar-se sobre o futuro dos estudos auto/biográficos, no qual anunciaram as histórias de vida contidas nos arquivos pessoais como correspondendo um tópico emergente, pelo que provocaram os investigadores interessados neste tópico a se debruçarem sobre «who mediates, how is a text mediated, what changes because of mediation, how can we measure or examine those changes» (HIPCHEN, CHANSKY, 2017, p. 144).

É no exacto contexto das provocações das editoras, Emily Hipchen e Ricia Anne Chansky, que enquadrámos as próximas páginas desta dissertação. Procurámos nesta Parte I da presente dissertação explorar a premissa do arquivo pessoal como construção auto/biográfica, analisando o modo como o produtor-narrador constrói a narrativa de vida do seu arquivo pessoal.

⁴⁴ Cf. HENDERSON, Margeret – Archiving the feminist self: reflections on the personal papers of Merle Thornton. **Archives and Manuscripts** [Em linha]. ISSN 0157-6895 41:2 (2013) 91-104. [Consult. 4 Feb. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.1080/01576895.2013.806013>; DOUGLAS, Jennifer Lynn – **Archiving authors: rethinking the analysis and representation of personal archives** [Em linha]. Toronto: Faculty of Information, University of Toronto, 2013. Doctor thesis. [Consult. 20 Jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://tspace.library.utoronto.ca/handle/1807/35808>; KIM, Sarah – **Personal digital archives: Preservation of documents, preservation of self** [Em linha]. Texas: University of Texas at Austin, 2013. Doctor thesis. [Consult. 4 Feb. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://hdl.handle.net/2152/21134>; BARCELLOS, Sergio da Silva – Brazilian auto|biographic voices from archive materials. **A/b: Auto/Biography Studies** [Em linha]. ISSN 2151-7290 32:2 (2017) 351-353. [Consult. 2 Feb. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.1080/08989575.2017.1288981>; KURVET-KÄOSAAR, Leena – The archive. **A/b: Auto/Biography Studies** [Em linha]. ISSN 2151-7290 32:2 (2017) 355-358. [Consult. 4 Feb. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.1080/08989575.2017.1288983>; CARDELL, Kylie – Modern Memory-Making: Marie Kondo, online journaling, and the excavation, curation, and control of personal digital data. **A/b: Auto/Biography Studies** [Em linha]. ISSN 2151-7290 32:3 (2017) 499-517. [Consult. 4 Feb. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.1080/08989575.2017.1337993>

O próximo Capítulo 4 abandona a problematização do produtor-narrador para colocar um enfoque nas problemáticas inerentes ao investigador enquanto sujeito responsável por mediar a narrativa de vida do conjunto informacional, e através desse processo, (re)construir a narrativa de vida do arquivo pessoal do produtor-narrador. Após a problematização do papel do produtor-narrador no processo de constituição de uma narrativa auto/biográfica no seu arquivo pessoal – e do papel do investigador na sua (re)construção – caberá ao Capítulo 5 colocar em prática as propostas e reflexões desenvolvidas nesta Parte I e inaugurar a Parte II desta investigação: “A (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira”.

PARTE II: A (RE)CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE VIDA DO ARQUIVO PESSOAL GODOFREDO FERREIRA

CAPÍTULO 4:

MÉTODOS

O presente estudo surgiu de um interesse em investigar o modo como a informação contida nos arquivos pessoais manifesta uma dimensão autobiográfica do seu produtor, sendo possível, através da sua análise, conhecer o modo como o produtor do arquivo pessoal nele constrói e fixa uma auto-representação.

Ao explorar a literatura científica referente aos arquivos pessoais, no Capítulo 1, verificámos o modo como o potencial informacional dos arquivos pessoais tem vindo a ser cada vez mais valorizado pela sua natureza subjectiva, fruto da própria subjectividade inerente ao seu produtor. Assistimos ao modo como Sue McKemmish defende que os arquivos pessoais permitem conhecer os papéis sociais desempenhados pelo produtor (*evidence of me*), e através deste gesto, conhecer também a sociedade que o envolve (*evidence of us*) (MCKEMMISH, 1996, p. 175-176). Por seu turno, assistimos ao modo como Catherine Hobbs argumenta que a informação dos arquivos pessoais permite um entendimento, não só dos papéis sociais, mas também do lado íntimo do seu produtor, quando o conjunto informacional é entendido como embebido por um cunho de construção e subjectividade (HOBBS, 2001, p. 129).

O estudo dos arquivos pessoais como marcados por uma dimensão autobiográfica do seu produtor conduziu-nos à análise da literatura científica que se debruça sobre o tema da auto-representação, motivo pelo qual trabalhámos em detalhe a teoria autobiográfica no Capítulo 2, no qual concluímos que actualmente auto-representação é entendida como incapaz, quer de transpor a vida tal como fora experienciada pelo indivíduo que narra a própria vida, quer de servir de veículo de acesso à sua identidade. Embora seja impossível o acesso, respectivamente, à *bios* (vida) e à *autos* (eu) do indivíduo, a análise da auto-representação permite apreender o modo como o indivíduo a *construiu*, isto é, permite entender a *graphia* (escrita) da auto-representação.

Foi assente nas premissas de que (1) os arquivos pessoais contêm uma auto-representação do seu produtor, e de que (2) se verifica possível apreender o modo como o produtor *construiu* a sua auto-representação no conjunto informacional, que desenvolvemos o Capítulo 3, no qual procurámos desenhar um quadro teórico capaz de justificar tais propostas.

Para tal, procurámos articular as problemáticas inerentes às narrativas de vida – conceito que pretende identificar auto-representações fixas em qualquer suporte e expressas sob qualquer forma – às auto-representações que propomos existirem nos arquivos pessoais, considerando que, embora não seja possível conhecer a ‘verdadeira’ *bios* ou a ‘verdadeira’ *autos* do produtor através da análise da auto-representação que este fixa no seu arquivo pessoal, é possível, contudo, através do estudo da *graphia* desta auto-representação, apreender o modo como esta foi *construída*.

Este exercício levou-nos à defesa de que o produtor do arquivo pessoal, enquanto narrador de uma narrativa de vida (a sua auto-representação), adquire simultaneamente o papel de ‘produtor’ e de ‘narrador’, motivo que nos levou a identifica-lo enquanto produtor-narrador. Concluímos que o produtor-narrador, ao produzir o seu arquivo pessoal através da reunião e gestão da informação que o compõe, constrói paralelamente uma narrativa de vida, sendo esta visivelmente marcada pelo seu cunho de *construção*, subjectividade, parcialidade e ficção, motivo pelo qual argumentámos que os arquivos pessoais correspondem a construções auto/biográficas (estando aqui presente o conceito de auto/biografia).

Por último, procurámos defender que a narrativa de vida do produtor-narrador, embora existente no arquivo pessoal, para que possa ser (re)construída, isto é, para que a sua *graphia* possa ser apreendida, torna-se necessário que a informação que compõe o conjunto informacional seja interpretada de modo holístico, entendida como composta por documentos de vida que estabelecem relações orgânicas entre si, capazes de dar forma à narrativa de vida do produtor-narrador do arquivo pessoal.

Os Capítulos 1 e 2 foram desenhados para que pudéssemos elaborar o Capítulo 3, no qual procurámos alcançar o primeiro, de dois, objectivos gerais da presente pesquisa, isto é: analisar o modo como os arquivos pessoais são marcados por uma dimensão autobiográfica que se caracteriza por um carácter de construção (auto/biográfica), motivo que nos levou a elaborar no Capítulo 3 um quadro teórico capaz de o justificar.

A necessidade de elaborar um quadro teórico capaz de justificar o modo como os arquivos pessoais correspondem a construções auto/biográficas prende-se com o facto de nos encontramos a propor um argumento inovador, assente na articulação de dois fenómenos, por um lado, as narrativas de vida, e por outro, os arquivos pessoais. Como tal, a Parte I: “Os arquivos pessoais como construções auto/biográficas” desta dissertação, e em particular o Capítulo 3, mais do que um enquadramento teórico à Parte II: “A (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira”, corresponde, por si só, ao alcance do primeiro objectivo geral que orienta a presente dissertação.

Assumimos como segundo objectivo geral desta investigação a interpretação da informação contida no Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira (daqui em diante APGF), segundo a óptica de que esta reflecte a construção auto/biográfica do seu produtor, factor que nos conduziu à (re)construção da narrativa de vida do APGF.

O APGF corresponde a um conjunto informacional actualmente à guarda da Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC), tendo o produtor-narrador, Godofredo Ferreira (1886-1981), sido funcionário dos CTT⁴⁵ e desempenhando, entre várias funções associadas à vertente cultural desta instituição, a de fundador e director do ‘Arquivo de Reservados’ e do ‘Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT’, sendo estas as bases do actual Arquivo Histórico e Biblioteca da FPC (VARÃO, 2008, p. 81; FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES, 2010, p. 69).

Pretendemos com a (re)construção da narrativa de vida do APGF analisar a *graphia* da auto-representação que o produtor-narrador construiu e fixou no seu arquivo pessoal, correspondendo este momento a uma componente prática e complementar à natureza teórica da proposta do primeiro objectivo geral por nós apontado. Embora exista complementaridade entre a componente prática e teórica da presente dissertação (expressa, respectivamente, na Parte I e na Parte II), entendemos, que ambos os objectivos gerais se articulam em dependência mútua, uma vez que, se por um lado, não é possível (re)construir a narrativa de vida de Godofredo Ferreira sem que este processo se alicerce num quadro teórico, por outro, e uma vez que a defesa de que os arquivos pessoais compreendem uma narrativa de vida do seu arquivo pessoal – podendo esta ser (re)construída – corresponde a uma proposta original, parece-nos pertinente, e sobretudo, necessário, testar tal proposta, motivo pelo qual pretendemos testar o quadro teórico por nós desenvolvido através da (re)construção da narrativa de vida do APGF.

Em suma, reunimos dois objectivos gerais para a presente dissertação:

1. Analisar o modo como os arquivos pessoais são marcados por uma dimensão autobiográfica que se caracteriza por um carácter de construção (auto/biográfica);
2. Interpretar a informação contida no Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira segundo a óptica de que esta reflecte a construção auto/biográfica do seu produtor.

⁴⁵ Empresa que, embora assuma a sigla CTT desde 1911, a designação oficial foi alvo de alterações ao longo dos anos: em 1911, CTT - Correios, Telégrafos e Telefones; em 1969, CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal; e desde 1992, CTT - Correios de Portugal (FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES, 1997, n.p.).

Sendo que estes se encontram articulados nos seguintes objectivos específicos:

- a) Fundamentar a proposta de que os arquivos pessoais são detentores de uma narrativa de vida do seu produtor, e de que esta pode ser (re)construída;
- b) Elaborar um quadro teórico capaz de justificar o modo como os arquivos pessoais correspondem a construções auto/biográficas;
- c) (Re)construir a narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira;
- d) Elaborar uma narrativa biográfica de Godofredo Ferreira, responsável por fixar sob a forma verbal escrita a (re)construção da narrativa de vida contida no seu arquivo pessoal.

Verifica-se, deste modo, que a divisão estrutural que optámos para a dissertação, entre a Parte I “O arquivo pessoal como construção auto/biográfica” e a Parte II “A (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira” decorrem naturalmente dos dois objectivos gerais por nós adoptados. Como tal, cabe ao presente Capítulo 4 uma primeira aproximação à componente prática do nosso estudo, responsável por se debruçar sobre a interpretação do conjunto informacional APGF, para que, através desse processo, nos seja possível (re)construir a sua narrativa de vida, testando as hipóteses de que: (1) o arquivo pessoal corresponde a uma construção auto/biográfica (sobre, e elaborada pelo) seu produtor; (2) o arquivo pessoal contém uma narrativa de vida do seu produtor; (3) a narrativa de vida do arquivo pessoal pode ser (re)construída a partir da interpretação da informação que o conjunto informacional encerra.

Os dois objectivos gerais, juntamente com os respectivos objectivos específicos, alicerçados nas hipóteses acima apontadas, visam responder à pergunta de partida que conduz toda dissertação: *de que modo Godofredo Ferreira se auto-representou no seu arquivo pessoal?* A formulação da pergunta de partida pretende revelar o modo como o nosso estudo assenta numa investigação qualitativa alicerçada no paradigma construtivista, responsável por investigar a realidade através, não da explicação objectiva dos fenómenos, mas do seu entendimento subjectivo, motivo que nos leva a analisar o nosso fenómeno sob uma perspectiva assente na pergunta *de que modo?* (HOLSTEIN, GUBRIUM, 2007, p. 5-6).

4.1. O MÉTODO BIOGRÁFICO NARRATIVO: INTERCEPÇÕES ENTRE O MÉTODO BIOGRÁFICO E A INVESTIGAÇÃO NARRATIVA

Pretendemos analisar de que modo a narrativa de vida do APGF foi construída, através da sua (re)construção, processo que iremos conduzir através de uma investigação de carácter qualitativo assente no recurso ao método biográfico sob o prisma da abordagem auto/biográfica, naquilo que tem vindo a ser progressivamente conhecido como método auto/biográfico (STANLEY, 1995, p. 253; ERBEN, 1996, p. 160; PLUMMER, 2001, p. 91; ROBERTS, 2002, p. 77; WEST, 2006, n.p.; WEST, 2007, n.p.; HUGILL, 2012, p. 28), em associação com a abordagem narrativa, responsável por entender o elemento 'narrativa' como estrutural e estruturante de toda a acção social.

Iremos de seguida apresentar o método biográfico e suas ramificações, evidenciando o modo como nele nos posicionamos, para que seja possível, posteriormente, nos debruçarmos sobre as especificidades da investigação narrativa e da abordagem auto/biográfica que aqui articulamos ao método biográfico.

Os últimos 40 anos têm vindo a ser marcados pela alteração de paradigma científico conhecido por *narrative turn* – ou *biographical turn* ou *subjectivist turn* – que diz respeito ao facto de se assistir no seio de diferentes disciplinas – das quais a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia – a um progressivo investimento e valorização da componente subjectiva no entendimento dos indivíduos e da sociedade (CHAMBERLAYNE, BORNAT, WENGRAF, 2000, p. 1); CZARNIAWSKA, 2004, p. 3-6; MERRILL, WEST, 2009, p. 3-4). Esta alteração de paradigma resultou numa proliferação terminológica e metodológica que se verifica nos seguintes exemplos: abordagem auto/biográfica, abordagem (auto)biográfica, método das histórias de vida, investigação narrativa, etc. Independentemente da abordagem ou terminologia adoptada, verifica-se transversal às investigações assentes no *narrative turn* o recurso ao método biográfico, entendido, não enquanto um conjunto de passos metodológicos rígidos a serem seguidos piamente, mas sim, enquanto método que se debruça sobre investigações centradas na análise de histórias individuais ou de documentos (de vida) para o entendimento das vidas enquadradas num contexto social, psicológico e/ou histórico (MERRILL, WEST, 2009, p. 10).

O método biográfico caracteriza-se por atribuir à subjectividade valor de conhecimento, facto que assenta na historicidade do sujeito biografado e no facto de as fontes de informação utilizadas no método serem, na sua grande maioria, de natureza auto-referencial, e por esse motivo, subjectivas (FERRAROTTI, 2003, p. 55-56). Associado ao valor de conhecimento atribuído à subjectividade, o método biográfico rejeita o postulado do método indutivo, motivo

que conduz ao descarte da possibilidade do método biográfico ser empregue com o intuito de desenvolver generalizações, uma vez que «when not reattached to the general model through a network of hypothetical mediations, the concrete example does not prove; at best it illustrates» (FERRAROTTI, 2003, p. 60, grifo no original). Significa isto que o estudo de “um caso” no método biográfico servirá apenas para ilustrar as especificidades do sujeito biografado, nunca podendo o estudo ser alvo de generalizações ao alcance de uma verdade ‘objectiva’.

Deste modo, verifica-se que o método biográfico valoriza a subjectividade e as especificidades do sujeito biografado, enquanto sujeito profundamente marcado pelo tempo e espaço que ocupa/ou. Estes são aspectos que, se por um lado caracterizam o método biográfico, por outro, delimitam a sua cientificidade ao conhecimento da realidade através de uma óptica subjectiva, que, por esse motivo, procura entender a verdade ‘relativa’ da vida do sujeito biografado, em detrimento da ‘única’ verdade da realidade.

Através da óptica subjectiva centrada nas especificidades do sujeito biografado, o método biográfico tem como objectivo específico a análise de uma vida, ou de um conjunto de vidas, num processo que permite o alcance do objectivo geral do método biográfico, isto é, o entendimento da natureza e do significado da(s) vida(s) analisada(s) (ERBEN, 1998, p. 5).

O método biográfico assenta, em parte, na recolha e interpretação do que vimos anteriormente corresponder ao conceito de documentos de vida, podendo estes assumir a forma de biografias, Autobiografias, diários, *curricula vitae*, fotografias, vídeos, pinturas, *websites*, e qualquer outra fonte cuja informação permita dar acesso à experiência de vida de um indivíduo (DENZIN, 1989, p. 7; PLUMMER, 2001, p. 17-18; ROBERTS, 2002, p. 2).

Associada à recolha e análise de documentos de vida, encontra-se o papel desempenhado pelas histórias de vida. Relembramos que histórias de vida correspondem a relatos de vida, auto ou hetero-referenciais. Tal como vimos no Capítulo 2, se por um lado os documentos de vida podem materializar uma história de vida (tal como acontece no caso de uma biografia ou de uma transcrição de uma entrevista), por sua vez, para a construção de uma história vida (como uma biografia), esta necessita de se alicerçar em documentos de vida. Contudo, existem documentos de vida como uma fotografia ou um *curriculum vitae*, que, embora contenham o elemento ‘narrativa’, não contêm o elemento ‘história’, e, como tal, não são detentores de uma história de vida. Mais à frente iremos analisar a diferença entre narrativa (*narrative*) e história (*story*), distinção fundamental no contexto do prisma narrativo ao qual subscrevemos e aplicamos ao método auto/biográfico.

Deste modo, o método biográfico toma como dados de recolha e análise documentos de vida e/ou histórias de vida. Importa salientar que os dados (de vida) a que o método biográfico recorre podem surgir naturalmente ou serem solicitados pelo investigador. Significa

isto que os documentos de vida e/ou histórias de vida utilizados no decorrer da investigação podem ter sido criados de modo independente da acção do investigador (dados não-solicitadas), ou por ele solicitados, como acontece na realização de uma entrevista efectuada pelo investigador ao sujeito biografado⁴⁶.

Embora o método biográfico recorra a documentos de vida e/ou histórias de vida que surgem de modo independente da acção do investigador, tradicionalmente, o método biográfico coloca especial destaque ao papel desempenhado pela técnica da entrevista, e em particular, pela entrevista em profundidade (ERBEN, 1998, p. 6; MILLER, 2008, p. 62), correspondendo esta a uma história de vida solicitada. Ao enfatizar o papel da entrevista enquanto dado de maior relevância para a o método biográfico, a recolha e análise de dados não-solicitados adquire um papel complementar e secundário à entrevista.

Recordamos que o nosso estudo debruça-se sobre a (re)construção da narrativa de vida do APGF através da análise da informação contida no seu arquivo pessoal. Uma vez que a criação, reunião e gestão da informação do arquivo pessoal se verificou independente da actuação do investigador, o nosso estudo irá assentar exclusivamente em dados não-solicitados, e no modo como estes dão forma a histórias de vida: em primeira instância, à narrativa de vida de Godofredo Ferreira, mas também às múltiplas narrativas de vida passíveis de serem (re)construídas por futuros investigadores.

Deste modo, o nosso estudo não só desloca o entendimento dos dados não-solicitados – entendidos tradicionalmente como acessórios pelo método biográfico – para uma posição de destaque, principal fonte de informação do nosso estudo, como, ao fazê-lo, alinhamos a nossa investigação à proposta de Ken Plummer, quanto à necessidade de as histórias de vida serem entendidas, não só como um *recurso*, mas como *tópico* de investigação (2001, p. 36).

É interessante de notar que os arquivos pessoais são referidos como conjuntos informacionais contenedores de *recursos* valiosos para o método biográfico (MILLER, 2008, p. 62), enquanto, salientamos, informação complementar à entrevista em profundidade. O nosso estudo, contudo, coloca o arquivo pessoal enquanto *tópico* de investigação, mais concretamente, tomamos como objecto de estudo a história de vida auto-referencial nele contido (a narrativa de vida), para que, através desta, possamos alcançar um entendimento subjectivo das especificidades que caracterizam o modo como Godofredo Ferreira se auto-representou no conjunto informacional.

⁴⁶ Para exemplos de histórias de vida solicitadas e materializadas em documentos de vida, Cf. PLUMMER, 2001, p. 28-34.

Ao assumir a narrativa de vida do APGF enquanto *tópico* da nossa investigação, e não enquanto mero *recurso*, pretendemos investigar as problemáticas inerentes a «why and how people come to tell their stories (or don't), why and how they assume the forms that they do, what happens to them once told, and how they connect to the life being told» (PLUMMER, 2001, p. 42).

Embora, como vimos, o método biográfico atribui à subjectividade valor de conhecimento, existe, dentro do próprio método, uma tensão entre três abordagens que oscilam entre uma postura mais 'objectiva' ou mais 'subjectiva', sendo elas as abordagens: realista, neo-positivista e narrativa (MILLER, 2000, p. 13). Esta tensão dá origem a investigações que, embora recorram ao mesmo método, possam assumir um entendimento das vidas biografadas sob uma óptica objectiva (no caso das abordagens realista e neo-positivista) ou subjectiva (na abordagem narrativa) (MILLER, 2000, p. 13-16; ROBERTS, 2002, p. 7).

A abordagem realista caracteriza-se por ser indutiva, assente na observação empírica para, a partir desta, serem criados conceitos abstractos, recorrendo, por isso, à Teoria Fundamentada nos Dados. Por seu turno, a abordagem neo-positivista encontra-se assente no método hipotético-dedutivo a partir de observação empírica. Verifica-se que ambas as abordagens, a realista e a neo-positivista, assumem uma relação de complementaridade ao se alicerçarem na análise de informação empírica sob a premissa de que através do seu estudo podem alcançar uma verdade 'objectiva' da realidade (MILLER, 2000, p. 15-16).

Deste modo, a abordagem realista e neo-positivista, ao partilharem os mesmos princípios ontológicos (a realidade é apreensível) e epistemológicos (postura objectiva para o alcance da verdade), divergindo ao nível metodológico (assumindo uma postura, respectivamente, indutiva e dedutiva), embora ambas recorram ao método biográfico – que se caracteriza pela sua natureza subjectiva – posicionam-se sob um prisma que percepçiona a vida e o sujeito biografados de modo 'objectivo'⁴⁷.

No pólo oposto às abordagens acima enunciadas, encontra-se a abordagem narrativa do método biográfico, que considera impossível entender de modo objectivo a realidade, uma vez que a realidade é percebida como caótica e volátil, nunca estática, e por isso, incapaz de ser verdadeiramente explicada. Alternativamente, a abordagem narrativa sugere *entender* – e não *explicar*, uma vez que se vê enquadrada no paradigma construtivista – a realidade enquanto fenómeno subjectivo (MILLER, 2000, p. 13, 17; ROBERTS, 2002, 7).

⁴⁷ Para exemplos de estudos segundo a óptica 'objectiva' do método biográfico, Cf. ROSENTHAL, Gabriele – Biographical research. SEALE, Clive, GOBO, Giampietro, GUBRIUM, Jaber F., SILVERMAN, David (eds.) – **Qualitative research practice**. London/Thousand Oaks/New Delhi, Sage Publications, 2007, p. 48-64; RIESSMAN, Catherine K. – **Narrative methods for the human sciences**. Los Angeles: Sage, 2008.

Embora os investigadores demonstrem uma tendência para adoptarem uma postura pragmática, deixando-se influenciar pelos contributos das três abordagens (realista, neo-positivista e narrativa), sem que sintam a necessidade de se posicionarem de acordo com uma única abordagem (MILLER, 2000, p. 14-15; ROBERTS, 2002, p. 7-8), parece-nos pertinente que deixemos claro que o nosso estudo se posiciona de acordo com a abordagem narrativa (associando a ela a abordagem auto/biográfica que iremos trabalhar em detalhe mais à frente nesta pesquisa), excluindo, por isso, as abordagens realista e neo-positivista.

A necessidade de nos posicionarmos alinhados à abordagem narrativa decorre do facto de esta possibilitar um estudo centrado no modo *como* a vida é/foi narrada. Note-se que, interessando-nos a análise do modo *como* Godofredo Ferreira construiu uma narrativa de vida no seu arquivo pessoal, o nosso estudo verifica-se alinhado com as potencialidades que a abordagem narrativa do método biográfico permite, permitindo explorar «*how the tellers shape the telling of their experiences of particular events – how the ‘reality’ (for them) is formed through the account*» (ROBERTS, 2002, p. 8, grifo nosso).

Enquadrar o nosso estudo de acordo com a abordagem narrativa do método biográfico significa que posicionamos a presente dissertação de acordo com o subtipo de investigação qualitativa conhecida como investigação narrativa (*narrative inquiry*), sendo esta entendida do seguinte modo:

«Contemporary narrative inquiry can be characterized as an amalgam of interdisciplinary analytic lenses, diverse disciplinary approaches, and both traditional and innovative methods – all revolving around an interest in biographical particulars as narrated by the one who lives them» (CHASE, 2005, p. 651).

A investigação narrativa corresponde a um conjunto de “olhares analíticos” que acompanham e influenciam o investigador no decorrer da sua interpretação das narrativas que analisa, levando-o a considerar que: (1) independentemente de ser sob a forma escrita ou oral, a narrativa é entendida como um discurso no qual o narrador dá forma ou ordena a sua experiência, interpretativamente, num todo coerente; (2) as narrativas são performativas, responsáveis pela construção – activa – da experiência e da realidade do narrador; (3) a performatividade da narrativa assenta na interacção entre o narrador e a sua audiência; (4) as narrativas são fruto dos vários contextos que as influenciam, ao nível social, político, etc.; (5) o investigador percebe a sua própria actuação na investigação como activamente participativa, motivo que lhe atribui o estatuto de co-narrador da narrativa em análise, uma vez

que, ao interpretar a narrativa, ele próprio a contamina, e por ela é contaminado (CHASE, 2005, p. 656-657).

Deste modo, ao recorrer ao método biográfico sob a óptica da investigação narrativa, colocamos um enfoque no papel desempenhado pela narrativa auto-referencial, performada, interpretada e construída pelo indivíduo biografado, e, conseqüentemente, encontramos a orientar o nosso estudo segundo uma abordagem que tem vindo a ser designada por 'investigação biográfica narrativa', sendo que esta «underscores how individuals' lives are constructed in combination with their interpretations of the social environments where their experiences are embedded» (KIM, 2016, p. 126).

Antonio Bolívar e Jesús Domingo caracterizam a investigação biográfica narrativa como sendo orientada por cinco factores-chave, factores estes que estabelecem fortes paralelismos às cinco características dos "olhares analíticos" acima mencionados, e propostos por Susan Chase quanto à investigação narrativa. Deste modo, a investigação biográfica narrativa é: tal como o nome pressupõe, eminentemente (1) *narrativa*, uma vez que 'narrativa' corresponde ao elemento estrutural e estruturante, de toda a vida social; (2) *construtivista*, na medida em que a 'verdade' da narrativa é entendida consoante a óptica pela qual é interpretada; (3) *contextual*, uma vez que a narrativa decorre dos contextos que a contaminam, podendo apenas ser entendida quando enquadrada nesses mesmos contextos; (4) *interacionista*, pois o significado da narrativa só pode ser apreendido através da interpretação das relações que se estabelecem entre o contexto da narrativa, a sua audiência, as vidas em contacto com a vida narrada, e os demais elementos que constituem a narrativa; e por fim, (5) *dinâmica*, dado o facto de a narrativa ser construída e reconstruída num processo contínuo e nunca homogéneo ou linear (BOLÍVAR, DOMINGO, 2006, n.p).

No contexto da investigação biográfica narrativa, importa fazer a importante distinção entre o que separa os termos 'narrativa' (*narrativa*) de 'história' (*story*), na medida em que, embora sejam frequentemente empregues de modo intermutável pela literatura científica, correspondem a conceitos diferentes, devendo, por isso, serem respeitadas e evidenciadas as suas especificidades.

Temos vindo a trabalhar profusamente o conceito de narrativa no decorrer desta pesquisa. Falámos em narrativas de vida e no modo como estas correspondem a histórias de vida auto-referenciais. Falámos no modo como os arquivos pessoais são detentores de uma meta-narrativa capaz de traduzir a narrativa de vida do seu produtor, sendo este fenómeno possível pelo facto de que cada documento de vida que compõe o arquivo pessoal reunir, em si, uma narrativa. Mas o que é afinal uma 'narrativa' e de que modo este conceito se relaciona com o conceito de 'história'?

Segundo Barbara Czarniawska, narrativa é, simultaneamente, uma forma de conhecimento e uma forma de comunicação (2004, p. 6). Significa isto que, se por um lado, a narrativa é o elemento pelo qual o indivíduo organiza e entende a acção social (narrativa como forma de conhecimento), por outro, a acção social assenta em comunicação, e por sua vez, a comunicação assume sempre uma dimensão narrativa (narrativa como forma de comunicação) (CZARNIAWSKA, 2004, p. 6-12; KIM, 2016, p. 6-8).

Verifica-se, deste modo, que 'narrativa' encontra-se embebida em todos os momentos da acção social, correspondendo a um elemento fundamental da experiência humana, motivo pelo qual podemos afirmar que 'narrativa' está em todo o lado, ou, pelo menos, tudo pode ser entendido enquanto 'narrativa' (CZARNIAWSKA, 2004, p. 17); nas célebres palavras de Roland Barthes:

«Innombrables sont les récits du monde. (...) le récit est présent dans tous les temps, dans tous les lieux, dans toutes les sociétés; le récit commence avec l'histoire même de l'humanité; il n'y a pas, il n'y a jamais eu nulle part aucun peuple sans récit; (...) le récit se moque de la bonne et de la mauvaise littérature: international, transhistorique, transculturel, le récit est là, comme la vie» (BARTHES, 1966, p. 1).

Para uma distinção entre 'narrativa' e 'história' importa entender que enquanto a 'narrativa' se encontra presente em toda a acção social, a 'história', por seu turno, organiza eventos 'narrativos' num enredo que se desenvolve ao longo do tempo⁴⁸, dando origem, deste modo, a uma sucessão de acontecimentos num episódio unificado (POLKINGHORNE, 1995, p. 7). Deste modo, embora 'narrativa' seja o elemento estrutural e estruturante da acção social, é através da 'história' que o indivíduo interpreta e organiza a sua experiência, e através destes processos, constrói a sua própria identidade (BRUNER, 2001, p. 28). Deste modo, os conceitos de 'história' e 'narrativa' se verificam profundamente interligados, contudo, é o elemento 'história', criado através da reunião de diversas 'narrativas' segundo uma organização lógica e cronológica, que se verifica capaz de dar sentido à experiência do indivíduo.

Após a diferenciação entre 'narrativa' e 'história', verificando o modo como ambos os conceitos se encontram interligados, verifica-se que a investigação narrativa assume como

⁴⁸ Destaca-se o contributo do filósofo francês Paul Ricoeur para a conceptualização de 'narrativa' e do modo como esta se encontra profundamente enraizada à passagem do 'tempo', pelo que as vidas devem ser entendidas como compostas por narrativas pelas quais o tempo passa. Cf. RICOEUR, Paul – **Temps et récit. Tome I: L'intrigue et le récit historique**. Paris: Seuil, 1983; RICOEUR, Paul – **Temps et récit. Tome II: La configuration dans le récit de fiction**. Paris: Seuil, 1984; RICOEUR, Paul – **Temps et récit. Tome III: Le temps raconté**. Paris : Seuil, 1985.

objecto de estudo histórias de vida (sejam ela auto-referenciais ou hetero-referenciais), e que, para a interpretação destas ‘histórias’ os investigadores analisam as ‘narrativas’ que as constituem, sendo este processo assente em dois eixos: por um lado, a *análise de narrativas*, e por outro, a *análise narrativa* (POLKINGHORNE, 1995, p. 5-6).

Segundo Donald Polkinghorne, autor que propõe que a investigação narrativa se articule em estudos sobre *análise de narrativas* ou *análise narrativa*, afirma que a diferenciação entre ambos reside no *output* da investigação. Como tal, embora ambos assumam como objecto de estudo as histórias de vida (e as narrativas nelas contidas), se por um lado a *análise de narrativas* se debruça sobre o alcance de resultados sob a forma da identificação e quantificação de categorias e tipologias existentes nas narrativas analisadas, por outro lado, a *análise narrativa* pretende, através da análise de diferentes narrativas, dar forma à construção de uma história de vida (POLKINGHORNE, 1995, p. 5-6). Por outras palavras, por um lado, a *análise de narrativas* para entender a história de vida procura desfragmenta-la em múltiplas narrativas, identificando-as, quantificando-as e categorizando-as (com o auxílio de métodos como a Teoria Fundamentada nos Dados ou Análise Temática), procurando, pois, entender o *todo* a partir das suas *partes*. Por outro lado, a *análise narrativa*, procura, a partir da reunião, interpretação e relação de múltiplas narrativas, construir um *todo* coerente, dando origem a uma história de vida (sendo exemplos deste tipo e investigação, a construção de uma biografia ou o método de histórias de vida).

Verifica-se, deste modo, que para a (re)construção da narrativa de vida do APGF iremos recorrer a uma interpretação da informação do conjunto informacional através de uma *análise narrativa*⁴⁹. Note-se que iremos (re)construir a narrativa de vida através da interpretação das múltiplas narrativas contidas nos documentos de vida do arquivo pessoal, para que possamos, posteriormente, construir uma história de vida (hetero-referencial, por nós elaborada e relativa a Godofredo Ferreira) na qual iremos materializar e fixar sob a forma verbal escrita a nossa interpretação do modo como Godofredo Ferreira se auto-representou no seu arquivo pessoal.

Iremos de seguida explorar o modo como iremos conduzir a *análise narrativa* da narrativa de vida do APGF, momento que nos conduzirá à apresentação da abordagem auto/biográfica, por nós adoptada em associação ao método biográfico narrativo.

⁴⁹ Importa salientar que embora adoptemos a terminologia proposta por Donald Polkinghorne, o termo ‘análise narrativa’ (*narrative analysis*) é comumente empregue enquanto termo abrangente para a referência de qualquer tipo de análise de dados que assumam a forma narrativa, abarcando, por esse motivo, análises quer sob o prisma objectivo (recorrendo a métodos como a Análise de Conteúdo ou a Teoria Fundamentada nos Dados), quer subjectivo (através de interpretações subjectivas elaboradas e fundamentadas pelo investigador).

4.2. ANÁLISE NARRATIVA ATRAVÉS DO MÉTODO AUTO/BIOGRÁFICO NARRATIVO

Evidenciámos até aqui que para a (re)construção da narrativa de vida do APGF iremos recorrer ao método biográfico segundo o prisma da investigação narrativa – isto é, iremo-nos debruçar sobre a investigação biográfica narrativa – responsável por colocar um enfoque no estudo das narrativas relatadas pelo próprio sujeito biografado, entendidas como assumindo uma natureza, naturalmente, narrativa, mas também construtivista, contextual, interacionista e dinâmica (BOLÍVAR, DOMINGO, 2006, n.p).

Como vimos, no contexto da investigação biográfica narrativa, o tipo de estudo que pretendemos conduzir enquadra-se naquilo que Donald Polkinghorne designa por *análise narrativa*, correspondendo à interpretação holística de diferentes ‘narrativas’ para a construção de uma ‘história’ coerente.

Como tal, para que possamos (re)construir a narrativa de vida do APGF a *análise narrativa* debruçar-se-á sobre a interpretação das narrativas contidas em *todos* os documentos de vida que compõem o APGF, sendo esta a nossa população. Pretendemos, através da *análise narrativa*, interpretar de modo holístico as narrativas contidas nos documentos de vida do arquivo pessoal de modo a alcançar um todo coerente, isto é, de modo a alcançar a meta-narrativa do arquivo pessoal (correspondendo esta à narrativa de vida que Godofredo Ferreira fixou no conjunto informacional). Através da *análise narrativa* pretendemos, em primeiro lugar, investigar o modo como Godofredo Ferreira construiu uma narrativa de vida do seu arquivo pessoal (a sua *graphia*), e em segundo, sermos capazes de (re)construir essa mesma narrativa de vida através de um gesto que pressupõe a elaboração de uma história de vida sobre a narrativa de vida por nós analisada. Significa isto que ao (re)construirmos a narrativa de vida do APGF iremos materializar e fixar sob a forma verbal escrita a nossa interpretação (hetero-referencial) da narrativa de vida (auto-referencial) contida no APGF.

Embora o método biográfico não se caracterize por um conjunto de etapas necessárias de serem cumpridas rigidamente, é, não obstante, marcado por um conjunto de princípios que o investigador deverá respeitar, princípios estes que variam consoante a abordagem do método adoptada. Tendo em conta que recorreremos à abordagem narrativa do método biográfico, debrucemo-nos agora sobre os princípios que irão orientar a *análise narrativa* por nós conduzida face à narrativa de vida do APGF.

Em primeiro lugar, importa salientar que no contexto da investigação biográfica narrativa a informação a ser analisada (documentos de vida e/ou histórias de vida) desempenha um papel diferente do modo como a investigação quantitativa entende habitualmente o conceito de dados (*data*), centrado na identificação e quantificação de categorias existentes nos

dados analisados. Alternativamente, o método biográfico percepção as fontes de informação na qualidade de fragmentos de vida capazes de contribuir para a reconstrução da vida em análise, sendo, por esse motivo, enfatizado o valor subjectivo na interpretação da informação à qual o investigador recorre. Como tal, embora o investigador se deva encontrar familiarizado com métodos de análise de dados centrados na identificação e quantificação de categorias (como a Análise de Conteúdo, Análise Temática ou Teoria Fundamentada nos Dados), o foco do investigador deve residir na interpretação das categorias identificadas e em estabelecer relações entre estas categorias com a vida do sujeito biografado (ERBEN, 1998, p. 6; MILLER, 2008, p. 62-63; BOLÍVAR, DOMINGO, 2006, n.p.).

A valorização da interpretação (subjectiva) dos documentos de vida e/ou histórias de vida encontra-se relacionada com a capacidade de imaginação que Michael Erben considera essencial para o investigador que recorre ao método biográfico, autor que alerta, contudo, que embora a *análise narrativa* se verifique assente na reconstrução imaginativa, tal não significa que esta assuma uma natureza ficcional:

«Imagination is the vehicle the researcher employs to aid recognition of significant moments in the data, to relate these to each other and to the overall lives of the subjects under study. In other words imagination very often both fills the gaps within, and develops an architecture for, the research data. At all points, however, the researcher is required to fix imagination in empirical sources» (ERBEN, 1998, p. 11).

Deste modo, é através da reconstrução imaginativa, capaz de atribuir significado aos padrões e lacunas identificados nos documentos de vida e/ou histórias de vida analisados, que o investigador se verifica capaz de organizar um conjunto de *partes* incongruentes e fragmentadas num *todo* coerente e unificado, no decorrer do processo interpretativo da *análise narrativa*, processo este que «cannot impose just any emplotted order in the data. The final story must fit the data while at the same time bringing an order and meaningfulness that is not apparent in the data themselves» (POLKINGHORNE, 1995, p. 16).

Importa também analisar a importância da hermenêutica para o método biográfico, área da filosofia responsável pelo estudo da interpretação, para a qual a vida social é composta por conjunto de textos culturais, sendo que, ao aplicar a hermenêutica ao método biográfico, a própria vida adquire o estatuto de texto (ERBEN, 1996, p. 160).

Um conceito particularmente importante para o método biográfico que decorre da hermenêutica diz respeito ao 'círculo hermenêutico', «which describes how parts of a whole can

only be understood on the basis of an understanding of the whole, while the whole itself can only be grasped on the basis of an understanding of the parts» (WILLIG, 2014, p. 140). Verifica-se, deste modo, que a interpretação de um texto remete para a interdependência entre as partes e o todo, que, no caso da aplicação do princípio do círculo hermenêutico ao método biográfico, pressupõe a interdependência entre a narrativa (parte) e a história (todo) no decorrer da interpretação da vida biografada (isto é, do texto interpretado).

Segundo os princípios da hermenêutica, o próprio conjunto de preconceitos do investigador irão acompanhá-lo, inevitavelmente, no processo da interpretação, pelo que a objectividade da interpretação é, deste modo, colocada em causa (ERBEN, 1996, p. 162), motivo que leva Carla Willig a afirmar a seguinte provocação: «it could be argued that an interpretation tells us more about the interpreter than it does about the material that has been interpreted» (2014, p. 140).

O entendimento do investigador enquanto agente activo, não neutro, marcado pelo contexto que o circunscreve, e por isso, responsável por contaminar, subjectivamente, a interpretação dos fenómenos que observa, leva-nos a trabalhar as problemáticas exploradas pelo conceito – anteriormente abordado nesta pesquisa – de auto/biografia, agora aplicado ao método biográfico.

Como analisado anteriormente, o conceito de auto/biografia pretende revelar o modo como o acto de narrar uma vida corresponde sempre a um relato complexo, híbrido e não linear, e por isso, responsável por integrar de modo fluído os seguintes elementos, habitualmente tidos como duais: autobiografia/biografia, eu/outro, facto/ficção, passado/presente, público/privado, imediato/memória (STANLEY, 1993, p. 47-49; STANLEY, 1995, p. 85-86). Deste modo, auto/biografia procura contrariar o entendimento de uma vida como uma sucessão linear de acontecimentos, ou o entendimento da vida de um indivíduo como passível de ser plenamente entendida. Este fenómeno de excessiva simplificação do indivíduo e da sua vida é ilustrado de modo particularmente interessante através daquilo que Pierre Bourdieu denomina por ilusão biográfica:

«Essayer de comprendre une vie comme une série unique et à soi suffisante d'événements successifs sans autre lien que l'association à un «sujet» dont la constance n'est sans doute que celle d'un nom propre, est à peu près aussi absurde que d'essayer de rendre raison d'un trajet dans le métro sans prendre en compte la structure du réseau, c'est-à-dire la matrice des relations objectives entre les différentes stations» (BOURDIEU, 1986, p. 71).

Deste modo, verifica-se que narrar uma vida, seja a própria vida (auto-referencial), ou a vida de um outro indivíduo (hetero-referencial), corresponde a um gesto embebido pelas fortes tensões contextuais que marcam os sujeitos envolvidos na narração, tensões estas que assumem uma natureza fluída marcada pelos valores de intersubjectividade e de construção – não neutra – do que foi/é a experiência e a identidade da vida narrada. Importa destacar que, se por um lado, a auto-narração se verifica enquadrada por estas problemáticas, por outro, a hetero-narração adquire uma dimensão duplamente complexa: não só o investigador é responsável por narrar uma vida que não é a sua (vida esta marcada pelas problemáticas da auto/biografia), como as tensões contextuais que caracterizam a vida do próprio investigador (também esta marcada pelas problemáticas da auto/biografia) ganham expressão.

Deste modo, a hetero-narração – gesto que iremos conduzir ao (re)construir a narrativa de vida do APGF – é responsável pela intercepção da complexidade e volatilidade de duas vidas, da vida do investigador e da vida do sujeito biografado. A abordagem auto/biográfica do método biográfico pretende explorar esta exacta problemática, pelo que iremos de seguida trabalhar as especificidades deste prisma, designado por método auto/biográfico (STANLEY, 1995, p. 253; ERBEN, 1996, p. 160; PLUMMER, 2001, p. 91; ROBERTS, 2002, p. 77; WEST, 2006, n.p.; WEST, 2007, n.p.; HUGILL, 2012, p. 28).

Embora tenha sido teorizado e aplicado por diferentes campos de estudo, o método auto/biográfico é especialmente devedor dos contributos feministas, em particular de teóricos posicionados sob a alçada da sociologia feminista, responsáveis por desenvolverem importantes contributos ao nível epistemológico, bem como para a divulgação do método, numa actuação na qual a figura de Liz Stanley ocupa particular destaque. Embora o método auto/biográfico tenha sido teorizado segundo um enquadramento feminista – e por isso politizado, visando a análise da auto-representação feminina, e do modo como esta difere da masculina – o método auto/biográfico é passível de ser aplicado por qualquer investigação que se debruce sobre o estudo de uma vida e/ou de um sujeito sob a alçada das problemáticas inerentes à auto/biografia (HUGILL, 2012, p. 29).

Tal como o método biográfico, também o método auto/biográfico não se orienta segundo um conjunto de etapas rígidas a serem seguidas, mas sim, por um conjunto de princípios que devem orientar a postura e o olhar analítico do investigador, sendo que o investigador deve: (1) assumir uma abordagem anti-realista; (2) entender a vida e os sujeitos como enraizados em intertextualidade; (3) perceber a vida como condicionada pelos contextos que a delimitam; (4) assumir uma posição de reflexividade analítica (STANLEY, 1995, p. 253).

Deste modo, segundo o método auto/biográfico, o investigador deve (1) assumir uma abordagem anti-realista, responsável por dismantelar a premissa de que o biógrafo é capaz de apreender a vida do sujeito biografado tal como fora experienciada, bem como a sua identidade, estando esta crença assente no facto do biógrafo posicionar-se a si e à sua investigação de modo objectivo, posição que (teoricamente) lhe permite alcançar a verdade dos fenómenos analisados. Contrariamente, ao afirmar ser anti-realista, o método auto/biográfico considera impossível apreender a ‘verdadeira’ *bios* ou a ‘verdadeira’ *autos* do sujeito biografado. Como tal, verifica-se que o método auto/biográfico, tal como a teoria autobiográfica actual (situada na terceira geração, como vimos no Capítulo 2), ambos entendem ‘autobiografia’ «as the textual (graphing) construction of a self (auto) that actually does not exist in life (bios) in the unitary and coherent form invoked through the conventions of the genre» (MORGAN, STANLEY, 1993, p. 1).

Aliado à abordagem anti-realista, o método auto/biográfico considera que as vidas e os indivíduos são marcados por uma profunda (2) intertextualidade, factor que pressupõe que o estudo de um indivíduo segundo o método auto/biográfico assenta na análise das relações que o indivíduo em estudo estabeleceu com outros indivíduos e suas respectivas vidas. Esta perspectiva contraria a percepção da experiência biográfica enquanto processo individual, linear, cronológico e cumulativo, motivo pelo qual Liz Stanley afirma que «a single hand writes, but the self who inscribes, who is, is herself emeshed with other lives which give hers the meaning it has» (1995, p. 14). Deste modo, o método auto/biográfico, mesmo quando centrado na análise de apenas uma vida, procura entende-la, não de modo individual e linear, mas através do estudo do modo como a vida em análise estabeleceu relações com as demais vidas que marcaram o contexto do indivíduo em estudo.

A intertextualidade que caracteriza o método auto/biográfico tem repercussões nos *recursos* que são passíveis de serem analisados no estudo de uma vida, isto é, nas fontes de informação passíveis de serem recolhidas e analisadas pelo investigador que recorre a este método. Deste modo, para o método auto/biográfico, qualquer fonte de informação, independentemente do suporte ou forma, verifica-se passível de servir de *recurso*, desde que assuma uma dimensão auto-referencial, sendo estimulado o diálogo entre diferentes fontes de informação, sem que nenhuma seja privilegiada, servindo todas as fontes a função de fragmento para o entendimento da vida em análise (Bogusia Temple, 1994, p. 31 apud ROBERTS, 2002, p. 79). Deste modo, o método auto/biográfico extravasa, e incentiva, uma fuga às limitações impostas pelo recurso exclusivo à técnica da entrevista – que vimos ser o recurso tradicionalmente privilegiado pelo método biográfico – e ao papel secundário habitualmente desempenhado pelos documentos de vida e/ou histórias de vida não-solicitadas.

Além do método auto/biográfico assentar num posicionamento anti-realista por parte do investigador e de um entendimento das vidas biografadas como embebidas por intertextualidade (entre sujeitos, objectos, contextos), o método auto/biográfico é também (3) contextual, factor que já vimos defendido pela abordagem narrativa. Efectivamente, a vida biografada é contextual no sentido em que é moldada pelos contextos (políticos, culturais, religiosos, etc.) que a envolvem, e como tal, apenas entendida quando enquadrada junto desses mesmos contextos.

Por fim, associado quer à posição anti-realista do investigador, à intertextualidade e à natureza contextual das vidas biografadas, encontra-se um princípio metodológico fundamental para a aplicação do método auto/biográfico, correspondendo este à necessidade do investigador assumir uma posição reflexiva face à interpretação que efectua da vida biografada, assumindo, pois, uma (4) reflexividade analítica.

Inicialmente designada por 'autobiografia intelectual' (STANLEY, 1993, p. 44-45; STANLEY, 1995, p. 162), a reflexividade analítica do método auto/biográfico diz respeito a uma postura reflexiva por parte do investigador, sendo esta não só *descritiva* – centrada na descrição de características sociais, políticas, de classe ou género do investigador – mas *analítica*, responsável por tornar transparente ao leitor quais os dados nos quais o investigador baseia as suas interpretações, como os interpreta, quais e de que modo alcança as conclusões que afirma (STANLEY, 1999, p. 19).

«Analytical reflexivity requires us to use our minds in intellectually challenging ways, by making our analytic procedures open to others for scrutiny, and possibly also for rejection, by providing our evidences, by detailing our interpretations, and by justifying our conclusions» (STANLEY, 1999, p. 19).

Proposta por Liz Stanley, a reflexividade analítica pretende analisar a vida segundo um olhar analítico assente na metáfora do caleidoscópio, através da qual, uma mesma vida pode ser percepcionada de diferentes modos, consoante a perspectiva segundo a qual é analisada (STANLEY, 1995, p. 158). Este fenómeno é causado pelo entendimento do método auto/biográfico enquanto processo e não enquanto produto (STANLEY, 1995, p. 177). Significa isto que o método auto/biográfico não pretende alcançar um fim – a redacção e publicação dos resultados da investigação – mas accionar um processo contínuo de interpretação através da leitura dos diversos fragmentos de vida analisados. Note-se que, mesmo quando o investigador dá como terminada a sua interpretação, resultando na publicação de um artigo, de um livro, ou de uma qualquer materialização da interpretação efectuada, embora o investigador tenha

criado um 'produto' (o artigo ou o livro), a interpretação da vida iniciada pelo investigador não é dada como encerrada, sendo (re)activado o processo de interpretação da vida pelo leitor do 'produto' da investigação. Por outras palavras, após o investigador terminar a sua interpretação de uma vida, essa mesma vida continua a ser interpretada *ad aeternum*, de cada vez que um leitor interpreta as conclusões que o investigador retirou da vida analisada; num fenómeno que resulta da percepção da leitura enquanto um processo activo (STANLEY, 1995, p. 178).

Citamos agora as palavras de Sigrun Gudmundsdottir, capazes de ilustrar o modo como a interpretação de uma vida corresponde a um *processo* e não a um *produto*, tal como o método auto/biográfico obriga:

«There is no one-to-one correspondence between the reality that informants try to express and their words, or their texts. We listen to their words, and try to reconstruct their meaning in our minds, but we can never be sure about the accuracy of these transformations. In our research reports, we further develop our re-creations of their re-creations (in words) of their reality. Subsequent readers of our reports also re-create the informants' reality based on our re-creations of their re-creations - an endless hall of faulty mirrors» (GUDMUNDSDOTTIR, 1996, 303-304).

Deste modo, a presença da reflexividade analítica no método auto/biográfico, responsável por obrigar o investigador a justificar ao leitor as interpretações por ele efectuadas, pressupõe que o investigador, não só exponha e clarifique o seu pensamento analítico, mas que, ao fazê-lo, introduza o seu *eu* no texto, correspondendo ao *eu* do investigador, o *eu* auto/biográfico, sendo que «the auto/biographical I is a *seeing I*, a *seeing eye*» (STANLEY, 1995, p. 21, grifo no original).

«The auto/biographical I is an inquiring analytic sociological (...) agent who is concerned in constructing, rather than 'discovering', social reality and sociological knowledge. The use of 'I' explicitly recognises that such knowledge is contextual, situational, and specific, and that it will differ systematically according to the social location (as a gendered, raced, classed, sexualitied, person) of the particular knowledge-producer» (STANLEY, 1993, p. 49).

Verifica-se que o *eu* auto/biográfico diz respeito ao *eu* que o investigador fixa na narrativa biográfica, responsável por colocar em diálogo o *eu* auto/biográfico do investigador com o *eu* autobiográfico do sujeito biografado (ver Apêndice A, sobre as diferenças entre os termos). Embora a presença do *eu* do investigador esteja sempre presente em qualquer

investigação, independentemente da sua natureza ser biográfica ou não, a reflexividade analítica do método auto/biográfico pretende revelar de modo transparente a forma como o investigador é um sujeito activo na interpretação do sujeito biografado, responsável por dar origem a interpretações, também elas, subjectivas, e por isso, contaminadas pelo seu contexto.

Deste modo, contrário à omissão da presença e contaminação do investigador na interpretação de dados, em prol de uma alegada 'objectividade científica', a reflexibilidade analítica – materializada pela presença do *eu* auto/biográfico no texto – pretende responsabilizar o investigador das conclusões que afirma, através de um gesto imbuído de transparência, no qual explana quais os dados analisados, como foram analisados, quais as conclusões retiradas, e o porquê dessas terem sido as conclusões alcançadas (STANLEY, 1999, p. 19; HUGILL, 2012, p. 29). Além da reflexividade analítica ser um agente de responsabilização do investigador face às suas interpretações, uma vez que pressupõe uma explanação clara e transparente do processo analítico do investigador, abre espaço para uma replicabilidade da investigação, na qual, os mesmos dados, interpretados segundo o mesmo método, mas conduzido por outro investigador marcado por um contexto outro, pode replicar o estudo e comparar os resultados alcançados.

Relembramos que o nosso estudo pretende recorrer ao método biográfico através da articulação da abordagem auto/biográfica e da abordagem narrativa. É interessante de salientar que o papel desempenhado pela reflexividade do investigador no processo de interpretação é transversal em ambas as abordagens, sendo que no caso particular da abordagem narrativa é sobretudo trabalhada a reflexividade inerente ao processo de contaminação mútua (entre biógrafo e biografado) que ocorre durante a entrevista. Deste modo, verifica-se transversal à abordagem auto/biográfica e à abordagem narrativa o facto de o investigador assumir um papel activo, desempenhando, ele próprio, o papel de narrador, dando origem a uma co-narração – entre a narração do investigador e a narração do sujeito biografado – motivo pelo qual o investigador desempenha o duplo papel de investigador e de objecto de investigação:

«As narrators, then, researchers develop meaning out of, and some sense of order in, the material they studied; they develop their own voice(s) as they construct others' voices and realities; they narrate "results" in ways that are both enabled and constrained by the social resources and circumstances embedded in their disciplines, cultures, and historical moments; and they write or perform their work for particular audiences» (CHASE, 2005, p. 657).

«Biographers just like autobiographers are writers, albeit writers bound by a perceived duty to produce some kind of factually-located account. They too select, omit, invent a narrative form, direct the reader's interpretation of the subject, interpret, conclude. Biography is not the representation but the re-making, not the reconstruction but the construction, in written form of a life» (STANLEY, 1995, p. 135).

Verifica-se deste modo que o investigador, enquanto indivíduo que pretende realizar a biografia de um outro indivíduo, assume a dimensão, não de biógrafo, mas alternativamente, de auto/biógrafo, verificando-se incapaz de separar a sua *autos* da *bios* investigada (ALDRIDGE, 1993, p. 57; ROBERTS, 2002, p. 85-86).

Ao posicionar a abordagem auto/biográfica em conjugação com a aplicação do método biográfico sob o prisma da investigação narrativa, adoptamos um palimpsesto de influências teórico-metodológicas às quais o sociólogo Linden West designa por investigação auto/biográfica narrativa (WEST, 2016, n.p.). Por seu turno, ao enquadrarmos o nosso estudo segundo uma investigação auto/biográfica narrativa, encontramos-nos a revelar a postura de *bricoleur* que o investigador qualitativo assume, capaz de reunir, combinar, e de se deixar contaminar, por um conjunto variado e complexo de abordagens metodológicas e teóricas capazes de responder às necessidades do seu estudo, dando forma à construção de uma *bricolage* como referencial teórico-metodológico da investigação (DENZIN, LINCOLN, 2005, p. 4-6). Verifica-se, deste modo, que a *bricolage* adoptada no nosso estudo assume a forma de uma investigação auto/biográfica narrativa, que se posiciona no pólo subjectivo do método biográfico, sendo este, por sua vez, enquadrado sobre o paradigma construtivista.

A esta *bricolage* adicionamos ainda um último elemento com o intuito de orientar a nossa interpretação da narrativa de vida do APGF, servindo de instrumento na *análise narrativa* a ser conduzida no próximo capítulo, referimo-nos a um conjunto de 24 estratégias para a leitura de narrativas de vida proposto por Sidonie Smith e Julia Watson (2010, p. 235-251), encontrando-se em anexo uma síntese por nós elaborada deste instrumento (ver Anexo A). Embora nem todas as 24 estratégias sejam aplicáveis às especificidades da narrativa de vida do APGF, estas servirão de guia para a interpretação do conjunto informacional no decorrer da (re)construção da narrativa de vida nele contida, possibilitando o suscitar de questões, eventuais padrões e lacunas⁵⁰.

⁵⁰ Referimo-nos aqui ao processo da *análise narrativa* dos documentos de vida que compõem o APGF.

4.3. JUSTIFICAÇÃO DO MÉTODO, VANTAGENS E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A nossa opção em recorrer ao método auto/biográfico narrativo para a (re)construção da narrativa de vida do APGF surge do facto de este ser um método que se rege, em primeiro lugar, pelo estudo do indivíduo enquadrado num contexto social (método biográfico), em segundo lugar, por privilegiar o papel estrutural e estruturante da ‘narrativa’ para a vida social (abordagem narrativa), e em terceiro lugar, por evidenciar o valor de *construção* da vida narrada, quer a vida narrada pelo sujeito biografado, quer da vida narrada pelo investigador sobre o sujeito biografado, através de uma co-narração, na qual o investigador, simultaneamente, contamina e se deixa contaminar pela vida biografada (abordagem auto/biográfica).

Uma vez que desenvolvemos um quadro teórico capaz de justificar o modo como os arquivos pessoais são detentores de narrativas de vida (Capítulo 3), narrativas de vida estas que se caracterizam pelo seu valor de *construção*, embebidas pela subjectividade do seu narrador (Capítulo 2), o método que seleccionaríamos para a (re)construção da narrativa de vida do APGF teria, necessariamente, de assentar segundo uma abordagem, também ela, subjectiva. Motivo pelo qual optámos por uma fuga às abordagens realista ou neo-positivista do método biográfico que contrariariam tal pressuposto, uma vez que assentam num entendimento ‘objectivo’ da realidade, contrariamente às abordagens auto/biográfica e narrativa, responsáveis por entender a realidade como ‘subjectiva’, não sendo esta passível de ser entendida totalmente, mas sim, analisada através da fluidez das múltiplas verdades nela existentes, verdades estas construídas e formuladas de acordo com a perspectiva com que é analisada (relativismo).

Ainda no processo de selecção de qual o método a optar para a (re)construção da narrativa de vida do APGF, importa referir que equacionámos recorrer ao método das histórias de vida ou ao método do estudo de caso, contudo, excluímos a possibilidade de recorrer a estes métodos pelo facto de ser transversal a ambos a necessidade do fenómeno investigado ser contemporâneo do investigador. Pois, se por um lado o método de histórias de vida – que corresponde a um dos ramos metodológicos que se desenvolveram a partir do método biográfico – requer a necessidade de conduzir uma entrevista em profundidade ao sujeito biografado (FIELDING, 2006, p. 159-160), por outro, o estudo de caso, «investigates a contemporary phenomenon in depth and within its real-life context, especially when the boundaries between phenomenon and context are not clearly evident» (YIN, 2009, p. 18). Uma vez que Godofredo Ferreira, produtor-narrador da narrativa de vida que pretendemos (re)construir, faleceu em 1981, a contemporaneidade do fenómeno que nos encontramos a estudar não se verifica, pelo que a aplicação, quer do método das histórias de vida, quer do estudo de caso, se torna inviabilizado.

Por fim, ao optarmos pelo recurso ao método auto/biográfico narrativo, tratando-se este de um método que assenta numa análise de dados que privilegia a subjectividade do investigador, evidenciando e responsabilizando-o das interpretações (subjectivas) que efectua do fenómeno em análise, a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira irá assentar, necessariamente, numa interpretação subjectiva, pelo que a objectividade do estudo será colocada em causa; sendo esta uma característica do método auto/biográfico narrativo, bem como do paradigma construtivista no qual nos posicionamos, focado em questões ligadas ao relativismo e à subjectividade, em detrimento do realismo e objectividade que caracterizam os paradigmas positivistas (GUBA, LINCOLN, 2005, p. 195).

CAPÍTULO 5:

(RE)CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE VIDA DO ARQUIVO PESSOAL GODOFREDO FERREIRA

Para a (re)construção da narrativa de vida do APGF iremos articular o presente capítulo assente na estrutura resultados/discussão. Caberá aos resultados a apresentação, por um lado, da *bios* de Godofredo Ferreira, sem que esta pretenda ser uma análise compreensiva, e por outro, das especificidades do conjunto informacional APGF. Será com base nos resultados apresentados que iremos analisar de que modo Godofredo Ferreira se auto-representou no seu arquivo pessoal, e através da análise da sua *graphia*, (re)reconstuir a narrativa de vida nele contida. A importância de conhecer a *bios* do produtor-narrador para o estudo da *graphia* do arquivo pessoal prende-se com o facto de que, para a (re)construção da narrativa de vida do APGF importa que conheçamos, previamente, quais os papéis sociais desempenhados por Godofredo Ferreira, pois só desse modo nos será possível identificar padrões, relações, lacunas e eventuais omissões na auto-representação contida no conjunto informacional.

5.1. RESULTADOS

Para a apreensão de elementos da *bios* de Godofredo Ferreira procurámos elaborar uma cronologia da sua vida (ver Apêndice D), construída a partir da consulta de diversas fontes de informação nas quais pudemos recolher dados biográficos sobre o produtor-narrador: publicações referentes à vida e obra de Godofredo Ferreira; o próprio APGF, no qual constam dados sobre a vida e percurso profissional de Godofredo Ferreira, enquanto funcionário dos CTT e enquanto investigador da história das comunicações em Portugal; entre outras fontes de informação capazes de ilustrar alguns marcos da vida em análise existentes no Arquivo Histórico e Biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações (daqui em diante FPC) (CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL, s.d.; CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL, 1986, p. 15-38; CURRICULUM VITAE DE AMÁLIA DUARTE DOS SANTOS FERREIRA, s.d.; FERREIRA, 1958a; FERREIRA, 1958b; FERREIRA, s.d.; ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS, 2011, n.p.; FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES, 2010, p. 68-71; MADRUGADA, 2002; TEIXEIRA, 2010, n.p.).

Uma vez que os resultados reunidos na presente dissertação decorreram da análise do património arquivístico e biblioteconómico da FPC⁵¹, importa salientar que esta Fundação foi criada na sequência da cisão, em 1990, da empresa CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, a partir da qual foram criadas as empresas Portugal Telecom (actual Altice Portugal) e dos CTT – Correios de Portugal. Com o objectivo de gerir de modo holístico o património destas empresas, a FPC foi fundada em 1997, contando como instituidores iniciais a Portugal Telecom e os CTT, aos quais o ICP – Instituto das Comunicações de Portugal (actual ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações) se juntou posteriormente (FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES, 2016).

A partir da elaboração da cronologia de vida de Godofredo Ferreira (Apêndice D) foi-nos possível recolher dados relativos à *bios* do produtor-narrador, enquanto funcionário dos CTT e enquanto investigador da história desta empresa, e associada a esta, enquanto investigador da história das comunicações em Portugal, verificando-se escassos os dados recolhidos relativos à sua vida íntima, motivo que se prende com o facto de a recolha de informação se ter circunscrito àquela existente na FPC. Embora os dados biográficos recolhidos se encontrem na cronologia em apêndice, iremos de seguida articular estes mesmos dados, sucintamente, sob a forma narrativa.

Godofredo Ferreira nasce em Lisboa no ano de 1886, na mesma cidade na qual morre, em 1981, aos 95 anos de idade. Estudou na Real Casa Pia de Lisboa entre 1896 e 1898, e no Seminário Patriarcal de Lisboa entre 1901 e 1903. Casa com D. Maria Rita da Cássia de Oliveira Santos, em 1912, com a qual teve uma filha, Amália Duarte dos Santos Ferreira. Ao longo da sua vida, Godofredo Ferreira estabeleceu-se sócio de múltiplas associações, na sua maioria ligadas à temática das comunicações (Associação de Classe do Pessoal Maior dos CTT, Academia Iberoamericana y Filipina de Historia Postal, Clube Filatélico de Portugal) mas também de natureza ideológica (Lisabona Esperantista Grupo, Maçonaria), ligadas à defesa do património (Grupo Amigos de Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses de Lisboa) e desportivas (Casa Pia Atlético Club).

⁵¹ O Arquivo Histórico e Biblioteca da FPC é responsável pela salvaguarda, organização e difusão do património arquivístico e biblioteconómico decorrentes das actividades das empresas instituidoras da FPC, actualmente designadas por CTT – Correios de Portugal, Altice Portugal e ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, dos quais destacamos os fundos arquivísticos custodiados pela FPC: Correio Geral (1798-1880); Direcção Geral dos Relégrafos e Faróis do Reino (1869-1880); Direcção Geral dos Correios e Telégrafos (1880-1911); Administração Geral dos Correios (1911-1970); Correios e Telecomunicações de Portugal (1970-1992); Companhia Portuguesa Rádio Marconi (1872-2002); The Anglo-Portuguese Telephone Company (1887-1967); Caixa de Auxílio dos Empregados Telégrafo-Postais (1904-1957); Telefones de Lisboa e Porto (1968-1990); Fundação Portuguesa das Comunicações (1997-presente); bem como de diversas colecções e arquivos pessoais, dos quais consta o APGF em estudo na presente pesquisa.

A carreira de Godofredo Ferreira inicia em 1904, ano em que termina o curso de Telegrafia Elementar da Escola de Telégrafos de Lisboa, e em que entra, com 18 anos de idade, como praticante provisório para os Correios⁵² (mais tarde designada por CTT, designação por nós adoptada daqui em diante) entrando oficialmente para este serviço no ano de 1905. Entre 1906 e 1909 frequenta o curso de Telégrafos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, e em 1914 conclui o curso de Bibliotecário-Arquivista da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. Será nos CTT que dedicará a sua vida, enquanto funcionário e enquanto investigador da sua história, empresa indissociável da história das comunicações em Portugal.

Enquanto funcionário dos CTT, entre 1905 e 1956, Godofredo Ferreira desempenhou funções várias, passando pela Direcção dos Serviços Técnicos (1911-1918), pela Direcção dos Serviços Electrotécnicos (1918-1933), pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos (1933-1934), pela Direcção de Serviços da Secretaria e Pessoal (1934-1939), passando os últimos anos enquanto funcionário dos CTT na Direcção dos Serviços Administrativos (1939-1956), período no qual se destaca, entre os contributos de Godofredo Ferreira junto desta Direcção, a criação e direcção do 'Arquivo de Reservados' (mais tarde designado por 'Arquivo Histórico', designação que iremos adoptar daqui em diante) e o 'Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT' (daqui em diante referido apenas por 'Gabinete'), ambos dependentes da Biblioteca da Administração Geral dos CTT, correspondendo ambos a elementos que serviram de base para a posterior constituição do Centro de Documentação dos CTT, criado em 1973, e decorrente deste, também para a constituição do actual Arquivo Histórico e Biblioteca da FPC, que o assimilou (VARÃO, 2008, p. 84-86; FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES 2010, p. 69).

Em 1956 Godofredo Ferreira é afastado do serviço nos CTT por limite de idade, aos 70 anos. Mesmo depois de aposentado, mantém-se em contacto com a empresa, mas agora exclusivamente enquanto investigador da história da empresa, fenómeno possível pela decisão de Luís de Albuquerque Couto dos Santos, Administrador Geral dos CTT, em ceder uma sala da Biblioteca desta Administração Geral a Godofredo Ferreira, para que nela o ex-funcionário desse continuidade, voluntariamente, ao 'Gabinete' e ao 'Arquivo Histórico', fazendo-se servir dos funcionários da Biblioteca para colaborarem com a elaboração das suas tarefas (CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL, s.d.).

⁵² Comumente designada por 'Correios' aquando da admissão de Godofredo Ferreira, este entra para a então designada Direcção Geral dos Correios e Telégrafos (em vigor entre 1880 e 1911), tendo por isso acompanhado a transição desta Direcção Geral para a Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones (activa entre 1911 e 1970), a partir da qual esta empresa adquiriu a denominação de 'CTT', designação que se estabeleceu com a designação CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal (1970-1992) e a actual designação, CTT – Correios de Portugal.

Transversal e paralelamente às funções desempenhadas por Godofredo Ferreira nos CTT, verifica-se o modo como este sempre se manteve ligado à vertente cultural da empresa, tendo estado envolvido: (1) na organização e execução de exposições (1.ª Exposição Filatélica Portuguesa, em 1935, na 1.ª Exposição Filatélica do Porto, em 1944, e na Exposição Filatélica Internacional de Lisboa em 1950); (2) no estímulo à divulgação e investigação da actuação dos CTT (suscita, em 1934, Couto dos Santos à criação do Museu dos CTT, ocupa as funções de chefe-redactor do *Guia Oficial dos CTT* em 1941, cria o ‘Arquivo Histórico’ e o ‘Gabinete’, em 1950); (3) e por fim, na adesão e profundo envolvimento junto de associações ligadas à temática das comunicações (foi co-fundador da *Academia Iberoamericana y Filipina de Historia Postal* em 1930, membro do *Bureau d’Échanges Philatéliques* desde 1947, sócio honorário do Clube Filatélico do Porto desde 1953, e do Clube Filatélico de Portugal desde 1956).

Embora Godofredo Ferreira tenha conduzido um percurso profissional que o levou à aquisição de vários louvores pela colaboração com os CTT, é no âmbito de investigador da história deste empresa e, por associação, da história das comunicações em Portugal – actividade desempenhada em paralelo à de funcionário dos CTT, que continua depois de aposentado – que Godofredo Ferreira se tornou numa figura de destaque na área da história das comunicações em Portugal e da história empresarial dos CTT, de tal modo que, desde 1989, a Federação Portuguesa de Filatelia atribui anualmente o prémio “Godofredo Ferreira” a «uma obra unitária, dedicada à Filatelia em geral ou a uma ou mais das suas disciplinas, sob a forma de estudo, manual ou monografia» (FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FILATELIA, s.d., p. 1 PEREIRA, 2018). Por seu turno, o impacto de Godofredo Ferreira na área cultural dos CTT levou o Museu das Comunicações, dependente da FPC, a, no ano de 1999, ter criado uma mascote chamada “Godofredo” em sua homenagem (FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES, 1999, p. 30).

Através da elaboração da cronologia de vida de Godofredo Ferreira (Apêndice D) verificámos que este foi um indivíduo que contribuiu para a elaboração de mais de uma centena de publicações, num total de 105 publicações que assumiram a forma de 39 monografias⁵³ e de 66 publicações periódicas (das quais, 54 foram publicadas no *Guia Oficial dos CTT*, do qual, relembramos, Godofredo Ferreira foi chefe-redactor desde 1941).

Verifica-se que a esmagadora maioria das publicações de Godofredo Ferreira dizem respeito à história das comunicações em Portugal, com excepção às obras iniciais, debruçadas sobre história local: *D. Gil Sanches: subsídios para a monografia da Vila de Sarzedas* (1919), *Família de Sarzedas: subsídios para a história desta vila* (1921), *Mariana Alcoforado morreu há*

⁵³ Não contabilizámos obras reeditadas ou originais não publicados que se encontram no APGF.

200 anos: 1723-1923 (1923) e *Soror Mariana Alcoforado no teatro (1927)*. Com a publicação, em 1923, da obra *Bibliografia histórica dos Correios: ligeiros subsídios*, Godofredo Ferreira inicia uma produção de obras históricas debruçadas sobre um intenso e exponencial estudo da história das comunicações em Portugal, com particular destaque para o estudo dos CTT. Godofredo Ferreira afasta-se do estudo do tópico da história das comunicações apenas em 1950 e 1955, por ocasião da publicação de obras referentes à Biblioteca da Administração Geral dos CTT, pelo que, embora o assunto destas publicações não diga respeito às comunicações *per se*, encontram-se indirectamente ligadas a este tópico de investigação, uma vez que decorrem da actividade da Biblioteca da Administração Geral dos CTT, e da actuação de Godofredo Ferreira enquanto Director desse serviço.

Ainda sobre a actividade de investigador, ao contabilizar o número de obras que Godofredo Ferreira publicou por ano (ver Apêndice E), verifica-se que foi entre os anos de 1942 e 1971 que se assistiu a um ritmo constante na publicação de novas obras. Embora a um ritmo constante, sem que tenham ocorrido longos períodos sem novas publicações, verifica-se que o ritmo de publicação foi irregular, na medida em que se assiste aos anos de 1949 e 1963, como particularmente prolíferos (constando, respectivamente, com 12 e 11 novas publicações), e dos anos 1944, 1950 e 1970, nos quais não foi publicada qualquer obra.

Após estabelecidos os dados biográficos que fomos capazes de reunir e aqui apresentar, importa que nos debrucemos agora sobre a informação contida no APGF, descrevendo a natureza e características do conjunto informacional, para que possamos, posteriormente, discutir quais os padrões, relações e/ou omissões identificadas através do diálogo entre a *bios* de Godofredo Ferreira e a *graphia* que este fixou no seu arquivo pessoal. Importa relembrar que os dados biográficos que compõem a cronologia de vida (Apêndice D) não pretendem fornecer um percurso exaustivo daquilo que foi a vida e obra de Godofredo Ferreira, mas apenas identificar alguns dos papéis sociais desempenhados em vida pelo indivíduo, para que possamos identificar de que modo esses mesmos papéis sociais se encontram representados (ou ocultados) no APGF.

O APGF é composto por informação produzida entre 1917 e 1977, fixa exclusivamente em suporte de papel e marcadamente associada ao tema da história das comunicações em Portugal. Uma vez que a informação que compõe o arquivo pessoal diz respeito, na sua esmagadora maioria, a documentos oficiais (originais e cópias) produzidos pelos CTT e por outras entidades, estes apresentam apenas a data de produção do documento oficial em causa, constando raramente a data do momento em que foi produzida a cópia desse mesmo documento, ou recolhido o original. Por esse motivo, só nos foi possível delimitar o período durante o qual Godofredo Ferreira produziu o seu arquivo pessoal com base na correspondência

peçoal e oficial existente no conjunto informacional por ele recebida. Deste modo, embora saibamos que entre 1917 e 1977 Godofredo Ferreira reuniu e geriu a informação do seu arquivo peçoal, uma vez que estas são as datas extremas do APGF – o que se traduz num arquivo peçoal que fora produzido entre os 31 e o 91 anos do seu produtor-narrador – o período de produção pode (e muito provavelmente) extravasar as datas extremas identificadas.

O APGF é composto pela seguinte informação: obras originais não publicadas não publicadas; livros compostos por documentos oficiais (cópias e originais) organizados temática e cronologicamente pelo próprio Godofredo Ferreira, responsável também por os encadernar; documentos avulsos que não chegaram a ser encadernados, encontrando-se, contudo, organizados segundo uma lógica temática e acondicionados em pastas; livros compostos por correspondência referente às datas de 1917 a 1972, sobretudo recebida por Godofredo Ferreira, e por ele organizada cronologicamente.

Transversal a todo o conjunto informacional encontra-se o tópicos da história das comunicações em Portugal, inclusive na correspondência existente no arquivo peçoal, que, contudo, corresponde ao único elemento do conjunto informacional capaz de extravasar a esfera pública da figura de Godofredo Ferreira, entrando na esfera privada ao enquadrar informações sobre Godofredo Ferreira enquanto pai, marido, colega de trabalho e amigo.

Importa referir que a organização da informação que o APGF apresenta foi atribuída pelo próprio produtor-narrador, responsável por reunir, ordenar, encadernar, atribuir títulos, elaborar notas introdutórias e sumários dos conteúdos do seu arquivo peçoal, tendo em conta que, independentemente de em formato livro ou avulsa, a informação do APGF encontra-se permeada por vestígios que remetem para a autoria de Godofredo Ferreira através da presença de suas assinaturas e rubricas, bem como do carimbo “Godofredo Ferreira Chefe de Repartição”, mas também pelos carimbos “Arquivo Histórico” e “Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT”.

Verifica-se, deste modo, que a informação do APGF encontra-se embebida por vestígios da relação que Godofredo Ferreira estabeleceu ao longo da vida, e em diferentes níveis, com os CTT, o que suscita a importância de estudar a proveniência deste conjunto informacional, que até agora não havia sido concretizado. Decorrente da nossa análise, concluímos que a proveniência do APGF encontra-se profundamente associada, em primeiro lugar, ao incentivo e valorização por parte da Administração Geral dos CTT dos contributos de Godofredo Ferreira enquanto investigador da história desta empresa, e, associada a esta, da história das comunicações em Portugal, e em segundo lugar, à forte ligação de Godofredo Ferreira com a Biblioteca desta Administração Geral, tendo feito parte da sua direção (1939-1956), período durante o qual, como vimos, fundou e dirigiu o ‘Arquivo Histórico’ e o ‘Gabinete’ até à data da

sua aposentação, aos 70 anos de idade, momento em que é a sua filha, Amália Ferreira, a assumir o cargo.

Conseguimos verificar que a informação que compõe actualmente o APGF resulta dos esforços de Godofredo Ferreira, durante o seu período de aposentação, em reunir e organizar informação no ‘Gabinete’ que havia recolhido ao longo da sua vida, quer em serviço para os CTT, quer a título pessoal. Relembramos que em 1956, Couto dos Santos cede uma sala da Biblioteca da Administração Geral dos CTT a Godofredo Ferreira, para que nela integrasse o seu ‘Gabinete’ e desenvolvesse o ‘Arquivo Histórico’, para que pudesse, após a sua aposentação, continuar as suas investigações sobre a história dos CTT, fazendo-se auxiliar dos funcionários desta Biblioteca (CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL, s.d.). É nesta sala, na qual Godofredo Ferreira instala o ‘Gabinete’, que remonta a génese do actual APGF.

«Chegando a esta altura – quase 72 anos de idade – em que me não é lícito esperar ainda muitos mais anos de existência, e em que a falta de saúde e a incerteza do tempo de que disporei, me não permitem fazer projectos, resolvi, para que se não perca o trabalho de tantos anos, ordenar, catalogar e encadernar em volumes toda a papelada que possuo, e que, depois de organizada, entra na Biblioteca dos CTT» (FERREIRA, 1958a, n.p.).

Dois anos após se ter aposentado, Godofredo Ferreira escreve uma carta a Couto dos Santos na qual comunica quais as tarefas que veio a desenvolver até então na sala que lhe foi cedida. Nesta carta, Godofredo Ferreira revela que além de ter instalado o ‘Gabinete’, afirma que integrou neste a sua «coleção pessoal», composta por «cópias de documentos antigos, relativos a correios», com o objectivo de ampliar o conjunto de «documentos da mesma natureza que nos últimos anos fui autorizado a mandar copiar por conta da A.[dministração] G.[eral dos CTT], e se guardavam em pastas na nossa Biblioteca» (FERREIRA, 1958b).

A indicação da presença de documentação que havia sido recolhida por Godofredo Ferreira em serviço para os CTT e guardada em pastas na Biblioteca desta empresa, aliada ao facto de a documentação avulsa (organizada tematicamente em pastas) que se encontra actualmente no APGF ser a única que apresenta o carimbo “Arquivo Histórico”⁵⁴, leva-nos a crer que esta corresponde à informação a que Godofredo Ferreira se reporta, recolhida pelo próprio em serviço para os CTT. Por seu turno, consideramos que, dada a presença do carimbo “Arquivo Histórico” presente na informação avulsa do APGF assumir uma tipografia típica da estética do

⁵⁴ Relembramos que ‘Arquivo Histórico’ corresponde à designação adoptada para o originalmente ‘Arquivo de Reservados’, à dependência da Biblioteca da Administração Geral dos CTT.

século XX, sugere-nos que este carimbo data do período em que Godofredo Ferreira recolheu esta informação e a entregou à Biblioteca da Administração Geral dos CTT, levam-nos a crer que a informação avulsa do APGF corresponde, não só a informação que Godofredo Ferreira recolheu em serviço para os CTT, como, quando entregue à Biblioteca desta empresa, esta fora enquadrada no 'Arquivo Histórico' da Biblioteca da Administração Geral dos CTT.

Verifica-se, deste modo, que o APGF resulta (1) da informação que fora recolhida em serviço por Godofredo Ferreira, e que foi posteriormente entregue à Biblioteca da Administração Geral dos CTT e enquadrada no seu Arquivo Histórico, mas também pela (2) colecção pessoal de Godofredo Ferreira, composta por cópias de documentos oficiais associada aos CTT, e, finalmente, (3) pelos livros que Godofredo Ferreira foi organizando, encadernando e doando a esta Biblioteca e inseridos no seu 'Gabinete' durante o período da sua aposentação.

Por conseguinte, verifica-se que o APGF foi produzido nas instalações dos CTT, sem nunca o APGF ter saído da tutela desta empresa, mesmo após a morte de Godofredo Ferreira, uma vez que, à medida que Godofredo Ferreira organizava a sua «papelada» e a doava à Biblioteca dos CTT (FERREIRA, 1958a, n.p.), gradualmente, esta empresa foi acumulando um conjunto informacional da sua autoria, e que, postumamente, foram reunidos física e intelectualmente sob a designação inicial de 'Espólio Godofredo Ferreira', tendo sido recentemente renomeado para 'Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira', dado o termo 'espólio' estar actualmente a cair em desuso, tal como vimos no Capítulo 1 desta dissertação. Embora o APGF nunca tenha abandonado os CTT, a sua tutela viu-se alterada em 1997, aquando da criação da FPC⁵⁵, responsável pela salvaguarda do património legado pelos CTT.

Estamos, pois, perante um arquivo pessoal cuja produção resulta, em primeira instância, da actividade de Godofredo Ferreira – ao reunir, organizar, encadernar e doar à Biblioteca da Administração Geral dos CTT informação da sua autoria – mas também da acção de terceiros, os funcionários responsáveis pelo legado da Biblioteca da Administração Geral dos CTT, em optar por reunir física e intelectualmente a informação que compõe o actual APGF como um todo, como um 'arquivo pessoal', após a morte do seu produtor(-narrador).

⁵⁵ Relembramos que a FPC foi criada na sequência da cisão, em 1990, da empresa CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, tendo sido fundada em 1997 contando com as empresas instituidoras CTT – Correios de Portugal, Portugal Telecom (actual Altice Portugal) e ICP (actual ANACOM).

5.2. DISCUSSÃO

Após apresentados os resultados da presente investigação através da elaboração da cronologia de vida de Godofredo Ferreira (Apêndice D) e da apresentação sob a forma narrativa da mesma, bem como da apresentação do APGF ao nível da proveniência e da natureza da informação que este encerra, importa agora interpretar tais resultados em busca da resposta à pergunta de partida da presente dissertação: *de que modo Godofredo Ferreira se auto-representou no seu arquivo pessoal?* Para tal, iremos recorrer às “24 Estratégias para a leitura de narrativas de vida” propostas por Sidonie Smith e Julia Watson (ver Anexo A), através das quais iremos analisar a auto-representação presente no APGF, para que possamos, posteriormente, criar uma narrativa biográfica sobre Godofredo Ferreira capaz de dar forma a uma narrativa unificada e coerente (meta-narrativa), isto é, para que possamos (re)construir a narrativa de vida do APGF, resultado da nossa interpretação (hetero-referencial) da narrativa de vida (auto-referencial) que o produtor-narrador fixou no conjunto informacional.

Sugerimos que a leitura da presente discussão se faça acompanhar pela leitura também do Anexo A, que corresponde à síntese das “24 Estratégias” sugeridas pelas autoras acima indicadas, estratégias estas desenvolvidas para auxiliar a análise de narrativas de vida, estando estas articuladas em 24 tópicos de reflexão. Através da análise das narrativas contidas nos documentos de vida do APGF, iremos de seguida verificar quais, e de que modo, as 24 estratégias se reflectem na narrativa de vida do APGF. Iremos identificar o número correspondente (1-24) de cada estratégia aquando da sua análise, numeração esta que tem correspondência no Anexo A.

Não iremos trabalhar as estratégias *autographics* (6) e *vidas online* (18), dado o facto de ambas não se aplicarem à narrativa de vida em análise, dizendo respeito, respectivamente, a narrativas de vida fixas em banda desenhada, e em suporte digital. De igual modo, também não iremos trabalhar *trauma e escrita terapêutica* (23) uma vez que não se aplica à narrativa de vida contida no APGF. Paralelamente ao Anexo A, recomendamos também que a leitura das próximas páginas se faça acompanhar pelo Apêndice A, no qual se encontram as definições de importantes conceitos operatórios por nós empregues ao longo desta dissertação.

Ao analisar a informação contida no APGF – fixa nas narrativas contidas nos documentos de vida que compõem o conjunto informacional – verifica-se que Godofredo Ferreira se mostra consciente do pioneirismo do seu contributo para a história dos CTT, embora sejam escassas as referências à autoria de Godofredo Ferreira sobre as 105 publicações que vimos ter publicado em vida sobre o tema. Contrariamente, o reconhecimento de Godofredo Ferreira face ao seu próprio contributo para a constituição da história dos CTT é expresso através da informação que

compõe o arquivo pessoal, tendo esta sido recolhida e organizada por Godofredo Ferreira e composta por fontes primárias para futuras investigações sobre o tema, nomeadamente, documentos oficiais (originais e cópias), recortes de jornal, dados biográficos, genealógicos e sobre o percurso de funcionários dos CTT na empresa:

«É claro que não me cega a vaidade a ponto de supor que tudo que deixo enumerado⁵⁶ poderá por alguém ser julgado obra de grande projecção. De maneira nenhuma. Nada mais do que simples colectânea de notas referentes a um longo período de vida dos correios portugueses, que poderão facultar elementos de informação a quem se queira documentar sobre a História dos Correios⁵⁷ em Portugal» (FERREIRA, 1958a).

Verifica-se, deste modo, que a construção do APGF decorre de um acto no qual Godofredo Ferreira adquire *agência* (1), pois ao contribuir, conscientemente, para a elaboração da história dos CTT – através da recolha de fontes de informação que futuros investigadores pudessem consultar futuramente e, a partir destas, desenvolver a história desta empresa, e por associação, desenvolver a história das comunicações em Portugal – Godofredo Ferreira envolve-se activamente com a história da empresa da qual foi funcionário, actuando como «crónista-mór dos C.T.T.», ou simplesmente «cronista», como foi conhecido pelos seus colegas (MONTEIRO, s.d.; FERREIRA, 1958a), e, como tal, posiciona-se numa posição privilegiada para que, simultaneamente, possa efectuar um processo de memorização dos CTT, mas também de si próprio.

Este processo de memorização encontra-se patente no gesto autoral inerente às marcas visuais que acompanham a informação que compõe o APGF, capazes de apresentar Godofredo Ferreira enquanto entidade responsável pelo conjunto informacional: carimbos “Godofredo

⁵⁶ Reporta para os elementos que constituíam, em 1958, o ‘Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT’, elementos que posteriormente foram transformados naquilo que compõe actualmente o APGF.

⁵⁷ Importa referir que ao Godofredo Ferreira se referir à «história dos Correios em Portugal», o produtor-narrador refere-se à acção desempenhada pelos Correios enquanto empresa (que assumiu a designação de Correios até 1911, desde então, CTT), acção esta que se debruçou sobre o desenvolvimento dos sistemas de comunicação em Portugal, como o correio, telégrafo, telefone, cabos submarinos, etc. Actualmente a história do desenvolvimento destes sistemas de comunicações é comumente designado por ‘história das comunicações’ para um entendimento mais amplo deste tópico, enquanto que a expressão ‘história dos Correios’ utilizada por Godofredo Ferreira é passível de induzir o leitor em erro, ao assumir que se encontra circunscrito o estudo exclusivo do correio (e por isso excluídos os demais sistemas). Importa, contudo, clarificar que a exploração e desenvolvimento dos correios e das telecomunicações em Portugal encontravam-se à guarda da mesma empresa até 1992, aquando da já referida nesta pesquisa cisão da empresa CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal. Por este motivo, ao Godofredo se referir à «história dos Correios em Portugal» encontra-se a abordar história dos Correios/CTT para o estudo das comunicações em Portugal.

Ferreira Chefe de Repartição”; assinaturas e rúbricas do produtor-narrador; notas introdutórias aos seus livros originais não publicados e na existência de correspondência na qual Godofredo Ferreira apresenta o processo, intenção e valor da informação do conjunto informacional. Ao Godofredo Ferreira mostrar-se ao ‘outro’ de modo evidente como autor do APGF, verifica-se que, ao construir o conjunto informacional, Godofredo Ferreira se encontrava consciente de que para projectar a memória de si, dos seus contributos para os CTT e, em concreto, para se estabelecer como produtor do conjunto informacional APGF, Godofredo Ferreira necessitava de deixar vestígios de si na informação que compõe o conjunto informacional.

Importa reflectir sobre a *autoridade e autenticidade* (3) presentes na narrativa de vida contida no APGF. Por um lado, este é um arquivo pessoal que apresenta o elemento ‘autoridade’ na medida em que Godofredo Ferreira, ao se posicionar enquanto funcionário dos CTT responsável por documentar a história desta empresa, coloca-se numa posição que o apropria de credibilidade face à história narrada. Por seu turno, a narrativa de vida do APGF é marcada pelo elemento de ‘autenticidade’ ao conter documentos oficiais produzidos por diferentes instituições ligadas às comunicações em Portugal, com particular destaque para aqueles produzidos no decorrer das actividades dos CTT, contando com rubricas do próprio Godofredo Ferreira, enquanto Chefe de Repartição, e de outras figuras ligadas à empresa, nomeadamente, por figuras de destaque como Couto dos Santos, Administrador Geral dos CTT entre 1933-1965. A ‘autenticidade’ inerente ao APGF assenta no facto de a informação que este encerra se fixar em elementos que procuram ser testemunhais, isto é, *provas* (11), uma vez que compreende, como referimos, documentos oficiais, recortes de jornais, entre outros elementos que pretendem servir de testemunho objectivo de acontecimentos, alegadamente autênticos e neutros, para que, a partir destes, fosse construída a história dos CTT, também ela, por associação, alegadamente autêntica e neutra.

Importa referir que o próprio facto de a informação que compõe o APGF apresentar sinais visuais que remetem para que a sua proveniência reporte à Administração Geral dos CTT, corresponde a um aspecto que posiciona o APGF num *espaço e lugar* (21), situando o contexto (empresarial) a partir do qual o arquivo pessoal foi produzido, mas também identificando e reforçando o elemento de *autoridade e autenticidade* (3) que vimos ser inerente à informação do APGF. Os sinais visuais que consideramos como veiculadores da relação estabelecida entre o APGF e os CTT dizem respeito à presença sistemática nos documentos de vida do APGF dos carimbos “Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT”, “Godofredo Ferreira Chefe de Repartição”, “Arquivo Histórico”, “Biblioteca CTT”, bem como da presença do logotipo dos CTT em grande parte dos suportes dactilografados.

Ainda sobre a informação contida no APGF, importa analisar o modo como Godofredo Ferreira reflecte sobre ao problema da *experiência* (12) da gestão da informação que compõe o APGF, reflexão esta presente nos *paratextos* (19) do arquivo pessoal. É efectivamente nos peritextos existentes no APGF – que dizem respeito aos paratextos enquadrados no espaço físico do texto principal, apresentando-o – que se encontram as únicas reflexões do produtor-narrador como consciente do processo de produção/construção de um conjunto informacional elaborado com o intuito de ser salvaguardado. Os peritextos a que nos reportamos dizem respeito às notas introdutórias dos livros originais não publicados que foram reunidos, organizados e encadernados por Godofredo Ferreira (em particular daqueles elaborados no ‘Gabinete’ após a sua aposentação) nos quais é justificada a pertinência dos conteúdos por ele organizados, indicado o modo como estes foram reunidos, apresentada a data de término e estabelecida a autoria de Godofredo Ferreira como entidade responsável pela informação reunida.

Deste modo, verifica-se que é nas notas introdutórias (peritextos) aos livros que compõem o APGF que se encontram as reflexões do produtor-narrador quanto à *experiência* (12) da gestão da informação que compõe o APGF, como serve de exemplo os seguintes excertos dos peritextos que introduzem, respectivamente, os originais não publicados *A Mala-Posta em Portugal. Algumas notas para a sua história coligidas por Godofredo Ferreira*, e no *Jornais de classe do pessoal dos Correios, Telégrafos e Telefones*:

«É, porém, nosso dever prevenir os possíveis leitores desta secção, de que o amontoado de factos e datas que vamos publicar não tem pretensões a obra de tomo, histórica ou literária. São bem mais modestas as nossas intenções, que se resumem em querer deixar arquivados, em letra de forma, alguns subsídios que possam aproveitar quem – com mais competência e habilidade do que nós – se abalance um dia à tarefa de escrever a história dos Correios, Telégrafos e Telefones portugueses» (FERREIRA, 1945, fl. 1).

«e agora, com 71 anos de idade e pouca saúde, não me anima já outro desejo que não seja o de salvar da dispersão todas as notas que com tanto amor busquei e arrecadei. (...) Daqui poderão outros partir para trabalho de maior monta. E se assim fôr... boa sorte.» (FERREIRA, 1957, fl. 4).

As palavras fixas nos peritextos do APGF manifestam uma reflexão de Godofredo Ferreira sobre a *experiência* (12) de produzir o seu arquivo pessoal, capaz de revelar, em primeiro lugar, o modo como este se encontrava consciente da importância da informação que reunira, organizara e salvaguardara, para a possibilidade de ser posteriormente elaborada a

história dos CTT, e em segundo, revela o modo como a informação contida no APGF foi construída tendo como *audiência e remetente* (2) futuros investigadores interessados na história dos CTT. Por este motivo, consideramos que a *história dos leitores* (13) do APGF remete a investigadores interessados na história dos CTT, audiência esta que se manteve e continuará a ser o leitor real, isto é, o leitor que efectivamente acede ao APGF, mas também o seu leitor implícito, aquele para quem Godofredo Ferreira se auto-representou, narrando a própria vida, ou parte desta, que, como veremos, se limitou, em grande medida, ao papel social desempenhado por Godofredo Ferreira enquanto investigador.

Importa enquadrar a produção do APGF de acordo com o seu *autor e momento histórico* (4), tópico que, por sua vez, estabelece relações com a *temporalidade* (22) da narrativa de vida contida no arquivo pessoal. Como tal, importa referir que Godofredo Ferreira, como vimos anteriormente, produziu o seu arquivo pessoal entre 1917 e 1977, o que se traduz num arquivo pessoal que retrata a *autos* de Godofredo Ferreira entre os seus 31 e 91 anos de idade, período que acompanhou o cenário político português marcado pela transição da implementação da Primeira República Portuguesa (1910) para a Ditadura Militar (1926-1928), seguida da Ditadura Nacional (1928-1933) e pelo regime do Estado Novo de António de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano (1933-1974).

É interessante de notar que o papel desempenhado por Godofredo Ferreira enquanto investigador da história dos CTT foi fortemente incentivado pela Administração Geral dos CTT, em particular por Couto dos Santos (Administrador Geral dos CTT/Correio-Mor entre 1933 e 1965), como ilustra a nota manuscrita que o Correio-Mor escreve numa carta a si endereçada, enviada por Godofredo Ferreira, na qual, evidencia o modo como o esforço para a elaboração da história dos CTT conduzida por Godofredo Ferreira correspondeu, na realidade, a um esforço colectivo, esforço este do qual o Correio-Mor considera que fez parte, ao se reportar a um *nós* colectivo:

«Deve-se a este ilustre funcionario quasi toda a documentação historica q[ue] legamos aos nossos sucessores. Saibam êles compreender-*nos* o intento e respeitar o trabalho altamente civilizador do Cronista [Godofredo Ferreira]»
(FERREIRA, 1958a, grifo nosso).

Enquadrada no contexto político da época, sob a égide da propaganda política de índole nacionalista do Estado Novo, verifica-se que os CTT, enquanto empresa pública, interessou-se pela investigação, valorização e divulgação dos seus serviços e actividades, entendidos como contributos para um Portugal de progresso. Neste sentido, os contributos de Godofredo Ferreira

para a investigação da história dos CTT, e conseqüentemente, da história das comunicações em Portugal, entendidos como um esforço colaborativo com a Administração Geral dos CTT, verificam-se enquadrados com um *momento histórico* (4) marcado pela promoção da ideologia do Estado Novo, de um Portugal marcado pelos valores nacionalistas, e simultaneamente, de conservadorismo e de modernização.

Mais ainda, importa enquadrar a *construção* da informação que actualmente compõe o APGF no contexto das funções desempenhadas por Godofredo Ferreira na Biblioteca da Administração Geral dos CTT, cujo primeiro Regulamento, concebido por uma comissão da qual o próprio fez parte, aprovado pelo Decreto n.º 6822 de 10 de Agosto de 1920, consta de que entre as competências desta Biblioteca, esta estava responsável por: «coligir elementos para a história dos correios, telégrafos, telefones, faróis e indústrias eléctricas em Portugal e ilhas adjacentes, especialmente durante os períodos em que aqueles diferentes serviços tenham estado ou continuem a estar mais ou menos ligados» (DECRETO n.º 6822, art.3ºe). Sendo que, a propósito deste item, «procurar-se há fazer entrar na Biblioteca os impressos ou manuscritos, sôbre aqueles serviços, que sejam encontrados, quer nos arquivos quer à venda, oferecendo evidente interêsse de catácter histórico» (DECRETO n.º 6822, art.3º5º).

Dada a natureza da informação que compõe o APGF (cópias e originais de documentos oficiais relativos directamente aos CTT, e às comunicações, em geral, recortes de jornal sobre as actividades e dados biográficos de antigos funcionários dos CTT, etc.), em associação à estreita ligação estabelecida entre Godofredo Ferreira e a Biblioteca da Administração Geral dos CTT, verifica-se, deste modo, que a constituição do ‘Gabinete’ – e do modo como a informação contida neste deu forma ao actual APGF – corresponde à concretização da competência desta Biblioteca em adquirir informação de carácter histórico sobre os CTT. Como tal, consideramos que a informação que actualmente compõe o APGF correspondeu, na sua génese, a um veículo ao alcance dos princípios definidos no primeiro Regulamento desta Biblioteca.

Analisemos agora o modo como o *eu autobiográfico* (4) de Godofredo Ferreira se articula no APGF. Vimos anteriormente que o *eu autobiográfico* assenta no *eu histórico*, *eu ideológico*, *eu narrador* e no *eu narrado*. Contudo, uma vez que a narrativa de vida em análise se encontra fixa num arquivo pessoal, como vimos no Capítulo 3, o *eu narrador* e o *eu narrado* podem ser entendidos como se tratando, respectivamente, pelo *eu arquivador* e o *eu arquivado*.

Deste modo, podemos verificar que o *eu histórico* do APGF, isto é, os elementos que remetem para a historicidade de Godofredo Ferreira, enquanto indivíduo que existiu num tempo e local concretos, encontram-se patentes nos seguintes momentos: na sistemática presença do carimbo “Godofredo Ferreira Chefe de Repartição” que permeia a informação do APGF; nas assinaturas e rúbricas de Godofredo Ferreira que se encontram em toda a informação

que compõe o conjunto informacional; na correspondência existente no arquivo pessoal, que assume a forma de vestígio de Godofredo Ferreira enquanto indivíduo que estabelecia relações intersubjectivas, servindo de veículo à esfera íntima do mesmo; e por último, às referências ao corpo de Godofredo Ferreira, enquanto espaço de doença e confronto com a mortalidade, aspecto que iremos trabalhar mais à frente a propósito da análise da estratégia do *corpo e corporalização* (7).

Por seu turno, o *eu* ideológico do APGF – enquanto *eu* que remete para as forças sociais que condicionam o indivíduo, sejam elas políticas, religiosas, económicas ou outras – é marcado por uma forte identificação de Godofredo Ferreira com os CTT, factor que se verifica no facto de este ter dedicado a sua vida ao serviço desta empresa, enquanto seu funcionário, mas também ao se ter debruçado sobre o estudo e divulgação da sua história, inclusive após a sua aposentação. Este fenómeno verifica-se pelo facto de se ter encontrado envolvido com a cultura empresarial dos CTT desde 1904, quando entra para os Correios como praticante provisório, até 1956 data em que se aposenta por limite de idade, continuando ligado à empresa até, pelo menos, 1977 (data extrema do APGF), período durante o qual produziu o conjunto informacional no ‘Gabinete’, que, como vimos, corresponde à génese do actual APGF. Verifica-se, pois, que Godofredo Ferreira manteve-se ligado aos CTT desde os seus 18 até aos 91 anos de idade, transparecendo uma identificação com a empresa patente nas seguintes palavras encontradas numa carta enviada por Godofredo Ferreira a Couto dos Santos, aos seus 72 anos de idade: «continuo a considerar-me funcionário dos CTT, apesar da minha situação de aposentado por exigência da lei» (FERREIRA, 1958a). Mais ainda, o *eu* ideológico do APGF encontra-se marcado pelo que vimos caracterizar o *autor e momento histórico* (4), isto é, o contexto de Godofredo Ferreira trabalhar numa empresa pública responsável por imanar os princípios, ideologia e concretizações daquilo que foi o regime do Estado Novo.

Relativamente ao *eu* arquivador, verifica-se que este procura dar forma – através dos documentos de vida seleccionados para constarem no arquivo pessoal, e ao modo como foi gerida a informação nele contida – a um *eu* arquivado que reflecte um *eu* histórico como profundamente ligado à recolha de informação primária para a elaboração da história dos CTT, por outras palavras, o *eu* arquivado do APGF espelha, acima de tudo, o papel de investigador desempenhado por Godofredo Ferreira junto desta empresa, embora tenha desempenhado outras funções. Verificámos na elaboração da cronologia de vida de Godofredo Ferreira (Apêndice D) que este desempenhou vários papéis sociais, entre eles: serviu diversas funções como funcionário dos CTT, tendo recebido vários louvores pelo seu desempenho enquanto funcionário, foi autor de 105 publicações sobre a história dos CTT, mas foi também marido, pai e sócio de diversas associações de natureza diversa (ideológica, patrimonial e associada às

comunicações). Contudo, o *eu* arquivador centra-se numa pequena fracção daquilo que foram os vários papéis sociais desempenhados por Godofredo Ferreira em vida, centrando-se no indivíduo enquanto investigador da história dos CTT, e em particular, enquanto indivíduo que, não se vendo a si próprio enquanto historiador, pretendeu reunir informação pertinente para futuros investigadores poderem construir a história dos CTT e das comunicações em Portugal.

O enfoque no papel de investigador desempenhado por Godofredo Ferreira verifica-se esmagador junto da informação do APGF, aspecto responsável por dar origem a um conjunto informacional homogéneo no que diz respeito à temática da informação contida, da qual contrasta apenas um conjunto de 7 livros compostos por correspondência, sobretudo recebida, por Godofredo Ferreira, compreendendo cartas entre os anos de 1917 e 1972 (correspondendo estas cartas recebidas e expedidas por Godofredo Ferreira, a cartas trocadas entre os 31 e os 86 anos de idade do produtor-narrador). É interessante de destacar que a escassa correspondência expedida que se encontra nestes livros diz respeito a um período mais tardio da vida de Godofredo Ferreira, compreendidas entre os anos de 1949 a 1972, o que se traduz em cartas enviadas por Godofredo Ferreira e seleccionadas enquanto documentos de vida a serem integrados no conjunto informacional, entre os 63 e os 86 anos de idade do produtor-narrador.

Encontra-se na correspondência, no seu todo (recebida e expedida) informação referente a outros papéis sociais desempenhados por Godofredo Ferreira, que não o de investigador, capazes de revelar vestígios presentes no APGF sobre o *relacionamento* (20) do produtor-narrador com outros indivíduos, através dos quais se verifica que Godofredo Ferreira se auto-representa, além de investigador, como amigo, colega, pai, marido, sócio de diversas associações, colaborador nas investigações de outros investigadores, director da Biblioteca da Administração Geral dos CTT, entre outros papéis sociais por ele desempenhados em vida; papéis sociais estes que, não obstante, são obscurecidos pela presença esmagadora do papel social de investigador como enfatizado em contraste com os demais papéis.

É interessante de notar que, ao integrar correspondência no seu arquivo pessoal, sobretudo correspondência recebida, Godofredo Ferreira enquadra na sua narrativa de vida o modo como o 'outro' o percebe, nomeadamente através de cartas nas quais são elogiados os contributos do produtor-narrador, como ilustram as seguintes palavras dirigidas a Godofredo Ferreira por parte de Armindo Duarte:

«Tenho para mim, e sem qualquer espécie de lisonja, que o nome do Senhor Godofredo Ferreira ficará para sempre marcado dentro dos CTT, não só como profissional que tanto honrou e pre[s]tigiou a nossa "Casa", mas ainda como um Investigador a quem os CTT tanto ficarão a dever» (DUARTE, 1972).

Ao integrar no seu arquivo pessoal correspondência recebida, na qual os seus contributos enquanto investigador e funcionário dos CTT são distinguidos, Godofredo Ferreira mostra-se ao 'outro' – ao leitor implícito e ao leitor real do APGF – através do modo como também o 'outro' (colegas historiadores, funcionários dos CTT, amigos, etc.) percepcionavam o produtor-narrador.

Embora seja pertinente a análise das cartas recebidas que integram o APGF, considerámos como elemento particularmente rico para o entendimento da *graphia* do conjunto informacional as cartas expedidas que foram seleccionadas e integradas no APGF, uma vez que correspondem aos escassos documentos de vida do conjunto informacional de natureza auto-referencial. Note-se que, como analisado no Capítulo 3, qualquer documento de vida quando integrado num arquivo pessoal adquire auto-referencialidade ao produtor-narrador, contudo, verifica-se particularmente interessante que o APGF seja na sua maioria desprovido de documentos de vida de natureza auto-referencial, à excepção das publicações e originais não publicados da autoria de Godofredo Ferreira, mas também nos peritextos presentes nas notas introdutórias que acompanham estes originais, e, sobretudo, nas cartas expedidas por Godofredo Ferreira⁵⁸.

É interessante de salientar que exista no conjunto informacional vários documentos de vida sob a forma de fotografias de funcionários dos CTT (hetero-referenciais), não existe qualquer fotografia de Godofredo Ferreira (auto-referencial), quer a nível profissional, quer pessoal. De igual modo, embora Amália Ferreira, bibliotecária na Biblioteca da Administração Geral dos CTT, tenha sido filha de Godofredo Ferreira, trabalhado directamente com o seu pai nesta Biblioteca, colaborado com ele nas viagens que faziam juntos, em serviço, a arquivos nacionais para a recolha de informação histórica – chegando, inclusive, a substituí-lo na direcção da Biblioteca – Amália Ferreira nunca é mencionada enquanto sua filha no conjunto informacional, apenas pelo seu cargo (bibliotecária, 3.ª Oficial, 2.ª Oficial), ou por terceiros, na correspondência, em breves fórmulas de despedida como o exemplo: «con afectuosos recuerdos de esta familia, con los míos para Dª Maria [esposa] y Amalita, recibe un forte abrazo de tu setentón amigo» (VIVAS, 1953, f. 206).

Verifica-se, deste modo, que o APGF apresenta documentos de vida que pretendem ser o mais afastados quanto possível da esfera íntima do produtor-narrador, ao ponto de, mesmo

⁵⁸ Embora a própria correspondência recebida existente no APGF remeta para uma auto-referencialidade, na medida em que a opção em reunir cartas recebidas reflecte a intenção de preservar as relações intersubjectivas traçadas ao longo da vida pelo produtor-narrador e de fixar o modo como o 'outro' percepcionou Godofredo Ferreira, a presença da correspondência expedida no APGF permite, por sua vez, um acesso ao modo como este pretendeu se mostrar ao 'outro'.

quando existe uma clara transgressão entre as esferas pública/privada, como no caso da relação familiar/profissional estabelecida entre Godofredo Ferreira e Amália Ferreira, esta transgressão pretende ser ocultada em prol da construção de um conjunto informacional 'neutro', e consequentemente, também de uma narrativa de vida, 'neutra', profissional, estritamente associada a informação de carácter histórico e testemunhal.

Decorrente da acção do *eu* arquivador em reunir informação referente, de modo quase exclusivo, ao papel de investigador de Godofredo Ferreira, não sendo sequer mencionadas as funções ou contributos de Godofredo Ferreira enquanto funcionário dos CTT⁵⁹, o APGF assume um *eu* arquivado que reflecte Godofredo Ferreira como um investigador da história dos CTT, responsável por recolher um número extraordinário de fontes primárias, originais e copiadas, sendo estas organizadas de modo metódico e sistemático capaz de transparecer a formação de Bibliotecário-Arquivista de Godofredo Ferreira, dado o seu entendimento da necessidade de organizar e representar a informação que coligia para que pudesse ser futuramente acessível.

Mais ainda, através da correspondência existente no APGF, o *eu* arquivado espelha um indivíduo com fortes ligações com instituições nacionais e internacionais ligadas à área das comunicações, com particular destaque, para as ligações que estabelecia com as Bibliotecas e Arquivos destas mesmas instituições, através das quais, ora divulgava as suas publicações ao doar exemplares a estas, ora solicitava dados para dar continuidade às suas investigações.

Referimos anteriormente que para a presente pesquisa a correspondência expedida existente no APGF verificou-se particularmente interessante, uma vez que corresponde aos poucos documentos de vida auto-referenciais contidos no arquivo pessoal, capazes de fornecer dados sobre o modo como Godofredo Ferreira se via a si próprio e ao modo como se mostrava ao 'outro'. Destas cartas podemos retirar elementos sobre o *corpo e corporalização* (7) e sobre a *identidade* (14) que transparece na narrativa de vida contida no APGF.

Verificámos anteriormente que, embora a correspondência, no seu todo, seja referente aos anos de 1917 a 1972, a correspondência expedida circunscreve-se aos anos de 1949 a 1972, pelo que se verifica que Godofredo Ferreira reúne cartas por ele expedidas entre os seus 68 e 86 anos. É interessante de notar o modo como nestas cartas Godofredo Ferreira se mostra ao 'outro' como profundamente marcado pela sua idade avançada e pela fragilidade da sua saúde. Este fenómeno encontra-se no conteúdo destas cartas, que frequentemente começavam com uma justificação para a demora da sua resposta devido a problemas de saúde. Noutros casos,

⁵⁹ Excepto raras identificações do cargo desempenhado pelo produtor-narrador nas fórmulas de saudação da correspondência existente no conjunto informacional.

revela este fenómeno em correspondência na qual Godofredo Ferreira antecipa que, por motivos de saúde, deixará de publicar novas obras:

«Perdõe-me de que eu só agora responda à sua carta última, mas uma onda de aborrecimentos (mortes e doenças) tem-me atormentado todo este mês. Depois o frio também me tem inutilizado, como de costume» (FERREIRA, 1959).

«Ora com 86 anos de idade, eu penso que nada mais publicarei (...), porque nem a idade nem a saúde, especialmente a vista, me permitem andar por arquivos dias e meses seguidos, na pesquisa de elementos para novas rabiscadelas» (FERREIRA, 1972).

Este fenómeno encontra-se reforçado pelo modo como Godofredo Ferreira adopta uma fórmula de despedida nas suas cartas, particularmente notória a partir da década de 1960, capaz de reflectir o modo como o produtor-narrador se vê a si próprio enquanto indivíduo idoso: «do seu velho e grato amigo», «um abraço do amigo velho já muito velho» (FERREIRA, 1967; FERREIRA, 1971). Verifica-se, deste modo, que a narrativa de vida do APGF encontra-se marcada por um *corpo* (7) de homem idoso, um corpo frágil e doente, consciente da sua mortalidade. Este é um fenómeno que se encontra também expresso nos peritextos de alguns dos livros não publicados de Godofredo Ferreira que compõem o seu arquivo pessoal, como se verifica nas palavras anteriormente citadas: «e agora, com 71 anos de idade e pouca saúde, não me anima já outro desejo que não seja o de salvar da dispersão todas as notas que com tanto amor busquei e arrecadei» (FERREIRA, 1957, fl. 4).

O modo como Godofredo Ferreira se auto-representa como um homem marcado pela idade avançada e pelos consequentes problemas de saúde, associado ao facto de a informação do APGF representar de modo homogéneo o produtor-narrador como actor de um único papel social, o de investigador, dá forma a uma narrativa de vida na qual o *eu* autobiográfico assume uma *identidade* (14) e uma *voz* (24) linear e simplificada, apresentando, por isso, uma auto-representação detentora de uma identidade dominante: Godofredo Ferreira como indivíduo idoso, dedicado ao seu trabalho de investigador da história dos CTT, indivíduo este que estabeleceu relações intersubjectivas centradas no seu interesse pelo estudo das comunicações em Portugal.

Da identidade dominante acima apresentada, verifica-se excluído o próprio serviço que desempenhou enquanto funcionário dos CTT (visível no arquivo pessoal apenas na correspondência oficial recebida, na qual os remetentes se referem a Godofredo Ferreira pelo

cargo por ele desempenhado nos CTT), bem como o seu papel enquanto membro familiar, tendo sido pai de uma filha que não só seguiu o percurso profissional de seu pai (exercendo funções na direcção da Biblioteca da Administração dos CTT) como o auxiliou na constituição daquilo que hoje dá forma ao APGF⁶⁰. É inclusive assente neste factor que se verifica que a narrativa de vida contida no APGF corresponde a uma *autobiografia colaborativa* (9), uma vez que contou com a colaboração de Amália Ferreira e de outros funcionários da Biblioteca da Administração Geral dos CTT para as tarefas inerentes à dactilografia, organização, entre outras tarefas (CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL, s.d.), sendo as vozes destes colaboradores ocultadas do APGF, tendo sido a colaboração destes indivíduos por nós apreendida em informação alheia à contida no conjunto informacional.

Conclui-se, deste modo, que a *coerência e fecho* (8) da narrativa de vida do APGF se verifica assente numa narrativa que pretende ser clara, direccionada e homogénea, e que, para tal, são omissos os múltiplos papéis sociais desempenhados por Godofredo Ferreira ao longo dos seus 95 anos de vida, em prol de uma narrativa de vida centrada no seu papel de investigador. Os silêncios encontrados na narrativa de vida, quanto aos demais papéis sociais desempenhados por Godofredo Ferreira, e o proporcionalmente exclusivo enfoque ao seu papel de investigador, revelam um esforço activo por parte de Godofredo Ferreira para que a *memória* (16) de si próprio fosse efectivamente centrada no seu contributo enquanto investigador da história das comunicações em Portugal. Decorrente deste enfoque, o *conhecimento e auto-conhecimento* (15) expresso no APGF adquire a esmagadora dimensão de conhecimento histórico, conhecimento este relativo à empresa CTT, aos seus serviços, organização, funcionários e evolução, bem como às várias tecnologias associadas aos sistemas de comunicações em Portugal.

Este fenómeno, no qual se assiste a uma auto-representação que privilegia a esfera pública à esfera privada, encontra-se relacionada com a *audiência e remetente* (2) que vimos atribuída ao APGF, isto é, a futuros investigadores que pudessem consultar a informação nele contida, e através desta, contribuir para constituição da história dos CTT. Uma vez que a audiência do APGF remete para a esfera pública, também a informação nele contida assume esta natureza. Por seu turno, dada a natureza pública com que a informação do APGF foi concebida, podem ocorrer problemas de *ética* (10), na medida em que, uma vez que o conjunto

⁶⁰ Pudemos apurar esta informação em correspondência oficial dos CTT na qual Godofredo Ferreira solicitou a autorização ao Administrador Geral dos CTT para que se pudesse deslocar a diferentes cidades com o objectivo de recolher informação em Arquivos para as suas investigações, fazendo-se auxiliar da sua filha, Amália Ferreira.

informativa reúne informações pessoais associadas a ex-funcionários dos CTT, pode ser colocado em causa o direito ao bom nome e reputação destes mesmos indivíduos.

Conduzimos até aqui à ‘desconstrução’ da narrativa de vida construída por Godofredo Ferreira no seu arquivo pessoal com recurso às “24 Estratégias” propostas por Sidonie Smith e Julia Watson (Anexo A), tomada por nós enquanto instrumento de investigação. Contudo, como analisado no Capítulo 3, para (re)construir a narrativa de vida do APGF, tratando-se de uma narrativa de vida fixa num arquivo pessoal, e por esse motivo, uma narrativa de vida mediada (BARCELLOS, 2017, p. 352), para a sua (re)construção torna-se necessário que a interpretação do investigador (mediador entre a narrativa de vida construída e aquela (re)construída) seja tornada compreensível, e como tal, fixa sob a forma verbal (escrita ou oral). Factor este que vimos reforçado no Capítulo 4, ao adoptarmos o método auto/biográfico narrativo assente numa *análise narrativa* que pressupõe a interpretação de narrativas desfragmentadas (partes/documentos de vida) para a elaboração de numa história coerente (todo/narrativa de vida) sobre a vida em análise.

Deste modo, embora o presente capítulo tenha ‘desconstruído’ a narrativa de vida do APGF através da fragmentação da mesma, segundo 24 tópicos de reflexão trabalhados com base nos documentos de vida que compõem o APGF, a narrativa de vida do conjunto informativo ainda não se verifica compreensível, e por esse motivo necessita de ser apresentada através de uma narrativa biográfica (hetero-referencial) por nós elaborada a partir da análise das narrativas (auto-referenciais) contidas nos documentos de vida do APGF, motivo pelo qual apresentamos no Apêndice F a respectiva (re)construção da narrativa de vida do APGF, assumindo, simultaneamente, a forma de conclusões retiradas após a apresentação dos resultados e respectiva discussão desenvolvida neste capítulo.

Procurámos com este Capítulo 5 colocar à prova o quadro teórico por nós desenvolvido no Capítulo 3, ao, através da (re)construção da narrativa de vida do APGF, testar a hipótese que defendemos quanto ao facto de os arquivos pessoais corresponderem a construções auto/biográficas, dado o facto de serem detentores da narrativa de vida do seu produtor-narrador, sendo esta passível de ser (re)construída.

Decorrente deste exercício, ao desenvolvemos no presente capítulo um processo de (re)construção da narrativa de vida do APGF, pretendemos contribuir para o entendimento dos arquivos pessoais como detentores de um potencial informativo cujas especificidades inerentes ao facto de serem produzidos por uma pessoa física – responsável por imbuir o conjunto informativo de subjectividade – corresponder a um factor que confere ao conjunto informativo limitações e, simultaneamente, o apropriado de um potencial informativo rico que

deve ser entendido como complementar, e não antitético, às especificidades do potencial informacional dos arquivos administrativos. Por outro lado, pretendemos que a um nível pragmático tenhamos também contribuído neste capítulo para a memorização de Godofredo Ferreira e para o estudo do seu arquivo pessoal, tendo em conta que, mesmo que estes não tenham sido objectivos a alcançar no decorrer da análise do APGF ou da elaboração da presente dissertação, estamos conscientes de que corresponde a um subproduto da mesma.

CONCLUSÃO

A presente dissertação procurou analisar os arquivos pessoais na qualidade de construções auto/biográficas, tendo esta sido orientada pela seguinte pergunta de partida: *de que modo Godofredo Ferreira se auto-representou no seu arquivo pessoal?* Decorrente deste que foi o fio condutor de toda a pesquisa, surgiram dois objectivos gerais: (1) analisar o modo como os arquivos pessoais são marcados por uma dimensão autobiográfica que se caracteriza por um carácter de construção (auto/biográfica); (2) interpretar a informação contida no Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira segundo a óptica de que esta reflecte a construção auto/biográfica do seu produtor.

No decorrer desta investigação articulámos os campos científicos que se debruçam sobre os arquivos pessoais e as narrativas de vida, posicionando-nos, respectivamente, segundo a ciência da informação e segundo a terceira geração da teoria autobiográfica, articulação esta que nos permitiu desenvolver um dispositivo conceptual (que correspondeu à Parte I desta dissertação), no qual propusemos como conceito operatório de ‘arquivo pessoal’ a seguinte definição: sistema de informação produzido por uma pessoa física, cuja informação, fixa em qualquer suporte, espelha os papéis sociais desempenhados em vida pelo seu produtor. Cabe ao produtor do arquivo pessoal gerir a informação do arquivo pessoal, actuando na entrada de *inputs*, bem como no tratamento e uso da informação contida no conjunto informacional (*outputs*). Através da análise da gestão de informação conduzida pelo produtor do arquivo pessoal é possível analisar a construção autobiográfica nele expressa.

Assente nesta proposta, verificámos que a presença de uma dimensão autobiográfica nos arquivos pessoais decorre do facto de que, ao produzir o arquivo pessoal, o produtor constrói, simultaneamente, um conjunto informacional composto por documentos de vida que, independentemente de serem auto ou hetero-referencias, quando integrados no conjunto informacional por ele reunido e gerido, adquirem um significado a ele referente, adquirindo, por isso, uma dimensão auto-referencial, isto é, uma dimensão autobiográfica.

Associado a este factor, verificámos que cada documento de vida que compõe o arquivo pessoal contém uma narrativa, e que, através da relação orgânica que os documentos de vida (e respectivas narrativas) estabelecem entre si – fenómeno no qual defendemos assentar a organicidade dos arquivos pessoais – é possível alcançar uma meta-narrativa. É através da apreensão da meta-narrativa do arquivo pessoal que consideramos possível ser apreendida a dimensão autobiográfica do arquivo pessoal, e com ela, aquilo que defendemos ser a narrativa

de vida contida no arquivo pessoal, isto é, a narrativa autobiográfica construída e fixa pelo produtor no conjunto informacional.

Inerente à defesa de que os arquivos pessoais contêm uma narrativa de vida do seu produtor, verifica-se que além de uma dimensão autobiográfica, os arquivos pessoais assumem aquilo que designámos por uma dimensão auto/biográfica, termo que pretende aplicar o conceito de auto/biografia à dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais, conceito este inerente à própria noção de narrativa de vida. Como tal, entendemos que o produtor do arquivo pessoal, ao produzir um arquivo pessoal, constrói e nele fixa uma narrativa autobiográfica marcada por um cunho de *construção*, isto é, uma narrativa desprovida da capacidade de relatar a vida tal como fora experienciada ou de dar acesso à ‘verdadeira’ identidade do produtor, correspondendo sim, a uma narrativa fabricada, não autêntica, não neutra, profundamente *construída*, na qual eu/outro, autobiografia/biografia, facto/ficção se diluem, dando por isso forma à dimensão auto/biográfica do arquivo pessoal.

Importa notar que, uma vez que o produtor do arquivo pessoal assume, simultaneamente, a dimensão de ‘produtor’ de um conjunto informacional – seguindo a terminologia da ciência a informação – e de ‘narrador’ de uma narrativa auto-referencial – segundo a terminologia empregue pela teoria autobiográfica – verifica-se que no caso das narrativas de vida fixas em arquivos pessoais, a pessoa física responsável pela produção do conjunto informacional, e que, através deste gesto, o embebe de uma dimensão auto/biográfica, assume a dimensão de ‘produtor-narrador’.

Decorre desta dupla dimensão do produtor-narrador a defesa de que os arquivos pessoais são, não só detentores de uma narrativa de vida do produtor-narrador, como correspondem à manifestação de um gesto autobiográfico, uma vez que o arquivo pessoal surge na sequência de uma intenção em gerir informação referente – e por isso auto-referencial – ao seu produtor-narrador, defendemos que os arquivos pessoais são um género de narrativa de vida, entendida aqui não enquanto narrativa auto-referencial, mas enquanto acto ou prática autobiográfica fixa em qualquer suporte e expressa sob qualquer forma (ver Apêndice A para a análise do sentido duplo do termo ‘narrativa de vida’).

Deste modo, verificámos que as narrativas de vida fixas em arquivos pessoais se caracterizam por ser: (1) auto/biográficas, isto é, embebidas por um cunho de construção; (2) construídas por um indivíduo que, como vimos, assume a dimensão dupla de ‘produtor-narrador’; e por fim, (3) necessitam de ser apreendidas, uma vez que, embora o produtor-narrador, ao produzir o seu arquivo pessoal, produza também uma narrativa de vida, e embora a narrativa de vida exista no arquivo pessoal *per se*, para que ela possa ser compreensível, a narrativa de vida necessita de ser accionada, isto é, interpretada. Para tal, torna-se necessário

que ocorra a interpretação das narrativas contidas nos documentos de vida do arquivo pessoal, e analisada a relação que estas estabelecem entre si, de modo a identificar, interpretar e apresentar a meta-narrativa do arquivo pessoal, isto é, a narrativa de vida do produtor-narrador. É ao processo de identificação, interpretação e apresentação da meta-narrativa do conjunto informacional que consideramos corresponder o processo de (re)construção da narrativa de vida do arquivo pessoal, sendo que esta (re)construção pretende tornar a narrativa de vida do arquivo pessoal compreensível, o que significa que a (re)construção visa tornar a mediação entre a interpretação (hetero-referencial) do investigador face à da narrativa de vida (auto-referencial) do produtor-narrador sob a forma verbal, seja ela escrita ou oral.

Após o desenvolvimento do dispositivo conceptual no qual alcançámos as conclusões acima apresentadas, foi desenvolvido um dispositivo metodológico (articulado na Parte II desta dissertação), assente no método auto/biográfico narrativo e no recurso às “24 Estratégias para a leitura de narrativas de vida”, propostas pelas autoras Sidonie Smith e Julia Watson (Anexo A), com o objectivo de aprofundar a nossa proposta quanto ao facto de os arquivos pessoais corresponderem a construções auto/biográficas, processo materializado através da (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira.

No decorrer da (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira procurámos, num primeiro momento, reunir dados biográficos sobre o produtor-narrador e analisar as especificidades do conjunto informacional em análise, em busca, nomeadamente, de dados relativos à sua proveniência, à natureza da informação, que assuntos são retratados e quais datas extremas. Esta primeira aproximação à biografia e à informação contida no arquivo pessoal surgiu da necessidade de que, para a análise do modo como Godofredo Ferreira se auto-representou (*graphia*) no arquivo pessoal, importa conhecer, previamente, a sua *bios* e os documentos de vida contidos no conjunto informacional.

Nesta fase, verificámos que Godofredo Ferreira foi um indivíduo que dedicou a sua vida aos CTT, mantendo-se ligado a esta empresa – inicialmente enquanto funcionário, e após aposentado, exclusivamente enquanto investigador da sua história – entre os seus 18 e 95 anos de idade. Verificámos que desempenhou múltiplos papéis sociais, ocorrendo transgressões entre a esfera privada/esfera pública, como é o caso da sua filha, Amália Ferreira, que foi funcionária dos CTT, trabalhando directamente com Godofredo Ferreira, seu pai, na Biblioteca desta empresa. Por seu turno, verificámos que, ao analisar o Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira, este retrata apenas a dimensão pública dos papéis sociais desempenhados por Godofredo Ferreira, no qual é colocado um evidente enfoque no papel desempenhado pelo produtor-narrador enquanto investigador da história dos CTT, e associada a esta, também da história das comunicações em Portugal.

Com recurso às “24 Estratégias” acima mencionadas, verificámos que a narrativa de vida contida no Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira compreende uma auto-representação na qual o produtor-narrador pretende adquirir agência através da constituição do seu arquivo pessoal, uma vez que, ao se mostrar ao ‘outro’ no conjunto informacional enquanto uma figura valorizada pelos altos funcionários dos CTT, responsável por reunir e organizar informação para a constituição da história desta empresa, Godofredo Ferreira procura, ao memorizar os seus contributos enquanto investigador, memorizar também a sua própria existência.

Este exercício de luta contra o esquecimento de si é revelado pelo modo como Godofredo Ferreira fixa no conjunto informacional uma *graphia* marcada por um profundo valor de *construção*, verificando-se evidentes as lacunas e omissões conscientemente presentes (ou neste caso, ausentes) para a fabricação de uma auto-representação na qual o produtor-narrado se mostra ao ‘outro’ enquanto um indivíduo cujos contributos enquanto investigador dos CTT e da história das comunicações em Portugal foram valorizados em vida, procurando fixar no Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira um reflexo do modo como esses mesmos contributos – e o nome de Godofredo Ferreira – deve ser recordado, memorizado e difundido.

Consideramos que a presente dissertação apresenta indicadores de originalidade e pertinência (aspecto trabalhado em detalhe na introdução desta investigação) uma vez que, não só contribui para o desenvolvimento epistemológico dos arquivos pessoais – área que embora se encontre em crescente desenvolvimento, carece de contributos para a sua teorização – como contribui também para o desenvolvimento epistemológico da teoria autobiográfica, mais ainda, a presente investigação abre também um novo campo de estudo decorrente da articulação do fenómeno dos arquivos pessoais e das narrativas de vida. A este factor acresce o facto de a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira permitir uma análise sobre a vida e obra do produtor-narrador, bem como da proveniência do conjunto informacional em estudo, aspectos que, embora assumam a dimensão de subproduto da presente pesquisa, correspondem a um aspecto alcançado que nos encontramos conscientes de que se verifica pertinente para eventuais interessados no estudo da vida e obra de Godofredo Ferreira.

Verificamos, contudo, que a presente dissertação enquadra limitações associadas exactamente àquilo que a torna original, bem como ao método que seleccionámos para a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira.

Em primeiro lugar, dado facto de termos elaborado um quadro teórico original – com o objectivo de justificar o modo como os arquivos pessoais são detentores de narrativas de vida dos seus produtores, e do modo como estas são passíveis de serem (re)construídas – corremos o risco de termos elaborado uma (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira assente num enquadramento teórico frágil, uma vez que, correspondendo

a uma proposta original, não existem casos prévios nos quais pudéssemos basear a nossa *análise narrativa*, isto é, a nossa (re)construção.

Em segundo lugar, ao optarmos por conduzir a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira assente no método auto/biográfico narrativo, tratando-se este de um método que se debruça numa análise de dados que privilegia a subjectividade do investigador, responsabilizando-o das interpretações (subjectivas) que efectua sobre o fenómeno em análise, a (re)construção da narrativa de vida do Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira assentou, necessariamente, numa interpretação subjectiva, colocando por isso em causa a objectividade do estudo; sendo esta uma característica do método auto/biográfico narrativo, bem como do paradigma construtivista no qual nos posicionamos, focado em questões ligadas ao relativismo e à subjectividade, em detrimento do realismo e objectividade que caracterizam os paradigmas positivistas (GUBA, LINCOLN, 2005, p. 195).

Por último, tratando-se o Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira de um conjunto informacional composto por um número reduzido de documentos de vida auto-referenciais – à excepção de alguma correspondência expedida e dos peritextos incluídos nos livros que o produtor-narrador organizou que constam no arquivo pessoal – consideramos que poderia ter sido mais vantajoso testar o dispositivo conceptual por nós desenvolvido na Parte I desta pesquisa através da (re)construção da narrativa de vida de um arquivo pessoal mais rico, quer em informação referente à esfera privada do produtor-narrador, quer em informação de natureza auto-referencial. Salientamos que, embora qualquer documento de vida quando integrado num conjunto informacional que fora reunido e gerido por uma pessoa física adquira auto-referencialidade a esta, encontramos a referir a documentos de vida cuja génese assentasse numa auto-referencialidade ao produtor-narrador, como servem de exemplo fotografias que o retratassem, textos originais da sua autoria, diários, testemunhos, etc.

Após apresentadas as conclusões da presente pesquisa e suas limitações, consideramos que decorrente desta dissertação é inaugurado um campo aberto a futuras investigações capazes de explorar a dimensão auto/biográfica dos arquivos pessoais.

Destaca-se, desde logo, a possibilidade de ser conduzida uma (re)construção da narrativa de vida deste mesmo arquivo pessoal – o Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira – através de um método assente na dimensão objectiva do método biográfico, responsável por uma análise de dados focada na identificação e quantificação de categorias. Através desta (re)construção alternativa, seria interessante uma comparação das conclusões alcançadas na análise dos mesmos dados sob uma lente analítica outra.

Um outro tipo de investigação pertinente de ser desenvolvida diz respeito à (re)construção da narrativa de vida de um arquivo pessoal cujo produtor-narrador seja

contemporâneo do investigador, possibilitando uma (re)construção que pudesse ser verdadeiramente co-narrada entre biógrafo e biografado (entre investigador e produtor-narrador) através da condução de entrevistas a este último. O tipo de investigação que aqui sugerimos tem a possibilidade de assumir duas vertentes: (1) por um lado, a (re)construção da narrativa de vida do arquivo pessoal, conduzida de modo independente da participação do produtor-narrador – tal como aquela que conduzimos na presente dissertação – sendo esta (re)construção posteriormente confrontada com a perspectiva do produtor-narrador, de modo a identificar e estimular a reflexão sobre a proximidade/afastamento da interpretação contida na (re)construção efectuada pelo investigador, e a efectiva construção que o produtor-narrador intencionou fixar no seu arquivo pessoal; (2) por outro lado, uma investigação co-narrada entre investigador e produtor-narrador, capaz de assumir a dimensão de co-autoria no sentido que o método das histórias de vida permite, na qual, juntos, biógrafo e biografado, colaboram e se deixam contaminar mutuamente em prol do alcance de uma narrativa biográfica (escrita pelo investigador) elaborada a partir de um conjunto de narrativas autobiográficas (narradas pelo sujeito biografado).

Outro tipo de investigação passível de ser conduzida a partir do quadro teórico que desenvolvemos na presente pesquisa, e potencialmente interessante de ser desenvolvida, diz respeito à comparação entre a (re)construção de narrativas de vida de arquivos pessoais de produtores-narradores pertencentes a diferentes papéis sociais (ex: bibliotecários/arquivistas, professores/alunos, escritores/actores, críticos da arte/artistas plásticos, etc.), com o objectivo de comparar o modo como diferentes indivíduos se auto-representam nos seus arquivos pessoais, e quais as conclusões passíveis de serem retiradas desse mesmo exercício.

Independentemente do tipo de investigações que venham a decorrer do contributo da presente pesquisa, esperamos que esta dissertação tenha sido capaz de lançar mote para futuros investigadores explorarem o valor subjectivo dos arquivos pessoais, e em particular, no que diz respeito ao estudo da dimensão auto/biográfica que os caracteriza, mas também para que futuros investigadores possam problematizar o nosso quadro teórico – para a corroboração ou oposição face aos nossos argumentos – em prol de uma formulação epistemológica sólida para o estudo do modo como os produtores de arquivos pessoais, neles se auto-representam.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALDRIDGE, Judith – The textual disembodiment of knowledge in research account writing. **Sociology** [Em linha]. ISSN 14698684 27:1 (1993) 53-66. [Consult. 28 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/003803859302700106>>

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION – **Glossary of psychological terms** [Em linha]. Washington: American Psychological Association, 2017. [Consult. 18 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.apa.org/research/action/glossary.aspx?tab=16>>

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS PRIVADOS – **Quem somos** [Em linha]. Lisboa: APAHP, s.d. [Consult. 6 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://arquivoshistoricosprivados.pt/index.php/quem-somos/>>

BARCELLOS, Sergio da Silva – Brazilian auto|biographic voices from archive materials. **A/b: Auto/Biography Studies** [Em linha]. ISSN 2151-7290 32:2 (2017) 351-353. [Consult. 2 Fev. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.1080/08989575.2017.1288981>>

BARTHES, Roland – Introduction à l'analyse structurale des récits. **Communications** [Em linha]. 8:1 (1966) 1-27. [Consult. 3 Abr. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1966_num_8_1_1113>

BELLOTTO, Heloísa Liberalli – Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos** [Em linha]. ISSN 2178-1494 11:21 (1998) 201-208. [Consult. 7 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063>>

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – **Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea: um guia** [Em linha]. Lisboa: Biblioteca Nacional, actual. 2017 [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.bnportugal.pt/index.php?option=article&id=258:arquivo-de-cultura-portuguesa-contemporanea&catid=62:edicoes>>

BOLÍVAR, Antonio, DOMINGO, Jesús – Biographical-narrative research in Iberoamerica: areas of development and the current situation. **Forum Qualitative Social Research** [Em linha]. ISSN

1438-56277:4 (2006) n.p. [Consult. 2 Abr. 2018]. Disponível em WWW:<URL: <http://dx.doi.org/10.17169/fqs-7.4.161>>

BOURDIEU, Pierre – L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** [Em linha]. 62-63 (1986) 69-72. [Consult. 5 Abr. 2018]. Disponível em WWW:<URL:https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2317>

BRUNER, Jerome – “Self-making and world-making”. BROCKMEIER, Jens; CARBAUGH, Donald (eds.) – **Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 25-37.

CHAMBERLAYNE, Prue, BORNAT, Joanna, WENGRAF, Tom – The biographical turn. CHAMBERLAYNE, Prue; BORNAT, Joanna; WENGRAF, Tom (eds.) – **The turn to biographical methods in social science: comparative issues and examples**. London/New York: Routledge, 2000, p. 1-30.

CHASE, Susan E. – Narrative inquiry: multiple lenses, approaches, voices. DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. (eds.) – **The Sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage Publications, 2005, p. 651-679.

CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL – **Exposição bibliográfica e documental por ocasião do centenário do nascimento de Godofredo Ferreira: investigador da história dos Correios e das Telecomunicações em Portugal**. [Lisboa]: CTT, [1986].

CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL – **Processos individuais: chefes de Museu CTT**. [Processo de arquivo]. S.d., n.p. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

Curriculum vitae de Amália Duarte dos Santos Ferreira. [Original dactilografado]. s.d. 3 f.. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

CZARNIAWSKA, Barbara – **Narratives in Social Science Research**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 2004.

DECRETO n.º 6882. **D.G. I Série**, 153 (20-08-10) 961-966.

DENZIN, Norman K. – **Interpretive biography**. Newbury Park/London/New Delhi: Sage Publications, 1989.

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. – The discipline and practice of qualitative research. DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. (eds.) – **The Sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage Publications, 2005, p. 1-32.

DICIONÁRIO ELETRÓNICO DE TERMINOLOGIA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – **Gestão da informação** [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, [s.d.]. [Consult. 7 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1770>

DONNE, John – **Devotions Upon Emergent Occasions** [Em linha]. [S.l.]: [S.n.], 1624. [Consult. 5 Abr. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://triggs.djvu.org/djvu-editions.com/DONNE/DEVOTIONS/Download.pdf>

DOUGLAS, Jennifer Lynn – **Archiving authors: rethinking the analysis and representation of personal archives** [Em linha]. Toronto: Faculty of Information, University of Toronto, 2013. Doctor thesis. [Consult. 20 Jan. 2018]. Disponível em WWW:<URL:https://tspace.library.utoronto.ca/handle/1807/35808>

DUARTE, Armindo da Rocha – **[Carta] Viana do Castelo, 4 de Outubro de 1972**. 1972, 1 fl. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

EAKIN, Paul John – **How our lives become stories: making selves**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1999.

EAKIN, Paul John – **Touching the world: reference in autobiography**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

ERBEN, Michael – The purposes and processes of biographical method. SCOTT, David, USHER, Robin (eds.) – **Understanding educational research**. London/New York: Routledge, 1996, p. 159-174.

ERBEN, Michael – Biography and research method. ERBEN, Michael (ed.) – **Biography and education: a reader**. London/Bristol, Pennsylvania: Falmer Press, 1998, p. 5-19.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FILATELIA – **Prémios de mérito filatélico - literatura da Federação Portuguesa de Filatelia** [Em linha]. [Consult. 8 Mai. 2018]. Disponível em WWW:<<https://drive.google.com/file/d/0B5Poefgw9a7yYTNwTFIsd1o4dk0/view>>

FERRAROTTI, Franco – **On the science of uncertainty: the biographic method in scientific research**. Lanham/Oxford: Lexington Books, 2003.

FERREIRA, Godofredo – **[Carta] Lisboa, 2 de Outubro de 1972**. 1972, 1 f. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FERREIRA, Godofredo – **[Carta] Lisboa, 12 Set. 1958**. 1958a, 3 f. Destinatário Couto dos Santos, que escreve uma nota manuscrita na carta. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FERREIRA, Godofredo – **[Carta] Lisboa, 19 de Fevereiro de 1959**. 1959, 1 f. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FERREIRA, Godofredo – **[Carta] Lisboa, 21 de Maio de 1971**. 1971, 2 fl. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FERREIRA, Godofredo – **[Carta] Lisboa, 24 de Abril de 1967**. 1967, 1 fl. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FERREIRA, Godofredo – **A Mala-Posta em Portugal. Algumas notas para a sua história coligidas por Godofredo Ferreira**. [Original dactilografado]. 1945, 167 fls. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FERREIRA, Godofredo – **Documentos dos séculos XIII a XIX, relativos a Correios. Coligidos por Godofredo Ferreira**. 1958b, 231 fls. Disponível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FERREIRA, Godofredo – **Godofredo Ferreira: Autobiografia**. [Fotocópia de original dactilografado]. S.d. 15 f.. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FERREIRA, Godofredo – **Jornais de classe do pessoal dos Correios, Telégrafos e Telefones**. [Original dactilografado]. 1957, n.p.. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

FIELDING, Nigel G. – Life history interviewing. JUPP, Victor (ed.) – **The Sage dictionary of social research methods**. London/Thousand Oaks/ New Delhi: Sage publications, 2006, p. 159-161.

FISHER, Rob – In Search of a Theory of Private Archives: The Foundational Writings of Jenkinson and Schellenberg Revisited. **Archivaria** [Em linha]. ISSN 1923-6409 67 (2009) 1-24. [Consult. 7 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13205>

FOLKENFLIK, Robert (ed.) – **The culture of autobiography: constructions of self-representation**. Standford: Standford University Press, 1993.

FRAIZ, Priscila – A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos** [Em linha]. ISSN 2178-1494 11:21 (1998) 201-208. [Consult. 11 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060>

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES – A criança e o Museu das Comunicações. **Códice: revista da Fundação Portuguesa das Comunicações**. ISSN 0874-2901 2:3 (1999) 30-31.

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES. **Cronologia da história das comunicações em Portugal** [Em linha]. Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 1997. [Consult. 1 Mai. 2018]. Disponível em WWW:<URL: http://bh1.fpc.pt/nyron/Library/catalog/winlibsrch.aspx?skey=&cap=&pesq=5&thes0=18473&lang=en&dtype=mosaico&label=Instituto%20das%20Comunica%u00e7%u00f5es%20de%20Portugal&doc=7770>

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES (ed.) – **Guia de fontes documentais: história das comunicações em Portugal**. Lisboa: Direcção de Comunicação e Relações Públicas da Fundação Portuguesa das Comunicações, 2010.

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES – **História** [Em linha]. [Lisboa]: FPC, 2016. [Consult. 13 Mai. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.fpc.pt/pt/fundacao/historia>>

GARCIA, Maria Madalena A. M. M. – Os documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos** [Em linha]. ISSN 2178-1494 11:21 (1998) 175-187. [Consult. 6 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070>>

GUBA, Egon G., LINCOLN, Yvonna S. – Paradigmatic, controversies, contradictions, and emerging confluences. DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. (eds.) – **The Sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage Publications, 2005, p. 191-215.

GUDMUNSDOTTIR, Sigrun - The teller, the tale, and the one being told: the narrative nature of the research interview. **Curriculum inquiry**. ISSN 0362-6784 26:3 (1996) 293-306.

GUSDORF, Georges – Conditions and limits of autobiography. OLNEY, James (ed.) – **Autobiography: essays theoretical and critical**. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 28-48.

HART, Francis R. – Notes for an anatomy of modern autobiography. **New literary history**. ISSN 0028-6087 1:3 (1970), 485-511.

HARRIS, Verne – On the back of a tiger: deconstructive possibilities in 'evidence of me'. **Archives and Manuscripts** [Em linha]. ISSN 0157-6895 29:1 (2001) 8-21. [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.mybestdocs.com/harris-v-tiger-edited0105.htm>>

HENDERSON, Margeret – Archiving the feminist self: reflections on the personal papers of Merle Thornton. **Archives and Manuscripts** [Em linha]. ISSN 0157-6895 41:2 (2013) 91-104. [Consult. 4 Fev. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.1080/01576895.2013.806013>>

HIPCHEN, Emily; CHANSKY, Ricia Anne – Looking forward: the futures of Auto/Biography Studies. **A/b: Auto/Biography Studies** [Em linha]. ISSN 2151-7290 32:2 (2017) 139-157. [Consult. 4 Fev. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.1080/08989575.2017.1301759>>

HOBBS, Catherine – The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria** [Em linha]. ISSN 1923-6409 52:1 (2001) 126-135. [Consult. 6 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817/14027>>

HOLSTEIN, James A., GUBRIUM, Jaber F. – The constructionist mosaic. HOLSTEIN, James A., GUBRIUM, Jaber F. (eds.) – **Handbook of constructionist research**. New York/London: The Guildford Press, 2007, p. 3-10.

HUGILL, Kevin – The 'auto/biographical' method and its potential to contribute to nursing research. **Nurse Researcher** [Em linha]. ISSN 1351-5578 20:2 (2012) 28-32. [Consult. 28 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL [10.7748/nr2012.11.20.2.28.c9438](https://doi.org/10.7748/nr2012.11.20.2.28.c9438)>

HÜHN, Peter; MEISTER, Jan Christoph; PIER, John; SCHMID, Wolf (eds.) – **The living handbook of narratology** [Em linha] Hamburg: Hamburg University, actual. 3 Abr. 2016. [Consult. 21 Dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.lhn.uni-hamburg.de/>>

HURLEY, Chris – **Beating the French** [Comunicação] [Em linha]. [s.l.]: [s.n.], actual. 2012. [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.descriptionguy.com/images/WEBSITE/Beating-the-french.pdf>>

INFOPÉDIA DICIONÁRIOS PORTO EDITORA – **Espólio** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [Consult. 18 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/esp%C3%B3lio>>

INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO – **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

KETELAAR, Eric – Tacit narratives: the meanings of archives. **Archival Science**. ISSN 1389-0166 1:2 (2001) 131-141.

KIM, Jeong-Hee – **Understanding narrative inquiry: the crafting and analysis of stories as research**. Thousand Oaks/London/New Delhi/Singapore: Sage Publications, 2016.

LEJEUNE, Philippe – **L'autobiographie en France**. Paris: Armand Colin, 2010.

MACHADO, Helder da Rocha, SOARES, Paulo Amaral – Os hypomnemata e a memória material: as agendas pessoais de Joaquim Paço d'Arcos. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas** [Em linha]. 12:1 (2015) 1-12. [Consult. 19 Abr. 2018]. Disponível em WWW:<<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1404>>

MADRUGADA: GRANDE ORIENTE LUSITANO N.º 508 – **Breve história da Loja Madrugada, nº 339 do GOLU** [Em linha]. Lisboa: [S.l.], [mod.] 14 Out. 2002 [Consult. 18 Mai. 2018]. Disponível em WWW:<<http://archive.li/Pahi6>>

MCKEMMISH, Sue – Evidence of me. **The Australian Library Journal** [Em linha]. ISSN 2201-4276 45:3 (1996) 174-187. [Consult. 7 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<[URL:http://dx.doi.org/10.1080/00049670.1996.10755757](http://dx.doi.org/10.1080/00049670.1996.10755757)>

MERRILL, Barbara, WEST, Linden – **Using biographical methods in social research**. London/Thousand Oaks/New Delhi/Singapore: Sage Publications, 2009.

MILLER, Janet L. – Biography. GIVEN, Lisa M. (ed.) – **The Sage encyclopedia of qualitative research methods: volumes 1 & 2**. Thousand Oaks/London/New Delhi/Singapore, Sage Publications, 2008, p. 61-63.

MISCH, Georg – **A history of autobiography in Antiquity: part one**. Trans. E. W. Dickes. Routledge, 2002.

MONTEIRO, Luís Gonzaga – **Godofredo Ferreira: crónista-mór dos C.T.T.** [Recorte de jornal]. S.d., 1 f. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

MORGAN, David, STANLEY, Liz – Editorial introduction. **Sociology** [Em linha]. ISSN 14698684 27:1 (1993) 1-4. [Consult. 28 Mar. 2018]. Disponível em:<[URL:http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/003803859302700101](http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/003803859302700101)>

MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY – **Arquivo pessoal** [Em linha]. [S.l.]: [S.n.], [actual.] 30 Set. 2015a. [Consult. 30 Jun. 2018]. Disponível em WWW:<<http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1140>>

MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY – **Papeles** [Em linha]. [S.l.]: [S.n.], [actual.] 30 Set. 2015b. [Consult. 30 Jun. 2018]. Disponível em WWW:<<http://www.ciscra.org/mat/mat/term/3441/4188>>

MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY – **Papiers personnels** [Em linha]. [S.l.]: [S.n.], [actual.] 30 Set. 2015c. [Consult. 30 Jun. 2018]. Disponível em WWW:<<http://www.ciscra.org/mat/mat/term/427/713>>

OLIVEIRA, Lúcia Lippi [et.al.] (Eds.) – CPDOC: 25 Anos. **Estudos Históricos** [Em linha]. ISSN 2178-1494 11:21 (1998) 3-7. [Consult. 6 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<[URL:http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2058/1197](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2058/1197)>

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de – **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

OLNEY, James – Autobiography and the cultural moment: a thematic, historical, and bibliographical introduction. OLNEY, James (ed.) – **Autobiography: essays theoretical and critical**. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 3-27.

OLSHEN, Barry N. – Subject, persona, and self in the theory of autobiography. **A/b: auto/biography studies** [Em linha]. ISBN 2151-7290 10:1 (1995), 5-16. [Consult. 14 Dez. 2017]. Disponível em WWW:<[URL:http://dx.doi.org/10.1080/08989575.1995.10815054](http://dx.doi.org/10.1080/08989575.1995.10815054)>

ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS – **Cidadãos nacionais agraciados com Ordens Portuguesas** [Em linha]. [Lisboa]: Presidência da República Portuguesa, 2011. [Consult. 30 Abr. 2018]. Disponível em WWW:<<http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153&list=1>>

PEARCE-MOSES, Richard – **A glossary of archival and records terminology** [Em linha]. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. [Consult. 8 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<[URL:http://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf](http://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf)>

PEREIRA, Pedro Vaz – **Re: [Federação Portuguesa de Filatelia] Contactos** [Em linha]. Mensagem para fpfilatelia@gmail.com. 8 Mai. 2018. [Consult. 6 Mai. 2018]. Comunicação pessoal.

PLUMMER, Ken – **Documents of life 2: an invitation to a Critical Humanism**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications, 2001.

POLKINGHORNE, Donald E. – Narrative configuration in qualitative analysis. HATCH, Amos J., WISNIEWSKI, Richard (eds.) – **Life history and narrative**. London/Washington DC: The Falmer Press, 1995, p. 5-23.

ROBERTS, Brian – **Biographical research**. Buckingham: Open University Press, 2002.

RODRIGUES, Abel – Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos. FUNDACIÓN OLGA FALLEGO – **Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego: arquivos privados de persoas e familias. Unha ollada á Fundación Penzol** [Em linha]. [S.l.]: Fundación Olga Gallego, 2018, 31-50. [Consult. 24 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.fundacionolgagallego.gal/upload/recursos/cat_2/61/actas_i_encontr os_fog_lq.pdf](http://www.fundacionolgagallego.gal/upload/recursos/cat_2/61/actas_i_encontr_os_fog_lq.pdf)>

SANDER, Leah Joanne – **Collecting out thoughts and re-collecting our stories: the collection of personal records in archival institutions** [Em linha]. Manitoba: University of Manitoba, 2004. Dissertação de mestrado. [Consult. 20 Jan. 2018]. Disponível em WWW:<URL: <https://mspace.lib.umanitoba.ca/handle/1993/29605>>

SAMUEL, Michael – On becoming a teacher: life history research and the force-field model of teacher development. DHUNPATH, Rubby; SAMUEL, Michael (eds.) – **Life history research: epistemology, methodology and representation**. Rotterdam: Sense Publishers, 2009, p. 3-17.

SILVA, Armando B. Malheiro da – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. **Seminário sobre arquivos de família e pessoais**. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1997, p. 51-106.

SILVA, Armando B. Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo. **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas**

do Património [Em linha]. ISSN 645-4936 3:1 (2004) 55-84. [Consult. 19 Nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>>

SILVA, Carlos Guardado da – **O lugar dos 'arquivos pessoais' na arquivística internacional** [no prelo]. [S.l.]: [S.n.], [S.d.].

SMITH, Sidonie – Performativity, autobiographical practice, resistance. **Life writing in the long run: a Smith & Watson Autobiography studies reader**. [Em linha]. Michigan: University of Michigan Library, 2017. [Consult. 17 Dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://dx.doi.org/10.3998/mpub.9739969>>

SMITH, Sidonie, WATSON, Julia – **Reading autobiography: a guide for interpreting life narratives**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

STANLEY, Liz – How do we know about past lives? Methodological and epistemological matters involving Prince Philip, the Russian Revolution, Emily Wilding Davison, my mum and the absent Sue. POLKEY, Pauline (ed.) – **Women's lives into print: the theory, practice and writing of feminist auto/biography**. London/New York: Macmillan Press/St. Martin's Press, 1999, p. 3-21.

STANLEY, Liz – **The auto/biographical I: the theory and practice of feminist auto/biography**. Manchester: Manchester University Press, 1995.

STANLEY, Liz – On auto/biography in Sociology. **Sociology** [Em linha]. ISSN 14698684 27:1 (1993) 41-52. [Consult. 14 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.1177/003803859302700105>>

TEIXEIRA, Teresa – **Works by Godofredo Ferreira = Obras de Godofredo Ferreira** [Em linha]. [S.l.]: [S.n.], [actual.] 2010. [Consult. 1 Mai. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.worldcat.org/profiles/TeresaTeixeira/lists/2085759>>

VARÃO, Isabel – A biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações: uma questão de património. **Códice**. ISSN 0874-2901 5:1 (2008) 84-96.

VIVAS, Ricardo Ortiz – **[Carta] Madrid 9 - Diciembre - 1953**. 1953, 1 fl. Acessível no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, Portugal.

WEST, Linden – Challenging auto/biographies in the transitional spaces of research [Em linha]. **ESREA Life History and Biography Network: 2006 Conference: Transitional spaces, transitional processes and research**. Volos: European Society for Research on the Education of Adults, 2006. [Consult. 28 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:esrea2006.ece.uth.gr/downloads/west2.doc>

WEST, Linden – The power to illuminate; auto/biographical narrative research into the good democratic educational group and its enemies. **Culture, Biography and Lifelong Learning** [Em linha]. ISSN 2384-3748 2:1 (2016) n.p. [Consult. 29 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cbll.org/index.php/cbll/article/view/41>

WEST, Linden – **Using biographical research (or is it auto/biography?) to illuminate adult and lifelong learning: contested and illuminating space** [Em linha]. Halifax, Canada: Adult Education Research Conference, 2007 [Consult. 28 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://newprairiepress.org/aerc/2007/papers/105>

WILLIG, Carla – Interpretation and analysis. FLICK, Uwe (ed.) – **The Sage handbook of qualitative data analysis**. London/Thousand Oaks/New Delhi/Singapore: Sage Publications, 2014, p. 136-149.

YIN, Robert K. – **Case study research: design and methods**. Thousand Oaks/London/New Delhi/Singapore: Sage, 2009.

ANEXOS

ANEXO A:

24 ESTRATÉGIAS PARA A LEITURA DE NARRATIVAS DE VIDA⁶¹

1	Agência	Tendo em conta que para a sociologia, 'agência' corresponde ao acto do indivíduo se envolver com a estrutura social, como é que o indivíduo constrói a sua auto-representação com o objectivo de adquirir agência? Está o narrador consciente do modo como a sua auto-representação está conforme/inconforme os <i>scripts</i> culturais? (SMITH, WATSON, 2010, p. 235-236).
2	Audiência e remetente	Uma narrativa de vida pode ter múltiplas audiências. Existe uma pessoa, ou pessoas, para as quais o texto é directamente direccionado? Existe uma audiência implícita? Para que tipo de leitor o texto remete? (SMITH, WATSON, 2010, p. 236).
3	Autoridade e autenticidade	É expectável que as narrativas de vida correspondam a relatos de experiências vividas pelos próprios narradores, motivo pelo qual a narrativa pretende manifestar valor de autenticidade (esta minha experiência foi real) mas também de autoridade (<i>eu</i> tenho autoridade para contar esta experiência). De que modo o narrador manifesta a autoridade e autenticidade da sua narrativa de vida? (SMITH, WATSON, 2010, p. 236-237).
4	Autor e o momento histórico	Que tipos de dados históricos acompanham a leitura da narrativa de vida? O que significa, historicamente, que o narrador tenha construído a sua narrativa de vida no momento em que foi escrita, publicada e/ou disseminada? Que significados culturais a narrativa adquiriu após ter sido publicada? Como é que a publicação da narrativa transformou o contexto cultural? (SMITH, WATSON, 2010, p. 237-238).
5	<i>Eu</i> autobiográfico	Importa analisar os múltiplos tipos de <i>eu</i> que fazem parte do <i>eu</i> autobiográfico – histórico, narrador, narrado e ideológico. Quais os factores que marcam a historicidade do narrador (<i>eu</i> histórico)? Qual a história que o narrador procura narrar sobre si próprio (<i>eu</i> narrador)? Quais os elementos que são expressos como caracterizadores do narrador (<i>eu</i> narrado)? Quais as lacunas existentes entre o <i>eu</i> narrador e o <i>eu</i> narrado? De que modo o narrador expressa o contexto socio-cultural de que o <i>eu</i> histórico faz parte (<i>eu</i> ideológico)? (SMITH, WATSON, 2010, p. 238-239).

⁶¹ Este anexo corresponde a uma síntese por nós elaborada de um conjunto de estratégias propostas por Sidonie Smith e Julia Watson numa ferramenta intitulada de *tool kit: twenty-four strategies for reading life narratives*. Para o acesso à totalidade deste *tool kit*, Cf. SMITH, Sidonie, WATSON, Julia – **Reading autobiography: a guide for interpreting life narratives**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010, p. 235-251.

6	Autographics	Referente às narrativas de vida expressas sob a forma de banda desenhada (SMITH, WATSON, 2010, p. 239). Não se aplica ao nosso estudo.
7	Corpo e corporalização	De que modo o corpo do <i>eu</i> histórico é representado na narrativa de vida (como espaço de doença, de desejo, etc.)? De que modo a fisicalidade do corpo expressa no texto tem impacto no <i>eu</i> histórico? (SMITH, WATSON, 2010, p. 239-240).
8	Coerência e fecho	Existem omissões, contradições, lacunas ou silêncios na narrativa? Se existem, de que modo a identificação destes elementos afecta o modo como o <i>eu</i> histórico é entendido pelo investigador? Qual será o <i>eu</i> narrado que o <i>eu</i> narrador pretende projectar ao integrar estes silêncios na narrativa? De que modo a narrativa é 'fechada'? Oferece um desfecho final, ou, pelo contrário, abre espaço para ambiguidade? (SMITH, WATSON, 2010, p. 240).
9	Autobiografia colaborativa	É a narrativa de vida resultado de um esforço colectivo? Quais as pessoas envolvidas para a construção da narrativa de vida, e quais os papéis por elas desempenhados (editor, transcritor, entrevistador, etc.)? Estão estas múltiplas 'vozes' presentes na narrativa de modo claro, ou, pelo contrário, encontram-se ocultadas? (SMITH, WATSON, 2010, p. 240-241).
10	Ética	Podem-se verificar diversos problemas éticos na escrita e na leitura de narrativas de vida. O narrador revela elementos que podem prejudicar, de algum modo, ele próprio, ou as pessoas que com ele conviveram? Qual a justificação possível para que o narrador tenha revelado tais informações? (SMITH, WATSON, 2010, p. 241).
11	Provas	A que elementos testemunhais o narrador recorre de modo a persuadir o leitor a crer na autenticidade da sua narrativa? Que tipos de provas o narrador inclui na narrativa como formas de testemunhar a autenticidade dos factos narrados (fotografias, transcrições, etc.)? Qual o impacto que possa ter a conclusão de que os factos narrados são, na realidade, falsos? (SMITH, WATSON, 2010, p. 242).
12	Experiência	Em que momentos, e de que modo, o narrador revela aspectos sobre a experiência da auto-narração? O narrador reflecte sobre as dificuldades da experiência de narrar a própria vida? Existem diferentes interpretações da mesma experiência, narrada em diferentes períodos da vida do narrador, capazes de revelar uma evolução/alteração da interpretação de uma mesma experiência? (SMITH, WATSON, 2010, p. 242-243).
13	História dos leitores	Quem foram os leitores da narrativa de vida aquando da sua construção? Actualmente a audiência da narrativa de vida alcança os mesmos leitores daqueles que afectava aquando da sua construção? Quem podia e pode, hoje, aceder à narrativa de vida, como foi disseminada ou ouvida? Como é que a narrativa de vida chegou ao alcance do investigador? E após a intervenção do investigador, quais serão os leitores que a narrativa de vida alcançará? (SMITH, WATSON, 2010, p. 243-244).

14	Identidade	Existem múltiplas identidades na narrativa, ou, pelo contrário, existe uma identidade 'dominante'? Quais as características da/s identidade/s incluídas na auto-representação? Quais as diferenças entre a identidade formulada pelo <i>eu</i> narrador, pelo <i>eu</i> narrado e pelo <i>eu</i> histórico? (SMITH, WATSON, 2010, p. 244).
15	Conhecimento e auto-conhecimento	Pode ser interessante analisar os métodos de produção de conhecimento gerados pelo narrador no decorrer da sua auto-representação. A narrativa contém diferentes tipos de conhecimento (intuitivo, sobrenatural, místico, simbólico, etc.)? O acto de auto-narração conduz o narrador a produzir novo conhecimento sobre a sua própria vida? Que tipo de conhecimento podem os leitores da narrativa de vida adquirir? (SMITH, WATSON, 2010, p. 244-245).
16	Memória	É o próprio acto de lembrar um tema central na narrativa? Quais as fontes de memória no texto? São os actos de lembrar focados em aspectos íntimos (sonhos, fotografias, histórias de família, genealogia, etc.), profissionais, associados a <i>hobbies</i> ? Qual a relação entre os actos de lembrar que ligam a esfera privada com a esfera pública? Qual destas esferas predomina, e de que modo a esfera predominante – pública ou privada – se relaciona com a audiência da narrativa de vida? (SMITH, WATSON, 2010, p. 245).
17	Enredo e tipos de narrativa	Que tipo de narrativa assume a auto-representação? Adquire a forma de <i>bildungsroman</i> , é uma auto-examinação confessional, a história de um indivíduo que alcançou sucesso de modo individual? O enredo da narrativa situa-a em que contexto cultural e histórico? Quais os locais sociais da narrativa (história familiar, sobre crenças políticas ou religiosas, estereótipos culturais)? Qual a relação estabelecida entre o enredo e o tipo de narrativa com a identidade que o narrador pretende fixar na auto-representação? Que formas de <i>storytelling</i> são empregues pelo narrador através do recurso de diferentes formas (poesia, prosa, testemunho) e <i>media</i> (fotografia, transcrições)? (SMITH, WATSON, 2010, p. 245-246).
18	Vidas online	Referente à multiplicidade de formas <i>online</i> de auto-narração, nas quais se incluem <i>blogs</i> , diários <i>online</i> , redes sociais e ambientes de videojogos <i>multiplayer online</i> (SMITH, WATSON, 2010, p. 246-247). Não se aplica ao nosso estudo.
19	Paratextos	O termo paratexto diz respeito aos textos que enquadram o texto principal, apresentando-o, analisando-o e comentando-o ao leitor. Enquadrados no paratexto encontram-se os peritextos (textos dentro do espaço físico do texto principal, como o título, prefácio, sumário, fotografias, bibliografia, etc.) e os epitextos (exteriores à fisicalidade do texto, mas a ele referentes, como recortes de jornal ou críticas ao texto principal). Quais os elementos paratextuais da narrativa de vida? Como é que os epitextos vieram a acompanhar a divulgação da narrativa de vida a nível comercial, <i>online</i> e nos <i>media</i> ? Ocorreu alguma alteração do título ou classificação da narrativa de vida? (SMITH, WATSON, 2010, p. 248).

20	Relacionamento	Que outros sujeitos habitam no texto? Existe algum sujeito através do qual, para o qual, ou sobre o qual a narrativa de vida é narrada? Quem é esse sujeito, um familiar, amigo, mentor? A voz desse sujeito é revelada de modo explícito ou implícito? Qual o impacto do relacionamento entre o sujeito narrador e os demais sujeitos que integram a narrativa? (SMITH, WATSON, 2010, p. 248).
21	Espaço e lugar	De que modo a narrativa revela um posicionamento social, geográfico, ou geopolítico do narrador? Qual o posicionamento ideológico ou económico do narrador? Quais as fronteiras estabelecidas (ou destabilizadas) entre eu/outro? Existem temáticas associadas à mobilidade de lugar (migração, turismo, exílio)? De que modo a materialidade na qual a narrativa de vida se fixa (folha de papel, livro, <i>blog online</i> , etc.) situa a narrativa? (SMITH, WATSON, 2010, p. 248-249).
22	Temporalidade	É possível identificar o tempo (cronológico) no qual a narrativa de vida fora construída? Em que fase da vida o narrador se auto-representou (adolescência, idade adulta, terceira idade)? No caso de a narrativa ser descontínua, revelando lacunas temporais, qual o impacto da existência destas lacunas, e qual poderá ser a justificação da sua existência? Caso o narrador tenha narrado as mesmas experiências em diferentes momentos cronológicos, quais as diferenças encontradas nas diferentes auto-representações da mesma experiência? (SMITH, WATSON, 2010, p. 249-250).
23	Trauma e escrita terapêutica	A narrativa debruça-se sobre temas associados a memórias traumáticas ou obsessivas enquanto veículo para verbalizar eventos de sofrimento para o narrador? As memórias traumáticas estão associadas a uma dimensão pessoal e/ou política? O narrador discute os efeitos terapêuticos da auto-narração dessas memórias? A leitura de narrativas de vida associadas a trauma têm algum efeito terapêutico no leitor? (SMITH, WATSON, 2010, p. 250).
24	Voz	Embora a 'voz' do narrador seja uma, esta materializa-se numa multiplicidade de vozes, numa multiplicidade de tipos de <i>eu</i> (o <i>eu</i> autobiográfico). Existe uma voz 'dominante' na narrativa? O narrador expressa directamente os problemas associados à voz no texto, ao modo como é dada visibilidade/silêncio aos temas narrados? (SMITH, WATSON, 2010, p. 250-251).

APÊNDICES

APÊNDICE A:

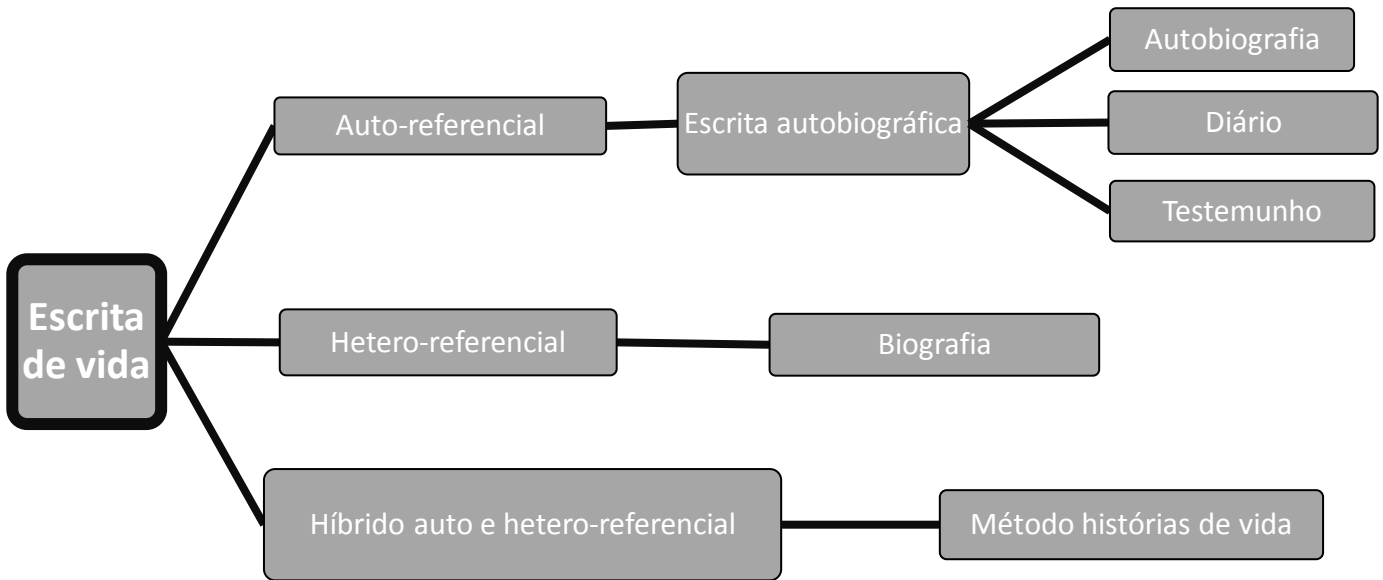
ESQUEMA ESCRITA DE VIDA

TERMO	DEFINIÇÃO
Acto autobiográfico	<i>Ver narrativa de vida.</i>
Auto/biografia (<i>Auto/biography; a/b</i>)	Termo que pretende diluir as fronteiras aparentemente estaques, em primeira instância, entre autobiografia/biografia, mas também entre eu/outro, facto/ficção, passado/presente, público/privado, imediato/memória. O recuso a auto/biografia pretende, deste modo, revelar como o acto de narrar uma vida, seja ela hetero ou auto-referencial, assumir uma dimensão complexa e volátil, marcada por um forte carácter de subjectividade e construção (ROBERTS, 2002, p. 76-77; STANLEY, 1993, p. 47-49; STANLEY, 1995, p. 85-86).
Autobiografia (<i>Autobiography</i>)	Empregue para a referência exclusiva à Autobiografia enquanto género literário. Adoptámos a opção de recorrer ao auxílio gráfico da letra inicial capitalizada por motivos de clareza textual.
Documentos de vida (<i>Documents of life</i>)	Documentos cuja informação reporta para a experiência de vida de um, ou vários, indivíduos. São exemplos de documentos de vida: correspondência, fotografia, diário e escultura (PLUMMER, 2001, p. 17-18).
Escrita autobiográfica (<i>Self-referential writing</i>)	1. Narrativa auto-referencial sob a forma escrita. 2. Circunscreve as narrativas de vida àquelas fixas sob a forma escrita (SMITH, WATSON, 2010, p. 4). <i>Ver narrativa de vida.</i>
Escrita de vida (<i>Life writing</i>)	Narrativa sob a forma escrita, podendo assumir uma natureza auto ou hetero-referencial (SMITH, WATSON, 2010, p. 4). São exemplos de escrita de vida: biografia, autobiografia, diário e testemunho.
Eu auto/biográfico (<i>Auto/biographical "I"</i>)	Remete para a reflexividade inerente ao investigador no processo de analisar, interpretar e reconstruir uma vida através do método auto/biográfico, através da qual o investigador introduz o seu <i>eu</i> no texto (STANLEY, 1993, p. 49; STANLEY, 1995, p. 21). Não confundir com o termo <i>eu autobiográfico</i> (sem a barra).
Eu autobiográfico (<i>Autobiographical "I"</i>)	Corresponde ao <i>eu</i> do narrador, composto por múltiplos tipos de <i>eu</i> (<i>eu</i> histórico, <i>eu</i> narrador, <i>eu</i> narrado e <i>eu</i> ideológico), sem que nenhum deles possibilite o acesso à identidade do narrador (SMITH, WATSON, 2010, p. 71-79).
História de vida (<i>Life story</i>)	1. Narrativa auto ou hetero-referencial de uma vida, podendo esta se fixar em qualquer suporta e ser expressa sob qualquer forma. 2. Correspondem às histórias de vida auto-referenciais ao conceito de <i>narrativa de vida</i> (SMITH, WATSON, 2010, p. 4). 3. Não confundir com o <i>método de histórias de vida</i> .
Leitor implícito (<i>Implicit reader</i>)	Corresponde ao remetente da narrativa no momento da sua 'escrita'. É um leitor "abstracto" sem o qual a narrativa não pode ser criada (HÜHN, et al., 2016, n.p.).
Método de histórias de vida (<i>Life history</i>)	Método de investigação no qual o investigador relata o percurso de vida de um indivíduo, sendo a recolha de dados assente na realização de entrevistas ao sujeito biografado, no qual este relata a sua <i>história</i>

	<i>de vida</i> , sendo esta posteriormente editada, interpretada e apresentada pelo investigador (FIELDING, 2006, p. 159-160; SAMUEL, 2009, p. 4-5). Não confundir com <i>história de vida</i> .
Narrador (<i>Life narrator</i>)	Termo empregue para a referência do sujeito que encapsula o <i>eu autobiográfico</i> da narrativa (SMITH, WATSON, 2010, p. 71-79).
Narrativa de vida (<i>Life narrative</i>)	1. Circunscreve as <i>histórias de vida</i> de natureza auto-referencial, excluindo, por isso, as hetero-referenciais. 2. Termo abrangente que identifica qualquer acto ou prática autobiográfica podendo ser fixa em qualquer suporte e expressa em qualquer forma (SMITH, WATSON, 2010, p. 4).
Produtor-narrador	<i>Narrador</i> das narrativas de vida contidas em arquivos pessoais.

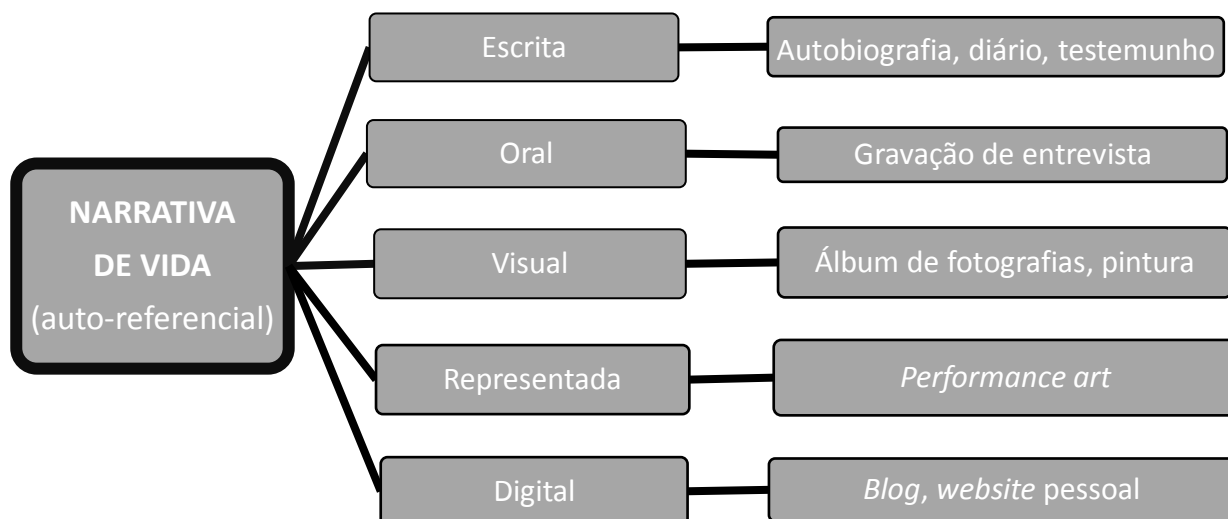
APÊNDICE B:

ESQUEMA ESCRITA DE VIDA



APÊNDICE C:

TIPOS DE NARRATIVAS DE VIDA



APÊNDICE D:

CRONOLOGIA DA VIDA DE GODOFREDO FERREIRA⁶²

ANO	DIA/MÊS	EVENTO
1886	5 Jun.	Godofredo Alberto dos Santos Ferreira nasce em Lisboa, filho de Júlio César Ferreira e de Máxima Júlia dos Santos.
	28 Ago.	Baptizado na Igreja Paroquial das Mercês, Lisboa.
1890	-	Morre Júlio César Ferreira, pai de Godofredo Ferreira, pelo que passa a viver alternadamente com a mãe e o tio paterno, Alfredo Porfírio Ferreira.
1896	Abr.	Internado pelo seu tio na Real Casa Pia de Lisboa, onde, após o exame de instrução primária, em 1898, frequenta o curso de comercial e lições do curso de telégrafos. Ainda na Real Casa Pia de Lisboa estuda música, fazendo parte da banda desta instituição, na qual toca saxofone.
1899	-	Morre Máxima Júlia dos Santos, mãe de Godofredo Ferreira.
1901	Out.	Admitido no Seminário Patriarcal de Lisboa.
1903	-	Abandona o Seminário Patriarcal de Lisboa.
1904	8 Set.	Conclui, como aluno externo, o curso de Telegrafia Elementar da Escola Telegráfica de Lisboa.
	10 Ago.	Nomeado praticante provisório da Direcção Geral dos Correios e Telégrafos, colocado na Estação Telegráfica Central de Lisboa, tendo tomado posse a 12 do mesmo mês.
1905	16 Mar.	Promovido a aspirante auxiliar, permanecendo na Estação Telegráfica Central de Lisboa, tomando posse no mesmo dia.
1906	-	Inicia o curso de Telégrafos no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.
1908	-	Torna-se sócio fundador do Lisabona Esperantista Grupo.
1909	-	Finaliza o Curso dos Telégrafos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.
	2 Set.	Transferido do serviço da Estação Telegráfica Central de Lisboa para a Estação Telegráfica Postal de Faro.
	27 Out.	Promovido a 2.º aspirante.
1911	27 Set.	Transferido, por conveniência, regressando para a Estação Telegráfica Central de Lisboa.
	12 Dez.	Colocado provisoriamente na 1.ª Divisão (Fiscalização de Indústrias Eléctricas; Iluminação Eléctrica dos Ministérios e suas Dependências) da 2.ª Direcção (Serviços Técnicos e Material), da então Direcção Geral dos Correios e Telégrafos.
1912	-	Iniciado na Maçonaria, na Loja Madrugada, com o nome simbólico "Zamenhoff", no qual atingiu 3º RF, tendo transitado para a Loja Pujança.
	15 Mai.	Colocado definitivamente na 1.ª Divisão da 2.ª Direcção da Direcção Geral dos Correios e Telégrafos.
	11 Mar.	Casa com Maria Rita de Cássia de Oliveira Santos, filha de Manuel Rodrigues dos Santos e de D. Amélia Augusta e Oliveira Santos, com a qual teve uma filha, Amália Duarte dos Santos Ferreira.

⁶² A presente cronologia resulta de informações recolhidas nas seguintes fontes: CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL, s.d.; CTT – CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL, 1986, p. 15-38; CURRÍCULUM VITAE DE AMÁLIA DUARTE DOS SANTOS FERREIRA, s.d.; FERREIRA, 1958a; FERREIRA, 1958b; FERREIRA, s.d.; ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS, 2011, n.p.; FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES, 2010, p. 68-71; MADRUGADA, 2002; TEIXEIRA, 2010, n.p.

1914	-	Conclui o curso de Bibliotecário-Arquivista da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos.
	11 Jun.	Nomeado Fiscal das Instalações Eléctricas.
1915	-	Adere à Associação de Classe do Pessoal Maior dos CTT, onde veio a desempenhar várias funções, das quais, as de Conselho Fiscal, Directório e presidente da Assembleia Geral.
	1 Jun.	Nomeado Fiscal de Exploração dos Carros na Companhia Carris de Ferro de Lisboa.
1916	-	Encarregue pela Inspeção das Bibliotecas e Arquivos de incorporar nos arquivos desta Inspeção o cartório paroquial da antiga Câmara Eclesiástica de Castelo Branco.
	25 Jan.	Nomeado membro da Comissão de Fiscalização de Teatros.
	21 Fev.	Louvido pelo seu trabalho na incorporação dos livros do registo paroquial de vários concelhos do distrito de Castelo Branco (Belmonte, Covilhã, Fundão, Penamacor, São Vicente da Beira e Castelo Branco) na Inspeção das Bibliotecas e Arquivos.
	23 Jan.	Concorre aos serviços de Posta em Campanha.
1917	2 Abr.	Passa a 1.º aspirante nos CTT.
	3 Set.	Preso no Forte de Caxias por ter aderido à greve telégrafo-postal desse mesmo ano, tendo sido liberto a dia 12 de Setembro.
	16 Nov.	Nomeado Secretário de Inquérito para a declaração da utilidade pública da rede de iluminação eléctrica de Valença.
1918	-	Adere ao movimento político Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira.
	-	Prefacia a obra de Mário de Oliveira <i>No Forte de Caxias: a greve telegrafo-postal: notas de captiveiro</i> (Lisboa: Tipografia do Sport de Lisboa).
	9 Ago.	Colocado na Direcção dos Serviços Electrotécnicos.
	2 Set.	Promovido a 3.º Oficial do quadro dos Serviços Telegráficos e Telefónicos, tomando posse a dia 9 do mesmo mês.
1919	-	Publica a sua primeira obra, <i>D. Gil Sanches: subsídios para a monografia da Vila de Sarzedas</i> ([S.l.]:[S.n.]).
	4 Jul.	Agraciado Cavaleiro da Ordem de Sant'Iago da Espada, devido aos seus méritos literários e aos serviços prestados na incorporação do cartório paroquial de diversos concelhos do Distrito de Castelo Branco na Inspeção das Bibliotecas e Arquivos.
	22 Dez.	Promovido a 2.º Oficial do quadro dos Serviços Telegráficos e Telefónicos, tomando posse ao dia 30 do mesmo mês.
1920	-	Adere à Caixa de Auxílio dos Empregados Telégrafos-Postais.
	25 Mai.	Nomeado Secretário da Comissão de Inquérito para a declaração da utilidade pública da rede de iluminação eléctrica de Ponte do Lima.
	18 Nov.	Nomeado presidente da Comissão de Inquérito para a declaração de utilidade pública da rede de iluminação eléctrica de Caldas das Taipas.
	10 Ago.	Aprovado o Regulamento da Biblioteca dos CTT, proposto pelo Decreto n.º 6822 de 18 de Julho do mesmo ano, elaborado por uma comissão da qual Godofredo Ferreira fez parte, juntamente com Manuel Pinto de Melo e Joaquim Chagas.
1921	-	Publica <i>Família de Sarzedas: subsídios para a história desta vila</i> (em colaboração com F. Nogueira de Brito) ([S.l.]:[S.n.]).
1922	-	Esteve presente no Rio de Janeiro como Chefe de Secção do Comissariado Português da Exposição Internacional, exposição elaborada a propósito do Centenário da Independência do Brasil.
	-	Publica <i>Cartórios paroquiais do distrito de Castelo Branco</i> (Lisboa: [S.n.]).

1923	-	Adere à <i>Société Académique d'Histoire International de Paris</i> .
	-	Publica <i>Soror Mariana Alcoforado morreu há 200 anos: 1723-1923</i> ([S.l.]:[S.n.]).
	24 Ago.	Nomeado Secretário da Comissão de Inquérito para a declaração de utilidade pública da rede de iluminação eléctrica do Bombarral.
1924	1 Jul.	Promovido a Sub-Inspector.
1925	-	Adere à Associação dos Arqueólogos Portugueses.
1926	25 Out.	Nomeado presidente da Comissão de Inquérito para a declaração de utilidade pública da rede de iluminação eléctrica da Vidigueira.
1927	-	Publica a primeira obra dedicada à história dos CTT com <i>Bibliografia histórica dos Correios: ligeiros subsídios</i> (Lisboa: [S.n.]).
	-	Publica <i>Soror Mariana Alcoforado no teatro</i> (Lisboa: Imprensa Libânio da Silva).
	18 Mai.	Promovido a Inspector do quadro dos Serviços Telegráficos, tomando posse a dia 2 de Junho do mesmo mês.
	30 Set.	Louvado pelo seu desempenho no serviços das Indústrias Elétricas e pela elaboração de uma Carta de Portugal com a indicação das localidades que possuem redes de distribuição de energia elétrica.
1928	29 Nov.	Nomeado Chefe da 2ª Secção da Inspeção das Industrias Eléctricas.
1929	-	Publica a 2ª edição da obra <i>Bibliografia histórica dos Correios: ligeiros subsídios</i> (Lisboa: [S.n.]), prefaciada por M. Marc Henrioud.
	-	Publica, juntamente com Joaquim Cunha da Silveira, José Seabra Cascão e José Gonçalves Bandeira, <i>Augusto António Pedro dos Santos: sessão de homenagem realizada em 23 de Março de 1929</i> ([S.l.]: [S.n.]).
	30 Set.	Louvado por ter elaborado e publicado um trabalho sobre bibliografia histórica dos Correios.
1930	-	Co-funda a <i>Academia Iberoamericana y Filipina de Historia Postal</i> , juntamente com Ricardo Ortiz Vivas.
1931	-	Nomeado para desempenhar as funções de vogal efectivo da 2.ª Secção do Conselho Disciplinar dos CTT.
1932	-	Publica <i>Dos Correios-Mores do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos: ligeiros subsídios biográficos</i> (Lisboa: CTT).
	28 Dez.	Louvado por ter oferecido à Biblioteca da Administração Geral dos CTT um exemplar da sua obra <i>Dos Correios-Mores do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos: ligeiros subsídios biográficos</i> (Lisboa: CTT).
1933	20 Abr.	Louvado pelo seu desempenho nos serviços de fiscalização na Inspeção das Indústrias Eléctricas.
	20 Dez.	Nomeado Membro da Comissão Permanente de Peritos em matéria de Radiocomunicações.
	28 Dez.	Transferido, por conveniência, para a Direcção de Serviços Radioeléctricos, cargo que toma posse a 27 de Janeiro do ano seguinte.
1934	-	Propõe ao Administrador Geral dos Correios e Telégrafos, Couto dos Santos, a concepção do Museu dos CTT, que, embora tenha sido aprovado, o projecto só se verificou concretizado em 1947.
	24 Set.	Nomeado Chefe de Divisão interino da 1.ª Divisão (Secretaria) da Direcção de Serviços da Secretaria e Pessoal, tomando posse a dia 11 de Outubro.
1935	-	Faz parte da Comissão Organizadora da 1ª Exposição Filatélica Portuguesa.

	20 Jun.	Louvido pelo modo como organizou a representação a Administração Geral dos CTT na 1.ª Exposição Filatélica Portuguesa.
1936	-	Adere à Casa Pia Atlético Club.
	-	Publica <i>Estações da antiga mala-posta Lisboa-Porto</i> (Lisboa: Administração Geral dos Correios e Telégrafos).
	-	Publica <i>Exposição bibliográfica: catálogo de autores Casapianos</i> (Lisboa: Casa Pia).
	-	Publica <i>Estações da antiga mala-posta de Lisboa ao Porto</i> (Boletim Oficial dos CTT, 88).
	8 Dez.	Nomeado vogal efectivo da 1.ª Secção do Conselho Disciplinar da Administração Geral dos CTT.
1937	Jan.	Conclui, assina e data o original não publicado <i>Manuscrito da Biblioteca da Universidade de Coimbra, registado sob o n.º 1489, e sob a rubrica: papéis referentes ao ofício de Correio-Mor do Reino de Portugal. Copiado por Godofredo Ferreira.</i>
	4 Mar.	Louvido por ter procedido à cópia de um manuscrito relativo aos Correios, datado do século XVII, pertencente à Universidade de Coimbra, ao qual designou <i>Papéis referentes ao ofício de Correio-Mor do Reino de Portugal.</i>
	13 Set.	Louvido pela passagem de alguns milhares de certidões, num espaço relativamente curto de tempo.
1938	-	Publica <i>Au temps des diligences: le relais</i> (Revue Universalle des Postes et Telecommunications, 10:7, p. 112).
	28 Dez.	Promovido Chefe de Repartição efectivo, tomando posse a 1 de Janeiro do ano seguinte.
1939	-	Elabora as Instruções para o fornecimento de fardamentos ao pessoal auxiliar e menor dos quadros efectivo e de reserva da Administração dos CTT (Portaria n.º 9335 de 7 de Outubro de 1939).
	15 Fev.	Transferido para o lugar de Chefe da 2ª Repartição (Movimento do Pessoal e Arquivo da Direcção) da Direcção dos Serviços Administrativos. Tomou posse deste cargo a 27 de Fevereiro de 1939.
1940	10 Abr.	Nomeado presidente do júri do concurso de aptidão profissional de dactilografia.
	23 Out.	Louvido pelo seu contributo para a resolução do problema do fardamento do pessoal auxiliar e menor dos quadros activo e de reserva da Administração Geral dos CTT.
1941	-	Publica a 2ª edição, revista e ampliada, da obra <i>Dos Correios-Mores do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos: ligeiros subsídios biográficos</i> (Lisboa: CTT). Tem tradução para a língua francesa.
	-	Elabora o Regulamento do programa dos concursos de admissão e promoção do pessoal do quadro administrativo dos CTT (Portaria de 16 de Julho de 1941).
	-	Nomeado redactor-chefe do Guia Oficial dos CTT, com o número de lançamento datado de Agosto desse mesmo ano.
	4 Out.	Admissão de Amália Duarte dos Santos Ferreira, filha de Godofredo Ferreira, nos CTT.
	Set.	Nomeado presidente do júri do concurso de aptidão profissional de dactilografia.
1942	-	Publica <i>Carteiro e o que dele dizem. Compilação e tradução de artigos sobre 'O Carteiro'</i> (Guia Oficial dos CTT, 7, p.10-11; 8, p. 3-5; 9, p. 21-22).
	-	Publica <i>A culpa é do correio ...</i> (Guia Oficial dos CTT, 11, p. 17-20).

	-	Publica <i>Estabelecimento regular das primeiras comunicações postais entre Portugal e Brasil. Alvará de 20 de Janeiro de 1798</i> (Guia Oficial dos CTT, 11, p. 6-8).
	13 Abr.	Nomeado vogal do concurso de promoção aos lugares de 2.º e 3.º Oficial do quadro administrativo.
	17 Ago.	Nomeado presidente do júri do concurso de aptidão profissional de dactilografia.
1943	-	Publica <i>O pai de Camilo Castelo Branco: empregado dos Correios</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>A culpa é do Correio</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>Há 73 anos... lançamento do cabo-submarino Portugal-Inglaterra</i> (Guia Oficial dos CTT, 23, p. 17-18).
	-	Colige notas, gravuras e retratos para a 2ª edição da obra de Guilhermino Augusto de Barros, <i>Memória histórica acerca da telegrafia eléctrica em Portugal</i> (Lisboa: Publicidade e Propaganda dos CTT).
	-	Publica <i>Des grands maîtres des postes de royaume aux administrateurs généraux des postes et télégraphes: légères contributions biographiques</i> , com tradução de Jorge Guimarães Daupiás (Lisboa: CTT).
1944	-	Enviado especial da Administração Geral dos CTT de Lisboa à 1.ª Exposição Filatélica do Porto (que decorreu entre 29 e 31 de Julho de 1944).
	14 Jun.	Elogiado pelo interesse e dedicação que manifestou sobre assuntos relacionados com a Filatelia.
	17 Ago.	Nomeado presidente do júri do concurso de promoção aos lugares de 2.º Oficial do quadro administrativo.
	27 Set.	Elogiado pela acção desenvolvida na preparação e efectivação da 1.ª Exposição Filatélica do Porto.
	20 Out.	Nomeado vogal do júri do concurso para o provimento dos lugares de inspectores de exploração.
	15 Nov.	Reencaderna, prefacia, adiciona sumário de conteúdos, assina e data o original não publicado <i>Caricaturas de M. da Sila Mesquista. Texto de R. das Neves Reis</i> .
1945	-	Adere ao grupo Amigos de Lisboa.
	-	Publica <i>O instituidor do selo postal</i> (Porto: Mercado Filatélico).
	-	Amália Ferreira (filha) é admitida como bibliotecária na Biblioteca da Administração Geral dos CTT.
	Jul.	Conclui, assina e data o original não publicado <i>A Mala-Posta em Portugal. Algumas notas para a sua história coligidas por Godofredo Ferreira</i> .
	6 Nov.	Nomeado vogal de júri do concurso de promoção aos lugares de 1º Oficial do quadro administrativo.
1946	-	Publica <i>A mala-posta em Portugal: algumas notas para a sua história</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).
	-	Coordena, em colaboração com Sílvia Haelling da Fonseca, a obra editada pelo <i>Comité de Réception de la XIVème Assemblée Plénière du Comité Consultatif International Téléphonique</i> , sob o título <i>Renseignements pratiques pour un séjour au Portugal</i> (Lisboa: C.R. XIV A.P.C.C.I.T.).
1947	-	Adere ao <i>Bureau d'Échanges Philatéliques</i> (Porto).
	-	Publica <i>As comunicações postais luso-espanholas anteriores ao estabelecimento do caminho de ferro</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).
	-	Publica <i>Retorno à tradição. Editorial: Decreto 36,155 que restabelece a nomenclatura de Correio-Mor nos CTT, além de outro benefícios ao</i>

		<i>peçoal em geral como abonos, horários e regalias monetárias</i> (Guia Oficial dos CTT, 69, p. 1).
	-	Conclui, assina e data o original não publicado <i>Tarifas telegráficas que vigoraram entre 1852 e 1947</i> .
	10 Abr.	Nomeado membro do júri do concurso de promoção aos lugares de 3.º Oficial do quadro administrativo.
	14 Jul.	Enviado em missão especial para Espanha, a fim de representar Portugal no ciclo de conferências profissionais a serem realizadas em Madrid, por iniciativa da <i>Academia Iberoamericana y Filipina de Historia Postal</i> .
	13 Ago.	Autorizado a se deslocar para as cidades de Porto e Braga, em comissão gratuita, a fim de desenvolver pesquisas nos arquivos históricos e municipais destas cidades, fazendo-se acompanhar por Amália Ferreira.
	27 Out.	Representou a Administração Geral dos CTT no ciclo de conferências promovidas pela Administração dos Correios Espanhóis, a propósito do centenário do nascimento de Cervantes, no qual foi orador da comunicação <i>As comunicações postais luso-espanholas anteriores ao estabelecimento do caminho de ferro</i> .
1948	-	Publica <i>Correio do Alentejo em 1835 e os salteadores</i> (Guia Oficial dos CTT, 89, p. 15-18).
	-	Publica <i>Do outro lado do Atlântico. Documentos para a história do correio brasileiro</i> (Guia Oficial dos CTT, 89, p. 15-18).
	-	Publica <i>O Papa Marcelo: empregado da posta</i> (Guia Oficial dos CTT, 88, p. 10-11);
	4 Jun.	Nomeado vogal do júri do concurso de promoção aos lugares de 1.º Oficial do quadro administrativo.
1949	-	Publica <i>Velhos papéis do correio</i> (Lisboa: [S.n.]).
	-	Publica <i>Cartas e carteiros</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).
	-	Publica <i>O Correio-Mor Luís Gomes da Mata segundo retratado por seu irmão</i> (Guia Oficial dos CTT, 97, p. 8-9).
	-	Publica <i>Um estafeta a contas com a Inquisição</i> (Guia Oficial dos CTT, 98, p. 16-19).
	-	Publica <i>150 Anos de administração do correio pelo Estado</i> (Guia Oficial dos CTT, 93, p. 12-13).
	-	Publica <i>Aditamentos ao livro 'a mala posta em Portugal'. Mala-posta de Lisboa a Coimbra - 1798-1804. Oficial do Exército que serviram na mala-posta de Lisboa ao Porto</i> (Guia Oficial dos CTT, 95, p. 8-9).
	-	Publica <i>Bocage e os seus amigos do Correio. José Maria de Oliveira, escriturário do Correio Geral, José Barreto Gomes, Director do Correio Geral e Roque Ferreira Lobo Administrador das Cartas do Reino. O palácio do Monteiro-Mor</i> (Guia Oficial dos CTT, 100, p. 12-15).
	-	Publica <i>Domingos José de Azevedo notável dicionarista. Biografia, funcionário dos CTT, professor e autor de livros didáticos</i> (Guia Oficial dos CTT, 96, p. 8-10).
	-	Publica <i>O 'Padre Rabecão' oficial dos Correios...</i> (Guia Oficial dos CTT, 91, p. 17-18).
	-	Publica <i>Os primeiros bilhetes postais em Portugal</i> (Guia Oficial dos CTT, 90, p. 13-15).
	-	Publica <i>Selos postais portugueses gravados no estrangeiro</i> (Guia Oficial dos CTT, 108, p. 14-19; 109, p. 21; 110, p. 15-16).
	-	Publica <i>A reimpressão de selos em 1864</i> (Guia Oficial dos CTT, 99, p. 8-9).

	28 Jul.	Autorizado a se deslocar às cidades de Viseu, Porto e Lamego, a fim de consultar os seus arquivos históricos para o desenvolvimento das sus investigações da história dos CTT, sendo acompanhado por Amália Ferreira.
1950	-	Cria e chefia o 'Arquivo de Reservados' e o 'Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT', ficando ambos à responsabilidade da Biblioteca Administração Geral dos CTT.
	-	Publica a obra <i>Biblioteca da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones</i> ([Lisboa]: CTT).
	9 Ago.	Autorizado a se deslocar, em comissão gratuita, às cidades do Porto e Braga a fim de desenvolver investigações sobre a história dos CTT nos arquivos municipais destas cidades, fazendo-se acompanhar por Amália Ferreira.
	Dez.	Nomeado presidente da Comissão Executiva da Exposição Filatélica Internacional de Lisboa, "Lisboa 1953", comemorativa do centenário do primeiro selo postal português.
1952	-	Publica <i>O centenário da Reforma Postal de 1852 e a Direcção dos Serviços de Secretaria e Pessoal dos Correios</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).
	-	Publica <i>Três palácios dos correios na Rua de São José: ligeiros apontamentos</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>O centenário da reforma postal de 1852 e a Direcção dos Serviços de Secretaria e Pessoal dos Correios</i> (Guia Oficial dos CTT, 135, p. 9-13).
	28 Jul.	Autorizado a se deslocar, em comissão gratuita, às cidades de Braga, Porto e Coimbra a fim de consultar os seus arquivos históricos para o desenvolvimento das suas investigações sobre a história dos CTT, fazendo-se acompanhar por Amália Ferreira.
1953	-	Sócio honorário do Clube Filatélico do Porto.
	-	Publica <i>Relação da viagem de um correio do vice-rei das Índias Orientais a Sua Magestade, expedido de Goa, no primeiro de Janeiro de 1608</i> (Lisboa: [S.n.]).
	-	Publica, em parceria com António Fragoso, Carlos Trincão e Oliveira Marques, <i>100 Anos do selo do correio português: 1853-1953</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>Correio da Índia, por terra, em 1608. Descrições da viagem e documentos confirmativos de benesses adquiridas com o cargo de estafeta, e biografia dos seus desempenhantes</i> (Guia Oficial dos CTT, 142, p. 16-18).
	-	Publica <i>Selos impressos na Casa da Moeda em 1953</i> (Guia Oficial dos CTT, 173, p. 4).
	30 Out.	Autorizado a se dirigir, em comissão de serviço, às cidades de Coimbra, Viseu, Porto e Braga para consultar os arquivos distritais destas, para fins de investigação, fazendo-se acompanhar por Amália Ferreira. Por motivos de saúde, não chega a usufruir desta autorização.
	9 Nov.	Louvado pelo seu desempenho enquanto presidente da Comissão Executiva da Exposição Filatélica Internacional de Lisboa, "Lisboa 1953".
1954	-	Publica <i>Cartas de empenho... três autógrafos interessantes. Pessoas que pretendiam ingressar nos Correios, apelando a autógrafos da Infanta D. Ana, Almeida Garrett e Rodrigo da Fonseca</i> (Guia Oficial dos CTT, 161, p. 11-13).
	-	Publica <i>A culpa foi sempre do correio... Notas sobre um artigo com o mesmo título acerca do extravio de correspondência</i> (Guia Oficial dos CTT, 159, p. 14-18).

	-	Publica <i>David Augusto Corazzi. O mais notável editor português do século XIX. Biografia e obra</i> (Guia Oficial dos CTT, 157, p. 8-17).
	-	Publica <i>Jacques le Quien de la Neufille, militar, advogado, historiador, diplomata e... funcionário dos Correios</i> (Guia Oficial dos CTT, 154, p. 9-10).
	-	Publica <i>Inauguração da linha telefónica Lisboa-Porto há meio século. Resumo histórico do telefone e sua implementação no nosso país. Excertos jornalísticos da época. Sua implantação no Porto, pessoal e salários</i> (Guia Oficial dos CTT, 153, p. 15-18).
	-	Publica <i>O 'Postilhão da América'. Resenha histórica das carreiras ultramarinas da Índia; nomeação dos assistentes do Brasil. Regimento de concessão. Alvará de 20 de Janeiro de 1798 que criou os correios marítimos. Disposições</i> (Guia Oficial dos CTT, 155, p. 9-12; 156, p. 6-12).
	17 Ago.	Condecorado com a medalha de Ouro de bons serviços dos CTT.
	Set.	Autorizado a se deslocar, em comissão gratuita, às cidades do Porto, Braga, Coimbra e Viseu, a fim de desenvolver investigações sobre a história dos CTT nos arquivos municipais destas cidades, fazendo-se acompanhar por Amália Ferreira.
1955	-	Publica o <i>Catálogo sistemático da Biblioteca da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones: (1.º Suplemento)</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).
	-	Publica o <i>Catálogo do que escreveram funcionários dos Correios, Telégrafos e Telefones: notas bio-bibliográficas</i> (Lisboa: Serviços culturais dos CTT)
	-	Publica <i>Coisas e loisas do correio: ligeiros apontamentos</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).
	-	Publica <i>Contágio da peste pelas cartas... ideias antigas</i> (Guia Oficial dos CTT, 167, p. 15-18).
	-	Publica <i>Correio e o estabelecimento da Inquisição em Portugal. O Correio-Mor do Reino, Luís Afonso, enviado diplomático a Roma, por D. João III, para o estabelecimento da Inquisição em Portugal</i> (Guia Oficial dos CTT, 163, p. 5-7).
	-	Publica <i>Despesas de correio do "Real Serviço" em 1770</i> (Guia Oficial dos CTT, 166, p. 9-14).
	-	Publica <i>Dr. Augusto Mendes Simões de Castro. Escritor bibliógrafo, arqueólogo... e funcionário do correio</i> (Guia Oficial dos CTT, 165, p. 11-12).
	-	Publica <i>Les liaisons postales terrestres du Portugal avec l'Europe avant la creatio des chemins de fer</i> (Union Postale).
	-	Publica <i>Centenário da inauguração do telégrafo eléctrico em Portugal</i> (Guia Oficial dos CTT, 170, p. 1-12).
	26 Ago.	Autorizado a se deslocar à cidade do Porto, em comissão de serviço, a propósito da organização da participação dos CTT na Exposição Filatélica Nacional, a se desenvolver entre 3 a 11 de Setembro, e a prolongar a sua estadia a propósito das suas investigações, fazendo-se acompanhar por Amália Ferreira.
1956	-	Sócio honorário do Clube Filatélico de Portugal.
	-	Publica <i>A corte arquiépiscopal de Braga e os seus Correios-Mores</i> (Lisboa: CTT).
	2 Mar.	Couto dos Santos, Administrador Geral dos CTT, concede a Godofredo Ferreira a antiga sala dedicada aos fardamentos, sita na Biblioteca desta Administração, para que, depois de aposentado, nela instalasse o 'Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT', servindo-se dos

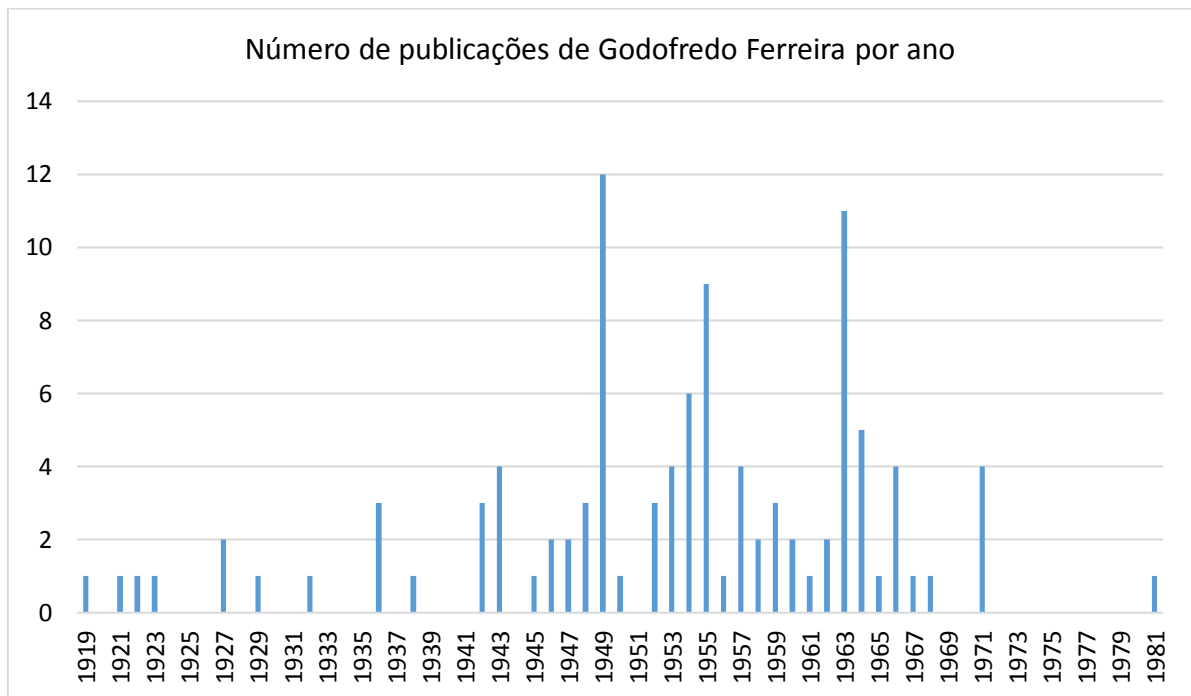
		funcionários da Biblioteca para o auxiliar nas tarefas de dactilografia e organização.
	8 Jun.	Afastado do serviço nos CTT, por limite de idade (70 anos).
	20 Jun.	Aposentado.
1957	-	Publica <i>São Zenão, o correio</i> (Lisboa: [S.n.]). Tem tradução para as línguas espanhola, alemã e grega.
	-	Publica <i>A mala-posta entre Portugal e o Brasil até aos séc. XIX</i> (Guia Oficial dos CTT, 191, p. 3-4).
	-	Publica <i>Malle-poste entre le Portugal et le Bresil jusqu'au XIX siècle</i> (Union Postale).
	-	Publica <i>Três desenhos do pintor Roque Gameiro no Museu dos CTT</i> (Guia Oficial dos CTT, 186, p. 3-22).
	-	Conclui, assina e data o original não publicado <i>Jornais de classe dos CTT</i> .
	Mar.	Conclui, assina e data o original dactilografado <i>O que escreveram os funcionários dos CTT e notas para a biografia dos referidos funcionários, segundo o primitivo projecto de elaboração do mesmo Catálogo. Volume I-II</i> .
1958	-	Publica a 2ª edição, revista e ampliada, da obra <i>O pai de Camilo Castelo Branco: empregado dos Correios</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica a 2ª edição, revista e ampliada, da obra <i>A mala-posta em Portugal: algumas notas para a sua história</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).
	-	Publica <i>Fardamentos do pessoal dos CTT: elementos para a sua história</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>Au Portugal avant la malleposte</i> (Union Postale).
	-	Conclui, assina e data os volumes originais dactilografados <i>Documentos dos séculos XIII-XIX, relativos a Correios. Volume I-VI</i> .
	-	Conclui, assina e data o original não publicado <i>São Zenão, o Correio por Godofredo Ferreira. Traduções em língua espanhola por Ricardo Ortiz Vivas</i> .
	-	Conclui, assina e data o original <i>Fardamentos do pessoal dos CTT: elementos para a sua história coligidos por Godofredo Ferreira</i> .
1959	-	Convidado pela Federação Portuguesa de Filatelia para fazer parte da Comissão da Exposição Nacional de Filatelia, convite que recusa por motivos de saúde.
	-	Publica <i>Um ricaço lisboeta do século XVII: inventário dos seus bens</i> (Separata do Boletim da Junta da Província da Estremadura, 50).
	-	Publica <i>Lettres et facteurs: aperçu de l'évolution de la distribution postale au Portugal</i> (Union Postale).
	-	Publica <i>Palácio dos Correios e Telégrafos na Praça do Comércio</i> (Guia Oficial dos CTT, 212, p. 1-9).
	-	Conclui, assina e data o original não publicado <i>Funcionários dos CTT no teatro declamado e musicado. Notas coligidas por Godofredo Ferreira</i> .
	-	Conclui, assina e data o original não publicado <i>Aristocratas nos CTT. Notas bibliográficas coligidas por Godofredo Ferreira</i> .
1960	-	Publica <i>Assistentes do Correio-Mor do Reino em Viseu</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>Transcrição na Revista 'Union Postale' de um artigo de Godofredo Ferreira sobre 'As comunicações postais em Portugal nos princípios do séc. XIX e a primeira mala-posta'</i> (Guia Oficial dos CTT, 226, p. 10).
	26 Mar.	Participou no 1.º Congresso Internacional de Filatelia em Barcelona, enquanto delegado da Administração dos CTT, regressando a Portugal a 5 de Abril.

1961	-	Publica <i>Contas do correio há 140 anos</i> (Guia Oficial dos CTT, 240, p. 13).
1962	-	Publica <i>O Convento de Santo António da Convalescença: padroado dos Correios-Mores do Reino</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).
	-	Publica <i>São Gabriel padroeiro das telecomunicações</i> (Lisboa: [S.l.]: [S.n.]).
1963	-	Publica a 3ª edição, revista e ampliada, da obra <i>Dos Correios-Mores do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos: ligeiros subsídios biográficos</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>O carteiro e o Papa</i> (Guia Oficial dos CTT, 257, p. 11-13).
	-	Publica <i>Administradores relâmpagos...</i> (Guia Oficial dos CTT, 268, p. 8-9).
	-	Publica <i>Boa e má fortuna dos 'Correios'. Três expressivos documentos do século XVI</i> (Guia Oficial dos CTT, 262, p. 13-14).
	-	Publica <i>Um Correio-Mor de Aveiro envolvido numa conspiração</i> (Guia Oficial dos CTT, 264, p. 9-12).
	-	Publica <i>O Correio para a Índia e a penúria do Tesouro Real em 1623</i> (Guia Oficial dos CTT, 266, p. 7).
	-	Publica <i>O Correio português para além fronteiras no século XVI</i> (Guia Oficial dos CTT, 265, p. 15-17).
	-	Publica <i>Centenário da Conferência Postal multilateral de Paris</i> (Guia Oficial dos CTT, 261, p. 1-3).
	-	Publica <i>1663 - 1963. Terceiro Centenário do Correio Brasileiro</i> (Guia Oficial dos CTT, 262, p. 19).
	-	Publica <i>Missão dos CTT de Portugal a Paris, Bruxelas e Londres</i> (Guia Oficial dos CTT, 264, p. 1-2).
	-	Publica <i>O Rei Dom Carlos e os CTT</i> (Guia Oficial dos CTT, 267, p. 9-12).
	-	Publica <i>Testamento de um negociante e banqueiro que foi Correio-Mor do Reino</i> (Guia Oficial dos CTT, 260, p. 15-20).
	Abr.	
1964	-	Publica <i>Algumas achegas para a história do correio em Portugal</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>Árvore do correio da Baía de S. Brás</i> (Guia Oficial dos CTT, 270, p. 9-11).
	-	Publica <i>Autógrafo do Marechal Saldanha nos Arquivos dos CTT</i> (Guia Oficial dos CTT, 270, p. 9-10).
	-	Publica <i>Envio de dinheiro por intermédio do correio</i> (Guia Oficial dos CTT, 269, p. 14-17).
	-	Publica <i>Pessoas e coisas do correio de Aveiro</i> (Guia Oficial dos CTT, 279, p. 15-20; 280, p. 14-17).
1965	-	Publica <i>Pessoas e coisas do correio de Aveiro</i> (Guia Oficial dos CTT, 281, p. 17-20).
	-	Encaderna e doa à Biblioteca da Administração Geral dos CTT o original doado por Ricardo Ortiz Vivas a Godofredo Ferreira <i>Historia del Correo de España, vol. VI-VII</i> .
1966	-	Condecorado com uma Medalha dos Serviços Inestimáveis da Federação Portuguesa de Filatelia.
	-	Publica <i>Assistentes do Correio-Mor do Reino em Coimbra</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica, em colaboração com o Cónego Francisco Alexandrino Duarte de Miranda, <i>Documentos e notas para a monografia de Sarzedas</i> (Separata de Estudos de Castelo Branco: revista de história e cultura).
	-	Publica, com António Fragoso, <i>Centenário das ambulâncias postais portuguesas</i> (Lisboa: Serviços Culturais dos CTT).

	-	Publica <i>Correio, telégrafo e telefones em Sarzedas</i> (Estudos de Castelo Branco, 20-21).
	-	Publica <i>Centenário das ambulâncias postais portuguesas</i> (Guia Oficial dos CTT, 304, p. 13-27).
1967	-	Adere à Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
	-	Publica <i>A posição dos correios, telégrafos e telefones: nos quadros da administração pública</i> (Correios e Telecomunicações 3, p. 17-20).
	11 Fev.	Doa à Biblioteca da Administração Geral dos CTT as obras <i>Ezperanza de España</i> e <i>De abuelos a nietos</i> , obras da autoria de Ricardo Ortiz Vivas, oferecidas pelo próprio a Godofredo Ferreira.
1968	-	Publica <i>Um jardim... uma fotografia... uma saudade</i> (Lisboa: CTT).
1969	-	Participa no Congresso Internacional de Filatelia em Madrid.
	-	É convidado pela direcção da Federação Portuguesa de Filatelia para a Comissão Executiva da Exposição Filatélica Internacional de Lisboa a ser realizada em 1970.
1970	Fev.	Conclui, assina e data o original não publicado <i>Testamentos dos Correios-Mores do Reino da família "Mata"</i> . Coligidos por Godofredo Ferreira.
1971	-	Publica <i>Casas do correio no sítio de Santa Marta em Lisboa</i> (Lisboa: [S.n.]).
	-	Publica <i>Jornais de classe dos Correios e Telecomunicações de Portugal</i> (Boletim de la Academia Ibero Americana y Filipina de Historia Postal, 94-95, p. 42-52).
	-	Publica <i>Documento postal do princípio do século XVI</i> (Lisboa: CTT).
	-	Publica <i>Bordalo Pinheiro e o correio</i> (Lisboa: CTT).
1972	-	Amália Ferreira, filha de Godofredo Ferreira, cessa os seus serviços de bibliotecária na Biblioteca da Administração Geral dos CTT, após exercer durante 27 anos essa função.
1981	-	Publica <i>Correios-Mores do Reino: ligeiros subsídios biográficos</i> (Boletim de la Academia Ibero Americana y Filipina de História Postal, 137, p. 4-8);
	30 Set.	Falece, aos 95 anos de idade.

APÊNDICE E:

NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DE GODOFREDO FERREIRA POR ANO (1919-1981)



APÊNDICE F:

(RE)CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE VIDA DO ARQUIVO PESSOAL GODOFREDO FERREIRA

Godofredo Ferreira (1886-1981) foi um indivíduo cuja vida foi vivida em profunda ligação e identificação à vertente cultural dos CTT, empresa da qual foi funcionário entre os seus 18 e 70 anos, em particular, no que diz respeito à investigação e divulgação da história desta empresa, e, intrinsecamente associada a esta, também da história das comunicações em Portugal. O modo como Godofredo Ferreira se identificou com os CTT levou-o, mesmo após aposentado por limite de idade (aos 70 anos), a continuar as suas investigações numa sala da Biblioteca da Administração Geral dos CTT; sala esta que foi cedida a Godofredo Ferreira por Luís de Albuquerque Couto dos Santos, Administrador Geral desta empresa, para que nela pudesse instalar o ‘Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT’, serviço criado por Godofredo Ferreira em 1950 (sendo que no mesmo ano criou o ‘Arquivo de Reservados’, mais tarde denominado por ‘Arquivo Histórico’, ambos dependentes da Biblioteca da Administração Geral dos CTT).

Durante o período da sua aposentação, Godofredo Ferreira debruçou-se sobre a tarefa de construir no ‘Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT’ um conjunto informacional composto por informação relativa à história dos CTT, informação esta que Godofredo Ferreira reuniu ao longo da sua vida, quer a título pessoal, quer em serviço para os CTT, procurando reunir e organizar um conjunto informacional de carácter histórico, com o objectivo de futuros investigadores o poderem consultar e, a partir dele, desenvolverem a história desta empresa e, assoaciada a esta, também da história das comunicações em Portugal. Este conjunto informacional permaneceu no ‘Gabinete de Estudos de História e Bibliografia dos CTT’ até que, após a morte de Godofredo Ferreira, foi reunido física e intelectualmente enquanto ‘espólio’, sendo actualmente entendido como ‘arquivo pessoal’, dada a maior adequação deste último termo à realidade do conjunto informacional, e por esse motivo denominado Arquivo Pessoal Godofredo Ferreira (APGF).

Godofredo Ferreira, ao produzir o seu arquivo pessoal, fixou neste conjunto informacional uma dimensão auto/biográfica, ou, por outras palavras, uma narrativa de vida. Na narrativa de vida do APGF, Godofredo Ferreira faz-se auto-representar, acima de tudo, como um investigador da história dos CTT. De modo a enfatizar o seu papel de investigador, Godofredo Ferreira constrói uma narrativa de vida assente na desvalorização dos demais papéis sociais desempenhados em vida, factor evidenciado pela lacuna na informação contida no APGF

relativa ao papel desempenhado por Godofredo Ferreira enquanto funcionário dos CTT, do qual constam apenas breves indícios. De igual modo, verifica-se particularmente notória a omissão de qualquer referência à esfera íntima de Godofredo Ferreira na narrativa de vida, nomeadamente através da omissão quanto ao facto de Amália Ferreira, sua filha, ter sido funcionária dos CTT, tendo trabalhado directamente com seu pai, quer como bibliotecária, quer como colaboradora na construção da informação que actualmente compõe o APGF.

Verifica-se, deste modo, que Godofredo Ferreira procurou se auto-representar no seu arquivo pessoal enquanto investigador, posicionando-se como detentor de autoridade para narrar a história dos CTT e das comunicações em Portugal, dada a posição (social) privilegiada em que se encontrava, em primeiro lugar, enquanto funcionário da empresa cuja história investigava, e em segundo lugar, enquanto figura respeitada pelos seus pares, sobretudo no que diz respeito ao pessoal da Administração Geral dos CTT, responsáveis por valorizar e incentivar as investigações de Godofredo Ferreira. Deste modo, Godofredo Ferreira, ao construir o APGF, adquire, segundo a óptica da sociologia, a capacidade de agência, uma vez que, ao projectar no APGF o seu nome e seus contributos, assegura a sua memorização, enquanto figura de referência para os CTT, para o estudo da sua história e das comunicações em Portugal.

Importa salientar o facto de que a narrativa de vida fixa no conjunto informacional se encontrar marcada pelo contexto político do Estado Novo e seus antecedentes, responsáveis por enquadrar o período de constituição do APGF (1917-1977). O Estado Novo, enquanto regime político interessado na projecção da imagem de um Portugal embebido pelos valores nacionalistas, e simultaneamente, de conservadorismo e de modernização, verifica-se alinhado com os contributos de Godofredo Ferreira, na medida em que, ao estudar a história dos CTT, Godofredo Ferreira encontrava-se a ilustrar, em primeira instância, o progresso dos CTT, e consequentemente, tratando-se esta de uma empresa pública – e por esse motivo reflexo da acção política do regime do Estado Novo – também o progresso e bem-estar de Portugal e suas (ex-)colónias, conectado por via de vários sistemas de comunicação, entre os quais, o correio, telégrafo, telefone e posta aérea, capazes de unificar o então denominado Império Português. Consideramos que este possa ter sido um factor determinante para que a Administração Geral dos CTT tenha incentivado e valorizado os contributos de Godofredo Ferreira, para que os CTT, através dos contributos de Godofredo Ferreira, se mantivesse alinhado com a ideologia política em vigor.

É interessante de verificar o modo como, aliado à sua identificação com os CTT e à sua auto-representação no APGF enquanto investigador, Godofredo Ferreira mostra-se ao 'outro' enquanto um corpo idoso, doente e frágil, marcado pela inevitável – e possivelmente súbita – mortalidade, factor este que está na génese da própria criação do APGF, uma vez que Godofredo

Ferreira viu na construção deste conjunto informacional a possibilidade de que o trabalho que desenvolveu em vida sobre a história dos CTT e sobre as comunicações em Portugal não fosse perdido, e neste gesto, fosse imortalizado o seu contributo enquanto «cronista-mor» dos CTT.

Este fenómeno encontra-se visível na intenção autoral que acompanha o APGF, através da qual Godofredo Ferreira se mostra ao 'outro', de forma clara, enquanto entidade responsável pelo conjunto informacional, ao permear a informação do APGF com sinais visuais que remetem para Godofredo Ferreira enquanto entidade produtora através do recurso a carimbos com o seu nome e cargo, assinaturas e notas nas quais é expresso o processo, o objectivo, e justificado o valor da informação contida no conjunto informacional. Verifica-se neste gesto autoral uma intenção evidente de combate ao esquecimento, quer do trabalho que Godofredo Ferreira conduziu em vida enquanto investigador (através da gestão da informação que compõe actualmente o APGF, para sua disponibilização à comunidade científica), quer da sua *bios*, uma vez que Godofredo Ferreira, ao permear o seu arquivo pessoal com vestígios da sua autoria, revela um esforço consciente na produção de um conjunto informacional assente no perpetuar da memória de si enquanto indivíduo dedicado aos CTT, e em particular, à investigação da história desta empresa.

Através do estudo da *bios* e da *graphia* de Godofredo Ferreira – esta última fixa no seu arquivo pessoal – concluímos que o APGF, entendido como uma auto/biografia de Godofredo Ferreira, verifica-se articulado segundo uma *graphia* na qual o produtor-narrador não transpôs de modo autêntico a sua vida ou identidade, mas através da qual Godofredo Ferreira adquiriu agência, actuando activamente na gestão da informação do seu arquivo pessoal para que pudesse ser lembrado postumamente enquanto figura de autoridade para a história dos CTT e das comunicações em Portugal, e, em última instância, para que através da construção do *eu* autobiográfico presente no conjunto informacional, o *eu* histórico de Godofredo Ferreira pudesse vir a ser imortalizado.